

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**VIA REVISTAS E JORNAIS: A SEÇÃO QUE ECOA AS POLÊMICAS E EMBATES
EM TORNO DA EDUCAÇÃO NA GRANDE IMPRENSA (1930-1931)**

CLEBER SOARES DE SOUZA

**GUARULHOS
2019**

CLEBER SOARES DE SOUZA

**VIA REVISTAS E JORNAIS: A SEÇÃO QUE ECOA AS POLÊMICAS E
EMBATES EM TORNO DA EDUCAÇÃO NA GRANDE IMPRENSA
(1930-1931)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: Poder, Cultura e Saberes.

Orientador: Profº Drº Antônio Simplício de Almeida Neto.

**GUARULHOS
2019**

SOUZA, Cleber Soares de.

Via revistas e jornais: a seção que ecoa as polêmicas e embates em torno da educação na grande imprensa (1930-1931) / Cleber Soares de Souza – Guarulhos, 2019.

258 p.

Dissertação (Mestrado, Área de concentração: Poder, Cultura e Saberes) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

Orientador: Antonio Simplicio de Almeida Neto

1 - Imprensa Pedagógica. 2 - História da Educação. 3 - Revista Escola Nova. 4 - Lourenço Filho. 5 - Governo Provisório de 1930 I. Almeida Neto, Antônio Simplicio. II. Via revistas e jornais: a seção que ecoa as polêmicas e embates em torno da educação na grande imprensa (1930-1931) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas.

CLEBER SOARES DE SOUZA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Simplício de Almeida Neto

Prof^a. Dr^a. Helena Ciampi

Prof^a. Dr^a. Circe Maria Fernandes Bittencourt

Por ora, é isso...

Agradecimentos

Em três anos de mestrado muita coisa aconteceu, tanto no cenário político como no âmbito pessoal. Transformações importantes que, de alguma forma, contribuíram para a escrita e a elaboração desta dissertação. Não saio o mesmo Cleber que entrei no início deste trabalho, para isso, algumas pessoas foram fundamentais para eu findar essa etapa da minha vida. Antonio Simplício de Almeida Neto, o professor-orientador, é um desses camaradas que com a sua paciência, generosidade e assertividade me deixou confiante na trajetória da escrita. No maior impasse em relação ao rumo que tomaríamos, num gesto raro de humildade acadêmica, sugeriu que procurasse a Professora Maria Rita de Almeida Toledo. Por sua vez, em um único encontro, a conversa que tivemos foi decisiva para a consolidação do trabalho que, por ora, finalizo, por fazer parte da banca e por me acompanhar, mesmo de longe, a minha caminhada. Agradecido!

Sou grato à Professora Circe Bittencourt por considerar o nosso convite participar da banca de qualificação e que, por alguns momentos juntos, contribuiu no direcionamento do texto. Circe, obrigado por integrar a banca de defesa.

Os meus agradecimentos aos demais professores que participaram na minha formação durante as disciplinas, contribuindo um pouco mais para a cristalização do ofício de historiador em mim. Os alunos que frequentaram as disciplinas e as discussões desenvolvidas em sala também deixaram marcas na minha identidade de historiador. Flávio, um dos alunos que ainda mantenho contato, me ajudou bastante nos trabalhos e no aumento do conhecimento que hoje possuo. Agradecido!

Agradeço à minha irmã, Viviane, que sempre me deu força nesse desafio que é escrever e que ao longo do tempo se tornou um prazer. Agradecido, Vi!

Agradeço à minha mãe por ter ficado muito feliz quando lhe avisei da minha entrada no mestrado da Unifesp. E, claro, pela vida que tivemos juntos. Agradecido, mãe!

Agradeço alguns colegas da escola que trabalho, Evandro, Karina e Juliana por ter me incentivado a terminar a dissertação. Ufa! Acho que deu certo. Agradecido!

Finalizo agradecendo a Aimê. Que entre percalços e reconstruções, estamos construindo a nossa relação com amor, respeito e diálogo. Obrigado por estar comigo e por me ajudar a concluir essa fase das nossas vidas. Agradecido, meu amor!

RESUMO

A seção *Através das Revista e Jornais* é uma parte da revista pedagógica Escola Nova criada em outubro de 1930, pela Diretoria Geral de Instrução Pública responsável pela organização do ensino paulista. O periódico se dedicava, principalmente, a repercutir, ecoar, reverberar e veicular o que a imprensa comercial à época publicava em suas páginas sobre a educação e sociedade no início da mesma década. Propagandeava-se também o ideário da Sociedade de Educação de São Paulo, entidade privada criada para pensar, construir e influenciar as instituições públicas para a efetivação de um sistema de ensino. Sob a crise e transformações no sistema oligárquico e o acirramento da disputa em torno do Estado, a Escola Nova surgia como continuidade, pois, o órgão público havia construído uma tradição na produção de impressos pedagógicos. No entanto, rompe-se com a tradição e passa a apresentar com mais contundência o seu projeto político educacional, escancarando, desde a sua capa, qual a corrente pedagógica que defendia, apresentava o recrudescimento da batalha do grupo de Lourenço Filho, diretor geral, que comandava o periódico e estava disposto a empreender. A seção *Através das Revistas e Jornais*, por essa perspectiva, foi o objeto dessa dissertação na qual se preocupou em estudar as polêmicas e embates que, apesar do seu diretor mobilizar uma diversidade de instrumentos discursivos e dispositivos para convencer seu público-leitor, o professorado, havia um consenso tácito em torno do projeto político-educacional incorporado pelas reformas administrativas do governo provisório e da Diretoria Geral de Instrução Pública. As páginas da seção publicavam e traduziam em suas colunas as divergências na condução do projeto autoritário de sociedade.

Palavras-chave: Imprensa Pedagógica - História da Educação - Revista Escola Nova - Lourenço Filho - Governo Provisório de 1930.

ABSTRACT

The section “Através das Revistas e Jornais” (Flipping Through Magazines and Newspapers) is part of a pedagogical journal titled *Escola Nova* (New School), which was created in October 1930, by the Diretoria Geral de Instrução Pública (General Bureau for Public Education), the office which is responsible for organizing public education in São Paulo. The journal was mainly concerned with discussing, echoing, reverberating and broadcasting what the commercial press of that time published on its pages about education and society in the beginning of the said decade. It also propagated the ideals of the São Paulo Educational Society, a private entity created to think about, build upon and press forward policies by public institutions towards implementing a certain teaching system. Under the crisis and transformations in the oligarchic system and the intensification of the dispute around the State, the New School emerged as some sort of continuity, since this public agency had established a tradition in the production of pedagogical literature. From its front cover, however, the journal made clear what pedagogical trend it followed. This promoted a toughening up of the fight that the followers of Lourenço Filho, the publisher, were willing to wage. For this reason, the section “Através das Revistas e Jornais” became the object of analysis in this dissertation, whose goal was to study the controversies and clashes which resulted from a diverse array of discursive tools and devices used by the publisher in order to convince its readers of the tacit consensus he sought to establish around the political and educational project ingrained in the administrative reforms promoted by the provisional government and the Diretoria Geral de Instrução Pública. The columns of the said section reveal incongruities as to the ways to conduct an authoritarian project of society.

Keywords: Press Pedagogical - History of Education - Magazine New School - Lourenço Filho - Provisional Government of 1930.

LISTA DE FIGURAS:

Figura I: Revista Escola Nova, vol. I, nº II, nov-dez/1930, p. 303 - A Circular da Directoria Geral.....	20
Figura II: Revista Escola Nova, vol. I, nº II, nov-dez/1930, p. 304 - A Circular da Directoria Geral	21
Figura III: Revista Escola Nova, vol. I, nº II, nov-dez/1930 – Circulares expedidas pela Directoria Geral de Instrucção Pública.....	22
Figura IV: Revista Escola Nova, vol. I, nº II, nov-dez/1930 – Circulares expedidas pela Directoria Geral de Instrucção Pública.....	23
Figura V: – A Nova Orientação do Ensino: Uma Circular do Sr. Diretor da Instrução Pública – Imagem retirada de Nery (2009)	26
Figura VI: Revista Educação, vol. I, nº I, out/1927 - Capa.....	56
Figura VII: Revista Escola Nova, vol. I, nº I, out/1930 - Capa.....	57
Figura VIII: Relação dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo em 1923 – Quadro desenvolvido por Nery (2009).....	94
Figura IX: Comissões de ensino formadas pelos membros da Sociedade de Educação de São Paulo – Quadro desenvolvido por Nery (2009).....	108
Figura X: Revista Escola Nova, vol. I, nº I, out/1930 – Capa.....	131
Figura XI: Revista Escola Nova, vol. II, nº II e III, jan-fev/1931 – Capa.....	132
Figura XII: Republicação do artigo d’ O Estado de São Paulo - Revista Escola Nova, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.290 -	164

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 – Republicações de Revistas e Jornais de títulos nacionais na seção Através das Revistas e Jornais.....	137
Gráfico 2 – Número de páginas da seção Através das Revistas e Jornais nas edições da Escola Nova.....	206
Gráfico 3 – Republicações de Revistas e Jornais nacionais e internacionais na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i>	206
Gráfico 4 – Quantidade de artigos dedicados a cada tema na seção Através das Revistas e Jornais.....	234

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1 – Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i> na edição de out/1930 da revista <i>Escola Nova</i>	84
Quadro 2 – Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte I</i> da Edição de nov-dez/1930 da revista <i>Escola Nova</i>	145
Quadro 3 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte II</i> da edição de nov-dez/1930 da revista <i>Escola Nova</i>	157
Quadro 4 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte III</i> da edição de nov-dez/1930 da revista <i>Escola Nova</i>	170
Quadro 5 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte IV</i> da edição de nov-dez/1930 da revista <i>Escola Nova</i>	190
Quadro 6 – Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i> da edição de jan-fev/1931 da revista <i>Escola Nova</i>	197
Quadro 7 – Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte I</i> da edição de mar/abr de 1931 da revista <i>Escola Nova</i>	209
Quadro 8 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte II</i> da edição de mar/abr de 1931 da revista <i>Escola Nova</i>	213
Quadro 9 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte III</i> da edição de mar/abr de 1931 da revista <i>Escola Nova</i>	215
Quadro 10 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte IV</i> da edição de mar-abr/1931 da revista <i>Escola Nova</i>	217
Quadro 11 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte V</i> da edição de mar-abr/1931 da revista <i>Escola Nova</i>	220
Quadro 12 – Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i> – da edição de mai-jun/1931 da revista <i>Escola Nova</i>	226
Quadro 13 – Temas e assuntos tratados na seção <i>Através das Revistas e Jornais - Parte IV</i> da edição de julho/1931 da revista <i>Escola Nova</i>	235

SUMÁRIO

Introdução.....	13
O manejo do documento.....	19
 Parte I – A arregimentação das revistas pedagógicas como instrumentos de manutenção dos paulistas no controle de um sistema oligárquico em transformação.....	36
 Capítulo I – Revista Escola Nova: HERDEIRA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E NAÇÃO.....	37
1.1. Revista Escola Nova: ruptura no interior da permanência.....	51
1.2. Revista Escola Nova: ecos de um consenso ou reflexo de uma cisão.....	54
Capítulo II – SUJEITOS EM DISPUTA E SEUS EMBATES NO CENÁRIO DE CRISE DO SISTEMA OLIGÁRQUICO.....	70
2.1. Lourenço Filho – Anos Vinte: a consolidação da carreira político-educacional.....	75
2.2. Sociedade de Educação de São Paulo e Associação de Educação: mais do que um projeto de educação.....	91
2.3. O embate entre a Sociedade de Educação de São Paulo e a Associação Brasileira de Educação: a exterioridade da disputa em busca da hegemonia.....	109
 PARTE II - <i>Através das Revistas e Jornais</i>: uma seção de polêmicas e disputas político-educacionais.....	122
Capítulo III - ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS: O PROJETO ESCOLA NOVA E A ARREGIMENTAÇÃO DA SUA LINHA DE FRENTE, O PROFESSORADO.....	123
3.1. O episódio do método analítico e a autonomia didática na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i> : a liberdade concedida e a responsabilidade exigida.....	134
3.2. Os jornais da imprensa tradicional e a seção <i>Através das Revistas e Jornais</i> unidos na construção de uma “nova” sociedade.....	137
3.3. A organização dos artigos e textos sobre autonomia didática na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i>	140
3.4. Primeira parte da seção: preparação do público-leitor para o tema principal.....	144
3.5. Segunda parte da seção: a busca da legitimação em torno de exemplos internacionais.....	156

3.6. A autonomia didática e a busca do controle da liberdade na seção <i>Através das Revistas e Jornais</i>.....	168
Capítulo IV - ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS: AS PÁGINAS DA SEÇÃO NA MOBILIZANDO O PROJETO DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE DA REVISTA ESCOLA NOVA.....	185
4.1. Fechamento da edição de nov-dez/1930: assuntos amenos como estratégia de ratificação do controle da liberdade do professorado.....	190
4.2. A saúde como instrumento de controle moral.....	195
4.3. <i>Através das Revistas e Jornais</i> felicita a criação do Ministério da Educação e Saúde.....	202
4.4. A Aplicação de Testes: um meio para a garantia do sucesso do projeto.....	206
4.5 O ensino profissional: outro modo de colocar cada um em seu lugar.....	225
4.6. O Cinema Educativo: entretenimento como um instrumento de controle de hábitos.....	234
Considerações Finais.....	243
Referências Bibliográficas.....	254

Introdução

Educação para o Brasil Avançar¹ é um documento produzido em 2016 pelo Ministério da Educação (MEC) com objetivo de divulgar, num primeiro momento, um panorama da educação básica nacional, como também apresentar propostas para direcionar ações do Estado. O documento, de forma geral, constata por meio de números, estatísticas e gráficos a precariedade da educação básica brasileira. Ao mesmo tempo, numa análise mais cuidadosa, é possível apreender qual é o modelo de educação proposta pelo governo que chegou ao poder em 2016 de forma antidemocrática e sem a participação popular.

A partir dessa experiência da qual a maior parte da população foi obrigada a vivenciar, iniciou um aprofundamento e intensificação de ataques aos direitos básicos dos brasileiros, sobretudo, relacionados à educação. Nesse sentido, observa-se que o caráter público da educação é subvertido, a obrigação do Estado em oferecer uma educação laica, gratuita e de qualidade são substituídas de forma veloz por interesses e lobbies mercadológicos e com restrição da participação popular.

O rol de retrocessos começa a ser legalizado por meio de emendas constitucionais, uma delas é a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 95/2016 que prevê o congelamento dos gastos da União (leia-se investimentos sociais federais) para as próximas duas décadas, tendo como referência a taxa de inflação do ano anterior.

Esse cenário favorece o fortalecimento de outras iniciativas para a reestruturação do Estado. Na educação básica, por exemplo, a Reforma do Ensino Médio defendida por meio do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 746/16 aparece como um dos pilares no conjunto de reformas que atingem o país. As transformações profundas que a PEC do Ensino Médio implementou desvelam a concepção de educação do grupo que ocupa o poder executivo, sem estabelecer o mínimo de diálogo com a população que sustentasse a aprovação da referida PEC. Por essa perspectiva, Toledo afirma que o *“ministro da educação determinou o fim do debate entre a sociedade e Câmara Federal, alterando o ritmo e a forma como a discussão da nova política vinha se processando”* (2017, p.191).

A unilateralidade da atitude do ministério da educação mais do que demonstrar de qual lado a balança começa a pender, é uma amostra da pressão e força que um

¹BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Educação para o Brasil avançar. Brasília, DF, 2018.

determinado grupo interessado nesse “filão” lucrativo impõe para transformar a educação em mercadoria, e também o espaço que esses grupos passam a obter com a deposição de Dilma Russeff da presidência da república. Demonstra também a rapidez que essas medidas deveriam ser implantadas, aligeirando, dessa forma, o processo de mercantilização e viabilizando *“o velho modelo de dualidade do ensino brasileiro - uma escola para ricos e outra para pobres – que é mais uma vez o cerne do projeto”* (TOLEDO, 2017, p. 193).

Dessa forma, o eixo articulador da PEC nº 95/2016 e da MP nº746/16 se estabelece por meio de um projeto de educação e de sociedade no qual admite e reproduz a sociedade de classes tanto na prática quanto teoricamente. Ao prever a não obrigatoriedade de disciplinas de história, sociologia, filosofia, artes, educação física e filosofia nos currículos escolares se observa o aprofundamento do desmantelamento da educação básica brasileira, e evidencia um contexto de retirada de direitos em âmbito ampliado.

O coro em torno da *“Escola Sem Partido”*² se avoluma nessa conjuntura de restrição de direitos e, uma vez mais, a educação é o alvo das discussões dentro e fora da Câmara dos deputados. Nesse embate a autonomia e a consolidação de uma escola democrática ficam comprometidas, pois, com o discurso que acusa as escolas públicas brasileiras de proselitismo e doutrinação ideológica tenta-se retirar, com esse projeto, o lugar por excelência de desenvolvimento e valorização da pluralidade e de liberdade do professor, de explorar e divulgar a cultura, de criar condições ao pleno desenvolvimento do ser humano e da cidadania, o pensamento, a arte, o saber e ao princípio de “autonomia da escola”(ALMEIDA NETO; SILVA, 2017, p. 263).

A diversidade de forças que se aglutinavam em torno do Estado e as suas divergências em relação às políticas pedagógicas ou curriculares refletem o modelo de sociedade desejada, entrando em confluência quando a questão é o esvaziamento desse mesmo Estado como promotor de políticas públicas. A partir dessa perspectiva, o golpe de 2016 se apresentou como uma oportunidade ao vencedor no aprofundamento do projeto conservador passava a obter espaço. Como afirma Toledo (2017, p. 179)

A tomada do lugar de poder que permite definir as regras de distribuição e organização do tempo escolar e a prescrição de seu currículo é por

²“O Movimento Escola Sem Partido criado pelo advogado Miguel Nagib em 2004 objetiva por meio de parcerias com políticos (deputados, vereadores, etc.) e profissionais simpatizantes a criação de projetos de lei que cerceiam a autonomia da escola e liberdade de ensinar” (ALMEIDA NETO; SILVA, 2017, p.263).

consequência a vitória de um conjunto de representações sobre quem são os alunos, do que precisam para serem “preparados” e como; quem devem ser os educadores, do que precisam para formar os alunos, e daí por diante. Nesse sentido, é de fundamental importância a análise do debate e disputas sobre às finalidades atribuídas à escola (e aos seus níveis e ramos) e o modo peculiar com a qual são selecionadas as “tradições seletivas” que lhe darão sentido. Essas “tradições” - nunca serão neutras porque são justamente escolhas de segmento da sociedade para à totalidade se suas crianças e jovens – estabelecem os contornos do capital cultural que se pretende distribuir, de uma hegemonia cultural³ que se pretende engendrar.

A recente intensificação dos ataques direcionados à escola pública neste momento de turbulência e instabilidade política do país instigaram a ampliação do olhar na perspectiva de dimensionar historicamente a disputa pelo aparelho escolar, em suas permanências, continuidades e rupturas. Parte do desenvolvimento dessa pesquisa foi, dessa maneira, resultado das turbulências pelas quais passa a educação nacional, a necessidade de alargamento dessa problematização em período mais estendido em relação à escola contribuiu para construção do objeto da pesquisa.

Nesse sentido, ampliando nossa compreensão temporal, o propósito desta pesquisa foi analisar as polêmicas em torno da educação veiculadas na seção *Através das Revistas e Jornais* do periódico político-pedagógico Escola Nova produzido entre outubro de 1930 a julho de 1931, para percebermos os discursos dos grupos em conflitos por meio da estratégia em repercutir os jornais da grande imprensa do período retratada nas páginas da seção, as estratégias mobilizadas pelo grupo que comandou a produção da revista para a cristalização do seu ideário e, finalmente, as representações construídas pelos mesmos no início do governo provisório de Getúlio Vargas que acabara de chegar ao poder.

No entanto, diferentemente do momento atual, o esforço dos grupos privados, daquele período especificamente, não era se apossar do Estado para obter lucros ou vantagens econômicas, mesmo que ideologicamente a movimentação acontecia para a manutenção do “status quo” político e econômico, mas de estabelecer nos corações e mentes da sociedade a representação de mundo de quem percebia que a permanência no poder corria sérios riscos. Isto é, o uso da questão do nacionalismo que se acentuava desde o início da república ficava cada vez mais exacerbada nas décadas de 10 e 20 do século XX, especialmente depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a função do nacionalismo defendido pelas elites políticas e

³ Conceito de hegemonia de Gramsci adotado por Raymond Williams e Apple. (cf. idem; WILLIAMS, Raymond. Cultura e Materialismo. São Paulo: Unesp, 2011)

econômicas e camadas médias brasileiras era de cristalizar o sentimento dos brasileiros da “verdadeira” cultura brasileira. Aos estrangeiros que por algum período lhes era reservado a esperança de regeneração da sociedade brasileira pelas mesmas elites, na segunda metade da década de 10 a aura construída em torno do imigrante passou a ser vista como promotores de agitação entre os trabalhadores brasileiros, trazendo instabilidade no interior das fábricas e ao resto da sociedade. No entanto, na passagem da década de 10 para a de 20, tanto as mazelas sociais que assolavam as cidades, como a situação do imigrante no país foram objetos de preocupação de médicos higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial de filantropos e reformadores sociais que enxergavam nas escolas um meio de se transformar os costumes e comportamentos da população, inclusive dos estrangeiros. Para a viabilidade desse ideário a articulação com o Estado se tornava fundamental para a efetivação do projeto de parte da elite intelectual e econômica. O esforço realizado por esse grupo se notabilizou pela mobilização de estratégias para colocar o seu projeto em pleno funcionamento e em condições de se manter por algum tempo, ditando as regras no cenário político nacional.

Por essa perspectiva, a escolha da revista *Escola Nova*, fonte documental da análise da pesquisa, foi estabelecida, pois ela configurou um espaço preponderante de veiculação das estratégias de seus produtores, por meio dos embates e debates relacionados a quem deveria comandar a reestruturação escolar e social da nação no período estudado, possibilitando identificar e investigar as disputas em redor da educação e de sua principal instituição, a escola.

Abriu-se o precedente também para análise de que tipo de conflito se desenvolvia, o motivo de tal disputa, como ela avançou sobre a seção e como foi apresentado o projeto de escola e sociedade na seção *Através das Revistas e Jornais*. Contudo, perceber o papel do Estado em ambos momentos como o eixo catalisador de forças políticas, seja para diminuí-lo e esvaziá-lo da função de promover e instituir políticas públicas como é o caso atual ou para fortalecê-lo com propulsor de um ideário conservador de sociedade que permeava a cabeça da elite intelectual e econômica das primeiras décadas da República.

A atenção se concentrou sobre a referida seção, visto que a essa parte do impresso destinou-se a divulgação de artigos publicados em jornais e revistas da grande imprensa da época e, por meio deles, foi possível aferir conflitos políticos e pedagógicos dos “jornalões” do período que ganhavam as páginas derradeiras da

revista. Ou seja, as disputas que aconteciam fora da revista, estimuladas pela “opinião pública”, eram catalisadas pela seção *Através das Revistas e Jornais*.

Muitas vezes essas polêmicas eram suscitadas pelos próprios membros do corpo editorial do periódico, pois, muitos deles, ocupavam cargos técnico-administrativos no início do governo provisório, e angariavam mais espaço no novo governo em disputa. Embora o produtor do periódico se empenhasse em demonstrar um consenso diante de seus leitores e, principalmente, em relação ao grupo rival, foi possível analisar, principalmente na seção mencionada, as polêmicas e divergências no campo educacional e político no cenário paulista que se pretendia nacional.

A imprensa pedagógica, dessa maneira, é uma fonte relevante para o desenvolvimento de uma análise sobre a instituição escolar, como também é um arcabouço documental que fornece possibilidades para a pesquisa do trabalho do professorado. Denice Catani⁴ enfatiza a importância dos periódicos educacionais em outros aspectos:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares (CATANI, 1996, p. 115-130).

Por essa perspectiva, as transformações internas e externas pelas quais passou o periódico são consideradas indicativos de mudanças significativas na atuação do grupo dos simpatizantes da “pedagogia renovada”, já que Lourenço Filho, personagem de atuação intensa no âmbito educacional, com grande relevância na década de 20, e um dos membros do grupo, auto denominado, “renovadores da educação”, tornou-se editor da revista ao mesmo tempo em que ocupou a direção da Diretoria de Ensino no início da década de 1930. Assim, a revista se constituiu em um instrumento de relevância para se atingir seu público, o professorado. Ao impresso coube mobilizar outras séries de instrumentos discursivos em suas páginas com a

⁴A imprensa periódica educacional: As revistas de ensino e o estudo do campo educacional. Revista Educação e Filosofia, 10(20): p. 115-130, jul /dez.1996:

intenção de veicular a sua visão sobre a educação e sociedade e, desse modo, se legitimar diante de seu público.

A utilização de fontes impressas exigiu cuidados específicos, muito por conta de serem veículos pelos quais setores da sociedade se apropriam⁵ ideologicamente para legitimar sua autoridade. Nota-se, a partir desta visão, que não iremos investir a imprensa de neutralidade e isenção, Carvalho a respeito dos impressos dos intelectuais da educação afirma que:

As estratégias editoriais dos pioneiros foram fortemente marcadas pela sua situação de profissionais e políticos encarregados da gestão (por eles sempre entendida como reforma educacional) dos sistemas públicos de ensino (CARVALHO, 2005, p.87-104).

Nesse sentido, perceber como se configurou a construção histórica e se estabeleceu a força da representação do grupo da revista Escola Nova nos anos 20 se apresentou relevante para a compreensão de como educação, para o referido grupo, se coloca como um objeto de controle político-social. Para isso, coube ao impresso, no início dos anos 30, o papel preponderante para convencer parte da sociedade brasileira do empenho de todos agentes envolvidos na realização do projeto de levar o Brasil ao progresso.

A opção pelo biênio de 1930 e 1931 se estabeleceu por ser um momento de condução do grupo varguista ao poder federal e, a partir disso, foi intensificado um realinhamento das forças políticas e educacionais em torno do Estado em todo país. Diante desse quadro, iniciou-se o recrudescimento, reestruturação, reconfiguração e reordenação de parte dos intelectuais que, de alguma forma, estavam envolvidos com a educação junto aos instrumentos discursivos para a conformação do professorado na disputa da política institucional. Com a indicação de novas composições políticas acerca do Estado apontadas pelo governo que adentrara ao poder se descortinou a possibilidade de ascendência de grupos que estavam aparentemente harmonizados.

É importante salientar a quantidade de trabalhos acadêmicos, textos e artigos que analisam a revista, fonte principal desta pesquisa, mesmo pelo viés da materialidade do impresso ou pelo conteúdo político-pedagógico que o periódico veicula. Assim, foi reservado a esta introdução a identificação de algumas pesquisas sobre a revista Escola Nova. Não é pretensão o esgotamento de textos sobre o

⁵Ao trazer para agenda da História a reelaboração das táticas criadas pelos atores do cotidiano, rechaçando o pensamento do qual os considera meros instrumentos de manipulação dos “produtores de cultura”, Certeau possibilita uma análise do próprio ato de escrever a história e, no limite, a escrita da história também pode ser uma apropriação da realidade por parte do historiador.

periódico no capítulo, contudo tornou-se importante a imersão nesses trabalhos para a construção de um mapeamento dos possíveis caminhos que a pesquisa poderia percorrer no decorrer da sua produção.

O manejo do documento.

Quando se escolhe como escopo documental a imprensa especializada no âmbito educacional abre possibilidades de analisar como se manipulou este instrumento como projeção do ideário das autoridades e elites (econômicas e intelectuais) que elegeram a instituição escolar como o espaço de regeneração do país. Torna-se também viável o exame da construção das visões e das representações de mundo dos agentes envolvidos na produção dos impressos e, claro, apreender o objetivo por meio do qual se realizou a criação do periódico pedagógico (VILELA, 2000, p. 4).

Dois trabalhos perpassam a seção, contudo o eixo que orientava as pesquisas era outro. Um deles é *Discursos, Cursos e Recursos: Autores da Revista Educação* de Marize Carvalho Vilela (2000), por meio de um levantamento minucioso e acurado, realizou-se um mapeamento, em forma de banco de dados, minucioso sobre a revista Educação entre 1927 até 1961. Desta forma, segundo a autora, “os pesquisadores contam com um acervo de informações das várias fases da revista em detalhes”, que facilita a atuação do historiador no estabelecimento de relações entre as informações veiculadas no periódico, bem como identificar e reconhecer o lugar a partir do qual fala os articulistas e de onde partiram suas contribuições (VILELA, 2000, p. 1).

A autora percorre a trajetória do impresso, o considerando como um veículo único, porém observando as mudanças no decorrer do tempo de vida do impresso. Ao mesmo tempo, a pesquisadora apresenta autores que viabilizaram e contribuíram com a revista como um todo, assim como problematiza a baixa participação das mulheres na publicação dos artigos nas quatro fases da publicação da Diretoria Geral de Instrução Pública.

Vilela evidenciou uma polêmica na seção em questão, embora não a trate como tal, quando apresenta divergências do jornal paulista, Diário Nacional, em estranhar às mudanças de sedes de muitos professores após serem submetidos a um questionário. Vilela apresenta esse assunto o relacionando às estratégias utilizadas pelo editor, Lourenço Filho. Ao analisar a revista, a pesquisadora verificou as diferenças nas colunas e nos espaços destinados ao episódio no transcorrer da seção, como é possível verificar nas figuras I e II a seguir:

Figura I

ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAES

Não recriminamos. Apenas sugerimos.

As caixas escolares, necessariamente, precisam ser regulamentadas e centralizadas em sua direcção.

Cincoenta por cento dos saldos que apresentassem semestralmente, deveria ser arrecadado pela direcção central e distribuido pelas caixas mais necessitadas. Praticar-se-ia, dessa forma, o mutualismo, uma das mais uteis conquistas sociaes. Enquanto assim não se fizer, será como estamos vendo: dinheiro em cofre e milhares de crianças sem roupas, nem calçados, nem alimentação sadia, privadas até de certos elementares cuidados hygienicos, como o uso do calçado.

(Do "*Diario de S. Paulo*").

A CIRCULAR DA DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO

Ha dias, o DIARIO NACIONAL estampou a cópia de uma circular expedida pelo sr. director geral da Instrução Publica a todos os directores de grupos e escolas reunidas do Estado, circular contendo os itens de um questionario que offerecia ensejo a interpretações menos claras para aquelles que não conhecessem os motivos de caracter especialissimo que o ditaram.

Em sua edição de hontem, novamente insistiu o DIARIO NACIONAL na desarmonia em que apparentavam estar alguns itens da referida circular com os interesses technicos do ensino.

Fizemo-lo, como aliás já ficou declarado, em obediencia estricta ás normas que sempre pautaram, e continuarão a pautar, a nossa actuação jornalística, pregoeiros que somos de uma rigorosa selecção de valores pela organização da administração publica, independentemente de quaesquer injuncções politicas.

Impunha-se, portanto, que da parte da Directoria Geral viessem a publico esclarecimentos sobre os intuitos que determinaram a inclusão

dos itens sobre cujo sentido pairavam duvidas no questionario assignado pelo professor Lourenço Filho.

Taes esclarecimentos, já hoje temos a satisfação de transmittir aos nossos leitores, através do memorandum que o illustrado pedagogista nos dirigiu.

Por ahi, se poderá inteirar cabalmente do pensamento superior e, ao mesmo tempo, do senso pratico em que se estribou o actual director da Instrução, ao propôr aos directores de grupos e escolas reunidas os quesitos de tal inquerito.

"Sr. redactor,

O "*Diario Nacional*" estranhou que a Directoria Geral da Instrução Publica tivesse solicitado, dos srs. directores de Grupos e Escolas Reunidas, informações sobre os ultimos acontecimentos, nas localidades em que servem. Impressionou a essa folha, particularmente, o facto de se terem pedido informações sobre a Junta Governativa local, seus primeiros actos e filiação politica de seus membros.

E' com prazer que esta Directoria esclarece os motivos dos itens propostos, para o largo inquerito que realizou, e que, opportunamente, publicará em resumo.

Como foi divulgado, tendo de normalizar, sem perda de tempo, o trabalho das escolas, para realização dos exames finaes e levantamento da estatistica do anno, esta Directoria fez partir, para as diversas zonas, em que dividiu o Estado, dezeseis enviados especiaes, que deviam tomar medidas de emergenciaes para esse resultado e apresentar, por fim relatorio minucioso, com informações relativas á situação actual dos srs. professores. E' por demais conhecido que, em virtude dos ultimos acontecimentos, muitos mestres ficaram incompatibilizados com o meio em que serviam, e alguns, felizmente poucos, impossibilitados mesmo de regressar á séde de suas escolas. Para taes casos, esta Directoria deu prom-

Figura II

ESCOLA NOVA

pto remedio, sempre com o fito superior do serviço publico, que lhe está entregue, e o da salvaguarda dos direitos dos srs. funcionarios. Não propoz ao sr. secretario do Interior, até agora, demissão alguma, e só o fará, baseado nas syndicancias que tem mandado abrir, em varias localidades, para apurar devidamente a culpabilidade de professores, contra quem tem recebido denuncias.

Os relatorios dos srs. enviados especiaes, pessoas de toda a confiança desta Directoria, e de notoria respeitabilidade, lembram, para tempo opportuno, modificações de pessoal em varios municipios. De accordo com as instrucções recebidas, esses enviados ouviram sempre as novas situações "de facto", criadas em cada lugar, e a maioria dessas modificações se apoiam em informações assim colhidas, sob reserva. Está bem claro, pois, que esse trabalho de informação, realizado em pouco mais de vinte dias, devia ser completado e depurado, com outros informes, colhidos directamente do proprio professorado. Dahi, a razão da circular e do inquerito que deu resultados além da expectativa, e que comprovam o bom senso e o patriotismo dos srs. professores.

Pelas respostas ao inquerito, esta Directoria está hoje habilitada a julgar, com base de justiça, quanto a innumeras queixas, denuncias e reclamações, pois tem em mãos a qualificação dos denunciantes e reclamantes, como dos que fazem defesa á *outrance* de varios professores, acoiados de desidiosos ou incapazes. O pedido de informação quanto á filiação politica ou partidaria se fazia necessario, para avaliar da isenção das informações prestadas, pois o momento é ainda de grande agitação nos espiritos.

Para que se possa avaliar do criterio superior de todo esse trabalho, bastará notar que, apenas conhecida a noticia de que os srs. professores estavam sendo ouvidos, varias quei-

xas foram retiradas ou modificadas, e outras, reduzidas a seus justos termos.

Não ha, no inquerito realizado por iniciativa desta Directoria, e cuja responsabilidade assume por inteiro, outra politica senão a da justiça para com os funcionarios do ensino. A actual Directoria da Instrucção tem um programma assentado, em perfeita harmonia de vistas com o Governo Provisorio, e não se afastará d'elle, em hypothese alguma. Para a sua boa execução, toma as medidas que julgar convenientes, dada a ampla autonomia com que a honra o sr. secretario do Interior. Seus actos são e serão sempre publicos, e não teme, antes solicita, com empenho, a analyse, julgamento e critica da imprensa bem intencionada para que possa, da melhor maneira, concorrer para dar a São Paulo o aparelho tecnico de educação, que o Estado merece e, mais, a situação de perfeita dignidade social de que é carecedor o professorado, redimido de vez do captivo politico que o humilhava.

Solicitando de v. exa. a publicação destas linhas, aproveito a oportunidade para apresentar a v. exa. os protestos de elevada estima e consideração.

(a) LOURENÇO FILHO
Director Geral".

(Do "*Diario Nacional*", de S. Paulo).

O ENSINO NAS ZONAS RURAES

Escreve-nos de Itapetininga o sr. Abner de Moura :

"Data de cerca de tres lustros a legislação para o ensino primario paulista que instituiu a categoria dos — mestres provisorios — recentemente repetida em moldes e com nome novos. Ainda ha pouco a primeira leva de leigos interinos prestava, no mato, o trabalho que raros normalistas lograriam alcançar. A primeira, apenas, porque foi nomeada

Figura III

I N F O R M A Ç Õ E S

Circulares expedidas pela Directoria Geral da Instrução Publica

CIRCULAR N.º 44 — S. Paulo, 13 de Novembro de 1930.

Sr. Director.

Um dos pontos capitaes do programma da actual administração do ensino é o de dar, aos srs. professores, ampla autonomia didactica, dentro das normas compativeis com a boa regularidade do serviço e adopção de technicas que se baseiem num conhecimento objectivo da criança e compreensão da finalidade social a que devem tender as escolas.

Nesse sentido, venho solicitar-vos redijaes em collaboração com os srs. professores desse estabelecimento, um projecto de programma de ensino, para ahi ser adoptado, no proximo anno, desde que approved por esta Directoria.

Para a boa execução desse trabalho, recommendo-vos o seguinte :

1. Deveis realizar uma reunião geral preparatoria, de todos os srs. professores, em que lereis esta circular, e dividireis o estudo do projecto de cada anno, commetendo-o de preferencia, aos srs. professores das classes respectivas ;

2. Os srs. professores que regem classes do mesmo anno, estudarão em conjuncto o projecto que se lhes pede para esse gráo, e designarão um relator ou relatora, que apresentará, por fim, o que ficar decidido, por maioria absoluta de votos. No caso de voto divergente, cada professor poderá enviar o seu projecto ;

3. Concluido, assim, o estudo de um programma, para cada anno ou gráo de ensino, deveis proceder a uma nova reunião geral, em que os srs. relatores, sob vossa presidencia, procurarão articular os programmas parcellados, de modo a que, do conjuncto resulte um plano tão perfeito quanto possivel. Para os esboços referentes aos 2.º, 3.º e 4.º annos, devem os srs. professores attender, tambem, ao preparo médio obtido, nesse estabelecimento, pelos alumnos nelle matriculados;

4. O programma de cada anno, nesta primeira tentativa, deve ser *discriminado por materias*, como no programma vigente, e as materias indicadas com inteira liberdade. No caso, porem, de haver nesse estabelecimento professores, habilitados a redigirem programmas *globalizados*, seus

Figura IV

I N F O R M A C Õ E S

estudos deverão ser remetidos, em separado, sem prejuizo do programma discriminado e do estado geral ;

5. Ao assignar o trabalho do relator, ou esboços pessoais, entende-se que os srs. professores se compromettem a executar fielmente os programas apresentados, e têm consciencia de que elles venham a produzir maior efficiencia do ensino, respeitadas as leis de hygiene mental dos alumnos;

6. Em relação ao esboço do 1.º anno, cada professor deverá anotar, junto á sua assignatura, qual o processo que prefere para o ensino inicial da leitura (sentenciação, palavrção, syllabação), enunciando as razões dessa preferencia ;

7. O programma deve attender, no seu conjuncto, ás necessidades reais da criança a que a escola serve. De modo geral, deve attender primeiramente, ás possibilidades e necessidades economicas da zona em que está a escola (zona agricola, de pecuaria, do littoral). Antes de tudo, a escola publica precisa radicar o alumno ao seu pequeno torrão, seja a fazenda, bairro ou cidade, pelo apurado exame dos problemas locais, a proposição de soluções que o habilitem a agir, nesse pequeno mundo, no sentido de melhoral-o e engrandecel-o;

8. Concluindo o trabalho dos srs. professores, a que dareis o melhor de vossa collaboração, sem impôr quaesquer idéas, deveis elaborar um parecer em separado, muito succinto, sobre o programma organizado, e sua exequibilidade;

9. Recommendando-vos deixeis copia de todo o trabalho, no archivo desse estabelecimento, e que providenciéis para que os planos elaborados estejam nesta Directoria até o dia 10 de dezembro proximo. E' obsequio enviar todo o trabalho em papel tamanho almaço e, si possivel, dactylographado. Saudações, (a) Lourenço Filho — Director Geral.

CIRCULAR N.º 45 — S. Paulo, 15 de Novembro de 1930.

Sr. Inspector Districtal.

No intuito de proceder a um estudo geral de relocalização de escolas isoladas, augmento ou diminuição de classes em escolas reunidas e grupos escolares, e outras providencias necessarias ao bom andamento do ensino, recommendo-vos enviais a esta Directoria, até o dia 15 de Dezembro próximo, um memorial tão completo, quanto possivel, sobre o vosso districto.

Esse memorial deve ser dividido em duas partes distinctas do seguinte modo :

1. SITUAÇÃO ACTUAL :

- a) limites e descripção do districto ; meios de communicação ;
- b) localização das escolas isoladas, sua matricula e frequencia em 1930;
- c) observações quanto aos grupos escolares e escolas reunidas, incluindo informações sobre os predios escolares ;
- d) informações sobre todo o pessoal do ensino, sua situação actual, para o bom desempenho de seus cargos;
- e) informações relativas a escolas municipaes e particulares.

Percebe-se que o tratamento às circulares, de uma forma geral, é estrategicamente diferente às explicações realizadas por Lourenço Filho sobre a distribuição do questionário às escolas. A estratégia utilizada por Lourenço Filho ficou explícita quando na edição anterior o diretor geral fez publicar a circular nº 44, representadas pelas figuras III e IV respectivamente, também dirigida aos diretores das escolas. Enfatizava-se nelas as benesses da autonomia didática e, sugerindo algumas medidas aos diretores e professores para a construção de um bom projeto didático, contudo, deveria ser submetidas à análise e aprovação da Diretoria Geral de Instrução Pública como pode ser verificado nas figuras anteriores.

A abordagem é opostamente diferente em relação ao tratamento da circular que intencionava investigar o possível envolvimento de docentes na “contrarrevolução”. Na circular acima, o texto está centralizado com algum destaque, e, principalmente, ganhou as páginas da revista, algo que não ocorreu com a resposta ao jornal Diário Nacional. Por outro lado, a resposta ao questionamento do veículo jornalístico sobre a circular “inquisitorial” aparece em duas colunas e em tamanhos e espaços diferentes, como observado nas figuras I e II. Outro dado curioso é que a circular questionando a atuação dos professores não chegou a ser publicada na revista Escola Nova, algo que acontecia frequentemente com outras circulares, especialmente quando era para exaltar algum feito e realização ou anunciar alguma medida que suspostamente não traria nenhuma divergência. Talvez por isso, Lourenço Filho não levou a circular às páginas do periódico, no entanto, não conseguiu evitar a polêmica.

O tipo de tratamento despendido pelo editor da revista demonstra a importância da análise sobre os “aspectos da materialidade da revista Escola Nova, e possibilita conhecer certas estratégias postas em práticas para a configuração e o controle técnico e doutrinário do aparelho escolar” (VILELA, 2000, p. 21). Contudo, a análise da seção não foi prioridade do trabalho da pesquisadora.

Nesse mesmo sentido, o livro *A sociedade de educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922 – 1931)* de Ana Clara Bortoleto Nery publicado em 2009, desenvolve um pouco mais sobre querela que houve entre Lourenço Filho e o impresso paulista Diário Nacional a respeito da distribuição do questionário para serem preenchidos pelos diretores dos grupos escolares e escolas reunidas, recebida com muita “insatisfação pelos professores”. No entanto a autora evidencia principalmente o papel da Sociedade de Educação de São Paulo para aglutinação de

alguns nomes do cenário educacional dos anos 20, e sua conexão com as revistas produzidas nesse período de rearranjo dos paulistas na década de crise da política oligárquica, culminado com destituição de São Paulo do comando do governo federal.

O trabalho da pesquisadora detalha o círculo de vida de cada uma das revistas pedagógicas produzidas na década de 20, desde a produção da revista da Sociedade de Educação de São Paulo (1923-1925) de iniciativa particular até as produzidas pela Diretoria Geral de Instrução do estado de São Paulo quando o grupo da entidade privada paulista capilarizava as instituições público-estatais. As conexões políticas, os personagens envolvidos na elaboração e efetivação de um sistema educacional também foram objetos de exame da autora. Embora Nery realize uma análise aprofundada da circular produzida e publicada pelo Lourenço Filho, a pesquisadora não se detém nas contradições da seção *Através das Revistas e Jornais*, não obstante, problematize alguns temas.

No relatório “inquisitorial”, Lourenço Filho procura rastrear como cada professor atuou durante o movimento que derrubou o governo de Washington Luís em 1930. Nery não menciona se depois do preenchimento do questionário houve demissões ou futuras perseguições aos docentes, no entanto traz considerações do diretor geral na qual afirmava que o emprego do questionário era de caráter restritamente técnico (NERY, 2009, p. 110).

O motivo das suspeitas do jornal paulista a respeito da circular foi o suposto valor técnico defendido pelo diretor geral, no entanto, o teor das questões não demonstrava sua tecnicidade. Em esclarecimento a respeito da circular e do questionário, Lourenço Filho tentou demonstrar ao seu público alvo, o professorado e não ao jornal, as razões que motivaram a produção do questionário reafirmando “a rigorosa seleção de valores pela organização **da administração pública, independentemente de quaisquer injunções políticas**”⁶ (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 303).

No decorrer da resposta de Lourenço Filho e pela análise das questões da circular demonstra o caráter político desse relatório, em determinada altura do seu texto o editor do impresso pedagógico “esclarece” que “a atual Diretoria da Instrução tem um programa assentado, em perfeita harmonia de vistas com o Governo Provisório, e não se afastará dele, **em hipótese alguma**”⁷(REVISTA ESCOLA NOVA,

⁶ Grifo nosso.

⁷ Idem.

vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 303). O tom categórico do editor do periódico consonante com o “novo” governo expõe as estratégias disponibilizadas para demarcação do território em disputa com sólidas diretrizes centralizadoras e fiscalizadoras. Lourenço Filho, por meio da devassa contra os professores, tenta demonstrar a qual direção as iniciativas educacionais deveriam seguir, e sem titubear, não hesita em fortalecer as medidas tomadas pelo governo federal, e aplicá-las no conjunto da administração pública.

Figura V

A Nova Orientação do Ensino
Uma Circular do Sr. Diretor da Instrução Pública

Mostraram-nos ontem a seguinte circular, asseverando-nos haver sido expedida pelo sr. diretor geral da Instrução Pública aos srs. diretores de grupos escolares do Estado:

“São Paulo, 1º de novembro de 1930 - Sr professor.....

Diretor de

- 1 – Durante o período de 3 a 31 de outubro esteve fora da localidade ou se manteve em seu posto?
- 2 – Como foi recebida a notícia da vitória da Revolução nessa localidade?
- 3 – Como foi recebida a notícia da deposição do governo anterior de São Paulo?
- 4 – Que fatos importantes aí se deram, no decorrer do mês de outubro?
- 5 – Houve luta na deposição da Câmara Municipal? Provocada por quem e como?
- 6 – Como e por quem está constituído agora o governo municipal da localidade? Há no mesmo algum elemento do magistério público? (Anotar diante de cada nome a sua filiação política e a profissão de cada membro da junta governativa)
- 7 – Como foi recebida pela população essa Junta Governativa?
- 8 – Quais os seus primeiros atos? A junta tem facilitado o trabalho das escolas?
- 9 – Acham-se funcionando normalmente as escolas do município?
- 10 – Outras observações pessoais:

Responda em papel (...)

Saudações __ (a.) Lourenço Filho, diretor geral”

Figura retirada de Nery (2009, p. 111)

Não havia Lourenço Filho, cogitado demissões baseadas nos questionários e, caso acontecessem, deveriam antes ser submetidas às sindicâncias que já investigavam eventual envolvimento de docentes em eventos relacionados à militância política por meio de algumas denúncias contra professores. Nery (2009, p. 113) aponta que nesse período, no início de 1931, foi criado por Lourenço Filho o Conselho Superior de Educação, com aval de Fernando de Azevedo, diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal à época. A função primordial desse órgão era consultiva e deliberativa no julgamento de sindicâncias e processos disciplinares.

O diretor geral poderia ignorar o estranhamento do Diário Nacional a respeito da circular distribuída entre os diretores, no entanto, a hipótese aventada para Lourenço Filho valorizar esse assunto foi, ao jogar holofotes nessa questão, ele direciona o seu público para a leitura de seus artigos que ratificam suas intenções em relação à reforma de ensino, à autonomia didática, o papel da imprensa no empreendimento patriótico que o “novo” trazia consigo. A utilização da circular foi um pretexto para amenizar a situação, evidenciando os seus propósitos e os do governo provisório na reconstrução do país em novas bases.

É importante lembrar que o desenvolvimento da colaboração com o governo provisório foi uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo que Lourenço Filho agia no interior da Diretoria Geral na realização de expulsão do “expurgos” do golpe de 1930, afirmava que não havia ocorrido demissões, mas, como ele mesmo diz: “mestres ficaram incompatibilizados com o meio em que serviam, e alguns felizmente poucos, impossibilitados mesmo de regressar à sede de suas escolas”(REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 303). Segundo Lourenço Filho, a Diretoria Geral resolveu essa questão com o “feto superior do serviço público, que lhe está entregue, e o salvaguarda dos srs. funcionários” (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p. 303/304). Por outro lado, o Governo Provisório permite a ampliação da capilaridade do grupo político-educacional num movimento de reciprocidade, no entanto, outras forças estavam em disputa com o grupo dos “reformadores” para solapar o governo que chegara ao poder.

Tanto Nery (2009) quanto Vilela (2000) consideram a resposta ao jornal Diário Nacional uma tentativa de apaziguar e conciliar com todas as partes envolvidas, mas também de desvirtuar um embate que estava em intensa ebulição no território político na disputa pelo controle do aparelho escolar e o projeto vitorioso na reestruturação e reorganização da sociedade por meio da escola (VILELA, 2000, p. 21).

A revista *Escola Nova*, em seu primeiro número, traz publicado na seção o artigo sob o título de “Reforma da Diretoria do Ensino” e subtítulo “O sr. Diretor do ensino expõe, aos representantes da imprensa, as minúcias dessa reforma”. Com o propósito de atingir principalmente ao professorado, esclarece à imprensa em pormenores qual é o teor da reforma. Para a realização do evento a Diretoria de Instrução convidou os jornais paulistas para participar da apresentação, numa longa explanação ratificou a importância das transformações que estavam ocorrendo na educação e na sociedade.

Além desse artigo sobre a exposição da reforma para a imprensa, seguem artigos minuciosos em vários jornais da grande imprensa sobre a autonomia didática. Esses artigos mencionados antecedem a resposta ao jornal *Diário Nacional* nas páginas 303 e 304, com o objetivo de preparar o leitor para o que viria depois. O artigo posterior tratou de explicar sobre “*O Ensino nas Zonas Rurais*”, dando a impressão que era apenas mais um tema entre tantos outros, tentando “suavizar” o embate em torno do inquérito sobre os docentes. Na visão de Vilela,

o tratamento dado à crítica que o *Diário Nacional* fez à sua circular é uma tentativa de minimizar e descaracterizar um conflito que acontece no território – a luta pelo controle do aparelho escolar como dispositivo institucional de reorganização nacional pela reestruturação da escola. Se o periódico publicou a circular sobre a “autonomia didática” em posição de destaque, ignorou a circular que promovia devassas sobre a vida cotidiana do professorado. E, quando este assunto indigesto ultrapassou as fronteiras da Instrução Pública e ganhou espaço na grande imprensa, a refutação apareceu, em corpo pequeno, na penúltima página da publicação que se afirmava dedicada, entre outras finalidades, à defesa dos interesses docentes (VILELA, 2000, p. 21/22).

A exposição da resposta do diretor geral desvela como os seus funcionários deveriam, a partir de então, se comportar. Afirmando que os professores contribuíram com a realização do questionário, sendo realizado, em partes, pelo “próprio professorado” e, segundo Lourenço Filho, o resultado superava o esperado, “que comprovam o bom senso e o patriotismo”⁸ do corpo docente. Esse episódio sobre a circular de “caça às bruxas” aos professores extrapolou a seção *Através das Revistas e Jornais* suscitando, por meio do seu principal veículo propagador do ideário escolanovista, um debate acalorado entre o jornal da grande mídia paulista e a Diretoria de Instrução.

⁸Revista *Escola Nova*, v.1, nº II e III, nov-dez/1930, p. 304.

Desse modo, o estudo da seção *Através das Revistas e Jornais* se deteve em uma metodologia por meio da qual se realizou um levantamento acurado sobre os atores que participaram da seção, quantas vezes esses colaboradores aparecem na seção, quais os temas recorrentes, os jornais frequentes à seção, quais assuntos são selecionados pelo editor para a construção de uma seção na qual se objetivava ecoar os debates, reverberar polêmicas e repercutir embates em torno do âmbito político-pedagógico.

A intenção da realização desse levantamento se baseia na identificação dos lugares de produção, de onde saíram as opiniões dos colaboradores da seção, e como foram veiculados. Esmiuçar a seção, embora seja trabalhoso, por outro lado facilitará a aproximação com o objeto analisado, no que tange aos temas abordados e, claro, estabelecer algumas hipóteses e conclusões. Vilela (2000, p. 17) afirma que na seção *Através das Revistas Jornais*

havia uma espécie de sinopse de artigos publicados em jornais e revistas, tanto nacionais, quanto estrangeiros. A escolha dos autores dos livros e títulos, a seleção dos artigos e dos temas extraídos dos periódicos fornecem-nos dados sobre o projeto pedagógico traçado pela revista.

Além de ser uma parte privilegiada da revista ao articular estratégias e instrumentos de como foi construído esse projeto pedagógico pensado e como foi posto em prática, esta seção expõe as referências selecionadas como discussão em torno de um eixo pedagógico. A seção, dentro da revista *Escola Nova*, apresenta uma outra característica, expõe uma das faces do projeto de construção e desenvolvimento nacional que, com a chegada de Getúlio Vargas no poder, se propunha vitorioso. Nesse sentido, abrem-se alguns campos de atuação para a implantação desse projeto, a educação é uma dessas possibilidades para a consolidação da ideia de nação.

Marta Carvalho (1993, p. 12) assinala que um dos proponentes da *Escola Nova* no Brasil, Fernando de Azevedo, construiu uma narrativa na qual “esvazia-se o debate em torno do tema *Escola Nova*”, dessa forma ela afirma que:

Assim, aquele embate é descaracterizado enquanto conflito de posições nitidamente demarcadas num território político: o da luta ideológica pelo controle do aparelho escolar. O que o discurso suprime é que nessa luta, era um programa de “organização nacional através da organização da cultura” largamente sedimentados nos debates educacionais dos anos 20, que se fraturava em duas estratégias rivais. Em ambas, tinha importância fundamental a questão do controle ideológico dos professores, concebidos como “organizadores da alma popular” (18). E, por isso, as estratégias tinham, no campo doutrinário da pedagogia, um território privilegiado, já que

era nele que a adesão do professor era obtida e que sua conduta era normatizada (CARVALHO, 1993, p. 12).

Dessa maneira, questões em relação ao que deveria ser alcançado com o projeto ideológico não havia divergências acentuadas que comprometessem a sua efetivação, por outro lado, acerca da direção do projeto educacional estavam longe de serem consensuais, mesmo para um projeto que se apresentava vitorioso e com a intenção de transparecer harmônico em torno da corrente pedagógica, como o próprio título da revista sugere. A seção, diferentemente das outras fases da revista, ganha um importante significado, oferece ao professorado um espaço de pseudo diversidade e pluralidade de opiniões. No entanto, a revista não consegue camuflar o seu viés autoritário ao “orientar” como a imprensa empresarial deve se comportar para inserir o Brasil no rol das nações “civilizadas”. Dessa maneira Lourenço Filho afirma que:

Uma reforma de educação importa em reforma de mentalidade e de costumes. Tem que ser uma obra de larga cooperação, em que o papel da imprensa é imprescindível. Apelava, pois, para os jornais ali representados, pedindo a sua crítica, suas sugestões, o exame de cada questão e de cada ato. A diretoria do ensino está sempre aberta aos jornalistas que queiram colaborar com o patriotismo na grande obra do governo provisório. Ventilando as questões de educação, ameudadamente, a imprensa concorrerá para criar uma opinião pública esclarecida a respeito de assunto de tanto interesse, e a que o governo e, em especial, pela natureza de suas funções, o sr. Secretário do Interior, estão dedicando a melhor de suas atenções (REVISTA ESCOLA NOVA, v. 1, nº II e III, nov-dez/1930, p. 282).

A revista Escola Nova por meio d'*Através das Revistas e Jornais* alerta, no trecho acima, em tom conciliatório, em qual sentido a grande imprensa deve contribuir caso queira construir uma boa relação com o governo, a diretoria de ensino e, por conseguinte, o periódico.

Retornando ao questionamento do Diário Nacional sobre o inquérito imposto aos professores, a posição de Lourenço Filho coloca o jornal como um exemplo antipatriótico que não devem ser seguidos pelos demais da grande imprensa que estava reunida na exposição do diretor. Perceba que Lourenço Filho, como editor da revista, se coloca como porta voz do governo de Getúlio Vargas ao pautar como os jornalistas devem se comportar, quem decide quem é patriota ou não, no caso, é a diretoria de ensino.

A instrumentalização do periódico, estrategicamente, evidencia atuação deste grupo de intelectuais da educação na arregimentação do público para o qual o impresso foi destinado, o docente paulista. Ao atingir a mente do professorado, as transformações da instituição escolar e da sociedade seriam alcançadas, as questões

de ensino-aprendizagem, na concepção desses intelectuais da educação, dependiam, pois, exclusivamente, da atuação do docente (FIGUEIRA, 2004, p. 25).

Ao examinar os números da revista *Escola Nova*, nos deparamos com uma diversidade de dispositivos que integravam o conjunto de outros instrumentos discursivos na tentativa de arregimentação do seu público-alvo. Nesse sentido, os números do periódico dedicados inteiramente às reformas, aos programas escolares, ao cinema, aos testes, à excursão, à orientação vocacional, à autonomia didática e à saúde demonstram a sofisticação do engendramento discursivo que os produtores do periódico realizam para difundir saberes pedagógicos a fim de se legitimar, como autoridade do território em disputa, no âmbito educacional.

Foi reservada à seção *Através das Revistas e Jornais* o espaço para análise dos debates e divergências de ideias e pensamentos acerca da educação e das medidas administrativas, nesse sentido, a seção sobre a qual se deteve a atenção revela a tensão político pedagógico no início do governo de Getúlio Vargas.

As ideias observadas junto ao impresso analisado, em cômputo geral, tinham a função de legitimar tanto a pedagogia escolanovista, como marcar território diante do governo de Vargas, contudo, quando realizamos o exame de suas páginas derradeiras notamos recorrência de polêmicas e embates acerca do tema. Nela percebemos conflitos e discussões que o restante da revista fazia transparecer consensual.

Como afirma Catani (1994, p. 123 apud VILELA, 2000, p.17), na fase anterior da revista intitulada como *Educação* valorizava-se as discussões sobre os “princípios e fundamentos teóricos da prática escolar”, priorizava-se também assuntos como a função das instituições escolar e universitária e, segundo Vilela, os temas foram desenvolvidos com maior diversidade de opinião, e não havia uma linha editorial político pedagógico definido.

Ao assumir explicitamente o nome de revista *Escola Nova*, revelou-se, desse modo, junto ao novo governo, o modelo de educação que o país deveria adotar naquele momento. Vilela (2000, p. 6) destaca o papel da revista periódica como uma rica fonte com capacidade de fornecer informações de como se apresenta o poder. Partindo do pressuposto formulado por Carvalho (2005) do qual a tensão entre dois grupos, a saber: reformadores da Educação e a Liga Católica se materializava em estratégias diversas, uma delas é o papel dos impressos para a demarcação do poder, mais do que isso, quais as estratégias no interior desses periódicos educacionais. O

suporte e o conteúdo que a revista traz, além da própria revista em si ter sido criada como uma estratégia, também lhes é atribuído uma função primordial na consolidação do projeto político.

As revistas pedagógicas refletem a educação como um objeto de disputa de poder. As discussões e os embates que cercam a educação veiculadas na revista *Escola Nova* fornecerão qual foi a força da representação de escola desenvolvida pelo grupo que a partir de 1930 ocupou o governo federal, como consequência de um projeto político e pedagógico construídos historicamente durante as primeiras décadas século XX. Marta Carvalho em seu artigo de 2005 explora o impresso produzido pelo grupo da *Escola Nova*, evidenciando, entre outros aspectos os artigos de polêmicas em jornais da grande imprensa, como afirma a própria autora que:

[...] será nessa luta que o impresso desempenhará um papel fundamental. Na forma de livro de estudo para a Escola Normal, de livro de formação integrante de uma Biblioteca Pedagógica, de artigo de revista dirigida ao professor, de instrução regulamentar endereçada às escolas, **de artigo de polêmica em jornal de grande circulação etc., o impresso será dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado**⁹ (CARVALHO, 2005, p. 87-104).

Um aspecto importante que difere a revista *Escola Nova* de outros impressos pedagógicos no referido período é que o periódico passa a adotar, de forma explícita em sua capa e em suas páginas, uma corrente pedagógica, algo que não acontecia com tanta clareza com os periódicos editados pela Diretoria de Ensino, órgão público responsável por organizar o ensino básico nos estados e pela produção das publicações. Os periódicos *Escolar* e *Educação*, impressos antecessores da *Escola Nova*, sob responsabilidade do órgão do estado de São Paulo, não expunham em suas capas a corrente pedagógica defendida pelo grupo que os comandava, embora no interior desses impressos já se imprimiam a defesa por ideias da pedagogia nova. Nesse sentido, as transformações político-administrativas que atingiam o país no início dos anos 30, alcançaram de modo categórico o impresso em análise.

O escopo da presente pesquisa se detém na seção mencionada e, desta maneira, o levantamento, se distancia do realizado por Vilela, pois se propõe a sistematizar os dados que a *Através das Revistas e Jornais* nos fornece para a construção de uma análise acurada. Assim, a abordagem sobre a revista *Escola Nova* se concentrou também na análise do material como tentativa do grupo político-pedagógico que o comandava de demonstrar uma suposta hegemonia em torno do

⁹ Grifo nosso.

projeto escolanovista no campo de consenso ideológico e em território de disputa de condução desse projeto. Considerando o apontamento que Carvalho apresentou ao analisar o papel do impresso na disputa dos grupos em contraposições pelo controle do aparelho escolar com duração de, pelo menos, até a instalação do Estado Novo em 1937 (CARVALHO, 2005, p. 89).

Em todo projeto político vencedor a tendência, para legitimar a nova gestão, levar ao esquecimento o que foi construído até aquele momento e evidenciar a panaceia do porvir. É o que se tentou proceder, não sem conflitos, com o programa político que chegou ao poder nos anos 30. Observa-se ao mesmo tempo e contraditoriamente, agentes políticos de considerável relevância, transitando tanto no projeto derrotado como no vitorioso. Contudo, independentemente de quem estivesse no poder, à escola era reservada a “missão” de desenvolver a república, visto que o país só estava imerso no atraso por causa da educação ou a falta dela (CARVALHO, 2003, p. 36).

A análise das últimas páginas do periódico trouxe à tona polêmicas internas e externas em torno de uma questão muito cara para o grupo que ascendia ao poder na década de 30 do século XX, a educação. Dessa forma, alguns aspectos sobre a educação, que numa análise superficial podem parecer “solucionadas”, ao serem observados com acuidade, demonstram o quanto são problemas sem consenso.

Levando em consideração a mobilização de estratégias desenvolvidos para a manutenção do grupo de educadores sob a égide da “renovação da escola” para consolidar o seu ideário, e assim permanecer no poder em plena crise do sistema oligárquico, optamos por organizar o trabalho em duas partes para uma maior compreensão da configuração do cenário político-educacional paulista e como os sujeitos que disputavam a preponderância na condução da sociedade por meio da educação eram estampados no periódicos pedagógicos. E, assim, analisarmos de forma mais acurada a seção *Através das Revistas e Jornais* da revista *Escola Nova*. Nesse sentido, a Parte I da dissertação se preocupou em abordar como as revistas pedagógicas produzidas pela Diretoria Geral de Instrução Pública se configuravam instrumentos relevantes para o grupo político-educacional, que a comandou por grande parte da década de 1920 manter o seu raio de ação política no órgão público e assegurar alguma participação na efetivação do ideário em um cenário de crise do sistema oligárquico. Por essa perspectiva, o título da Parte I é *A arregimentação das revistas pedagógicas como instrumentos de manutenção dos paulistas no controle de*

um sistema oligárquico em transformação. Por sua vez, a divisão da primeira parte está subdividido em dois capítulos, em cujo primeiro capítulo nos detivemos em situar a análise quanto ao panorama sobre as revistas que antecederam a revista *Escola Nova*. Nesta direção, o capítulo apresentou o caminho percorrido durante a década de 20 com o aparecimento da revista Sociedade de Educação de São Paulo, num cenário de crise da política oligárquica e de reorganização das forças paulistas para a sua manutenção no poder.

Os grupos urbanos sufocados no início da República retornaram à cena protagonizando algumas mudanças no âmbito cultural, político, social e econômico. A criação da entidade de educação reflete ao mesmo tempo uma resposta aos anseios dessa agitação que demonstrava no início da década de 20 exaustão da política em vigor, mas a tentativa de imprimir um lado moderno para o pensamento de parte dos educadores da Sociedade se desvelava autoritário. A publicação de um periódico pela Sociedade de Educação era um elemento importante na luta pela manutenção do grupo, que fazia parte da Sociedade, no poder. A partir disso, as demais publicações como revista Escolar e Educação demonstravam a aproximação e o entreteçamento das relações entre a entidade privada e o órgão público de educação, a Diretoria Geral de Instrução Pública.

O segundo capítulo se ateve principalmente, mas não somente, em apresentar o lugar de produção do editor do impresso pedagógico, Lourenço Filho. Dessa maneira, a pretensão foi de demonstrar o esforço do Lourenço Filho em toda a década de 20 para se manter em evidência, concomitantemente ao empenho de elevar o estado de São Paulo como baluarte do progresso no Brasil. Objetivou-se apontar as principais ações de Lourenço Filho dentro e fora da Sociedade de Educação, nas revistas, e como atuou junto a Diretoria Geral de Instrução. Foram problematizadas, nesse capítulo, as relações traçadas entre a Associação Brasileira de Educação, a Sociedade de Educação de São Paulo e Lourenço Filho, por meio das ações de seus sujeitos foi possível apreender como foi elaborado, em partes, o pensamento dos intelectuais da educação construído no período, percebendo as aproximações e os distanciamentos na disputa político-educacional.

A Parte II da dissertação se concentrou mais detidamente na análise da seção *Através das Revistas e Jornais*, às questões e tensões internas da seção, muitas vezes provocadas por alguns membros da Sociedade de Educação de São Paulo que orbitavam a Diretoria Geral de Instrução Pública e comandavam as suas publicações

pedagógicas, o título reservado para essa parte do trabalho é *Através das Revistas e Jornais*: uma seção de polêmicas e disputas político-educacionais. Na Parte II intencionamos discutir, no transcorrer dos capítulos três e quatro, a seção *Através das Revistas e Jornais* por meio da análise das questões: O que é a seção? Como ela é apresentada? Que tipos de artigos são publicados? Por que existem autores apócrifos? Qual é a sua relação com o restante da revista? Como a seção pode ser identificada como um canal de divulgação do projeto pedagógico do impresso? O terceiro capítulo trouxe como a referida seção veiculava as polêmicas e divergências impressas em suas páginas com interesse em divulgar na primeira edição, outubro/1930, o propósito da publicação do órgão público que estampava desde a sua capa a corrente pedagógica defendida pelo grupo que a comandava. Nos preocupamos também em analisar como a editoração do impresso se notabilizou em organizar a seção assim como desejava que o seu público-leitor estruturasse o pensamento, conduzindo-o para o total convencimento do êxito do projeto político-educacional do grupo que orientava a revista Escola Nova. A atenção foi dedicada a demonstrar os resultados do levantamento realizado sobre a seção *Através das Revistas e Jornais* para a identificação de qual seria o lugar de poder de seus articulistas, e quais divergências e embates foram apresentados na seção da revista *Escola Nova*.

E, finalmente, no derradeiro capítulo IV, a análise da referida seção verificou a intensificação da mobilização de instrumentos de adesão e controle do seu leitor para a efetivação do ideário escolanovista. Nesse sentido, foi possível perceber o recrudescimento do discurso do suporte estatal para a concretização do pensamento ali exposto. Enquanto o final da Parte I, em seu segundo capítulo, se dedicou em analisar como foi veiculado e operacionado a questão da autonomia didática e a responsabilização do professorado paulista em relação aos resultados do ensino, a Parte II no seu último capítulo abordou os demais instrumentos como tentativa de garantir a execução das reformas administrativas e educacionais defendidas pelas novas administrações na virada de 1930 para 1931. Como a implantação das mudanças dependiam de outros sujeitos que não pertenciam a sua rede de influência direta, foi necessário disponibilizar instrumentos e instituições possíveis para assegurar o sucesso do discurso.

PARTE I

**A arregimentação das revistas pedagógicas como instrumentos de
manutenção dos paulistas no controle de um sistema oligárquico em
transformação**

CAPÍTULO I

REVISTA ESCOLA NOVA: HERDEIRA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E NAÇÃO.

A década de 20 do último século foi um período de produção relevante de impressos direcionados à docência e de discussão do ensino nacional. Em São Paulo essa produção acontecia tanto no interior do estado quanto em sua capital apresentando um cenário de dinamização propiciado pelos primeiros anos republicanos (NERY, 2009, p. 53).

A efervescência dessa produção de impressos pedagógicos ocorreu em plena crise do sistema político da oligarquia que os anos 20 apresentou, especialmente nos centros urbanos, como uma demanda política reprimida sufocada durante os primeiros anos da república. Partindo de dois vieses, moral e nacionalista, formatou-se uma parte das mentes da sociedade civil organizada, catalisados, nesse momento, pelas Ligas Nacionalistas¹⁰, quando intelectuais se mobilizaram na apregoação da regeneração da sociedade por meio da educação (CARVALHO, 2000, p. 231). Nessa direção, novos agentes das elites do país se agitaram para se acomodarem no arranjo e rearranjos que o cenário político apresentava.

A revista Escola Nova foi um desses veículos que servia como expressão das mudanças profundas que acometiam a estrutura educacional e político no início de 1930. Por meio da revista foi possível identificar que a intensificação dos discursos dos produtores do periódico rompia com a estratégia das fases anteriores que não expunha, de forma aberta, a corrente pedagógica defendida pelo grupo de educadores responsável pela sua produção. Demonstra também a força discursiva que esse tipo de impresso carregava no cenário de publicações no contexto nacional desde o início da República¹¹, com maior intensidade de produção nas primeiras décadas do século XX.

¹⁰O presidente da Liga Nacionalista, Frederico V. Steidl, esteve presente na seção inaugural da Sociedade de Educação de São Paulo em 23 de novembro de 1922. (cf. NERY, 2009, p. 59) As Ligas Nacionalistas surgiram num contexto de manifestações de teores nacionalistas dentre as mais diversas associações que apareceram em algumas regiões do país. Uma dessas associações foi a do Rio de Janeiro chamada Liga de Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac em 1916. Em São Paulo se notabilizou a atuação da Liga Nacionalista com início das atividades no final de 1916, também sob inspiração de Olavo Bilac. As intenções da associação giravam em torno do voto secreto e obrigatório, pela efetiva aplicação da lei da obrigatoriedade do serviço militar. Na concepção dos membros da Liga paulista a passagem pelo exército era a melhor escola de moral e civismo. Também se posicionava contra os jogos de azar e o alcoolismo (MOREIRA, 1982, p. 67/68).

¹¹O livro de Nery A Sociedade de Educação: embates do campo educacional aponta o papel das revistas (1922-1931) traz o papel das revistas pedagógicas desde o início da república (cf. NERY, 2009, p. 53).

A intenção do presente capítulo, a partir dessa perspectiva, é de apresentar as revistas pedagógicas antecessoras da revista *Escola Nova* produzidas nos anos 20 como reflexo da construção das relações, na maioria das vezes, estreitas, entre a Sociedade de Educação de São Paulo, criada no início do mesmo decênio, e a Diretoria Geral de Instrução Pública, órgão público responsável por organizar o ensino nos estados. Desse modo, acompanhamos brevemente¹² o percurso das revistas *Sociedade de Educação*, *Escolar e Educação* como instrumentos primordiais na luta de seus produtores para a construção de autoridade no cenário da política-educacional do país, cujas perspectivas não se mostravam nada favoráveis à elite econômica e política paulista, visto que a crise do sistema oligárquico atingia de maneira gradual as pretensões dos estados de Minas Gerais e de São Paulo¹³. A força conferida aos periódicos pedagógicos pelos seus produtores demonstrava, em parte, a importância desse material para a propagação de um ideário não apenas no âmbito educacional, mas, sobretudo, o modelo de sociedade que cada grupo defendia. Não que houvesse divergência quanto ao programa ideológico no interior desse modelo, no entanto, explicitava a disputa entre os diversos grupos na direção do modelo que supostamente conduziria a nação ao “progresso”.

Assim, foi realizado um histórico desses impressos educacionais associados à Sociedade de Educação de São Paulo como expressão da entidade privada, num período de intensificação da instabilidade política, no qual novos personagens políticos, muitas vezes associados aos antigos, respondiam à crise de forma aparentemente arejada, mas que no cerne da disputa, pretendiam a permanência da estrutura social e política. Ademais, os órgãos públicos se apresentavam como meios pelos quais o setor privado iria angariar notoriedade e capilaridade de suas proposições. Isto é, muitas vezes os debates e discussões aconteciam, como foi o caso dos membros da Sociedade de Educação e de outras instituições particulares, fora da órbita do Estado, mas com a intenção de avançar sobre os aparelhos estatais. Dessa maneira, era necessário disputar e hegemonizar a estrutura estatal para tornar as iniciativas das entidades privadas efetivamente viáveis.

¹²Os trabalhos que auxiliaram nesta dissertação serão apresentados com mais detalhamento nas próximas páginas.

¹³A respeito da crise do sistema oligárquico nos finais da década de 10 e durante toda o decênio de 20 foi examinada no próximo capítulo quando a pesquisa se deteve nas estratégias de parte da elite paulista, envolvida com política-educacional, para se manter com sobrevida no cenário da política nacional.

A partir desse cenário de insatisfação com a república e de crise política que quatro revistas pedagógicas, como afirma Nery (2009, p. 55), em sucessão temporal, aparecem como expressão de disputa pela orientação pedagógica, assim como mobilizadoras de instrumentos discursivos para a arregimentação do seu público leitor.

Nesse processo de disputa pela hegemonia da orientação educacional no país e de agitação e acomodação de forças políticas diante do quadro político que o sistema oligárquico apresentava, surgiu a Sociedade de Educação de São Paulo sob a iniciativa de um grupo de intelectuais que havia construído influência no cenário político-educacional paulista, muitos deles com a carreira em franca ascensão (NERY, 2009, p.55). Dessa maneira, a entidade era apresentada pelos seus membros como uma instituição para pensar, organizar e sistematizar o ensino paulista e projetá-lo no cenário nacional em um processo de sua consolidação na área, a fim de aglutinar o “magistério em seus vários níveis, dos setores público e privado” (NERY, 2009, p. 25), como expôs o jornal O Estado de São Paulo, apoiador das ideias da entidade que afirmava em 1929 sobre o seu surgimento e objetivo:

Um pequeno grupo de professores – três ou quatro – em íntima e acidental palestra sobre a desassociação em que vivem em São Paulo aqueles que têm a seu cargo o ensino, (...) esse grupo de educadores, tomou a si o promover a formação de um modesto centro de estudos pedagógicos, um centro propulsor da agitação da ideia, pela palavra falada e pela palavra escrita, sobre os problemas educacionais em geral, e nasceu assim a Sociedade de Educação (O ESTADO DE SÃO PAULO, 14 set. 1929, p. 8-9 apud, NERY).

Nesse sentido, as imbricações que se desenvolveram entre os membros da instituição privada, as revistas produzidas por eles e os cargos públicos ocupados pelos mesmos eram manifestações do esforço desses agentes em permanecer no radar do poder público e na direção das decisões políticas do país. As páginas dos periódicos produzidos, por algum tempo, pela Sociedade de Educação de São Paulo, em um outro momento coproduzidas pela entidade paulista e Diretoria Geral e, finalmente, apenas pelo órgão estatal, de alguma forma, refletiam, em alguns momentos mais em outros menos, o anseios políticos do grupo.

No entanto esse movimento de avanço e recuo, de aproximação e distanciamento entre entidade privada e o órgão público demonstra o cenário de instabilidade do cenário político nacional, ao mesmo tempo, apresenta as crises que a Sociedade de Educação atravessou nesse período. Por isso se realizou, nesse momento da pesquisa, um procedimento de resgate de alguns elementos que

possibilitaram o surgimento da Sociedade e o “seu papel e posição na estruturação do campo educacional” do período (NERY, 2009, p. 25).

A intenção aqui é revisitar o trabalho dessa pesquisadora na tentativa de elucidar alguns aspectos da relação entre o vigor do ideário dos membros da Sociedade de Educação e as Revistas por ela produzidas, ou pelo envolvimento dos seus membros na produção dos periódicos, mesmo num período em que a produção do impresso não estava mais sob tutela da entidade, no entanto, na análise verificou-se a permanência da influência do pensamento do grupo.

A Sociedade de Educação de São Paulo iniciou a produção de seu periódico, que trazia o mesmo nome da entidade privada paulista, a partir de agosto de 1923 até novembro de 1924. Como era produto da Sociedade de Educação, o impresso foi utilizado principalmente como instrumento de divulgação de trabalhos de seus membros “sob a forma de conferências e reuniões”. Essa publicação objetivava, principalmente, imprimir em suas páginas o “projeto de formação de professores e de melhoria da educação nacional, aparentemente mais estruturado do que o das revistas anteriores” (NERY, 2009, p. 56).

A intenção do grupo era também fazer de São Paulo o estado condutor das principais políticas educacionais do país, fazendo dos seus educadores mais destacados, agentes de divulgação e implantação das reformas educacionais que permearam toda a década de 20 e fizeram deles educadores mais conhecidos. Lourenço Filho foi um desses “técnicos” que saíram de São Paulo em direção ao nordeste, o Ceará foi o “estado-laboratório” para a implantação do que era considerado inovador. A “missão” era realizar uma reforma profunda naquele estado. À Revista restava o papel de fornecer uma direção pedagógica ao seu público alvo, o professor.

Ao analisar o primeiro número da revista Sociedade de Educação, Nery (2009, p. 58) percebe no discurso de abertura do periódico as premissas da entidade que Lourenço Filho representa. Isto é, um instrumento propagador do ideário do grupo que se organizava para demarcar o território que desde então se demonstrava em crescente disputa. Nesse sentido, a veiculação de suas realizações, mobilizações, atuações e ideias, possibilitavam um fluxo contínuo dessas informações sobre as questões sobre a educação.

A propagação do pensamento dos membros da Sociedade por meio da revista visava atingir o seu leitor. Ao mesmo tempo, mobilizava-se em suas páginas uma série

de realizações do grupo, demonstrando a atuação e o esforço dos seus membros na arregimentação dos “saberes e práticas julgados necessários para a solução dos problemas da educação do país” (NERY, 2009, p. 58).

As revistas de cunho pedagógico eram destinadas a veiculação do pensamento de seus editores, portanto não era possível, segundo a mesma pesquisadora, a publicação de artigos de autores que não tivessem algum tipo de ligação com o propósito defendido pelo periódico. Por isso, os trabalhos e artigos apresentados em reuniões e conferências realizados pelos seus membros ganhavam as páginas da revista. Era possível encomendar artigos mesmo não fazendo parte da entidade, pois alguns nomes, na análise de Nery, não apareciam como associados (NERY, 2009, p. 58).

Os diretores, com seus artigos, frequentavam assiduamente as folhas do periódico, as eleições realizadas para o cargo de direção serviam também para a escolha do comando do periódico. Dessa maneira, toda vez que ocorriam mudanças na direção da Sociedade refletia na composição do corpo editorial do impresso. Este, por sinal, não chegava às estantes das bibliotecas públicas ou das escolas, pois como era produzida por particulares somente os sócios da entidade tinha acesso às publicações (NERY, 2009, p. 56).

No discurso de inauguração da revista proferida por Oscar Freire¹⁴ foram apresentadas as razões pelas quais fazia necessária a criação de um periódico pela entidade:

Mas a Sociedade de Educação, para levar a termo a sua tarefa, precisa de um órgão por onde dê a conhecer os seus trabalhos e divulgue as ideias que em seu seio saiam vencedoras. Esse órgão é a Revista cujo o primeiro número hoje se publica. Seu programa não precisa ser traçado: é o mesmo da agremiação que ela representa, seu intuito é o de levar a toda parte a notícia e o resultado dos esforços que aqui se fazem para o aperfeiçoamento e a propagação do ensino no Brasil (REVISTA DA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, ago/1923, p. 1-2 apud NERY, 2009, p. 58).

Nesse trecho do discurso foi exposta a finalidade pela qual surgiu a revista, de espalhar em todo território nacional o pensamento dos membros da Sociedade de Educação. As diretrizes não precisavam ser especificadas no impresso, pois aqueles

¹⁴Oscar Freire de Carvalho, nascido em Salvador, foi o primeiro presidente da Sociedade de Educação de São Paulo e professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, se destacando ao dar prosseguimento às ideias de Raymundo Nina Rodrigues, seu professor, na área da Medicina Legal, com laços estreitos às concepções formuladas pelo médico-legista Cesare Lombroso. Freire instalou a cadeira de Medicina Legal na recém-criada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo se tornando uma especialidade médica (Miziara ID, Miziara CSMG, Muñoz D. A institucionalização da Medicina Legal no Brasil. Saúde, Ética & Justiça. 2012;17(2):66-74.).

que já participavam do “clube”, ou seja, os sócios desse grupo privado, detinham o conhecimento do ideário. Quando se compara o discurso de Oscar Freire publicado no jornal paulista na inauguração da Sociedade de Educação, e a explanação do primeiro número da revista, percebe-se o tom “missionário” que o grupo se investe para a realização do seu projeto político-educacional.

Cabia à Sociedade a aglutinação de todas as forças dispostas a se dedicarem ao projeto em prol da educação, e à revista a missão de divulgar a tudo que esse grupo de “abnegados” produzia. Em ambos os discursos, a preocupação maior é de apresentar como o grupo era capaz de levar a educação de São Paulo para o resto do país e, dessa forma, regenerar a sociedade em direção à “civilização” por meio do ensino.

Em pouco tempo de vida passaram pela redação da revista e, como foi dito, pela direção da entidade, Almeida Júnior, Sampaio Doria, Fernando de Azevedo, Leo Vaz, Brenno Ferraz do Amaral, Pedro de Alcântara Machado, Haddock Lobo, Pedro de Alcântara, Branca de Canto e Mello e José Ribeiro Escobar. Nos meses derradeiros da primeira fase da Sociedade de Educação não houve produção da revista nesse período.

É importante frisar que algumas polêmicas eram bem-vindas pela Sociedade e repercutidas pela revista, com a intenção de ratificar suas posições em questões consideradas delicadas alguns assuntos que geravam discussões acaloradas foram intensamente debatidos. No exame realizado por Nery, um embate que ganhou volume foi em torno do assim denominado “método analítico” suscitado por Renato Jardim, membro da entidade. Considerado um polemista pelo seu grupo, Jardim coloca em dúvidas os resultados propiciados pelo método nas escolas públicas paulistas, pois não “eram nada animadores” (NERY, 2009, p. 61).

Jardim em algumas páginas realizou uma longa explanação em detalhes contra o método, em contrapartida houve a exposição do ponto de vista defendido pelo professor Benedito Tolosa que era contrário às posições de Jardim, o modo plácido como o professor expõe os seus argumentos deixa o tom do embate mais ameno. Ditando o ritmo dos debates, a Sociedade de Educação de São Paulo por meio de sua revista tenta nesse primeiro momento de sua existência imprimir na sociedade paulista o direcionamento dos temas que eram discutidos em seu círculo (NERY, 2009, p. 62).

A tentativa de se “naturalizar” os temas, especialmente em relação ao seu leitor, demonstra as intenções e a importância do impresso em delimitar os assuntos e propagá-lo. As publicações dos artigos não “seguem a mesma ordem das reuniões” realizadas na Sociedade, nesse sentido, pode-se levantar a hipótese, segundo a autora, de ter produzido edições das reuniões para o formato de artigos para a veiculação no periódico, pois “os artigos publicados não seguem a ordem de discussão das reuniões” (NERY, 2009, p. 65).

O debatido método analítico retorna à tona nos finais na década de 20, quando o mesmo autor da polêmica no início da década, Renato Jardim, entra em embate, desta vez com Sid Mennucci. Momento oportuno para se discutir tal tema, pois, desse modo, se marcaria, mais uma vez, “presença, de fato, no cenário educacional paulista, com pretensões de ser sempre modelar para o Brasil”, em um momento de profunda crise política e de risco à hegemonia paulista (NERY, 2009, p. 66).

Vale assinalar que embora Renato Jardim constasse no quadro de membros da Sociedade de Educação de São Paulo e fosse um dos principais estimuladores da associação, não se deve supor que ele faça parte do grupo da “pedagogia renovada”. Segundo Nery (2009, p. 95), Jardim era quem entrava em polêmicas ou causador das mesmas, que desagradava, especialmente, o grupo considerado “defensor da tradição”, ao mesmo tempo, estabelecia relações estreitas com Lourenço Filho, Sampaio Dória e Fernando Azevedo, levando a falsa impressão de que, por tudo isso, Renato Jardim era simpatizante das ideias partilhadas pelos três educadores citados. Essas nuances devem ser consideradas para a construção de uma análise da Sociedade de Educação e das revistas apresentadas neste capítulo, assim como os instrumentos produzidos pelos seus agentes em busca de legitimidade e autoridade no território em disputa. Como aponta Carvalho (1998), apesar de existirem diferenças nas propostas pedagógicas defendidas pelos seus membros e se esforçarem para, por meio da polêmica, evidenciá-las, as semelhanças de pensamento deles é o que os tornavam tão parecidos.

O confronto bélico que assolou São Paulo em julho de 1924 foi uma das causas da diminuição de arrecadação, sendo que no início deste mesmo ano o número de sócios da agremiação havia aumentado para 130. Nery não associa o fim dessa primeira fase da entidade e do seu impresso a causas financeiras, pois, segundo a pesquisadora, “as últimas atas, bem como os relatórios apresentados, na última reunião de 1924 mostram uma entidade em ascendência, financeiramente e também

em número de sócios” (NERY, 2009, p. 39). No entanto, é provável que com parceria que se formou entre a Sociedade de Educação de São Paulo e a Diretoria Geral de Instrução a entidade privada dependeu menos das contribuições dos sócios do que em períodos anteriores.

Após o fim da publicação da revista da Sociedade de Educação de São Paulo seguida da interrupção das atividades da entidade privada que a idealizou, em 1925 entra em circulação a revista Escolar. Essa publicação que chamo de composição editorial “híbrida”, foi composta por “ex-membros” da Sociedade de Educação que estava inativa, ao mesmo tempo em que estava sob responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, demonstra uma aproximação mais explícita da entidade privada com o poder público. Não havia uma publicação oficial do estado de uma revista direcionada à educação desde a revista de Ensino em 1918. No caso da produção da revista Escolar já constava, porém, a influência de alguns membros da entidade privada, como, por exemplo, a presença de João Pinto e Silva no cargo de redator-chefe do impresso que, segundo Nery (2009, p.66), também integrou como membro da entidade Sociedade de Educação de São Paulo, apesar de seu nome não constar na relação dos sócios da entidade privada em nenhuma de suas fases.

No exame da autora sobre a revista Escolar verificou-se que parte das seções da revista era composta por lições prontas servindo como sugestão aos professores para serem utilizadas em sala de aula, ou seja, atribui à orientação prática grande importância dentro do periódico. Desde o início da publicação do “novo” impresso formaram-se dois grupos que ganharam destaque no decorrer da década e que polarizaram em torno de alguns temas considerados polêmicos, dentre esses grupos dois se notabilizaram: um deles se preocupava com os professores de começo de carreira, dando apoio a iniciativa da revista, o outro grupo “se alinhava à orientação doutrinária, muito similar da Revista Educação do Rio de Janeiro”, alguns membros da Sociedade de Educação de São Paulo eram simpatizantes dessa forma de instrumentalização da pedagogia (NERY, 2009, p. 66). Vale ressaltar que, nesse momento, a Associação Brasileira de Educação, entidade privada do Rio de Janeiro cujo objetivo era catalisar um processo de sistematização do ensino, estava em pleno funcionamento. Assim, surgia mais um concorrente na disputa na direção de uma “vanguarda educacional” ou o ideário sobre a educação e sociedade se fortalecia com a consolidação da ABE no decorrer da década de 20 no cenário nacional? O estudo também tratou de problematizar essas questões.

Numa palestra realizada por Renato Jardim, transcrita pelo jornal O Estado de São Paulo de 1922 na inauguração da Sociedade de Educação de São Paulo, se expôs que a “necessária” criação da Sociedade de Educação de São Paulo possibilitou a arregimentação e sistematização de forças “favoráveis às ideias renovadoras” e à “corrente do escolanovismo” já iniciada pela Reforma do Ensino de 1920 (NERY, 2009, p.27).

Os nomes de Fernando Azevedo e Lourenço Filho, também membros da entidade paulista, integram o grupo de oposição que não concordavam com os ditames que direcionavam a revista naquele momento. Essa discordância foi levada às páginas do jornal O Estado de São Paulo em 1926 no bastante pesquisado inquérito por meio do qual, entre outras coisas, era demonstrada toda insatisfação da ala “renovadora” da Sociedade de Educação de São Paulo. Neste inquérito, Fernando Azevedo se indispôs com Pedro Voss entusiasta da Reforma de 1925¹⁵ e responsável direto pela Revista Escolar, ao mesmo tempo em que comandava a Diretoria Geral de Instrução Pública (NERY, 2009, p. 67).

Nesse episódio do inquérito Fernando Azevedo e Lourenço Filho apresentaram as suas razões das críticas à revista, o primeiro ressalta a questão do “velho”, quando aponta problemas na mecânica da didática defendida pelo impresso, considerada obsoleta, posicionando com certo ceticismo em relação aos verdadeiros propósitos do impresso. Por outro lado, Lourenço Filho tece sua contrariedade quanto à forma de como foi “executada” a implantação da assistência técnica, se referindo à revista Escolar como uma “pilhéria proposital ou obra de sabotagem”.

O jornal da grande imprensa aparece como o “mediador” do embate impulsionado pelos membros da revista, e somente depois, a reboque, as páginas do impresso pedagógico imprimem as desavenças dos personagens. A repercussão do inquérito na revista era um dispositivo que seus produtores lançavam mão com a intenção de se consolidar no campo, temas selecionados por eles para serem discutidos e levados ao público de forma geral, e assim lançar questões relativas à ideia de como deveria ser o ensino pautado pelo grupo.

¹⁵A Reforma de 1925, também conhecida por Rocha Vaz cujo autor foi João Luis Alves, havia estabelecido por meio do artigo 47 que o “ensino secundário, como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país compreenderá um conjunto de estudos com a duração de seis anos”. Artigo esse que recebeu sérias críticas especialmente dos defensores das instituições escolares particulares que conseguiu fazer do artigo “letra morta”, devido às pressões legislativas posteriores (BITTENCOURT, 1990, p. 44/45).

A resposta da revista Escolar, na pessoa do seu diretor e editor-chefe, professor João Pinto e Silva, é permeada de críticas pesadas especialmente às ideias escolanovistas, embora escrevesse com certo bom humor, o diretor da revista não poupa nem mesmo a imprensa que, segundo ele, “dispensava pouca atenção ao ensino público” (NERY, 2009, p. 70).

A discussão suscitada pelo inquérito do jornal paulista expõe à arena em disputa a política-educacional que estava em jogo. As críticas político-pedagógicas desenvolvidas por Fernando Azevedo e Lourenço Filho, e repercutidas na revista, possibilitavam que esses atores do cenário educacional ficassem em permanente evidência, ratificando os seus nomes na construção de uma imagem diretamente relacionada ao “mundo” educacional.

Nessa batalha para a hegemonização do discurso escolanovista, uma vitória importante foi conquistada por seus membros, e verificada no editorial do número 25 de janeiro de 1927 da Revista Escolar. Dois anos depois da inauguração do periódico, ocorreu uma mudança significativa no discurso a respeito à adesão ao ideário dos defensores da renovação do ensino. Nery (2009, p.72) assinala que embora já houvesse alguns apontamentos que refletissem o pensamento escolanovista, é a partir do número 25 que o periódico passa a adotar”, de forma mais aberta, a defesa do pensamento dos assim chamados “renovadores.

A “queda de braço” que se avolumava desde a criação da revista entre as duas correntes citadas anteriormente, quando alguns membros da Sociedade de Educação se posicionavam severamente contra a corrente que comandava o direcionamento do periódico, nesse momento, se apresentava favorável aos escolanovistas. Não há informações da aceitação do público em relação à mudança empreendida no interior do impresso a partir do número citado, no entanto, na primeira fase da Escolar, quando a revista não passava de “mera orientadora” dos docentes do ensino público, os professores recebiam muito bem as edições da revista (NERY, 2009, p. 73/74).

De forma inesperada, o mensário reaparece em 27 de outubro de 1927, quase dois meses depois da última publicação da Escolar, sob o nome de revista Educação. Sem fornecer explicações sobre o motivo da mudança entre o último número do periódico e a primeira edição da Educação, o impresso foi resultado da fusão entre a revista da Sociedade de Educação e revista Escolar, o hibridismo mencionado a respeito da Revista Escolar se deve, pois, membros da Sociedade de Educação orbitavam o órgão público, com o avanço do ideário escolanovista, que permeava a

entidade, sobre a Diretoria Geral e a publicação de sua responsabilidade como foi verificado por Nery (2009).

Amadeu Mendes, diretor geral de São Paulo nesse período, compunha a nova comissão de redação junto a João Toledo também representante do órgão público. Por outro lado, Lourenço Filho e o professor Pinto e Silva eram os porta vozes da entidade particular. Em 1928 quem assume o cargo de redator-chefe foi Carlos da Silveira que, segundo o novo redator, a sua missão primeira era “de estabilizar a publicação e a distribuição do periódico, para que os assinantes recebessem as edições de forma pontual”. Além disso, a intenção era de deixar a comunicação dos descontos mensais na folha de pagamento mais simples e clara.

A disposição formal das seções da revista reunia um conjunto de artigos que variavam em sua quantidade. Em seu primeiro número apareceu uma espécie de editorial que descrevia as premissas da revista, nas demais edições os editoriais desapareceram. Outro aspecto importante é que no primeiro número os membros do corpo editorial apareciam descritos em um bloco só, no entanto, no decorrer das edições os nomes estavam dispostos separados entre os que faziam parte da Diretoria Geral e os que compunham a Sociedade de Educação de São Paulo.

Uma novidade foi reservada às seções “Informações” e “Respostas às consultas”. Publicava-se, na primeira, editais e comunicados oficiais da Diretoria Geral sobre a carreira funcional dos professores e demais funcionários, e também decretos e resoluções do órgão. A outra seção tinha o objetivo de tirar dúvidas do corpo docente, especialmente àquelas concernentes às regras do exercício da função pública. A preocupação dessas seções, de modo geral, não era de responder “contestações a respeito de problemas pedagógicos, metodológicos ou didáticos” (VILELA, 2000, p. 16/17). Contudo, embora houvesse uma tentativa de inteiração da revista com o seu público-leitor, a aceitação do professorado ficou comprometida.

Quando Carlos Silveira assumiu a direção da revista Educação o número de tiragem dos exemplares havia despencado. No seu auge a produção de periódicos atingia uma tiragem de três mil impressos (NERY, 2009, p. 76). No entanto, o objetivo do novo diretor era de aumentar substancialmente esses números, segundo ele, com “base nos próprios méritos da revista”. Outra intenção da nova direção estava a instalação de uma oficina própria, para que o serviço da Diretoria Geral não acumulasse com o da revista, deixando de ser extensão do órgão público (VILELA, 2000, p. 15/16).

É importante lembrar o movimento de interesses de Carlos Silveira como membro da entidade Sociedade de Educação já que ele aponta a desaprovação dos professores primários na mudança internas que a revista passou, pois quando era Revista Escolar a maior parte dos contribuintes da revista se localizavam entre os professores do ensino primário que estavam habituados a tirar da revista o “material pronto”, no entanto, com a chegada da Educação houve um refluxo de muitos desses professores quanto a “orientação pedagógica” do periódico.

Carlos Silveira se refere a essa insatisfação do professorado, refletida na queda do número de assinantes e, segundo ele, contra o tom filosófico exagerado, como um “movimento reacionário” refletindo, de alguma forma, o pensamento da entidade (SILVEIRA, 1929, p. 332 apud NERY, 2009, p. 76). Por outro lado, Vilela (2000, p. 17) verificou que o distanciamento da revista em relação ao docente primário reflete as intenções da entidade de se auto afirmar no campo político ideológico do que angariar mais adeptos entre os professores comuns.

A revista Educação apresentava modelos estratégicos para a veiculação do ideário dos seus realizadores, como foi apontado anteriormente, um editorial que define as premissas da revista inaugura a primeira edição, e traduz o entendimento do que é educação “científica” para eles, nas demais edições dispensaram o uso desse dispositivo. As manifestações dos responsáveis da revista sobre a educação perpassavam por todo o periódico em seu primeiro número, assim como em todas as edições dessa fase da revista. Em artigos quase sempre assinados por seus articulistas demonstrava a estratégia da revista em cristalizar os seus autores no cenário político educacional, ao mesmo tempo em que era uma maneira do impresso consolidar o seu nome como veículo de credibilidade em direção a se estabelecer no “mercado de ideias”, nessa via de mão dupla, todos deveriam sair ganhando (VILELA, 2000, p. 16). A Educação trazia também em suas edições as seções referentes a Bibliografia, orientando os professores em suas leituras para atualizar os mesmos de informações da “cultura pedagógica mundial” e desse modo, cristalizando alguns nomes entre o professorado

Por essa perspectiva, se mobilizavam os instrumentos necessários para a ampliação do alcance dos atores envolvidos no projeto dos escolanovistas em cenário nacional, e organizavam as estratégias dos editores para a sua cristalização no campo em disputa.

Para os responsáveis da revista, a crítica poderia ser realizada seja em defesa ou contra qualquer tipo de orientação pedagógica, mesmo sendo de manifesta doutrinação ou apenas aplicação de atividades (VILELA, 2000, p. 16). Com o discurso de imparcialidade e em defesa do progresso científico, a revista abre as suas publicações para quem achasse que deveria contribuir com o ensino de São Paulo e do país. Para isso os estudiosos e professores deveriam estar abertos para a renovação dos “processos pedagógicos” e para a “quebra da rotina”.

Dessa forma, os responsáveis do impresso ao mesmo tempo em que tentam estabelecer uma certa isenção não adotando editoriais e declarando “livre” acesso às publicações de qualquer corrente pedagógica, mesmo contrária, por outro lado delimita o espaço do periódico para ideias que se coadunam com a dos seus produtores.

Assim se construiu um “modus operandi” de como os editores se reafirmavam no campo político-educacional do período, impondo o que era considerado “novo” e que o deveria ser descartado, ou seja, o “velho”. A estratégia adotada pela revista Escola Nova se distancia da Educação, pois a tentativa da primeira foi de se estabelecer, explicitamente, como projeto vitorioso no auge da ebulição política por qual passava o país no início da década de 30 com a chegada de Getúlio Vargas à presidência. Desvelava-se, assim, o esforço dos “técnicos-educacionais” de São Paulo na tentativa de não perder mais poder ou de reconquistar o que havia perdido desde o início da efetivação do golpe, e até mesmo durante a crise oligárquica que vinha se avolumando durante toda a década de 20 do século passado. A revista Educação tentava permanecer como um veículo pedagógico relevante, mesmo sem tantanta contundência que seria adotada pela revista Escola Nova, percebia-se que a supremacia do grupo tanto no campo político como no âmbito educacional passava por sérios abalos no último decênio da Primeira República.

O amálgama entre o órgão público e a entidade privada estava embasada por um acordo no qual previa caso acontecesse a quebra do acordo a publicação da revista Educação voltaria para as mãos da Diretoria, contudo a publicação estaria sob o nome revista Escolar, sua antecessora. Por outro lado, a Sociedade de Educação continuaria a produzir a Revista Educação. Nesse sentido, Amadeu Mendes, diretor da revista à época, deixa exposta em sua capa, como foi mencionado, a publicação pelos dois órgãos.

Os editores se dispuseram de uma estratégia para construir o debate sobre o “método analítico”, pois no primeiro momento, ainda no período da revista Sociedade de Educação, o tema suscitou alguma discussão com produção de artigos tanto favor como contra ao redor do tema. A polêmica mencionada em páginas anteriores sobre o “método analítico” foi um desses casos que causou um certo embate entre os membros da Sociedade de Educação de São Paulo e da Diretoria Geral de Instrução Pública, ganhando as páginas da Educação (NERY, 2009, p. 80).

Em 1928, também por meio de Renato Jardim, o tema foi levado às páginas da Educação e, no ano seguinte, o professor do ensino público, Francisco Leite, lança um artigo sobre o assunto. Quando no mesmo ano, porém, sai a publicação do artigo de Sud Mennucci na grande imprensa, sob o título “Escola Paulista”, o debate se avoluma avançando sobre as páginas da Revista Educação. É nesse momento que a realização da estratégia se efetiva de fato, quando as divergências ultrapassam os limites dos impressos da grande imprensa e se espalham para revista Educação (NERY, 2009, p.81).

A seção *Através das Revistas e Jornais* foi a parte do periódico que ficou com a responsabilidade de trazer a discussão em torno da “Escola Paulista”, por outro lado, estrategicamente, o tema principal que levou a polêmica para o público foi dedicado o corpo central da revista e fora da seção.

Quando retomamos o episódio do questionário realizado por Lourenço Filho sobre os professores no início do governo provisório no final dos anos 30, a estratégia utilizada pelo editor na revista Escola Nova foi muito semelhante da Revista Educação, naquele periódico a contestação realizada pela Diretoria Geral ao jornal ficou delimitada em corpo pequeno da “última página” do impresso, diluída entre outros artigos. Enquanto a circular sobre a “autonomia didática” recebia uma atenção maior em corpo central da página.

Para entender essa estratégia utilizada pelos editores da revista em posicionar os artigos de forma que privilegie o assunto que se deseja destacar, Chartier, em relação à forma como os textos são “dispostos” ao longo de um impresso, como foi o caso do episódio supracitado, afirma que “o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos” (1991, p. 181). Partindo desse pensamento, a atenção lançada sobre a revista Escola Nova se preocupa em perceber os diversos significados que um texto pode adquirir quanto à sua disposição

no aparato material, sem desconsiderar o próprio suporte. Assim, um olhar aguçado no sentido proposto por Chartier se tornou fundamental no exame do nosso documento.

A partir dessa perspectiva, a seção *Através das Revistas e Jornais*, oito artigos sobre “autonomia didática” antecederam ao parecer de Lourenço Filho às dúvidas do Diário Nacional sobre o questionário, apenas quando a grande imprensa toma conhecimento do assunto, e levantou dúvidas sobre a circular, foi que Lourenço Filho, em sua revista, em tratamento desigual, estampa a polêmica de modo a transparecer o caráter “técnico” da medida, e como aconteceu no caso do “método analítico” estimulado por Renato Jardim, demonstrar a “imparcialidade” por parte do grupo de educadores que comandavam as revistas.

Apenas às seções *Através dos Livros e Através das Revistas e Jornais* foram reservados espaços diferentes do resto da revista, enquanto as duas últimas partes do periódico os artigos foram apresentados em coluna dupla, e impressos em tipografia e espaços menores. As demais seções foram configuradas de forma diferente, em corpo central e em espaços maiores para expor as ideias da revista.

O primeiro número da revista Escola Nova havia se dedicado aos “programas de ensino” que deveriam ser formulados pelos próprios professores, dessa forma, o “espírito” do público era preparado para uma eventual discordância em relação ao ideário que tentava se homogeneizar. A intenção era formar uma “militância” em torno do escolanovismo e de seus propagadores e, assim, consolidar um apoio maciço pela base do ensino que, segundo o próprio impresso, em reiteradas vezes, ratificava a sua defesa dos interesses do professorado.

1.1. Revista Escola Nova: ruptura no interior da permanência.

Anísio Teixeira no primeiro número da revista Escola Nova lança um questionamento retórico, “Por que Escola Nova?” (1930, p.8). A resposta para a auto indagação percorre 26 páginas contrapondo, de forma categórica, “o velho” e o “novo”. Além de apresentar essa dualidade entre o que deve se construir e o que deve ser enterrado e sepultado no país pelo governo provisório, o professor expõe como deve ser a escola e a quem ela serve, e conclui que deve servir a sociedade (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº I, out/1930, p.15). No pensamento de Teixeira, à escola é atribuída a função de replicar a sociedade, e a mesma deve usufruir da primeira, dessa forma, a sociedade “caduca” estava sendo suplantada, assim como também a escola

tradicional vivia o seu ocaso. Assim Teixeira assinala em “*A escola tradicional e seus pressupostos*” que

A escola é uma réplica da sociedade a que ella serve. A escola tradicional era a replica da sociedade velha que estamos vendo desaparecer.

É fácil desmontá-la e mostrar como todos os pressupostos em que ella se baseava foram alterados pela nova ordem de cousas e pelo novo espírito de nossa civilização.

A escola nova não pretende, por sua vez, se apoiar sinão nesse factos e nessa nova mentalidade. Como a escola tradicional, ella é a réplica da sociedade renovada em que vivemos. (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº I out./1930, p.15.)

Por esse aspecto, a análise desenvolvida pelo grupo de intelectuais do qual fazia parte Anísio Teixeira, na qual diagnosticava uma sociedade debilitada e degenerada passa a obter força quando, em conjunto, as instituições que integram o *corpus* da sociedade se empenhassem para sobrepujar o estágio de estagnação do país. A interpretação que identificava o Brasil como um país debilitado foi sendo desenvolvida e se consolidando durante as primeiras décadas do século XX, especialmente nas décadas de 10 e 20 do século passado. Intelectuais de diversas áreas se mobilizaram em diagnosticar os obstáculos que emperravam o progresso do país e, a partir disso, desenvolver um grande projeto para tirar o país da estagnação.

Carvalho verifica a presença de concepções de vieses autoritários no modo como a geração do grupo da revista Escola Nova concebeu o papel da escola na sociedade brasileira: “obra de moldagem de um povo” (CARVALHO, 1993, p.13). A pesquisadora constatou, em sua análise, a construção de um consenso consolidado especialmente na década de 1920, menos em torno de aspectos pedagógicos do que em direção a um programa que desenvolvesse um espírito cívico moral nacionalista por meio da educação.

Assim, Carvalho (2000, p. 232/233) analisa o movimento educacional no início do governo provisório em pleno processo de reorganização política causado especialmente pelas instabilidades proporcionadas pelo golpe de 1930, no entanto os pontos de sustentação do pensamento educacional hegemônico que se desenvolveu durante os primeiros decênios da república, e se intensificou em 1920 com a crise da política oligárquica, permaneceram rondando as mentes da elite intelectual paulista, mesmo num período de intenso conflito ideológico.

Na perspectiva de Bittencourt (1990, p. 24), o grupo de educadores mobilizados no projeto de regeneração da sociedade, principalmente aqueles que orbitavam em volta do poder, embora houvesse a existência de divergências entre os membros,

essas questões não chegavam a colocar em risco “as intenções uniformizadoras para a educação, esboçadas desde o início do século XX”. A homogeneização cultural por meio da questão nacional impregnava os discursos dos grupos desses intelectuais e autoridades envolvidos na educação.

Tal concepção extrapolava o âmbito educacional como nos explica Helena Bonemy:

[...] encontramos nossos modernistas à busca da autêntica nacionalidade e da cultura original brasileiras; cruzando o país, os profissionais da ciência, em verdadeira caravana pela saúde, confrontavam-se com a doença do “imenso hospital” em que se transforma o Brasil, expressão do escritor Monteiro Lobato; buscando os novos cidadãos, os indivíduos brasileiros, chega a vez dos educadores espalhados pelos estados com seus experimentos empíricos, um verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos, inspirados em sua grande maioria, em modelos estrangeiros. Mário de Andrade e a caravana modernista poderiam embarcar na mesma estação que embarcaram Oswaldo Cruz, Belisário Pena, Arthur Neiva, Carlos Chagas, Clementino Fraga, Ezequiel Dias – os “cientistas da saúde” -, e Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Francisco Campos – os “cientistas da pedagogia” (BONEMY, 1993, p. 24)

Conforme essa autora, foi construída e se consolidou a mobilização da elite científica e, em particular, do grupo que se propôs a pensar a educação à época, no contexto, do que eles consideram, debilidade nacional em conjunto ao tradicionalismo carcomido da escola. Desse modo a escola foi posicionada, estrategicamente, como uma instituição protagonista na redenção da sociedade brasileira. Assim, conforme pensava Lourenço Filho, essa elite intelectual deveria se posicionar como responsável da retirada do país da situação de paralisia.

No balanço sobre a situação do país realizado por alguns intelectuais da educação nas primeiras décadas do século XX a política republicana, até aquele momento, relegou à nação milhões de analfabetos em condições subumanas de vida, maculando o sonho de progresso da burguesia (CARVALHO, 2003, p.20).

A escola, eleita pelo grupo de intelectuais da educação como uma dessas instituições capazes de contribuir para o ingresso do país ao seleto grupo das grandes potências, tornou-se baluarte da transformação radical da sociedade brasileira e esta, por conseguinte, aperfeiçoaria a instituição escolar na forma como escreveu um dos seus principais protagonistas do projeto político-pedagógico daquele período, Anísio Teixeira.

A revista Escola Nova traz em seu número inaugural, além de Anísio Teixeira, intelectual envolvido de forma indelével nos assuntos educacionais brasileiros, outros nomes de grande notoriedade no cenário político-pedagógico.

1.2. Revista Escola Nova: ecos de um consenso ou reflexo de uma cisão?

No contexto das turbulências de 1930, em outubro, no estado de São Paulo, antes mesmo de Getúlio Vargas tomar posse oficialmente como presidente da república, iniciando as transformações político-administrativas no âmbito político-educacional, Lourenço Filho foi nomeado por Macedo Soares, secretário do interior do estado de São Paulo, ao cargo de Diretor de Instrução Pública, órgão da Diretoria Geral de Instrução do Estado de São Paulo. Nesse momento, cabia ao órgão realizar as publicações do periódico pedagógico que, reaparecia sob o título de Escola Nova. Assim, ao ocupar os dois cargos, Lourenço Filho inicia a efetivação da conjunção das intenções político-pedagógicas dos intelectuais da educação às pretensões das autoridades governamentais varguistas.

A análise das revistas Escola Nova em sua seção *Através das Revistas e Jornais* se deteve na observação das tensões, polêmicas e conflitos. Ainda que a tentativa do impresso era de exprimir a vitória incontestada do projeto nacionalizante e centralizador quanto à sua administração. Simultaneamente, o empenho dos autoproclamados “renovadores” da educação, personificado na figura de Lourenço Filho, foi veicular as transformações necessárias no aparelho escolar por meio do ideário do grupo escolanovista.

Num primeiro momento, a intenção desta análise, foi de verificar a função exercida pelo impresso na consolidação de um pensamento regenerador da sociedade, autorizando o aparelho escolar como o espaço fundamental para o desenvolvimento e implementação desse projeto. Entende-se, nesse sentido, a instituição escolar como algo historicamente constituído e construído e, desse modo, ela é apresentada como objeto de disputa de variados grupos que tentavam se hegemonizar por meio dela.

Com o objetivo de chegar ao coração e à mente do corpo docente, isto é, de conquistar por meio do nacionalismo o verdadeiro “sentimento cívico” e, a partir daí, via construção racional, conformar a mente dos professores em prol ao projeto de sociedade dos produtores do impresso, as revistas se tornaram instrumentos importantes na circulação dos discursos construídos pelo grupo “renovador”, entender como se desenvolveram as estratégias do periódico para obter o reconhecimento da autoridade dos seus editores e produtores diante do público-alvo foi um fator de relevância para acessarmos a visão de mundo desse grupo.

O que se desenvolve neste texto foi a análise dos instrumentos de discurso por meio dos quais abrem a possibilidade de se compreender a disputa ou a manutenção do poder, voltando a atenção aos sujeitos que frequentam as páginas dos números da revista e, assim, perceber como determinados saberes pedagógicos foram desenvolvidos na tentativa de construção da representação do seu interlocutor.

A revista Escola Nova surge em outubro de 1930 sob a direção de Lourenço Filho, convidado por Macedo Soares para assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública, em 27 de outubro de 1930. Somando no total três volumes até julho de 1931, com sete edições. Em seu primeiro número informou que o periódico inaugurava a segunda fase da revista Educação que por sua vez havia funcionado como órgão da diretoria de ensino.

Um fato curioso foi a manifestação do jornal Diário Nacional, ao destacar o “novo” periódico com a republicação em suas páginas de parte do editorial formulado por Lourenço Filho na primeira edição do periódico. Lembrando que o jornal foi o mesmo que entraria em conflito, no mês de novembro de 1930, com Lourenço Filho a respeito da distribuição do questionário aos docentes no início de sua gestão na Diretoria Geral, episódio que já foi abordado páginas atrás. Segundo Nery (2009, p. 83), ocorreram dúvidas nas datas de publicação do impresso. O primeiro número da revista Escola Nova entrou em circulação na segunda metade de novembro, mesmo estampando em sua capa o mês de outubro como mês de inauguração do periódico. Houve também divergências quanto à última publicação de julho de 1931, no entanto, provavelmente, pode ter acontecido em novembro desse mesmo ano.

Os pedidos de assinaturas eram dirigidos à Escola Nova, por outro lado, as correspondências referentes à redação deveriam ser endereçadas à Diretoria Geral de Instrução Pública. A revista não explica o fim da parceria entre a Sociedade de Educação de São Paulo e o órgão público (NERY, 2009, p. 82).

Além da mudança de nome, como o primeiro ato tomado pelo novo diretor geral, houve outras modificações aplicadas ao periódico, como a desvinculação oficial da Sociedade de Educação de São Paulo, mesmo que na prática isso não refletisse na concepção filosófica da educação e da sociedade. As mudanças atingiram o formato da revista, o escopo e temas foram delimitados, diferentemente do que ocorreu com a fase que a antecedeu que trazia em seus números temas diversificados no decorrer das suas páginas. Não havia, como aconteceu nas outras publicações da Diretoria Geral, um corpo editorial, a responsabilidade ficava a cargo de um único editor,

Figura VI

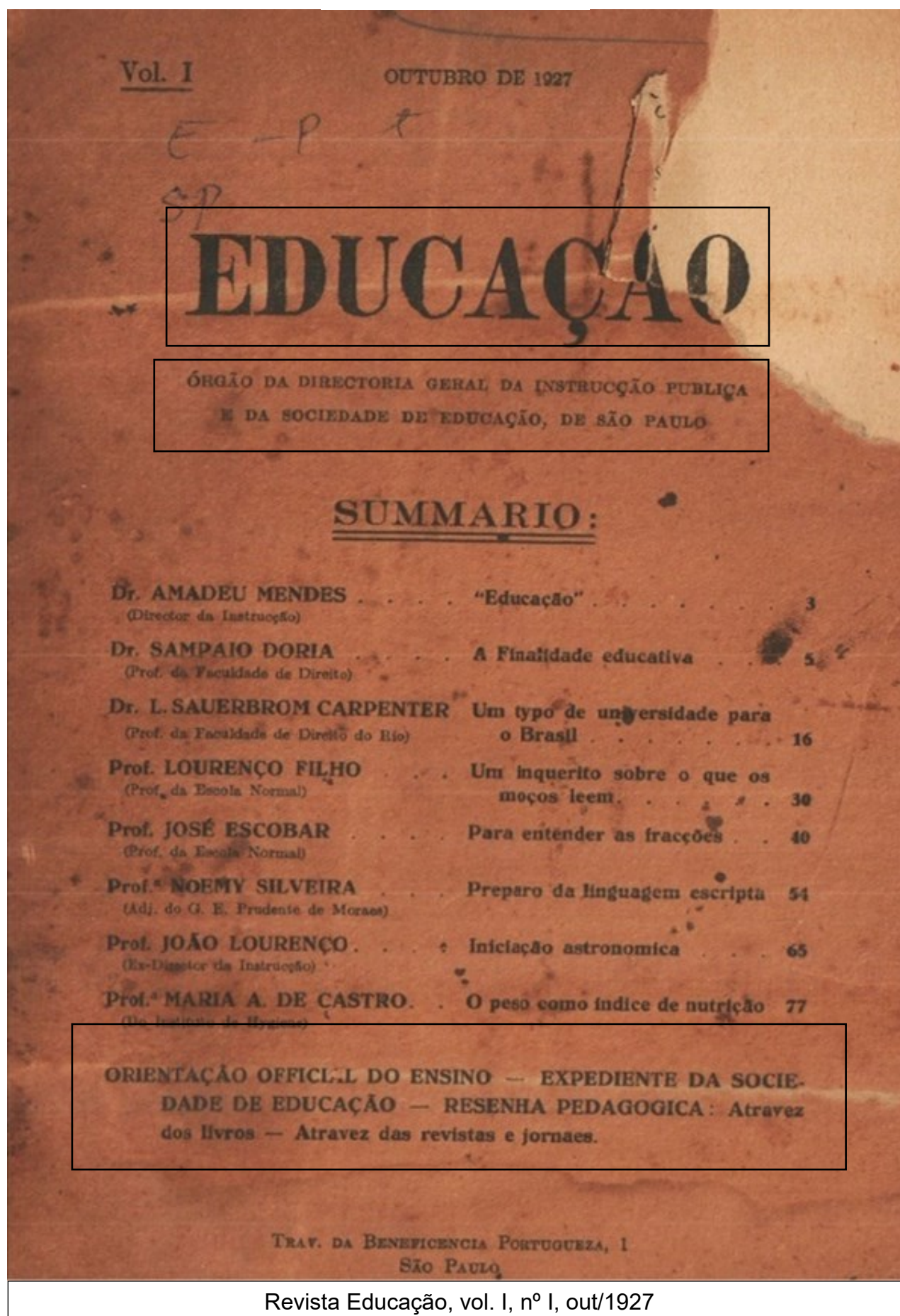
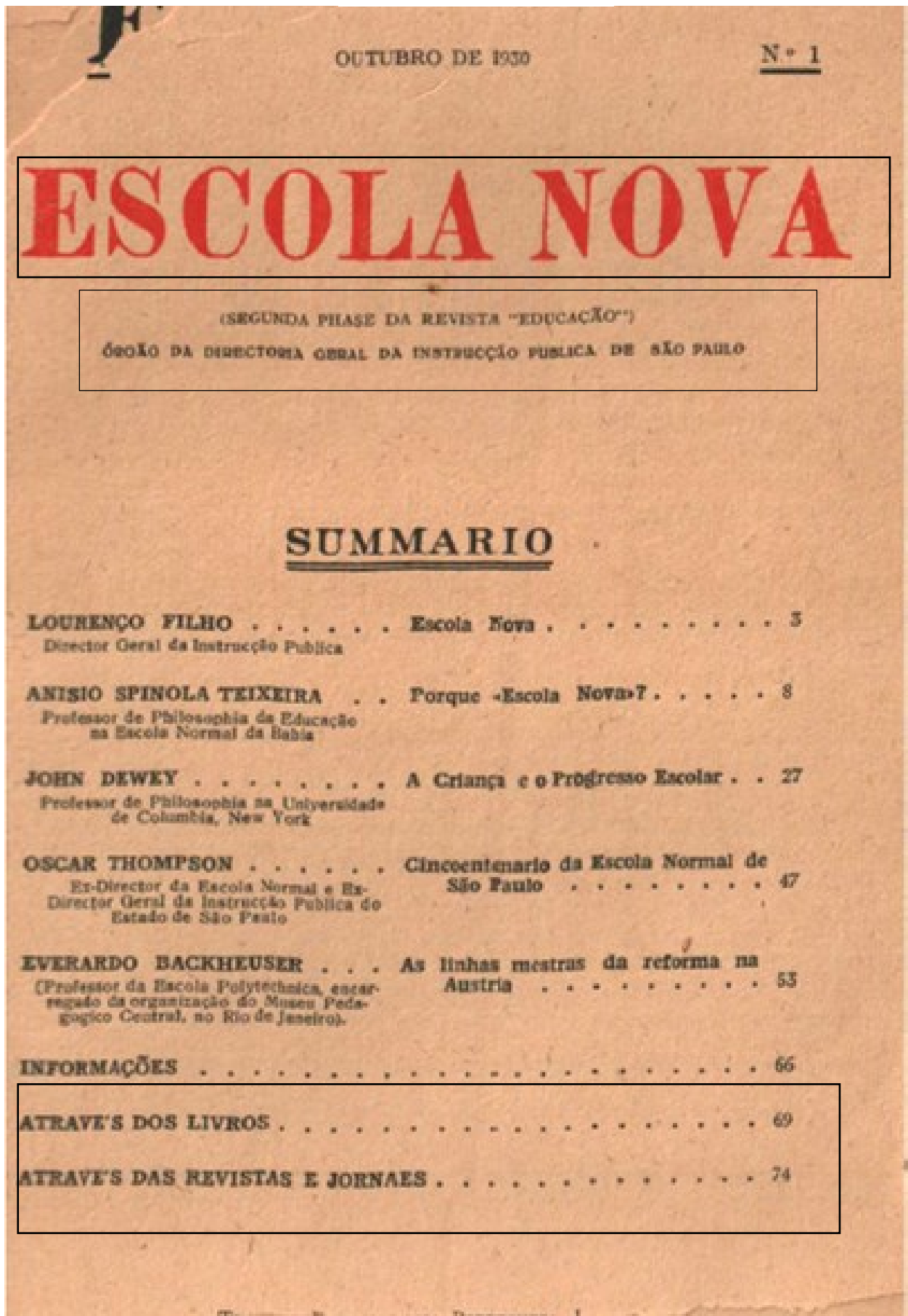


Figura VII



As mudanças impostas pelo no diretor geral foram muito além da troca de nome como o primeiro ato tomado por Lourenço Filho, houve outras modificações aplicadas ao periódico, conforme indicado nas demarcações das capas na figuras VI e VII das páginas anteriores, como a desvinculação oficial da Sociedade de Educação de São Paulo, mesmo que na prática isso não refletisse na concepção filosófica da educação e da sociedade. As mudanças atingiram o formato da revista, o escopo e temas foram delimitados, diferentemente do que ocorreu com a fase que a antecedeu que trazia em seus números temas diversificados no decorrer das suas páginas. Não havia, como aconteceu nas outras publicações da Diretoria Geral, um corpo editorial, a responsabilidade ficava a cargo de um único editor, Lourenço Filho. As figuras VI e VII das páginas 56 e 57 apresentam, respectivamente, as mudanças das capas das revistas Educação e Escola Nova.

A partir das capas das revistas foi possível verificar algumas mudanças significativas entre os dois periódicos, demonstrando o arrefecimento das estratégias mobilizadas pelo seu editor no momento de intensas turbulências pelas quais passavam o país. Uma dessas modificações foi o nome de Educação para Escola Nova, figura VI e figura VII, respectivamente. Adotando uma corrente pedagógica a partir de sua capa e de seu nome (figura VII), na parte superior da capa e ocupando uma posição central com letras grandes, a intenção do editor do impresso foi de demonstrar não somente aos professores, mas, principalmente, para os grupos concorrentes quem representava efetivamente a “pedagogia renovadora”, por meio da qual alçaria o país para o conjunto de nações desenvolvidas do capitalismo. Assim, a ação de Lourenço Filho mostrava que se aliaria, desde o primeiro momento, ao governo de Getúlio Vargas, na análise do interior da revista fica explícito esse alinhamento do periódico com o novo governo.

Outra alteração relevante que a figura VII traz em sua capa foi a omissão da parceria da Diretoria Geral de Instrução Pública com a Sociedade de Educação de São Paulo. Como pode ser verificado na figura VI, a revista Educação estampava em sua capa a colaboração entre a entidade privada e o órgão público, um forte indício da dependência da Sociedade em relação à Diretoria. Apesar da Sociedade de Educação, na virada da década de 20 para os anos 30, usufruir de uma relativa recuperação em suas atividades, finanças e popularidade, não demonstrava que pudesse se auto sustentar sem a parceria com a Diretoria Geral, contudo, as edições da revista Escola Nova aparecem sem mencionar o nome da entidade.

Pode-se supor que não havia mais a necessidade de se apresentar a Sociedade de Educação como coprodutora da revista já que Lourenço Filho, segundo os indícios, havia acumulado também a presidência da entidade privada, dessa maneira se associaria quase que, “automaticamente”, o seu nome com o da entidade. A outra hipótese é que devido as aproximações entre o governo federal e Associação Brasileira de Educação do Rio de Janeiro, aliada a postura da Sociedade de Educação em boicotar a III Conferência de Educação promovida pelo órgão carioca, não traria boa aceitação da revista, nem do público, tampouco das autoridades do governo provisório, ao associá-la à entidade privada “rebelde”.

Finalmente uma terceira mudança importante está localizada na parte inferior das capas, a figura VI apresenta o nome da Sociedade de Educação, já na figura VII não aparece mais o nome da entidade, permanecendo apenas a informação das seções *Através dos Livros e Através das Revistas e Jornais* seções que já estavam presentes na figura VI. Nos demais elementos da figura VII relativos à estrutura da capa, aparentemente, mantiveram-se a mesma.

Essas primeiras transformações apresentadas pela revista Escola Nova quanto a sua materialidade, nos permite recorrer, mais uma vez, a Chartier quando o autor demarca a importância do suporte material que sintetiza em si “múltiplas relações sociais”. Além disso, demonstrava em alguma medida, a aderência do grupo dos “renovadores” ao projeto nacionalista e centralizante do governo federal, e que a disputa não se limitava apenas em torno do aparelho escolar, mas capilarizava entre às instâncias estatais que, com o novo governo, desvelava-se novas oportunidades de consolidação do projeto escolanovista. Ou seja, a aderência do grupo escolanovista às “novas” medidas do governo provisório abriria uma grande oportunidade para iniciar a implantação do seu ideário. Lembrando que a Diretoria de Ensino passou a ser ocupada, no final de 1930, por representantes da Escola Nova: Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Almeida Júnior (BITTENCOURT, 1990, p. 26).

Em cada edição da revista Lourenço Filho introduz o tema geral do impresso com um editorial. Em moldes de convocatória ao “dever cívico”, os editoriais estampados nas edições da revista nos abasteceram de informações importantes quanto às intenções discursivas do periódico para a conformação do corpo docente. O primeiro número da revista cujo tema central da edição é sobre os princípios da Escola Nova e a importância de haver um periódico que defendesse a corrente

pedagógica “renovadora”, assim Lourenço Filho iniciou o número inaugural da revista Escola Nova:

1- Para um Brasil novo, uma escola nova.
Nova, antes de tudo, pela reforma de sua finalidade. A escola publica não pode continuar a ser um aparelho formal de alfabetização, ou simples machina que prepare alunos para certificados de exames e de conclusão de curso, segundo programas elaborados em abstracto, para uma criança ideal, que não existe, programas que têm sido os mesmos, para a praia e para o sertão, para o planalto do café, e as barrancas do Paraná. Tem que ser um organismo vivo, capaz de reflectir o meio, nas suas qualidades, e de cooperar para a melhoria dos costumes. Tem que ser um órgão de adaptação e de coordenação. De adaptação, pelo interesse em afeiçoar a inteligência infantil aos problemas de seu ambiente próprio; o primeiro dever da escola, digna desse nome, é o de radicar o alumno ao seu pequeno torrão, seja fazenda, bairro ou cidade, pelo apurado exame de sus problemas específicos, e proposição de soluções que o habilitem a agir, nesse pequeno mundo, no sentido de melhorá-lo e engrandecê-lo. Desde as questões econômicas, básicas na organização social de hoje, até as preocupações moraes da localidade, de tudo a escola deve reflectir a vida que a criança vive lá fora, por tudo a escola deve interessar-se, porque a escola nova deixa de ser a escola do mestre, do inspector ou do diretor geral, como até agora tem sido, para tornar-se a escola das crianças a que deve servir. Mas, além de adaptar, sem sujeitar, tem a escola de ser um órgão que coordene, no sentido de implantar os ideaes nacionais de renovação. De um aparelho formal, rígido, separado da vida real, teremos, pois que fazer um aparelho flexível, animado por rum espírito de finalidade social, sempre presente. A escola nova tem que ser uma escola com alma, alma do Brasil novo (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº I, out./1930, p. 3/4).

Com um editorial defendendo tanto a Escola Nova como o novo governo, e a tentativa de fechar questão em torno do projeto Escola Nova, o periódico desvelou em suas primeiras páginas os princípios político-pedagógicos que regem a revista. No tópico apresentado do editorial é possível apreender, por exemplo, um movimento de afastamento da Reforma de 1920¹⁶realizada por Sampaio Doria contra a qual foi acusada de ser essencialmente uma reforma que enxergava o analfabetismo com o principal problema da educação nacional, contribuindo decisivamente na manutenção do país em seu profundo atraso.

A aura negativa criada em torno da reforma foi favorecida por uma interpretação que a estabelecia como limitada, pois valorizava em demasia, segundo os seus opositores, a questão do analfabetismo, no entanto, numa análise mais acurada a reforma era mais abrangente e não se detinha apenas ao analfabetismo, embora a ênfase fosse para esse aspecto. É passível de aceitação a ideia de que o rechaço em relação à reforma aconteceu por razões políticas, já que Doria, depois da aprovação

¹⁶Em relação a Reforma de Sampaio Doria e o seu reflexo dentro da Sociedade de Educação de São Paulo serão abordados mais detidamente no capítulo II dessa dissertação.

das novas regras e de seu possível êxito, o alçaria como um nome de relevância no campo educacional no cenário nacional. Lembrando que ambos, Lourenço Filho e Sampaio Doria, foram membros nas duas fases da Sociedade de Educação de São Paulo e o último indicou Lourenço Filho para a Diretoria Geral de Ensino Público do Ceará, indicação atendida prontamente por Lourenço Filho. Ao se distanciar da proposta de Sampaio Doria, Lourenço Filho tentava transparecer sua abertura ao novo, se alinhando com o projeto de reformas do governo provisório. Desse modo, a reforma de Sampaio Doria cairia no “limbo” do que, a partir de então, passaria a ser considerado “velho”.

Outro elemento muito caro a Lourenço Filho e a seu grupo, que aparece nesse mesmo tópico, foi a educação sendo a promotora da mudança profunda dos costumes da população. Na visão de parte da geração da elite intelectual envolvida com a educação nesse período atribuía à escola a função de transformar a sociedade brasileira por meio da transformação do comportamento não apenas do brasileiro, mas também do estrangeiro que frequentava o ensino no país. O mesmo estrangeiro que, décadas atrás, era tido pela mesma elite como o sujeito que iria regenerar a sociedade brasileira. Porém, devido às manifestações e movimentos de trabalhadores, que contavam em boa parte nos seus quadros composta por operários imigrantes, especialmente na greve de 1917 ocorrida em São Paulo, a aura construída ao redor do estrangeiro foi se apagando. A iniciativa passou a ser de conformação dos costumes dos imigrantes, por meio de um projeto autoritário, dentro da sala de aula. Nesse sentido, o comportamento “preguiçoso”¹⁷ e pouco “afeito ao trabalho” do brasileiro e de “agitador” e “indisciplinado” do estrangeiro seriam “domesticados” com o advento da “nova” educação e do novo governo. Como aponta Carvalho ao verificar nos trabalhos de alguns historiadores, a presença de reformadores em áreas distintas da educação como engenheiros, médicos e higienistas em que, embora com algumas diferenças de percepção, identificavam no operariado das cidades, de modo geral, traços de periculosidade no ambiente das fábricas (1998, p. 27).

Outro aspecto importante girou em torno da educação no campo, no meio rural. Como Lourenço Filho mesmo afirma “...o primeiro dever da escola, digna desse nome, é o de radicar o aluno ao seu pequeno torrão, seja fazenda, bairro ou cidade...” o

¹⁷Muitos dos intelectuais desse período bebiam na fonte sociológica de Oliveira Viana que realiza uma interpretação na qual os males da sociedade brasileira e o atraso em se construir uma “verdadeira” nação residem na mestiçagem e pela natureza preguiçosa do povo brasileiro.

objetivo de Lourenço Filho é evitar o inchamento das cidades com a chegada de mais pessoas vindas do campo. Com a reestruturação da educação no meio rural a estratégia era de manter a população rural em seu lugar, cuidando das suas coisas, estudando a sua localidade. No decorrer das cinco primeiras páginas em sete tópicos do número inaugural do impresso pedagógico, Lourenço Filho realiza um contraponto entre o “novo” e o “velho” expondo a sua visão de sociedade e de educação, num alinhamento aberto ao novo governo de Getúlio Vargas.

O exame acurado desses editoriais expõe o propósito político-pedagógico que orienta a revista de modo integral, que é de colocar o leitor a par do assunto do qual as próximas páginas do periódico irão tratar. Em todos os números da revista Escola Nova até a sua última edição os editoriais foram diluídos em tópicos, cumprindo a função de artigos de lei que organizassem, ordenassem e normatizassem o conteúdo para o leitor, no caso, o professor. No final do seu primeiro editorial Lourenço Filho bradou: *“Mestres de S. Paulo! de pé, pelo Brasil novo!”* (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº I, out./1930, p. 7).

Já no editorial dos números 1 e 2 do volume II a revista Escola Nova trazia como título *Primeiro, A Saúde*. No mesmo molde do editorial anterior, o tema conduziu o restante dos assuntos da revista. Nele, Lourenço Filho tece uma análise que vai nortear, como ocorreu em todas as edições, as discussões dentro da revista. Dentro desse terceiro tópico foi possível identificar a síntese do pensamento do editor, a explanação se dirige no seguinte sentido:

3— No formidável embate de opiniões e princípios, é possível, no entanto, um esquema fundamental dos aspectos capitais no estudo da educação. Elle se representará por um triangulo, em que a base figure o aspecto biológico puro: e os dois outros lados, respectivamente, o aspecto social e o aspecto moral. Tal seja o systema, estes dois últimos aspectos podem confundi-se, em theoria, mas permitindo sempre a possibilidade de estudo distincto. O esquema apresenta vantagens de compreensão e interpretação. O primeiro é da unidade do phenomeno educativo. Assim como triangulo, sem qualquer dos lados, não é um triangulo menor mas outra figura, assim também, retirado qualquer dos aspectos indicados, não há mais phenomeno educativo, em sua totalidade. Base biológica, aspectos de construção social e de organização moral — taes são os aspectos irreductiveis dos problemas de educação (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. II, nº 1 e 2, jan-fev/1931, p. 3).

No excerto apresentado acima pode se extrair a síntese do modelo de educação de Lourenço Filho e seu grupo. A base da educação se sustentava pelo tripé sociológico, moral e biológico, sendo este último, segundo o autor, o eixo central. É importante lembrar que essa visão de sociedade era partilhada por grande parte da

elite intelectual e política daquele período no país. Portanto, em relação ao aspecto ideológico do modelo de sociedade, não havia discrepância relevante que pudesse comprometer o projeto político-ideológico de quem estivesse ocupando o poder institucional. No entanto, as sucessivas divergências ocorridas, como foram mencionadas algumas vezes nesta dissertação, surgiam quanto ao grupo que deveria direcionar e implantar as propostas elaboradas. A questão biológica permeou as mentes desses educadores e também das autoridades políticas que chegaram ao poder. Getúlio Vargas ratificou o papel que a educação passou a obter na conformação dos comportamentos da população no início do governo provisório, a associação entre a educação e a saúde ficou expressa na criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública por meio do decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930. Em seu discurso, o presidente recém empossado assinala que:

o estudo e o despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar e seria constituído pelos estabelecimentos, instituições e repartições que se propuseram à realização de estudos, serviços ou trabalhos de finalidades idênticas às estipuladas (Fundação Getúlio Vargas, s/d:6 apud DANTAS, 2001, p. 51)

Destaca-se oportunamente que nesse momento a Associação Brasileira de Educação sediada no Rio de Janeiro exercia um papel relevante na construção do ideário de sociedade e educação que girava em torno de um discurso “cívico, profilático e sanitarista”. A chegada de Getúlio Vargas e a instituição de um órgão que organizasse o ensino em todo país como o Ministério da Educação e da Saúde Pública aproximaram o novo governo a ABE, dando vigor a entidade carioca que havia entrado em desprestígio no final no ano de 1929. Mesmo com a ABE e o seu grupo hegemônico, nesse primeiro momento, obtendo apoio do governo federal por suas propostas relativas ao pensamento educacional, Lourenço Filho acena favoravelmente ao governo provisório, por meio da revista Escola Nova verifica-se a defesa do mesmo projeto ideológico defendido pela ABE, cujo eixo centra-se no tripéda educação “física, intelectual e moral”.

O discurso de Lourenço Filho, representante da Sociedade de Educação de São Paulo, propagada durante toda a década de 1920, de alguma forma, se coadunava com o pensamento da ABE no qual responsabilizava a mentalidade das elites brasileiras do atraso nacional e, para suplantar essa condição, antes de tudo, era preciso a educação dessas elites para então chegar ao “progresso civilizatório” (CARVALHO, 2000, p. 236). Desse modo, a disputa era pela direção do projeto

ideológico em que a ABE, no início dos anos 30, obtinha alguma preponderância junto ao governo provisório.

Lourenço Filho, outrossim, vinculou junto a nomes de grande relevância no cenário educacional do país e no exterior discursos de autoridade, avalizando métodos pedagógicos (traduções de artigos de representantes da escola nova), suportes educacionais considerados inovadores, a valorização das construções técnico-científicas, reafirmando de como eram bem-vindas as teorias sobre psicologia, pedagogia e sanitaristas. Apenas para citar alguns desses nomes constavam figuras como Abner Moura, Malisson Saboia, Luiz Furtado Coelho, Ambrozio Torres, Augè, Paul Fauconnet, Romeu A. Camargo, Vicentina de Carvalho, Branca de Canto e Mello, Haydée Bueno de Camargo, Romeu Pinho, Aprígio Gonzaga, J. H. Patterson de Thomas, J. Freeman Guy, Cassie B. Webb, J. G. Hickox e Carl Millward, dentre outros. Esses articulistas da seção *Através das Revistas e Jornais* não somente estavam envolvidos com a educação diretamente, mas também transitaram ou pertenceram na área médica e da psicologia. O arsenal discursivo mobilizado por Lourenço Filho servia para intensificar o aparato legitimador do grupo num momento de perda de espaço no cenário da política-educacional em âmbito nacional no início da década de 1930.

A presença massiva de especialistas estrangeiros como articulistas da seção justifica-se pelos contatos que os educadores estabeleceram durante a década de 20 no contexto de balanço que muitos deles realizaram sobre a educação e a função social da instituição escolar. Os mensageiros do considerado moderno, os estrangeiros especialistas, na maioria das ocasiões, era um modelo de autoridade como portadores do conhecimento desenvolvido em outras regiões do planeta, especialmente ao que acontecia nos Estados Unidos da América e na Europa Continental. Os brasileiros que estabeleceram sua formação acadêmica fora do Brasil, também exerciam um papel fundamental na construção de sua legitimidade no conjunto de autoridades que reivindicam o seu espaço no campo educacional nacional.

Desse modo, entendemos que a revista Escola Nova se constituiu como um importante marco na estratégia de veiculação e difusão das propostas escolanovistas, mesmo herdando, em alguma medida, alguns aspectos das revistas anteriores, por outro lado houve ruptura, pois, o momento de rearranjo político exigia deles transformações profundas. O que ocorre no órgão da Diretoria Geral de Ensino, como

foi mencionado anteriormente, favorecido por modificações político-administrativas em âmbito nacional, demonstram mudanças significativas e intensificação na utilização dos dispositivos estratégicos do grupo para a legitimação do seu projeto de sociedade por meio da educação, embora o projeto pedagógico do grupo permanecesse o mesmo desde a década de 20, além de muitos de seus membros terem ocupado cargos políticos no decorrer desta mesma década.

O conceito de estratégia desenvolvido por De Certeau (1994, p.94) permite analisar o documento na perspectiva de como o grupo dos renovadores da educação constrói e apresenta sua visão de mundo neste suporte e, por meio dele, é possível extrair a força da representação. Assim, deve-se considerar os lugares dos quais os discursos foram produzidos e, dessa maneira, identificar a quem se dirige esses discursos. No entanto, embora os impressos objetivassem chegar aos professores e conformá-los para a construção da nacionalidade do país, na análise da revista é possível perceber conflitos com outros agentes em torno do aparelho escolar.

Foi reservada à seção *Através das Revistas e Jornais* o espaço para análise dos debates e divergências de ideias e pensamentos acerca da educação e das medidas administrativas, nesse sentido, a seção sobre a qual nos dedicamos revela a tensão político pedagógico no início do governo de Getúlio Vargas.

As ideias observadas junto ao impresso analisado, em cômputo geral, tinham a função de legitimar tanto a pedagogia escolanovista dos “renovadores” da educação como marcar território diante do governo de Vargas, contudo, quando realizamos o exame de suas páginas derradeiras notamos recorrência de polêmicas e embates acerca do tema. Nela percebemos conflitos e discussões que o restante da revista fazia transparecer consensual.

Como afirma Catani (1994, p. 123 apud VILELA, 2000, p.17), na fase anterior da revista intitulada como Educação valorizava-se as discussões sobre os “princípios e fundamentos teóricos da prática escolar”, priorizava-se também assuntos como a função das instituições escolar e universitária e, segundo Vilela, os temas foram desenvolvidos com uma aparente diversidade de opinião, e não havia uma linha editorial político pedagógico definida, mesmo que as páginas da revista demonstrassem as as intenções dos seus produtores. A intenção do grupo não era entrar em polêmicas num primeiro momento, mas “educar” o seu leitor a respeito das iniciativas “renovadoras” que estavam em discussão.

Ao percorrer as páginas da Escola Nova, diferentemente do que ocorreu nas outras fases do periódico, foi possível perscrutar a preocupação em legitimar-se, e em se auto afirmar como porta voz da pedagogia escolanovista no início do governo provisório. De certa forma, tal engajamento, demonstra as incertezas e inseguranças dos grupos político-pedagógico que o novo governo deveria ser adepto. Já que nesse período foi intensificado o acirramento político entre alguns intelectuais de orientação católica em torno da política educacional como também a consolidação da oposição em relação ao grupo dos “renovadores”.

Rompendo com certo consenso que se concretizou durante a década de 20 em torno do papel da educação como redentora de uma sociedade degenerada, a partir dos embates acerca das questões educacionais foi desencadeada uma cisão cada vez mais intensa entre os dois grupos favorecendo a proliferação de variadas vertentes político-educacionais, embora orbitassem e compartilhassem do mesmo pensamento ideológico.

É momento de acentuado confronto entre os dois grupos, como nos indica Carvalho (2005, p.89), que “estratégias foram tensionadas na tentativa de hegemonizar o controle do aparelho escolar”. De acordo com Carvalho parte da historiografia

peca por unificar ideologicamente, sob uma mesma etiqueta, posições doutrinárias diferenciadas, algumas vezes discrepantes, construídas preponderante a partir de matrizes ideológicas sintonizadas, já desde os 20, com o antiliberalismo dominante. No campo da produção historiográfica sobre a educação no Brasil, esta relação entre o chamado movimento de renovação educacional dos anos 20 e 30 e a constituição concomitante de uma matriz autoritária de pensamento sobre o país tem sido pouco registrada. Prevalece a interpretação uma interpretação do movimento em que o autoritarismo fica enclausurado suas manifestações mais radicais (CARVALHO, 1993, p. 12).

A instrumentalização do periódico, estrategicamente, evidencia atuação deste grupo de intelectuais da educação na arregimentação do público para o qual o impresso foi destinado. Ao atingir a mente do professorado, as transformações da instituição escolar e da sociedade seriam alcançadas, pois as questões de ensino-aprendizagem, na concepção desses intelectuais da educação, dependiam, exclusivamente, da atuação do docente (FIGUEIRA, 2004, p. 25).

Podemos apreender, desse modo, que à revista era atribuída a função de transformar a mentalidade do professor, o periódico pedagógico era mais um instrumento que integrava um conjunto de materiais para a conformação pedagógica do professor. Assim, cabem a esses arcabouços de instrumentos discursivos

incutirem no professor novas concepções do papel da escola na sociedade e aquele, por sua vez, com essa verdadeira “missão”, tornou-se um agente fundamental nas transformações sociais que o país necessitava, pois o levaria a conceber a escola com um papel redenção social da nação.

Ao examinar os números da revista *Escola Nova*, nos deparamos com uma diversidade de dispositivos que integravam o conjunto de outros instrumentos discursivos na tentativa de arregimentação do seu público-alvo. Nesse sentido, os números do periódico dedicados inteiramente às reformas, aos programas escolares, ao cinema, aos testes, à excursão, à orientação vocacional, à autonomia didática e à saúde demonstram a sofisticação do engendramento discursivo que os “renovadores” realizam para difundir saberes pedagógicos a fim de legitimar, como autoridade do território em disputa, no âmbito educacional.

Assim, com a “missão” de moralizar civicamente a nação por meio da escola os renovadores da educação se utilizam do acesso às teorias escolanovistas desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, instrumentalizam estrategicamente o impresso se utilizando, de forma elaborada e complexa, do arcabouço de significados que integram a sua realidade e, pressupondo, a do professorado.

A análise da seção *Através das Revistas e Jornais*, nesta pesquisa, intenciona também apresentar atuação de Lourenço Filho por meio da revista, quando o referido agente ao mesmo tempo em que ocupa no papel de editor do impresso também assume a direção da Diretoria de Ensino. Será apresentado, no próximo capítulo, alguns apontamentos sobre o levantamento de dados realizado sobre a constituição da seção para compreendermos de que forma ela integra o impresso de um modo geral.

A mudança no nome da revista de Educação para *Escola Nova* é a demonstração mais aparente da transição de artifício do grupo dos pioneiros na instrumentalização estratégica do impresso. Ou seja, a estratégia em utilizar o periódico como um meio de ter acesso ao professorado permanecia, à revista, como instrumento discursivo em si, coube a função de hegemonizar as opiniões em torno do pensamento sobre a *Escola Nova*, e mobilizar uma gama diversa de outros dispositivos para conseguir arregimentar e alcançar a mentalidade do professor.

A tensão apresentada nas páginas da seção *Através das Revistas e Jornais* expõe, por meio das divergências que se avolumaram na última parte da revista, a ruptura do consenso que se concretizou na década anterior em torno do aparelho

escolar. À seção ficou reservada, de modo muito particular, às reflexões e embates relacionados a essa disputa. Assim sendo, apesar dos agentes serem ideologicamente semelhantes, o aparelho escolar transformou-se em território de luta pela hegemonia sobre a escola. Nessa direção, examinar os periódicos especializados em educação como objeto de análise possibilita ao pesquisador identificar e reconhecer os embates que foram necessários à sua produção para o grupo que o constituiu (CHARTIER, 1987, p. 6).

A disputa aparece como luta para a arregimentação do professorado em torno do projeto escolanovista, ao mesmo tempo, expõe um embate discursivo com outras instituições entidades para a legitimação junto ao governo que chegava ao poder no início da década de 30.

O surgimento abrupto da revista *Escola Nova* no final de 1930 concomitantemente com o começo do governo provisório é a síntese do momento delicado pelo qual passava os membros da Sociedade de Educação de São Paulo, da própria entidade durante toda a década de 1920 e do estado de São Paulo num cenário político de transformações e perdas significativas para os paulistas. Todo o esforço dispensado desde o início da criação da Sociedade de Educação, passando por altos e baixos, até o momento da ascensão de Getúlio Vargas à presidência, se mostraram ineficazes nessa altura dos acontecimentos. Lourenço Filho ao se deparar com esse quadro de derrotas enxergou na mobilização explícita de instrumentos, como foi o caso da publicação da revista *Escola Nova*, aparecendo como uma sobrevida, uma espécie de última alternativa ou ainda um recurso de se legitimar de forma mais contundente diante dos conflitos internos e da perda de influência política.

As revistas produzidas pela Sociedade de Educação de São Paulo, algumas vezes associadas à Diretoria Geral de Instrução Pública, foram dispositivos, como, por exemplo, as reformas educacionais, a utilização de dados estatísticos, o surgimento de bibliotecas pedagógicas, mobilizados por agentes envolvidos direta ou indiretamente com a educação, para persuadir o seu público leitor na construção do “homem novo”. Intencionava também demarcar território em busca de legitimação, força e poder dentre os demais intelectuais de parte da elite nacional, até mesmo, como foi visto, entre os próprios membros da Sociedade de Educação de São Paulo, para conseguir junto ao Estado a direção do projeto de educação e de sociedade que todos, de uma forma geral, comungavam. Nesse sentido, foram evidenciados, neste capítulo, conflitos internos que marcaram a história da Sociedade de Educação de

São Paulo. Embates que não foram suficientes para colocar em risco, em momento algum, o projeto ideológico de seus membros, mas expuseram as batalhas políticas em torno do seu direcionamento e também ao redor da Diretoria Geral de Instrução Pública.

As iniciativas de Lourenço Filho com o advento do novo governo se concentraram nas mudanças internas e externas da revista produzida pela Diretoria Geral de Instrução Pública, sendo uma delas a não vinculação do nome da Sociedade de Educação na capa do novo impresso, como verificado ainda nesse capítulo. Mas a mudança impactante foi o nome da revista que passou a ser denominada Escola Nova. Dessa maneira, Lourenço Filho acusa o golpe da cena político-educacional que o seu grupo atravessava naquele momento, ao estampar o nome da corrente pedagógica defendida por parte de alguns membros da entidade privada paulista, movimento que foi ensaiado em outros momentos nas publicações anteriores, se anunciava a disposição do editor da revista em não se dar por vencido em relação à direção do ideário “modernizador” da educação.

Assim, a veiculação e republicação de discursos e entrevistas como embasamento para as novas estratégias utilizando a Escola Nova como um dos seus principais meios de propagação para prosseguir como um ator importante na batalha de persuasão do novo governo, tornaram-se fundamentais para o editor da Escola Nova. Esse conjunto de ações verificadas ao longo das edições da revista e repercutidas na seção *Através das Revistas e Jornais* expõe o modo como devem ser implantadas as medidas, as regras, as normas, as leis, as intervenções, os poderes, as estratégias, as reformas e as técnicas que continuavam sendo experimentadas no decorrer da década de 1920 não sem polêmicas, divergências e questionamentos, avanços e recuos.

O próximo capítulo se deterá na batalha externa que houve entre a Sociedade de Educação de São Paulo e a Associação Brasileira de Educação sediada no Rio de Janeiro. A partir dos conflitos surgidos principalmente em torno das Conferências I e II realizadas pela ABE no final da década de 20, pode-se observar que a luta pela hegemonia ocorria também externamente à entidade privada paulista. Devido a sua instabilidade financeira e política, à crise política que o estado de São Paulo estava mergulhado, e a disputa para liderar a implantação de um sistema de ensino fizeram a Sociedade de Educação de São Paulo perder algum espaço no cenário político educacional.

Capítulo II

Sujeitos em disputa e seus embates no cenário de crise no sistema oligárquico.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) houve o refluxo da entrada de imigrantes no país. Este fato favoreceu, de certa maneira, os trabalhadores brasileiros, na medida em que, aos poucos, as indústrias se instalavam em território nacional, com maior concentração na região sudeste. O foco, a partir de então, teria de se voltar para dentro das fronteiras nacionais.

As greves e a agitação do operariado na década de 1910, majoritariamente protagonizado pelos imigrantes, contribuíram para a guinada de pensamento de parte da elite intelectualizada em relação ao papel que a educação desempenharia a partir de então. A realidade social se impôs, desfazendo parte da ilusão da operosidade do estrangeiro da qual as autoridades e elites brasileiras se apegaram no início da implantação do projeto imigratório no fim do império e início da república¹⁸.

Circe Bittencourt (1990, p. 21) assinala que passados os primeiros decênios de república, ainda em meio à Primeira Guerra Mundial, foram resgatadas discussões a respeito da educação em vários estados do país. Membros da política e da sociedade civil se mobilizaram, especialmente no estado de São Paulo, para projetar o estado como o “palco de uma série de inovações educacionais”.

As transformações econômica, social e cultural pelas quais passava São Paulo, no período citado, favoreceram para o surgimento de propostas de mudanças e reformulações educacionais que não se restringiam às instituições do governo. Organizações da sociedade civil se mobilizaram para criar propostas educacionais (BITTENCOURT, 1990, p.20). Nessa direção:

a literatura educacional registrou a criação de vários espaços, notadamente a partir da década de vinte, para a realização dos debates educacionais. Criaram-se inicialmente “ligas” ou associações, que incentivaram a disseminação de projetos alfabetizadores. Em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação – ABE – no Rio de Janeiro, que cuidou de organizar inúmeras Conferências Nacionais de Educação. Também a imprensa cuidava de divulgar e organizar debates em torno dos problemas educacionais. A Igreja Católica, embora tivesse alguns de seus participantes na ABE, cuidou de organizar-se em torno do Centro D. Vital, divulgando seu ideário pela revista Ordem (BITTENCOURT, 1990, p. 23).

¹⁸Segundo Carvalho, somente após Primeira Guerra Mundial a escola começa a despontar com alguma importância na concepção das elites para a “incorporação generalizada das populações à ordem social e econômica”, até então a educação fazia parte de uma engrenagem da qual reservava à imigração a prioridade no “processo civilizatório” (CARVALHO, 1993, p.11-12).

Vale lembrar que apesar de São Paulo ser um dos palcos dessas transformações, de alguma forma, esse cenário também refletia o recrudescimento da crise do sistema oligárquico, por meio do qual, ao lado de Minas Gerais, o estado se beneficiava ao se revezar na cadeira presidencial, por mais que tenha havido algumas quebras desse rodízio. No entanto, as mudanças apontadas por Bittencourt foram também reflexos da perda do poder político dos paulistas e, portanto, o movimento de várias figuras desse período era de arejar o sistema, sem nada mudar efetivamente as estruturas sociais e econômicas. Ainda assim, São Paulo aparece no cenário com alguma relevância em relação aos demais estados, já que mudanças econômicas e sociais contribuíram para transformá-la em um polo importante para apresentar ao país “percursos” em diversas áreas da sociedade, como foi no aspecto educacional (BITTENCOURT, 1990, p.21).

As páginas da Escola Nova em seu primeiro número são um exemplo importante de como “São Paulo se vendia” aos próprios paulistas e adequava o discurso:

5 – Ora, em taes elementos, o magistério nacional é contingente muito ponderável. Dentre o magistério nacional, o de S. Paulo se destaca, primeiro, quantitativamente. Com o de Minas Geraes, ele forma, pelo numero, na vanguarda. Mas não é tudo. Qualitativamente, ele se compara as melhores organizações similares, já não diremos dos paiz, mas de toda a America do Sul. Conhecemo-lo na intimidade há bons quinze anos. Há dez, vimos colaborando em sua formação. (Revista Escola Nova, vol.1, n.1, out./1930, p. 5-6)

Lembrando que a situação do estado de São Paulo no início dos anos 30 se agravou na conjuntura política nacional, já que a crise do sistema oligárquico, já mencionada, culminou com a destituição do presidente paulista Júlio Prestes da presidência, alavancando o gaúcho Getúlio Vargas à cadeira presidencial. Nesse momento, os esforços se concentravam para a retomada da influência dos paulistas nas principais decisões políticas do país.

Lourenço Filho, ao se referir ao seu estado de origem, percebia em São Paulo grande capacidade de irradiar as mudanças educacionais e sociais que o restante do país, segundo ele, necessitava, pois concentrava as melhores experiências educacionais tanto quantitativamente como no aspecto qualitativo. Dessa forma, segundo o excerto acima, Lourenço Filho levantava a autoestima dos paulistas abalada pela guerra civil nos finais de 1930, ao mesmo tempo que realizava a propaganda do estado ao governo provisório. Não que Lourenço Filho não acreditasse na “pujança” econômica e na “supremacia” cultural dos paulistas, mas ele percebia

que para voltar ao jogo político como protagonista teria que mobilizar o maior número de dispositivos para conquistar os professores e o novo presidente. Nesse sentido, para Lourenço Filho, outras transformações estruturais na sociedade como mudanças econômicas, culturais e sociais tinham de ser acompanhadas pelo processo de industrialização que cada sociedade se encontrava, e cabia à educação preparar a mesma para uma nação moderna. Desse modo, ele afirma, em outro momento que:

Esse novo estado de coisas havia de tender à criação de um novo tipo de sociedade, e refletir-se na consideração das questões da educação e cultura no novo ambiente que o trabalho livre e a industrialização tinham vindo criar. (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 29 apud BITTENCOURT, 1990, p. 20).

A dimensão dada ao “industrialismo” permeou o pensamento de parte dos educadores ao longo das décadas. Lourenço Filho apontou a necessária vinculação entre as mudanças da história educacional e o industrialismo brasileiro quando “a maior evolução industrial” havia acontecido nos “últimos 18 anos” que compreendia os finais da década do século XIX e as primeiras décadas de XX.

No excerto a seguir, retirado do primeiro número da revista Escola Nova, Anísio Teixeira assinala o caminho por meio do qual se alcançaria as transformações tão almejadas pelo grupo dos assim denominados “renovadores” da educação, a cidade de São Paulo era apresentada como o centro financeiro e comercial do país, conquistado pelo aumento da produção agrícola nas últimas décadas do século XIX, posicionando-a como o *locus* de captação de recursos industriais:

A indústria está integrando o mundo inteiro em um todo interdependente. Não só a matéria-prima, mas a ideia e o pensamento hoje são propriedades comuns de todo o homem. O vapor, o trem, o automóvel e o aeroplano, como o telégrafo, o telefone e o rádio, põem todo mundo em comunicação material e espiritual.

Essa enorme unidade planetária, apenas esboçada, há de se refletir profundamente na materialidade do homem moderno, que tem que pensar em termos muito mais largos do que o do seu esplendido isolamento local ou nacional de outros tempos. (Revista Escola Nova, out./1930, p.13)

Dessa forma, Anísio Teixeira assinala as mudanças profundas que o mundo passava naquele momento. Na visão de Teixeira, caso quisesse acessar a modernidade o país deveria preparar o “homem” para agir e pensar na mentalidade nova, transformada.

Bittencourt (1990) enfatiza também o peso que é atribuído ao Estado nos trabalhos realizados pelos historiadores da educação, assim como frequentemente o aparelho escolar era vinculado quase sempre às decisões estatais. É importante assinalar. Dessa maneira, a disputa que se constrói em torno das instituições do

Estado para a consolidação dos diversos projetos educacionais, os interesses envolvidos nos embates para a conquista do poder político institucional. A atuação dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo e, especialmente, dos partidários da pedagogia “renovada” corrobora com a análise de Bittencourt, quando parte deles orbitou ao redor da Diretoria Geral de Instrução Pública Paulista funcionando, em alguns momentos, como extensão do órgão público¹⁹.

Por essa perspectiva desenvolveu-se, nesse capítulo, o exame sobre o papel do estado de São Paulo e de Lourenço Filho na tentativa de manutenção de “condutores” da política nacional. Quando se analisa a trajetória de Lourenço Filho na década de 20 do último século, percebeu-se que esse personagem esteve ligado diretamente aos rumos que São Paulo seguia no contexto de crise do sistema oligárquico. O surgimento de Lourenço Filho como um articulador do pensamento paulista se deu num momento em que os paulistas realizavam um rearranjo político para se garantir à frente das decisões mais importantes para o estado, se manter no poder federal era a melhor maneira disso continuar ocorrendo.

No entanto, em um movimento contraditório, a trajetória de Lourenço Filho começou a ganhar destaque nesse contexto de crise, ao mesmo tempo, como verificou-se nas análises da revista Escola Nova, em que São Paulo perdia espaço político com o golpe de 1930 que levou Getúlio Vargas à presidência do país. Por meio desse movimento, Lourenço Filho cristalizava o seu nome como um agente da “educação modernizadora” e, em algum aspecto, mantinha o estado de São Paulo não ocupante da presidência nesse momento, como uma sombra que rondava o governo provisório.

O surgimento da revista Escola Nova era parte de um projeto que se pretendia vitorioso, embora estivesse no meio de uma batalha para obter de volta a hegemonia política de São Paulo por meio da educação. Ruptura e permanência estão presentes nesse velho/novo modo de se produzir o impresso pedagógico. Velho porque pelo menos um dos membros do corpo editorial da Sociedade de Educação e da Revista Educação²⁰ permaneceu pairando no poder: Lourenço Filho. Novo, pois, as transformações sofridas pelo periódico não foram segredos e nem ficaram nas entrelinhas, significaram a demonstração de uma luta interna para a hegemonia no

¹⁹ Algo muito semelhante ocorreu com a ABE sediada no Rio de Janeiro. Principalmente após o golpe de 1930 por meio do qual destituiu Júlio Prestes e ascendeu ao poder Getúlio Vargas.

²⁰ A revista Educação foi o periódico pedagógico que precedeu a revista Escola Nova.

campo político-educacional, e disputa estratégica pela hegemonização do novo governo que se instalava: Revista Escola Nova para um governo novo.

É importante frisar que, apesar de se notar a importância do novo período que se descortinava naquele instante com a chegada de Vargas no poder executivo do país e que geralmente se valoriza, como dito anteriormente, o papel do Estado na arregimentação, na organização e na reordenação das forças em confronto, a proposta aqui é de analisar como esses mesmos atores se movimentaram em torno do Estado, por meio das propostas educacionais ou, até mesmo, convencendo o governo de sua visão de sociedade, sempre considerando os interesses comuns entre as partes.

Nesse sentido, as transformações políticas que eclodiram no país nos finais dos anos 20 favoreceram para a confluência dos anseios de alguns educadores na disputa pelo Estado, as mudanças tão almejadas pelos intelectuais da educação foram canalizadas em direção ao Estado, o agente de transformação da educação. (BITTENCOURT, 1990, p. 33). Embora o aparelho escolar fosse o alvo da disputa pela hegemonia da autoridade institucional que se engendrava, conquistar o Estado como legitimador de suas ações se tornou importante para o sucesso do projeto.

Desde o começo da presidência de Vargas após os acontecimentos de 1930, diversas disputas políticas se manifestaram mais intensas em torno do Estado. Estes embates versaram desde a questão sobre o tempo ideal de duração do governo provisório como também em torno do “modelo de Estado” a ser adotado para a consolidação do ideário do grupo que emergia ao poder (PANDOLFI, 2015, p.17).

Estes anos se apresentaram como um momento de inflexão tanto no âmbito político como para a implantação do ideário dos “renovadores da educação”, tornou-se oportuno, nesse momento, recrudescer a presença em relação ao projeto pedagógico defendido pelos intelectuais na disputa pelo aparelho escolar e, com a instauração do governo de Getúlio Vargas, iniciou-se um novo processo de reconfiguração das forças e projetos pedagógicos em torno do circuito educacional.

Entidades, associações e grupos ligados ao setor educacional-pedagógico, que durante décadas se apresentavam como postulantes a hegemonizar o aparelho escolar, encontraram no início da década 30 o momento propício para a implantação dos seus respectivos projetos, pois as incertezas do novo governo abriram diversas possibilidades de orbitar o poder.

A pretensão da seção que se seguirá é de demonstrar como aparecem os contornos desses embates na revista *Escola Nova* em sua seção *Através das Revistas e Jornais*.

2.1. Lourenço Filho – Anos vinte: a consolidação da carreira.

A libertação desse cativo político, que deprimia o magistério, foi automaticamente conseguida com a vitória da revolução. (LOURENÇO FILHO, *Revista Escola Nova*, out/1930, p.76).

Para a compreensão do momento de inflexão que os anos trinta apresentavam tanto em seu aspecto político-administrativo como os relacionados aos assuntos educacionais é necessário reportarmos à construção da carreira de Lourenço Filho especialmente nos anos vinte e, nesse sentido, verificar as imbricações que tornaram viáveis os papéis do intelectual e do periódico, em análise, para a reconfiguração do projeto dos auto intitulados “renovadores” da educação na década seguinte.

Carvalho em seu livro *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)* se reporta à obra *Civilização Brasileira* de Fernando Azevedo. Este intelectual também envolvido no projeto de alguns membros da Sociedade de Educação de São Paulo, principalmente à ala a qual Lourenço Filho pertencia, realiza, segundo a pesquisadora, um movimento na construção e estabelecimento do “novo”, transformando o que não fazia parte do seu projeto político-educacional em “velho”. Assim, segundo a autora, as transformações econômicas, culturais e sociais que atingiam algumas regiões do país foram catalisadas pelo grupo que Azevedo representava, com a intenção de legitimar o seu projeto como detentor da novidade.

A questão levantada por Carvalho problematiza a contraposição entre novidade e o considerado velho construída por Fernando Azevedo. Para a autora, essa estratégia fazia parte de um projeto político-educacional no qual se articulava no “mesmo campo de debates” nos anos 20 grupos políticos que, numa análise superficial, estavam em posições aparentemente opostas. Não sendo possível distinguir nitidamente o “velho” do “novo”, devendo considerar mais as “semelhanças do que as diferenças”, a proposta central que os colocavam na mesma arena de disputa, era a de regeneração da sociedade brasileira por meio educação pautada fundamentalmente em torno da “formação da nacionalidade” (CARVALHO, 1998, p.24).

Carvalho (1993, p.12) lembra que as populações mais esquecidas pela elite política e intelectual do país passaram a ocupar um lugar de destaque no pensamento elitista nesse período, cuja responsabilidade de “regeneração” da sociedade ficou a cargo do aparelho escolar. Num projeto com acentuado caráter elitista com intenções de manter a responsabilidade na condução do país em seu controle, as elites, que nos primeiros anos da república, na sua própria concepção, haviam fracassado, realizou um balanço com a finalidade de reorientar a educação e a sociedade.

Durante essa reorientação no cenário político-educacional no qual grupos envolvidos na “causa” educacional se rearranjavam, trazendo uma forte mobilização entre os educadores de diversos matizes, diante desse contexto de intensas mudanças educacionais apareceram assim autodenominados “renovadores” da educação (CARVALHO, 1993, p.12). Pela perspectiva da autora

promover a reforma da escola ajustando os “homens às novas condições de valores de vida” implicava em promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto na opinião pública. Tais estratégias se ajustavam perfeitamente aos intentos políticos dos governos estaduais, que capitalizavam politicamente o apelo modernizador da intensa mobilização cívica em torno das campanhas de regeneração nacional pela educação. (CARVALHO, 1993, p. 233)

Foi a partir desse período que os reflexos da diminuição da imigração no país foram redimensionados, por isso do recorte nos anos 20, ao mesmo tempo em que as regiões mais industrializadas, especialmente São Paulo, se recuperavam dos abalos ocasionados pelas greves no final da década de 10. Por outro lado, a presidência da República passou a ser comandada pelo paraibano Epiácio Pessoa, em 1919, o que causou um abalo importante na hegemonia do estado de São Paulo na condução política no cenário nacional.

Embora a estrutura oligárquica não tivesse desmoronado, as modificações no início da década de 20 trouxeram uma espécie de “arejamento” ao sistema oligárquico. Isto é, para se manter à frente das decisões fundamentais da política do país que conservasse a essência do sistema político, que se consolidava desde o início da república, foi preciso a adaptação das “velhas forças” aos novos organismos e movimentos que se desenvolviam desde o pós Grande Guerra.

Carvalho (1998, p. 226), aponta que nos primeiros anos da república, São Paulo exportou para outras regiões do país um modelo de educação pautada em “dispositivos de produção de visibilidade da práticas escolares” na qual se valorizava a pedagogia como “arte”, como o “saber-fazer”, dessa forma a “prática da observação”

era a direcionadora do ensino-aprendizagem, privilegiando o aspecto da visibilidade. O Grupo Escolar era a instituição que representava melhor as intenções pedagógicas modernas, aliado ao “método intuitivo” como o eixo da institucionalização do sistema de educação pública modelar, se complementavam na “estratégia republicana” que projetou São Paulo no cenário da educação nacional.

Esse modelo paulista de ensino demonstrou exaustão no início dos anos 20, quando foi confrontado a outros modelos de conhecimentos, ao lado das transformações políticas, econômicas e sociais que desencadearam, o que foi denominado de “entusiasmo pela educação” (CARVALHO, 1998, p. 227). Foi nessa conjuntura que Sampaio Dória foi convidado por Washington Luís para comandar a Direção Geral da Instrução Pública, iniciando a elaboração da reforma no ensino que empresta o seu nome. Assim, estabeleceu-se que o analfabetismo era o vilão do progresso que o país ainda não havia alcançado. Para chegar ao estágio das principais potências da Europa e dos Estados Unidos da América era preciso erradicá-lo definitivamente.

A educação intelectual, moral e física faziam parte da teoria spenceriana que sustentava a reforma defendida por Dória. Tendo ligações estreitas com a Liga Nacionalista Paulista, ele conciliou essa teoria ao “ensino intuitivo” que, na visão dele, era um modelo exitoso, trazendo para a reforma os elementos de “moralização e vigorização” da raça da Liga Nacionalista da qual ele fez parte. Em sua reforma de ensino, Dória imprimiu modificações substanciais no que entendia sobre o método intuitivo implementado pela Reforma Caetano de Campos, na qual valorizava o ensino enciclopédico de longo percurso, valorizando, como principal objetivo, a reprodução do conhecimento obtido pelo aprendizado. Na visão do novo diretor geral, por meio do “método intuitivo analítico”, o foco do ensino-aprendizagem era canalizado no desenvolvimento da “capacidade de conhecer”, ou seja, ele entendia que “a origem primária de toda a capacidade de conhecer é contato da inteligência cognoscente com as coisas a conhecer” (DÓRIA, 1923, p. 43 *apud* CARVALHO, 1998, p. 228).

Ao catapultar o analfabetismo como o entrave no desenvolvimento do país, Dória suscitou inúmeros debates e estimulou algumas reformas durante o início da década de 20. Segundo Carvalho, a reforma implementada por Dória foi “incompreendida” nos seus objetivos pedagógicos e políticos, especialmente em limitar a educação popular em dois anos. Com isso, no decorrer dessa mesma década,

a reforma de 1920 passa a ser criticada, e até mesmo evitada na formulação das novas medidas que passariam a ser instauradas (CARVALHO, 1998, p. 230).

Nesse sentido, Bittencourt (1990, p.95) contribui na desconstrução do estigma que envolveu a Reforma de 1920, apontando o empenho de Sampaio Dória junto aos poderes públicos em instituir “um saber escolar para as escolas primárias que pretendia ir além de um simples aprendizado alfabetizador”. O propósito da reforma, segundo a autora, nas palavras dos educadores do período, era de “moldar um novo cidadão, construtor de novo país”. Por essa perspectiva:

os programas de ensino eram precedidos de discursos, prevalecendo o tema da nacionalização aliado à formação de um “novo cidadão”, permanecendo na construção das disciplinas escolares a preocupação com o trabalho. Oscar Thompson, na introdução do relatório apresentado ao Secretário do Interior em 1917, escreveu um tópico com o título Nacionalismo no Ensino como Base de Formação da Pátria Nova (BITTENCOURT, 1990, p. 95).

É importante apontar que a escolha do analfabetismo como o responsável da estagnação da sociedade brasileira estava inserida no esforço do estado de São Paulo em se manter em sua posição hegemônica, e era também uma forma de controle social já que a capital paulista concentrava, ao mesmo tempo, o maior número de imigrantes e um processo de industrialização mais adiantado.

Lourenço Filho foi favorecido por este cenário de transformações pela qual passava parte do país, alcançando, de forma contundente, o estado de São Paulo. Assim, Lourenço Filho foi apresentado à vida pública nacional ao ser convidado por Sampaio Dória para ocupar as cadeiras de Psicologia e Pedagogia e de Prática Pedagógica da Escola Normal de Piracicaba no início da década de 20. As reformas educacionais ditavam o curso que a educação deveria percorrer, e foi uma das marcas das políticas educacionais daquele decênio, cujo objetivo principal, não o único, era de acabar com o analfabetismo²¹ que, à época, lhe foi atribuído como a causa da estagnação do progresso nacional. Carlos Monarcha ao escrever sobre a trajetória de Lourenço Filho enfatiza a influência da psicologia na carreira e nas representações construídas pelo intelectual:

Nessa corrente de ideias, M.B. Lourenço Filho (1897) [...] começa a ensinar psicologia na Escola Normal de Piracicaba, em 1920. Lecionando também num colégio particular, mantido por uma fundação norte-americana, aí toma mais largo contato com livros de psicologia educacional procedentes dos Estados Unidos, e passa a realizar uma série de pesquisas com emprego de

²¹ Assinalamos aqui que o projeto de Sampaio Dória não versava apenas na erradicação do analfabetismo, num aspecto mais ampliado da reforma paulista de 1920 a reforma trazia em seu texto a educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos, além de enfatizar a educação moral e cívica, no escotismo e no conhecimento de tradições e grandezas do Brasil (DÓRIA *apud* CARVALHO, 2003, p. 37).

testes, de que publica os primeiros resultados em 1921 (LOURENÇO FILHO *apud* MONARCHA, 2010, p.33).

Profissionais da educação que ganharam destaque na década de 20 do século passado como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, para citar alguns deles, foram forjados nas mais conhecidas faculdades de Direito e de Medicina da época de matrizes jurídica e psicológica. Segundo Clarice Nunes (1998, p. 105-125), o curso de Medicina do Distrito Federal e da Bahia ao lado das “pesquisas produzidas nos laboratórios de Psicologia Experimental” instalados em algumas regiões do país durante os primeiros decênios do século passado, além de estágios e cursos especializados que médicos ofereciam sob supervisão de psiquiatras europeus, foram, em parte, responsáveis pela formação das mentes que estavam despontando na década de 20. Ademais, Nunes percebe que esses intelectuais não construíram apenas uma forma de enxergar e representar a realidade, mas em desenvolver práticas jornalísticas para a “vida política” devido às “características da formação acadêmica dos cursos jurídicos” (NUNES, 1998, 105-125).

Embora houvesse diferenças na concepção de realidade no âmbito jurídico e da medicina da época, algo que os aproximava girava em torno do pensamento da psicologia clínica. Os educadores enxergaram nas teorias psicanalíticas e na psicologia uma forma de disseminar os “princípios de higiene mental” e a aplicação de “instrumentos simplificados de diagnósticos, como os testes mentais”. (NUNES, 1998, p. 105-125) Segundo Nunes,

O concurso da Psicologia como conhecimento chave da elaboração de novas formas de interpretar a realidade social e pedagógica cresceu com os esforços multiplicados pelos movimentos de renovação escolar e da racionalização do trabalho. Foi este último campo que aproximou educadores, médicos e administradores (sobretudo engenheiros), interessados nos problemas de formação de pessoal para as indústrias e de sua seleção. (ADORNO, 1988, p. 267 *apud* NUNES, 1998, p. 105-125).

A intensificação do contato entre profissionais de diversos matizes e a atuação dos mesmos em áreas diversificadas colocaram muitos desses profissionais da educação em situação privilegiada, dado que o trânsito de alguns deles em outras áreas de conhecimento abria possibilidades de atuação profissional. Lourenço Filho foi um desses casos em que se graduou em Direito em São Paulo. No entanto, chegou a frequentar os primeiros anos do curso de medicina que, de alguma forma, contribuiu na sua imersão em temas de Psicologia Educacional e no emprego de testes no ensino público.

A utilização de testes para a verificação da inteligência estava diretamente ligada às novas concepções pedagógicas que a Psicologia Infantil daquele período apresentava. Como mencionado anteriormente, o propósito de alguns desses intelectuais da educação era suplantarmos definitivamente o homem “velho” de tal maneira que o homem “novo” conseguisse aprimorar a sociedade da qual ele nascia. Assim, a educação exerceria uma função preponderante na consolidação de uma nação próspera, pronta para o progresso. A educação “renovada”, desse modo, superaria a antiga, uma vez que a sua fundamentação se faria por meio das concepções morais, higiênicas e econômicas (CARVALHO, 2003, p. 51).

O redator da revista *Escola Nova*, Lourenço Filho, e o grupo que ele representava publicaram no impresso oficial da Diretoria Geral de Ensino alguns artigos que responsabilizavam o professor no exercício da sua função. Os testes, desse modo, abriam a possibilidade também do professor medir o seu desempenho na escola, pois “uma vez aferidos os ‘tests’, e organizados em escalas, haverá critério seguro, perfeitamente objetivo para as promoções, e, pois, para o julgamento exacto de cada professor, que saberá, assim, realmente o que vale o seu ensino” (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº I out./1930, p. 276).

Nesse sentido, pode-se verificar por meio do excerto retirado das análises realizadas da revista *Escola Nova* na seção *Através das Revistas e Jornais* o emprego de testes nas orientações dirigidas aos professores. Lourenço se utilizou do arcabouço da Psicologia que estava em voga no período, ao qual teve acesso durante a década de vinte para legitimar a sua representação sobre os instrumentos a serem implantados para uma melhor eficiência da aprendizagem e, mais do que isso, para a obtenção de um controle maior sobre o professor.

Carvalho (1993, p.15) afirma que, como Lourenço Filho, outros reformadores se utilizaram de estatísticas com variadas finalidades para demarcar território como oposição, nesse sentido, Anísio Teixeira se valeu do emprego de testes não para validar ao pensamento vigente que vaticinava a “irracionalidade” da população, ele se apropriava dessa ferramenta com a finalidade de “equalizar” as oportunidades educacionais. Segundo a historiadora, pedra de toque do “liberalismo educacional”.

Segundo Carvalho (1998, p. 151), ao adotar estatísticas e empregar testes no interior das escolas Lourenço Filho, assim como Anísio Teixeira, ingressaram as instituições de ensino na denominada “pedagogia moderna”, que pensava a educação, especialmente a escola, como o lugar primeiro de “racionalização” do

trabalho escolar no modelo de fábrica. Dessa forma, como foi verificado nas páginas da Revista Escola Nova:

Os assistentes técnicos vão procurar dar aos professores públicos, de uma forma resumida, clara e acessível, o que de melhor se pratica lá fora, em matéria de ensino. E mais do que isso: vão habilitar os mestres a julgar de seu próprio trabalho (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.279).

Termos como tecnificação do ensino, orientação profissional, teste de aptidões, rapidez, precisão, maximização dos resultados na escola foram cada vez empregados no projeto de reforma do ensino defendido por Lourenço Filho e pelos partidários da Escola Nova (CARVALHO, 1998, 151).

A proposta desse capítulo segundo é iniciar a apresentação também de algumas aferições desenvolvidas por meio de um levantamento e mapeamento acerca da seção *Através das Revistas e Jornais*. As informações retiradas do levantamento possibilitaram apreender quais eram os “polemistas” republicados na seção, qual o tema, subtema, assunto, o número de páginas dedicadas, como a seção abordou o tema (negativamente ou positivamente) e o jornal que frequentou mais vezes a seção. Dessa maneira, por meio desse levantamento, se abriu a possibilidade de perceber as relações entre os temas selecionados pelo editor, assim como identificar o lugar de poder de seus colaboradores.

A insistência em frisar esse aspecto da pesquisa, nesse momento, foi de explicitar como foi articulado o pensamento de “pedagogia moderna” de Lourenço Filho, construído durante toda a década de 20 e estampado nas páginas da seção. Foi o caso da organização racional do trabalho, já mencionado, levada às salas da escola.

Pelo levantamento realizado nessa pesquisa foi verificado que em seu primeiro número, a revista Escola Nova se dedicou a apresentar qual era o propósito da nova publicação da Diretoria de Ensino. Então, aspectos como missão da revista, objetivo da revista, e a qual propósito se filiava, foram valorizados na inauguração desse número. Coadunando, invariavelmente, com as intenções do governo que se instalara no final de 1930, com forte comprometimento como o “novo” e rompimento definitivo com o velho e, em algum sentido, com o governo provisório.

Lourenço Filho embora não tenha dedicado esse número para tratar especificamente da reforma técnica pela qual a escola necessariamente deveria passar, foi verificado dois títulos dentro da seção, “Entrevista como o secretário da

instrução” e o outro “Como se faz uma excursão”. O primeiro tratou de temas como “Desvios de Dinheiro”, “Serviço Sanitário” e “Instrução Pública”, esses temas foram inseridos no que a pesquisa denominou de Administração Pública na divisão “Assuntos”, visto que Lourenço Filho se dedicou, pelo menos no artigo de sua autoria, a criticar o serviço público e, por outro lado, a valorizar a reforma administrativa. No entanto, apenas no tema “Instrução Pública” que o editor tratou de veicular o tema reforma técnica e administrativa na seção, questão levantada no jornal O Estado de São Paulo, veículo para o qual forneceu a entrevista.

Nesse artigo, Lourenço Filho prestou satisfação ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo, Macedo Soares, que em uma entrevista a um veículo da grande imprensa demonstra a sua preocupação em relação à necessidade de se fazer uma reforma administrativa sem comprometer as finanças do estado. Nesse artigo, Lourenço Filho se compromete em realizar “sem descanso, um balanço sobre a situação encontrada” na Diretoria Geral de instrução e de “preparar a reforma administrativa e técnica” no órgão (REVISTA ESCOLA NOVA, vol. 1, nº 1, out/1930, p. 76).

A estratégia utilizada pelo editor foi apresentada no curto artigo sobre o “Serviço Sanitário”, esse texto aparece entre assuntos que correspondem diretamente à administração da estrutura escolar, Lourenço Filho, desse modo, ao introduzir o tema, “naturaliza” o saneamento da área do serviço sanitário para outras áreas da administração pública. O tripé - saúde, moral e trabalho - sustentava a “convicção a respeito da importância da educação” e, assim se espraiava no decorrer das páginas do *Através de Revistas e Jornais*. O ideário dos educadores da Escola Nova que enxergava o povo brasileiro em uma representação mergulhada “na doença, vício, na degenerescência, na ausência de caráter, muito frequentemente sintetizadas na amorfia em que o país é figurado como organismo” permeava os artigos do periódico indistintamente (CARVALHO, 1998, p.138).

Ao tratar de forma técnica e relacioná-la com a reforma administrativa, e com a movimentação de “tropas do exército”, rescaldo do período de conflito de 1930, desvela o compromisso de parte do escolanovistas em relação a conformação da sociedade, além de demonstrar “aliança” como novo governo. Nessa direção, o artigo anterior, ainda dentro da entrevista do instrutor geral, tratou de apresentar a seção “Desvios de Dinheiro” no qual se preocupou em descrever o gargalo dos pagamentos da Secretaria do Interior, apurando as eventuais irregularidades. Não se tratava de

corrupção, mas de recursos que eram utilizados para outras finalidades, principalmente para pagamentos de jornais da imprensa. Dessa maneira, o ideário do pensamento do grupo de Lourenço Filho, se consolidava, estrategicamente na revista, profundas imbricações de questões como saúde e moral, relacionando-as com a organização racional do trabalho.

No segundo artigo sob o título “Como se faz uma excursão²²”, o assunto foi sobre, como o próprio título apresenta, excursão escolar, o autor expõe as suas premissas sobre os temas, a saber: preparação, horário, várias aulas, coleção, relatório, um programa, fim cívico, o papel do mestre, os resultados e o fim da escola. Todos esses temas estão relacionados ao assunto “excursão”, dessa maneira o professor que quisesse realizar um passeio com a sua turma poderia seguir as “recomendações” da seção. O quadro 1 a seguir se preocupou em organizar como foram apresentados os textos nas páginas da seção *Através das Revistas e Jornais*.

²² Conferir na tabela a coluna *Títulos*.

Quadro 1 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* na edição de out/1930 da revista Escola Nova.

Data da Revista	Tema da Revista Escola Nova	Jornais/Revista-publicação original	Título do artigo	Temas Abordados	Eixo Temático	Posição
Out/1930	Escola Nova	O ESP	Entrevista com o Secretário de Instrução – Lourenço Filho	Desvios de Dinheiro	Administração Pública	Negativa
				Serviço Sanitário		
				Instrução Pública		
		Revista de Educação de Belo Horizonte	Como se faz uma excursão	Preparação	Excursão	Positiva
				Horário		
				Várias Aulas		
				Coleção		
				Relatório		
				Um Programa		
				Fim Cívico		
				O Papel do Mestre		
				Os Resultados		
				Fim da Escola		

*Fonte: Levantamento e quadro realizados pelo autor a partir das análises das edições da Revista Escola Nova e de sua seção *Através das Revistas e Jornais*.

O editor, habilmente, intercala entre os artigos, por intermédio da Diretoria Geral, o projeto do grupo de reformadores da educação, ao mesmo tempo, Lourenço Filho detalha como deve ser realizada a excursão, uma atividade trivial do cotidiano da escola pública paulista. Assim, a representação desenvolvida por uma parcela de intelectuais provenientes da educação e de outras áreas do conhecimento sobre a escola e seus sujeitos, apresenta uma estratégia na qual opera discursivamente a defesa de um “saneamento” no interior do órgão. Ao mesmo tempo, tentava-se, com o artigo sobre a excursão, aspecto do dia a dia do professorado, tornar a publicação familiar do seu público-leitor.

Retornando ao início dos anos 20 quando a carreira de Lourenço Filho ultrapassou os limites do estado de São Paulo ao atender a indicação de seu padrinho político, Sampaio Dória, para reformar o sistema de ensino do estado do Ceará em 1922. Ao ser confrontado com as mazelas pelas quais passavam o povo da região, Lourenço Filho constatou que a persistência de aspectos culturais como misticismo, fatalismo e atraso se devia a posição geográfica dos nordestinos em relação aos estados do sudeste, segundo ele, centros “culturalmente modernos” (CAMPOS, ASSIS, LOURENÇO, 2002, p. 29).

Justiniano Serpa, então governador do estado, iniciou uma ampla reforma modernizadora na qual necessitava de transferências de altas verbas federais, especialmente em relação às políticas de minimização da seca que assolava o Ceará no período. Como contrapartida, o governador se apresentava como base de apoio do sistema oligárquico na região, fortalecendo o candidato da situação à época contra Nilo Peçanha, o candidato da oposição à presidência da República (CARVALHO, 2000, p. 234).

A reforma empreendida pelo diretor geral transforma o estado do Ceará como um grande laboratório de experimento das primeiras políticas educacionais em escala ampliada da qual o grupo escolanovista se propôs a realizar. Monarcha aponta que:

foi aí onde primeiro se introduziram as novas práticas escolares (a leitura analítica, o cálculo concreto, o ensino simultâneo da leitura e da escrita, o desenho do natural, o “slojd”, a cartografia, a ginástica sueca etc.), práticas essas que, neste instante, se irradiavam por todos os grupos escolares da capital e do interior, como os clarões de uma nova era (MONARCHA, 2010, p.39).

O objetivo de Lourenço Filho, no primeiro momento, era chegar às mentes do professorado cearense, e persuadi-lo a adotar os métodos mais adequados para quebrar, segundo ele, as “causas da resistência” do povo sertanejo aos bens culturais de escolarização. Nesse sentido, o diretor geral do estado nordestino se valeu de instrumentos para atingir o seu objetivo de conformar a mentalidade dos professores cearenses, caso lograsse êxito, tal projeto se espalharia para outros estados da região. No entanto, a passagem de Lourenço Filho pelo Ceará sofreu resistência especialmente no interior do estado, quando a amplitude da sua reforma foi confrontada no reduto de Padre Cícero, figura na qual tinha grande influência entre a população cearense.

Por meio de organização de cursos de férias e assumindo a cadeira de Pedagogia e Psicologia na Escola Normal do Estado do Ceará, Lourenço Filho se

empenhou em propalar a “nova” mentalidade que suplantasse a “velha” baseada em ler, escrever e contar. Não muito diferente do que pensava Sampaio Dória, a marca spenceriana da qual se valorizava a educação física, moral e intelectual também se fazia presente no programa de reforma pedagógica elaborado por Lourenço Filho. (CARVALHO, 2000, p. 234)

A passagem de Lourenço Filho pelo estado nordestino foi de grande relevância para a sua carreira, que adquiriu um impulso renovado em 1926, dando início a trajetória como escritor. A experiência no Ceará rendeu artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo quando conta as suas realizações no estado do Ceará, traduzindo aos leitores dos jornais a realidade nordestina, imprimindo forte viés de Psicologia Social em seus textos. As suas viagens pelo sertão nordestino com o objetivo de instalar novas escolas no interior do estado, possibilitaram conhecer melhor a realidade sertaneja e assim “mergulhar” e decodificar, à sua maneira, a mente do povo cearense. Na sua descrição da viagem pelo sertão, Lourenço Filho chegou a conclusão que o Nordeste era uma amostra dos erros cometidos pela elite republicana nacional, relegando ao seu povo o obscurantismo de uma Juazeiro “fora da lei e da razão” (NUNES, 1998, p. 105-125). Essa sua obra obteve o reconhecimento da Academia Paulista de Letras para qual foi eleito, e também recebeu um prêmio da Academia Brasileira de Letras (CARVALHO, 2000, p. 237).

Assinala-se, nesse momento, o lento e gradual abandono das teorias deterministas raciais e climáticos que explicavam a situação de extrema pobreza da região, dando lugar a interpretações por meio das quais identificavam as mazelas do sertão nordestino a aspectos culturais, ainda que persistisse, nesse período, uma forte interpretação na qual defendia a nação como raça. A partir desse “diagnóstico” da realidade sertaneja, Lourenço Filho tece uma interpretação sobre a omissão das elites em não assumir o protagonismo na condenação da população do país ao atraso, convocando-as para assumir a responsabilidade numa transformação radical de mentalidade (CARVALHO, 2000, p. 236).

Nesse sentido, para Carvalho (2000, p. 236), foi mobilizado um conjunto de esforços para regenerar a sociedade brasileira que, segundo Lourenço Filho, encontrava entraves na mentalidade das elites do país. Assim, para atingir a sua profunda transformação, foi necessário envolver a educação na construção desse novo pensamento das elites. A única possibilidade aventada por Lourenço Filho de haver algum progresso da população é que a mesma seja conduzida por uma elite

“esclarecida” de sua responsabilidade, esse esclarecimento chegaria somente pela educação. A Associação Brasileira de Educação, entidade carioca criada em 1925, funcionava como eixo mobilizador e irradiador da mentalidade de parte da elite intelectual, cuja articulação da “causa educacional” propalada por Lourenço Filho ganhava contornos bem definidos de campanha nacional na região sudeste impulsionada pela entidade (CARVALHO, 2000, p. 236).

Lourenço Filho teve uma presença atuante no mercado editorial na década de 20 ao ser convidado para participar dos quadros da Companhia Editora Melhoramentos em 1925. Depois de dois anos, como afirma Figueira (2010, p. 30), o professor foi convidado a organizar a primeira coleção de textos de divulgação pedagógica, assim como renovar a Biblioteca Infantil, “atualizando a linguagem”, e reestruturar a Biblioteca de Educação nos moldes escolanovistas.

A renovação e reorganização dessas bibliotecas seguiam os ditames dos “renovadores” da educação que enxergavam nesses lugares como pontos estratégicos para “introdução de novos hábitos de leitura no professorado, propondo-se roteiros de leitura e prescrevendo-se modos de ler e de utilizar o lido” (CARVALHO, 2001, p.155-156). Nessas bibliotecas a configuração dos temas realizada por meio do título selecionado estava diretamente relacionada à ideia de formação e conformação do corpo do professorado. Nesse sentido, Monarcha acredita que

de certo modo, “a Biblioteca de Educação” auxiliava na legitimação de domínios de conhecimento recém-surgidos e institucionalizados na forma de matérias de ensino, nos currículos acadêmicos de formação e aperfeiçoamento de professores. De fato, tomando-se como parâmetro o currículo acadêmico do curso normal do instituto Pedagógico implantado por Lourenço Filho, em 1931, ou o instituto de Educação, implantado por Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, como logo teremos oportunidade de ver, a formação acadêmica dos futuros professores entrava numa etapa de reorientação drásticas (MONARCHA, 2010, p.57).

Por este viés, o papel exercido por Lourenço Filho como diretor de coleções, autor, tradutor, prefaciador e parecerista dentro da empresa editorial, contribuiu para a sedimentação do projeto do seu grupo para educação na década de 20, ao mesmo tempo, a aura criada em torno da figura de Lourenço Filho como autoridade e difusor do ideário do movimento educacional do período, rendeu benefícios à editora.

O pensamento autoritário lançado sobre o professorado por alguns desses educadores, era o mesmo ideário que recaía sobre a sociedade que a definia como “matéria informe e plasmável”. Por meio da reestruturação e remodelação do aparelho

escolar se alcançariam ao ajustamento do “homem” (CARVALHO, 2003, p. 49). Por esse aspecto:

editar significa, então, interferir politicamente no estado geral da cultura nacional. E editar livros de uso escolar é colaborar decisivamente para o sucesso do programa de reforma da sociedade pela reforma da escola que estão se configura como plataforma política de toda uma geração de políticos e intelectuais. Uma das plataformas desse programa era promover uma mudança da mentalidade do professor que o habitasse ao papel de promotor da modernização dopais pela escola (CARVALHO, TOLEDO, 2004, p.4).

Carvalho avalia que o grupo dos que futuramente se autodenominariam pioneiros da educação se constituíram no mercado de editoras por meio

de obras próprias ou da organização de coleções, que lhes possibilitou não somente fixar orientações doutrinárias no campo da pedagogia, como também difundir largamente, interpretações sobre a história da educação brasileira e sobre o seu próprio papel na história (CARVALHO, 1993, p.12).

Lourenço Filho participou de outras atividades e funções que contribuíram para a consolidação de sua carreira como um nome importante para a promoção do movimento da Escola Nova. As passagens pela direção da revista Educação, pela redação da revista Brasil (dirigida por Monteiro Lobato), assim como escreveu em alguns jornais liberais de grande relevância à época como o Jornal do Comércio (sucursal São Paulo) e O Estado de São Paulo. Na segunda metade da década de 10, ainda no início da sua carreira, Lourenço Filho trabalhou na revista Vida Moderna, na Folha de Porto Ferreira e Jornal de Piracicaba (FIGUEIRA, 2010, p.29).

Em seu retorno do estado nordestino, por volta de 1924, Lourenço Filho retoma suas funções na cadeira que havia deixado em Piracicaba até 1925 quando assume o cargo de professor de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de São Paulo até a chegada de Getúlio Vargas à presidência da república em 1930, momento em que assume o cargo de diretor geral do estado de São Paulo (FIGUEIRA, 2010, p. 30).

O seu papel na Diretoria Geral de Instrução Pública tem um início turbulento, pois ainda havia o rescaldo do período de conflito que culminou com a chegada de Getúlio Vargas na presidência. Segundo Nery (2009, p. 109), as escolas não estavam funcionando no momento que Lourenço Filho entrou no comando do órgão. Os prédios das instituições de ensino estavam ocupados por “soldados invasores”. Nesse momento muitos professores foram denunciados como “traidores” do movimento “revolucionário”, outros professores foram contratados para os seus postos.

Mais uma vez, retornando ao episódio da querela entre o Diário Nacional e Lourenço Filho sobre o questionário distribuído para as escolas sobre atuação dos

professores no processo “revolucionário”, aventa-se a hipótese da relação entre a circular e as demissões no início da administração de Lourenço Filho na Diretoria Geral e, mesmo o diretor afirmando que não havia acontecido exonerações de docente em decorrência do relatório inquisitorial. O Diretor Geral, no primeiro número da revista em editorial, apresentou o seu comprometimento com as transformações em curso:

Conforme já temos tido ensejo de registrar, as autoridades que estão presentemente confiados os vários departamentos administrativos do Estado têm-se dedicado, neste primeiro período dos seus trabalhos, a inadiável tarefa de joeirar, no acervo de atos praticados pelo governo deposto, a massa enorme de abusos e irregularidades de toda ordem que constituíam como que a norma daquela situação. Ao lado, porém, desse labor indispensável, todas vão tratando de iniciar a obra de reconstrução imposta pela vitória revolucionária. Tendo sempre em vista o caráter provisório da gestão que desempenham, os atuais administradores têm porfiado em restabelecer todos os serviços públicos na sua máxima atividade e eficácia (ESCOLA NOVA, vol.1, n.1, out/1930, p.74).

Dessa forma, o diretor geral ratifica os esforços para levar a cabo o projeto de educação vislumbrado pelo seu grupo, coadunando com os “novos ares” que o governo prometia. Lourenço se movimentou em direção a valorizar o empenho do seu “pessoal” na reestruturação administrativa e, ao mesmo tempo, condicionou os antigos funcionários como praticantes de irregularidades do governo que havia acabado de ser destituído.

A estratégia foi de legitimar os dois projetos, do governo provisório e da Escola Nova, num único movimento, como se pertencessem ao mesmo grupo político e compartilhassem do mesmo ideário de educação. Desse modo, ambos se complementavam na efetivação de seus projetos. Assim, como foi mencionado, o editor da Escola Nova se preocupou em dedicar as primeiras páginas da seção em denunciar os “mal feitos” das gestões passadas. Por meio de uma entrevista concedida à revista, os artigos “Desvios de Dinheiro” da gestão passada, o “Serviço Sanitário” e o início de uma reforma desse departamento, como também um artigo sobre a “Instrução Pública” entregue a “politicagem” do governo que acabara de cair, realizava denúncias das “mazelas” das administrações anteriores herdadas por sua gestão.

Lourenço Filho, concomitantemente às funções de diretor geral e editor da revista, fez circular, sob o título de “Serviço de Assistência Técnica”, uma série de folhetos de sua autoria para orientar os professores didaticamente. Publicou também

um estudo cujo volume recebe o nome de “Estatística Escolar de 1930”, além de organizar, ao lado de Aprígio Gonzaga, um álbum de modelos para trabalhos manuais.

Carvalho aponta que, embora houvesse a “fratura”, na década de 30, das estratégias adotadas por alguns membros da Sociedade de Educação de São Paulo, dentre eles, os partidários do ideário da Escola Nova, de uma delas eles não abriram mão: do controle ideológico dos professores (CARVALHO, 1993, p. 14). A direção da condução das propostas pedagógicas a serem seguidas também não era algo a ser negociado, mesmo porque a situação no início dos anos 30 não se apresentava favorável à Sociedade de Educação de São Paulo e, tampouco, para o estado, visto que havia perdido sua posição hegemônica nas decisões políticas do país.

Embora a entidade paulista tenha terminado os anos 20 em alta, quando polarizou com a ABE, principalmente em torno dos temas sobre o ensino secundário e da federalização do ensino, tema no qual se posicionou a favor na Segunda Conferência em 1928 e, numa posição mais radical, abandonando sua participação na Terceira Conferência quando percebeu que foi preterida em sua organização. O que se verificou com a chegada de Vargas à cadeira da presidência república foi o revigoreamento da ABE²³ e a movimentação de alguns membros da Sociedade de Educação de São Paulo para a manutenção, ou ainda, reconquista da posição perdida.

Demonstrando o viés autoritário do grupo, Carvalho (2003, p. 47) identifica os instrumentos discursivos utilizados pelo escolanovista para conformação do professorado, como ela mesma afirma, a educação deveria “*aliar-se à instrução a fim de constituir corpos saudáveis e operosos para a construção da nova sociedade*”. A situação que se apresentava no início dos anos 30 com as transformações políticas e educacionais expuseram, de uma forma mais explícita, o caráter autoritário abordado por Carvalho. A revista Escola Nova foi um desses dispositivos que Lourenço Filho mobilizou para arregimentar o professorado e, assim, alavancar a sua proposta de ensino para o país.

²³Os embates e os motivos do abandono da Sociedade de Educação de São Paulo da Terceira Conferência serão tratados ainda nesse capítulo como maior detalhamento, assim como a atuação da ABE na Terceira Conferência e sua renovação no início do governo provisório.

A seção a seguir pretende apresentar como alguns membros da Sociedade de Educação, principalmente os favoráveis e simpatizantes ao ideário escolanovista, se mobilizaram quando se confrontaram com adversários, tanto internamente como em outras instituições que, mesmo coabitando o mesmo campo ideológico, de alguma forma, também disputava a direção e a construção de um sistema educacional em que pudesse se tornar hegemônico.

2.2. Sociedade de Educação de São Paulo e Associação Brasileira de Educação: mais do que um projeto de educação.

Ao localizar o papel do estado de São Paulo no final da Primeira República, notou-se o esforço de alguns agentes do cenário político-educacional para a permanência dos paulistas na condução política do país. Esse empenho se justificava, pois, o cenário político pós Grande Guerra se apresentava, para os beneficiários da política que se desenvolveu desde o início da República, esgarçado. Novos atores se despontavam na disputa pelo poder e, no tecido social, personagens que até então foram sufocados na política excludente republicana, emergem reivindicando maior participação no jogo político e social. O sistema oligárquico que resguardava o lugar dos estados de São Paulo e de Minas Gerais na alternância de poder se apresentava cada vez mais ameaçado, não que os novos grupos se notabilizavam pelo seu viés democrático, viabilizando maior participação popular. Mas apareciam como agentes políticos que reivindicavam espaço nas decisões de poder.

Nessa reordenação em torno do poder os paulistas mobilizaram dispositivos e instrumentos para a sua sobrevivência num cenário de acelerada e intensa transformação político-social-cultural por qual passava o país. A década de 20 foi a expressão desse esforço dispensado por alguns personagens paulistas que surgiram ao longo desse período. Os finais da Primeira República demonstram além dos embates acerca da hegemonia de um determinado grupo das elites paulistas para se manterem no cenário político nacional, assinalam disputas internas de personagens que atuam no mesmo campo ideológico. O campo educacional expressou de forma muito intensa as mobilizações e contradições de um cenário de transformações profundas.

A Sociedade de Educação de São Paulo aparece nessa reconfiguração no cenário político-educacional brasileiro de permanências e rupturas. Assim, essa

entidade formada por particulares surgiu como esforço oficial do estado, em alguns momentos, para se valer do seu lugar de “direito” no cenário nacional.

Catani (1992 apud NERY, 2009, p. 16) aponta o campo educacional como um lugar privilegiado de disputas e embates, no qual para obter acesso nessa arena “a produção e a divulgação foram utilizados como instrumentos instauradores” de seus agentes. A concorrência para a obtenção da hegemonia como “autoridade científica” define e redefine a posição de cada um na hierarquia social do campo”, ao mesmo tempo em que se mobilizava dispositivos não apenas de persuasão, mas de construção de autoridade na tentativa de efetivar um projeto, seja ele de educação, político ou até mesmo político-educacional, como foi o caso da Sociedade de Educação de São Paulo.

Os membros que dão vida à entidade se valem das revistas pedagógicas como veículos fundamentais para a divulgação de informações e conhecimentos que julgavam mais pertinentes com o objetivo de estabelecerem como legitimadores no campo educacional paulista que se apresentava em constante reestruturação (NERY, 2009, p. 16).

A Sociedade de Educação de São de Paulo surge em 1922 como uma necessidade que aquele momento exigia, reunindo pessoas que tivessem comprometidas com a educação. O importante é que, embora no início não houvesse uma defesa explícita de uma corrente pedagógica, já aparece os primeiros traços na fala de Renato Jardim, transcrita a seguir, a defesa de uma educação baseada numa pedagogia considerada “moderna”, ou no mínimo de ideias renovadoras ou aclaradas:

Um pequeno grupo de professores – três ou quatro – em íntima e acidental palestra sobre a desassociação em que vivem em São Paulo aqueles que têm a seu cargo o ensino (...), entreteendo-se esses professores, em considerações e reparos sobre esse lamentoso fato que (...) não dispusesse São Paulo de um só órgão de publicidade dedicados aos assuntos pedagógicos, uma modesta revista, um simples boletim dessa natureza, por onde pelo menos se informasse o professorado paulista do movimento mundial na arte de educar, sempre renovada (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1929, p. 8-9 apud NERY, 2009, p.27).

A palestra proferida por Renato Jardim demonstrava que a ideia de renovação já habitava as mentes de pelo menos parte dos membros da entidade. Por outro lado, Jardim destacou a importância da criação de uma revista como instrumento de publicização de temas educacionais com o objetivo de “informar” o professorado, que não dispunha de um lugar que o reunisse para a discussão de assuntos pertinentes à educação. Nesse sentido, supria-se a necessidade dos educadores paulistas em se

organizar, desconsiderando e subestimando o professorado como sujeitos, assim a entidade paulista se apresentava como um núcleo irradiador do projeto de seus idealizadores. A Sociedade de Educação de São Paulo, essencialmente, surgia para essa finalidade, a próxima ação seria a criação de um periódico pedagógico que não tardaria em ser produzido.

Nery (2009, p. 27) aponta que a iniciativa de se criar a entidade de educação chegou em um momento favorável, já que a Reforma de 1920 promovida por Sampaio Dória, como comentada anteriormente, foi responsável por iniciar o ensino paulista às ideias “renovadoras” que começam a ser discutidas na Sociedade e veiculada no impresso de sua responsabilidade. O periódico teve início de sua produção em 1923, com um tempo de duração de pouco mais de um ano, e em novembro de 1924 foi publicada pela última vez. A revista tem o papel, não apenas de publicizar e irradiar as atividades realizadas pela Sociedade de Educação de São Paulo, como divulgar as reuniões e conferências dos membros do grupo, e “traduzir um projeto de formação de educadores e de melhoria da educação não apenas de São Paulo, mas um melhor ensino em âmbito nacional”.

A proposta nesse momento da dissertação não é de se aprofundar nos propósitos e objetivos da entidade paulista, aspecto discutido no primeiro capítulo que tratou da veiculação das revistas pedagógicas na década de 1920 com alguma relação com a Sociedade de Educação de São Paulo. A intenção, nessa altura, é de assinalar a participação de alguns membros da entidade que, embora atuassem no mesmo campo ideológico, apresentaram embates importantes acerca das estratégias pedagógicas na instauração do projeto. No entanto, não é possível dissociar a atuação dos membros da entidade da própria Sociedade de Educação de São Paulo.

Algumas dessas divergências foram problematizadas no primeiro capítulo, como o episódio em torno do “método analítico” levantado por Renato Jardim, membro da Sociedade de Educação tanto na primeira como na segunda fase da entidade. Essa polêmica foi revisitada algumas vezes durante toda a década de 20, quando ganhou “status” de grande tema na educação no final da mesma década. A discordância de Jardim a respeito dos resultados do método trouxe para discussão outros personagens que defendiam a proposta, como foi caso do professor Benedito Tolosa. Os membros da primeira fase da entidade estão apresentados no quadro abaixo realizado por Nery (2009, p.52):

Figura VIII - Relação dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo em 1923.

1) Oscar Freire de Carvalho	2) Ovídio Pires de Campos
3) Brenno Ferraz do Amaral	4) A. de Almeida Junior
5) Carlos da Silveira	6) Ezequiel Leme
7) Zenaide Villalva de Araújo	8) José Ribeiro Escobar
9) José C. de Macedo Soares	10) Fernando de Azevedo
11) Renato Jardim	12) A. de Sampaio Doria
13) Alexandre de Albuquerque	14) José Rizzo
15) Djalma Forjaz	16) Guilherme Kuhlmann
17) Armando G. de Araújo	18) Romeu do A. Camargo
19) A. Rodrigues A. Pereira	20) R. J. Haddock Lobo Filho
21) Freitas Valle	22) Oscar Thompson
23) Roldão Lopes de Barros	24) Aprígio Gonzaga
25) João Lourenço Rodrigues	26) Spencer Vampré
27) R. Santiago	28) Leô Vaz
29) José de Souza	30) Altino Antunes
31) Oscar Amaral	32) Raul de Paula
33) Frontino Guimarães	34) Lúcia Pacheco Jordão
35) B. Sampaio Vidal	36) Samuel Pessoa
37) Leopoldo Sant'Anna	38) Branca do Canto Mello
39) Pedro de A. M. Machado	40) Mário de Souza Lima
41) Edith Cerqueira César	42) Borges Vieira
43) Savério Christóforo	44) Geraldo de Paula Souza
45) Pereira Gomes	46) Raul Briquet
47) Virgílio Nascimento	48) Benedito Caldeira
49) Arnaldo de O. Barreto	50) Cymbelino de Freitas
51) Irene Paes de Barros	52) Cássio Bittencourt
53) Clemente Quaglio	

Figura desenvolvida por Nery (2009, p. 32)

Na primeira reunião que abriu os trabalhos da Sociedade de Educação ocorrida em 2 de junho de 1922, do grupo dos 53 associados da lista acima, a presidência do encontro ficou a cargo de J.C de Macedo Soares, que no início dos anos 30 viria ocupar a cadeira de Secretário do Interior do estado de São Paulo, enquanto Lourenço Filho coube o cargo de diretor geral de ensino.

Curiosamente o nome de Lourenço Filho não estava entre os sócios da sociedade, muito provavelmente ainda estava na “missão” pelo sertão nordestino de transformar a realidade educacional por meio da reforma de ensino no estado do Ceará.

Na função de registrar o que acontecia nos encontros, a ata da reunião estava sob a responsabilidade de Fernando Azevedo e Brenno Ferraz do Amaral. Além dessa reunião aprovar os estatutos que regeriam a sociedade, elegeu-se também a diretoria da entidade que teve como seu primeiro presidente Oscar Freire, como vice Renato Jardim e secretário geral Sampaio Doria, primeiro e segundo secretários ficaram sob a responsabilidade de Alexandre Albuquerque e José Rizzo, respectivamente. E na tesouraria Djalma Forjaz (NERY, 2009, p.30).

Devido a morte de Oscar Freire em 11 de janeiro de 1923 foi convocada extraordinariamente uma sessão com o objetivo de se eleger um novo presidente,

inesperadamente nessa reunião Sampaio Dória renuncia ao seu cargo de secretário geral da Sociedade, alegando motivos pessoais para a desistência do posto. A sessão fúnebre de Oscar Freire foi realizada pela Sociedade de Educação, Sociedade de Medicina e Cirurgia e a de Medicina Legal e Criminologia.

Não é de se estranhar a presença das entidades de medicina no velório de um dos dirigentes da entidade, já que essas relações, nesse período, foram sedimentadas por alguns conceitos de medicina e de psicologia vigentes, aliando-se à concepção de educação dos associados da entidade. Muito do que se defendia no âmbito das ciências médicas foi apropriado por alguns intelectuais envolvidos na reestruturação da educação no país, dessa forma, ideias tipicamente da área clínica permearam, em parte, pelo desenvolvimento do pensamento do grupo que circulava na Sociedade de Educação.

As conferências que a entidade paulista promovia, a partir de 1923, corroboraram para o espraiamento dessa mentalidade ligada às ciências médicas e psicológicas. Um dos seus representantes estrangeiros foi W. Radecki, diretor da Faculdade de Psicologia de Varsóvia, convidado pela Sociedade para realizar uma conferência “sobre o objeto e os métodos da Psicologia Contemporânea” (NERY, 2009, p. 33). Paul Fauconnet foi outro nome frequente nas palestras da Sociedade, catedrático de Psicologia e Pedagogia da Sorbonne, de Paris, proferiu uma palestra sobre a estrutura e o funcionamento de uma Universidade. No segundo volume da revista Escola Nova foi republicado, do jornal O Estado de São Paulo de 1929, um artigo do professor da Sorbonne. Nesse texto, Fauconnet felicitava a visita de Frantisek Bakule a Paris, e a sua dedicação na defesa “do caminho franco para o educador e liberdade para a criança”, ao mesmo tempo destaca o papel que Bakule desempenhou como pioneiro da escola nova.

No decorrer de cinco colunas e meia, e de quatro páginas da revista pode ser observado os feitos realizados pelo professor da então Tchecoslováquia. Viajando pela Europa para a divulgação de seus métodos inovadores no âmbito pedagógico, Lourenço Filho pinçou, por meio da exposição do artigo de Fauconnet, a trajetória do início da carreira de Bakule quando “tornou-se um professor inteiramente diferente dos que prepararam para essa profissão”, vencendo a resistência das autoridades escolares às ações que traziam mudanças às “velhas” propostas, passando pelo ensino público e adotando a escola livre, como ele mesmo diz, dentro da qual pode se “libertar dos programas oficiais”. Durante todo o artigo, Fauconnet realizou, por

meio da “saga” de Bakule em efetivar o seu projeto, a defesa liberal de educação, valorizando a meritocracia e a persistência do educador tcheco em vencer as agruras da guerra, mazela da fome e a precariedade da estrutura, quando finalmente inaugura o Instituto Bakule, viabilizado pelas conferências realizadas pelo professor, pela ajuda do governo tcheco e um aporte financeiro oferecido pelos Estados Unidos (ESCOLA NOVA, vol. I, n. II e III, nov-dez/1930, p. 292).

A intenção da publicação do artigo, primeiramente demonstra, não necessariamente nessa mesma ordem, como as mentes dos membros da entidade Sociedade de Educação de São Paulo estabeleciam relações estreitas com as teorias psicológicas do período, já que Fauconnet era um de seus representantes, e personagem recorrente no círculo da entidade. Percebe-se também que, no início do governo provisório, a ideia binária de oposição entre o “novo” e “velho” ganhavam contornos mais definidos na defesa da existência da contraposição com a chegada de Getúlio Vargas na presidência, mesmo considerando que haja mais semelhanças do que diferenças entre as concepções político-educacionais dos grupos.

Nota-se a estratégia utilizada pela Sociedade de Educação desde a sua inauguração, já em período de crise do sistema oligárquico e de rearranjo político de São Paulo na luta pela manutenção hegemônica no contexto de declínio político no início da década de 20, na qual se apresentava como a “vanguarda” da educação, defensora de métodos considerados “inovadores” no ensino, como propósito de se consolidar como autoridade no território em disputa.

Em sua explanação, Fauconnet traça de forma detalhada a trajetória educacional de Bakule, deixa transparecer a responsabilidade do professor no êxito desse sucesso, ainda que o seu papel seja apenas de auxiliar, ensinando somente o que a criança deseja aprender, ele é um agente do campo educacional que ainda impõe resistências à aplicação do método de Bakule, quando afirma que “o regime seguramente inaplicável a totalidade dos professores. Os que lhes faltam talento e entusiasmo são sustentados pelo regulamento” (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II, nov-dez/1930, p. 291). O ensino, por essa perspectiva, num movimento contraditório, se desloca do professor como centro irradiador do saber, o seu papel fundamental passa a ser de estimular e orientar a aprendizagem, organizando a sala de aula em pequenos grupos de crianças, visando os estudos em áreas de interesse decorrentes de suas atividades livres estimuladas para o espontaneísmo.

Outras visitas seguidas de conferências foram realizadas pelo professor da Sobornne no transcorrer dos anos enquanto a entidade paulista de educação permaneceu funcionando. Revisitando os primórdios da Sociedade de Educação de São Paulo, uma nova eleição foi realizada à diretoria da entidade privada referente ao exercício em 1924. Almeida Jr. foi eleito para ocupar a cadeira de presidente, debateu-se nesse encontro, a melhor maneira de viabilizar as formas de difundir o nome da Sociedade de Educação por todas as regiões do estado. Essa diretoria ficou pouco tempo no comando da entidade, cumpriu apenas o restante do mandato da diretoria anterior.

Nas eleições realizadas para o mandato no ano de 1924, a novidade foi reservada para a escolha da primeira e única mulher a pertencer à diretoria da Sociedade, Zenaide Villalva de Araújo, para o cargo de segunda secretária. Zenaide representava a voz do ensino particular na entidade, foi diretora e proprietária do Colégio Villalva, instituição de renome no período em São Paulo

Uma das discussões importantes dessa primeira fase aconteceu em torno da Reforma de Ensino Federal, a entidade paulista redigiu um parecer concordando com a proposta do Ministério do Interior, sugerindo a criação de um Conselho Nacional de Educação (NERY, 2009, p. 33). No entanto, a conquista de Lourenço Filho junto ao governo provisório foi a criação do Conselho Superior de Ensino, com a intenção de apresentar como seria a sua gestão. A perseguição aos docentes suspeitos de participação das tropas “inimigas” se notabilizou, ainda em outubro de 1930, no episódio da distribuição da circular pela Diretoria Geral para identificar quem havia participado das forças contrarrevolucionárias. Por essa perspectiva, a primeira função do Conselho Superior de Ensino era de deliberar por meio de julgamento de sindicâncias e de processos disciplinares (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 398). É importante assinalar que essas mudanças aconteciam em 1930 já no cenário de governo provisório, e com a Diretoria Geral comandada pelo Lourenço Filho.

Outros temas de relevância para o grupo foram debatidos no decorrer da primeira etapa da Sociedade de Educação. Uma delas foi a manifestação de Sampaio Doria em relação a monção lida em uma das reuniões da Sociedade, mostrando um forte apoio ao pedido de intervenção do Governo Federal aos ensinos normal e primário. Uma ocasião que causou divergências dentro do grupo foi a argumentação contrária de Fernando Azevedo à proposta da entidade apresentada ao governo do

estado para enviar missões de professores estrangeiros. Segundo Nery (2009, p. 34), Fernando Azevedo, depois de ter manifestado contrariedade à proposta, solicitou o adiamento dos debates em torno do tema. Na análise realizada por Nery não apareceu o motivo da discordância de Azevedo, e nem se o debate foi retomado em outros encontros. Houve reuniões que abordaram temas desde arrendamento de terras, passando por organização de bibliotecas para os alunos e veiculação de contos produzidos pelos alunos para serem transmitidos pela Sociedade Rádio Educadora Paulista.

Numa reunião realizada em 9 de junho de 1924 na entidade, as atenções ficaram reservadas para a conferência do professor francês Drouin. O ensino secundário foi o assunto abordado pelo professor, o qual afirmava “ser um ensino de elite e, portanto, com a necessidade de a ideia de formar técnicos líderes, com formação humanística.” Não era a primeira vez Drouin participava de uma das reuniões da Sociedade, em 5 de junho do mesmo mês o francês apareceu na entidade para ministrar uma palestra sobre o valor da “sciencia pedagógica” mediada por um senso crítico em que a Escola Normal Superior tinha a função de preparar cientificamente os professores superiores. A escolha do professor Drouin para proferir palestras dentro da Sociedade demonstrava o modo como parte de seus membros enxergavam a função da educação na sociedade (NERY, 2009, p.36/37).

Lourenço Filho partilhava da ideia da qual primeiramente havia de proceder a transformação na educação das elites para aí se processar uma verdadeira mudança no restante da população, a estagnação verificada por Filho nas primeiras décadas da república, não foi nada menos do que a omissão das elites em assumir efetivamente o seu papel civilizador de direcionar e conduzir a sociedade. Lourenço Filho corrobora com o pensamento vigente e verbalizado pelo professor francês de formar “técnicos líderes” com o objetivo de fazer os professores a mobilizar as mais “renovadoras” práticas pedagógicas como “exercícios ativos, de discernimento, de análise e síntese com que se avigora o espírito” para a formação dos alunos (NERY, 2009, p. 37).

No retorno das atividades da entidade após a interrupção dos encontros devido ao conflito civil ocorrido em julho de 1924, a discussão se deu acerca da posição de Almeida Jr em se manifestar a favor da oficialização junto ao governo da situação da admissão às escolas normais. Almeida Jr. defendia um rigor maior na passagem, na qual a Escola Complementar deveria ser uma etapa necessária no ingresso dos

alunos às escolas normais. No entanto, Renato Jardim, com apoio de Frontino Guimarães, se posicionou contra a manifestação da Sociedade de Educação representada por Almeida Jr., pois, segundo Guimarães, “a entidade não poderia funcionar como Conselho Superior de Ensino” (NERY, 2009, p. 38). As considerações de Guimarães e de Jardim não foram suficientes para dissuadir o restante da entidade e, a partir daí, Renato Jardim apostou nas discussões em torno do ensino e da autonomia didática. A discussão na qual será aprofundada no próximo capítulo, quando a dissertação se dedicou na análise dos artigos sobre o tema na seção *Através das Revistas e Jornais*.

Percebeu-se que no decorrer da primeira fase da Sociedade de Educação de São Paulo foi constituída por algumas divergências, discussões, debates e embates, mas observou-se também que havia ali um cenário de reorganização das estratégias dos paulistas na cristalização de uma mentalidade compartilhada sobre a sociedade entre os membros da entidade.

O rompimento entre Sampaio Dória e Guilherme Kuhlmann se estabeleceu como um dos acontecimentos mais importantes da primeira fase da Sociedade de Educação, pois, por trás desse racha pode-se verificar as nuances das disputas entre os membros da entidade, algo que não colocava em risco o projeto do grupo, já que as disputas para hegemonizar a própria Sociedade, embora dificultasse a construção de um trabalho na dedicação de um programa mais abrangente que suplantasse as divergências, deixava intacto o projeto ideológico autoritário defendido pelos membros da Sociedade. No exame realizado por Nery (2009) sobre a atuação dos diretores gerais na década de 20, atribuiu-se à Reforma de Ensino de 1920 como a principal causa da divergência entre os dois membros da Sociedade.

Quando Kuhlmann assumiu o seu posto na Diretoria Geral de São Paulo como sucessor de Dória, a expectativa era de colocar em execução a Reforma de 1920. Contudo, Washington Luís, como presidente do estado, não vislumbrou perspectiva na reforma, atribuindo a total responsabilidade a Sampaio Dória. Na visão de Nery (2009), o presidente do estado estava mais preocupado com a sua carreira política do que com a viabilidade da reforma. Washington Luís nutria expectativas em chegar ao governo federal, e ser vinculado a um projeto não exitoso colocaria em risco a sua pretensão. A exoneração de Dória do cargo de diretor geral teve como pivô a reforma que levava o seu nome, as modificações assim desejadas por Dória não foram consideradas pelo presidente do estado, dessa forma não restou alternativa a não ser

pedir exoneração do cargo da Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo (NERY, 2009, p. 89).

As desavenças não cessaram nesse episódio. Nery (2009) relata as controvérsias criadas em torno dos Anuários de Ensino de 1920-1921. Nessa ocasião Kuhlmann apresentou, no lugar dos relatórios de Sampaio Doria, outro Anuário e afirmava que a “gestão anterior não havia publicado o Anuário referente àquele ano por falta de tempo para elaborá-lo”. Nery chama atenção que não era incomum a elaboração dos relatórios anuais pelo diretor geral que assumia a sucessão, no entanto havia assinatura do diretor que elaborou os relatórios o que não ocorreu no caso de Sampaio Doria e Guilherme Kuhlmann (NERY, 2009, p. 91).

A partir desse episódio Doria e Kuhlmann virariam desafetos por longa data. Doria por meio de artigos publicados em jornais da grande imprensa tentou elucidar as questões acerca desse tema, mais tarde realizou a reunião desses artigos e os publicou em um livro intitulado Questões de Ensino, sabendo utilizar o episódio, como assinala Nery, para se legitimar dentro do seu raio de ação que, no caso, era a educação (NERY, 2009, p. 92).

O nome de Guilherme Kuhlmann aparece na relação dos sócios da primeira fase da Sociedade de Educação, não é uma figura recorrente na revista da entidade paulista, constando duas vezes em todas as edições pesquisadas por Nery. Na segunda fase da Sociedade o Kuhlmann não aparece como sócio da entidade. A situação ficou insustentável após os dois episódios, provavelmente não houve ambiente para Kuhlmann se manter como membro da Sociedade, porém, não se sabe se ele saiu por iniciativa própria ou foi expulso da entidade.

No final dessa primeira fase da entidade, Renato Jardim expõe sua insatisfação com a presença de Pedro Voss na Diretoria Geral de Instrução Pública em 1924, pois, para ele, haveria um retorno ao passado com a posse de Voss no órgão público. Nery (2009, p. 40) assinala a sua suspeita a respeito das relações de dependência da entidade privada com a Diretoria Geral, e lembra que Pedro Voss, em nenhuma das fases da Sociedade de Educação, fez parte do corpo de sócios da entidade.

Vale pontuar, nesse momento, a atuação de Pedro Voss como diretor geral, para situar, em quais medidas, se estabeleceram as divergências com os membros da Sociedade de Educação de São Paulo. As primeiras ações de Voss em posse como diretor geral foram enfatizar as “anormalidades” constatadas por ele na rede paulista de ensino, como o número elevado de professores fora de seus cargos e

escolas, isoladas ou mistas com poucos alunos. A intenção do diretor foi de agilizar uma reorganização desses professores para cumprirem as funções para as quais foram contratados.

A hipótese levantada por Nery (2009, p.99), é que uma vez atendendo as “necessidades” dos professores no sentido técnico da reestruturação, Voss desagradava, assim, os seus opositores que defendiam “os princípios pedagógicos” pautados nas ideias “escolanovistas”, não priorizados pelo novo diretor. Foi na administração de Pedro Voss que a revista Escolar entrou em circulação, a divergência entre o grupo da “Escola Nova” que fazia parte da Sociedade de Educação e o grupo que não integrava o grupo da entidade se notabilizou no momento, como mencionado no primeiro capítulo, quando o primeiro se contrapôs aos rumos da condução da revista, o argumento se baseava na defesa de uma orientação mais “doutrinária” da pedagogia, sendo influenciada pela revista de educação do Distrito Federal. Por outro lado, a Diretoria Geral dava uma maior atenção aos professores de início de carreira, fornecendo lições preparadas para os docentes utilizarem em aula (NERY, 2009, p. 76).

É importante apontar que nesse momento de divergência e da atuação de Pedro Voss como diretor geral, a Sociedade de Educação de São Paulo estava em inatividade, não havia uma entidade que representasse os interesses dos membros da Sociedade, no entanto, mesmo com as atividades interrompidas, os “ex-integrantes” permaneciam orbitando em torno da Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo. Dessa forma, os membros da entidade mantinham sua estratégia de estar em constante visibilidade nas principais discussões sobre a educação no estado São Paulo a fim de fincarem seus nomes como autoridades no assunto.

Em agosto de 1927, com a posse de Júlio Prestes como presidente de São Paulo, Pedro Voss é exonerado do cargo de diretor geral. Para Nery, a saída de Voss da Diretoria Geral não aconteceu por vontade própria, já que tinha muito a ser realizado nas escolas rurais, que era uma das suas prioridades (NERY, 2009, p. 102). Segundo a pesquisadora, a hipótese mais plausível é que Pedro Voss teve a sua saída precipitada pelo grupo de Lourenço Filho. Os editores da revista Escolar se dirigiam de forma pejorativa aos entusiastas da pedagogia nova, os chamando de “jovens turcos” demarcando a sua posição em relação ao grupo rival.

Desde o início da gestão de Voss os embates entre os dois grupos se tornaram frequentes nas páginas da revista. Enquanto a Diretoria Geral estava sob o comando

de Pedro Voss, o impresso, dentre outras finalidades, foi instrumentalizado para marcar posição contrária da corrente escolanovista, demonstrando, de alguma forma, a dependência da entidade ao órgão público. Embora não pudesse, nesse período, contar com o aporte estrutural da Diretoria, o grupo de Lourenço Filho se mantinha, por meio do embate com o diretor geral, no radar das principais discussões político-educacionais que ocorriam à época em São Paulo (NERY, 2009, p. 42).

O período de inatividade da Sociedade de Educação de São Paulo nos fins de 1924 até agosto de 1927 fortalece a hipótese de Nery, da qual a entidade privada para sobreviver dependia fundamentalmente de sua relação com o órgão público. O hiato das atividades da entidade ocorreu precisamente durante a administração de Pedro Voss, opositor contumaz das ideias pedagógicas “renovadas” defendidas por alguns membros da Sociedade de Educação. Por essa perspectiva, pode-se inferir que a Diretoria Geral de Instrução Pública exerceu um papel importante no surgimento, manutenção e no ressurgimento da entidade. A intensa relação de dependência se constatou quando um grupo opositor das ideias defendidas pelo grupo majoritário da Sociedade ocupou o órgão público, se movimentando de tal maneira que diminuísse a Diretoria da influência política e pedagógica do grupo.

Assim, quando a pressão se tornou insustentável, principalmente após a eleição de Júlio Prestes, que havia construído laços estreitos com Lourenço Filho, a Sociedade se aproximou definitivamente do órgão, imprimindo a sua marca no nome do periódico. No momento que ocorre a mudança de nome de Escolar para Educação, a capa do “novo” impresso passou a informar também que a revista era uma produção do órgão público e da entidade privada. Essas importantes modificações ocorridas chegaram num momento de reativação dos trabalhos da entidade, e da posse de Amadeu Mendes que passou a fazer parte do corpo de sócios da segunda etapa da Sociedade.

A Sociedade de Educação de São Paulo percebia na Diretoria Geral um órgão fundamental para a entidade se aparelhar e se manter com os seus trabalhos plenamente ativos, e dar prosseguimento ao seu projeto político educacional iniciado nos primórdios da década de 20. Assim, entendia-se que para efetivar o seu retorno no cenário educacional paulista seria necessária a parceria com a Diretoria, foi o que seus membros mais influentes realizaram. Pode-se apreender desse episódio, no período mais difícil da entidade em que permaneceu com os seus trabalhos interrompidos, entre 1924 a 1927, não foi apenas coincidência, a escolha de Pedro

Voss como diretor geral desvelava o intenso embate político-educacional que acontecia dentro e fora da entidade, mas, principalmente, em torno do órgão público que era fundamental para a sua sobrevivência, uma vez que ao se afastarem a Sociedade de Educação de São Paulo não conseguiu se manter na ativa.

Vale lembrar que foi sinalizada uma reaproximação do órgão público ainda sob o comando de Pedro Voss em relação à Sociedade. A pressão sofrida pelo diretor geral do grupo da “Escola Nova”, aventada por Nery (2009), pode ser verificada quando a revista Escolar, abruptamente, inicia uma defesa explícita dos princípios do ideário da escolanovista. Isso aconteceu, conforme Nery verificou, a partir do número 25 da Escolar de janeiro de 1927, ademais, não havia ocorrido a mudança de presidência do estado, nem a troca de diretor geral.

Assim, é possível perceber a perda de força política de Pedro Voss no embate com os escolanovistas se, mesmo depois de ceder as páginas da revista Escolar para propalar as ideias da nova pedagogia defendida por parte dos membros da Sociedade de Educação, não conseguiu permanecer no cargo na troca de presidente do estado.

A segunda fase da entidade tem início a partir dessa ofensiva do grupo dos escolanovistas sobre a Diretoria Geral, tendo alguém que defendesse seus interesses dentro do órgão facilitaria o trabalho para a divulgação das suas premissas, caberia a Amadeu Mendes realizar essa função. A publicação de um periódico, como indicado, foi retomada, pois, como uma das suas principais atividades, também havia sido interrompida junto com Sociedade de Educação.

Segundo Nery, a indicação ideal para o cargo de diretor geral para Lourenço Filho era Guilherme Kuhlmann que havia ocupado o cargo antes de Pedro Voss, e se demonstrou, à época, um grande incentivador da retomada das atividades da entidade, no entanto, a escolha de Amadeu Mendes não desagradou o grupo de Lourenço Filho e de Fernando Azevedo (NERY, 2009, p.41).

A parte curiosa foi reservada a esse convite, já que no período da gestão de Kuhlmann na Diretoria Geral, como foi assinalado neste capítulo, ocorreram sérias divergências entre Sampaio Doria e Guilherme Kuhlmann que resultaram no rompimento dos dois educadores. Provavelmente, devido ao racha, houve o seu afastamento da Sociedade de Educação. Kuhlmann não aparece, como foi verificado, na relação dos nomes de sócios da entidade em sua segunda fase. Como se sabe, não é possível definir a Sociedade da Educação em apenas uma corrente pedagógica, mas certamente a sua atuação se cristalizou no mesmo campo ideológico. Desse

modo, os embates em torno de qual linha pedagógica a associação deveria seguir não foi capaz de comprometer o modelo de sociedade que era preponderante dentro da entidade, e partilhado por grande parte dos envolvidos.

O material pesquisado e as leituras realizadas não possibilitaram elucidar o motivo pelo qual aconteceu o convite por parte de Lourenço Filho, no entanto, é plausível que esse movimento realizado por Lourenço Filho se insira na tentativa de fortalecer a Sociedade de Educação, mesmo com educadores que divergissem da ala considerada “renovadora”, visto que, a Associação Brasileira de Educação, instituição do Rio de Janeiro de ambições nacionais, estava em plenos trabalhos, surgindo como uma séria concorrente na sistematização e direção de um sistema educacional. A ABE, sediada no Distrito Federal, havia entrado em atividade desde 1925, período no qual a Sociedade de Educação estava inativa, desde 1924. A primazia no campo da educação era fundamental para a consolidação política da entidade paulista em âmbito nacional, o surgimento da ABE do Rio de Janeiro seria um obstáculo para as intenções da entidade paulista.

Renato Jardim, membro da Sociedade de Educação desde a primeira fase, ratifica a importância da retomada de atividade da entidade:

Por iniciativa de velhos e devotados consócios, ao influxo desse idealismo sadio que não se abate ao primeiro revés, que não ignora que as dificuldades e os tropeços só formam postos na terra para que através deles se exerça com mais força a ação dos homens, sob esse influxo ergueu a Sociedade. Agora então, de harmonia e em conjugados esforços com Diretoria Geral de Instrução Pública, que nela, inteligentemente enxerga precioso auxílio para uma administração de horizontes amplos e claros, um intuito de assistência pedagógica ao professorado, onde fora dela, nada existe desse gênero; de harmonia e em íntimo consórcio com a direção do ensino oficial, que em nobre atitude, não temeu o contato com os “jovens turcos” da pedagogia, que poderiam ser aqui encontrados, que não repugnou, na sua austeridade oficial, ombrear aqui com possíveis “cadetes de Gasconha”, cuja existência na terra os séculos e os prudentes conselhos dos “Sanchos” de todos os tempos não suprimem de todo (O Estado de São Paulo, 14 de set/1929, p. 8 apud NERY, 2009, p. 41).

No artigo de felicitações de Jardim ao reinício das atividades da Sociedade fica explícito o envolvimento das duas entidades, mesmo não demonstrando uma clara dependência da entidade privada pela Diretoria Geral de Instrução Pública, pontua-se o entusiasmo do membro da Sociedade em enfatizar as relações que os dois órgãos passariam a desempenhar oficialmente após um período de inoperância da Sociedade, e que, pelas palavras de Renato Jardim, o periódico não deixaria de funcionar como um suporte às necessidades do professorado.

No entanto, o que se verificou na prática, desde o retorno das atividades da Sociedade de Educação junto à Diretoria Geral de Instrução Pública, e com as mudanças submetidas à revista já na troca do nome de Escolar para Educação quando começou a defender, de uma forma mais contundente, o ideário escolanovista por meio do impresso, foi a queda acentuada de tiragens da revista com críticas do professorado a prioridade dispensada pelo periódico a “orientação filosófica da pedagogia” defendida pelos membros da Sociedade (NERY, 2009, p. 76).

A reação de Carlos Silveira, membro da Sociedade, não foi nada amigável aos professores, principalmente aos que se dedicavam ao primário, se referindo à reação deles como um “movimento reacionário”. Dando a entender que o professorado não estava preparado para as transformações que atingiam a revista, mesmo cientes dessa insatisfação do seu “público-alvo”, os editores da revista não retrocederam do seu projeto de se legitimarem por meio de um impresso com o intuito de divulgar o ideário, a revista Educação realizaria esse papel (NERY, 2009, p. 76).

Ao mesmo tempo em que se mobilizava a revista como um dos principais instrumentos para a veiculação do projeto dos escolanovistas percebe-se certa vacilação do grupo quanto a assumir, desde a capa, o ideário “renovador”. O que não ocorreu com a revista Escola Nova que desde a sua capa apresentou a defesa da pedagogia escolanovista, toda a operação realizada para explicitar de forma contundente a corrente pedagógica defendida por parte do grupo da Sociedade de Educação refletia o momento pelo qual o país passava politicamente nos fins de 1930. Desvelava-se, principalmente, a situação delicada que os paulistas da entidade privada e o estado de São Paulo, de forma geral, atravessavam no início do governo provisório.

A situação política do país nas outras fases da Sociedade de Educação e, por conseguinte, de seus impressos pedagógicos não lhes apresentava o cenário ideal para a defesa explícita da pedagogia “renovada”. Assim, as mudanças verificadas nas revistas na defesa do ideário escolanovista foram construídas paulatinamente de acordo com o aumento ou diminuição da influência do grupo da Sociedade de Educação na Diretoria Geral de Instrução Pública.

Mesmo com a crise do sistema oligárquico durante toda a década de 20, e o risco de São Paulo perder a sua hegemonia política no país, foi adotada certa cautela em relação a qual melhor estratégia a ser adotada, ao mesmo tempo, tem de se considerar os embates internos da Sociedade de Educação, e os conflitos entre a

entidade e a Diretoria Geral de Instrução Pública. Desse modo, ao investigar a trajetória dos impressos pedagógicos produzidos pela Sociedade e pelo órgão público notam-se as batalhas candentes entre seus membros na tentativa de aparelhar as duas entidades.

A ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país no início dos anos 30 foi a ocasião em que o grupo da Sociedade empreendeu estratégias mais sofisticadas para se tornar a autoridade máxima no campo educacional, e estampar logo na capa o seu pensamento em relação política educacional que o “novo” governo deveria adotar fazia parte de suas estratégias, essa função era destinada à revista Escola Nova.

Lourenço Filho, membro da Sociedade de Educação a partir da segunda fase, aparece com grande influência dentro do grupo, as suas manifestações a respeito de quem deveria assumir o cargo de diretor geral na época da queda de Pedro Voss demonstra um pouco de sua atuação para colocar os “melhores” nomes em defesa do projeto político defendido por ele. Na comissão para tratar do novo periódico pedagógico que seria publicado e, de uma possível fusão entre a revista Escolar e a revista da Sociedade de Educação, faziam parte Sampaio Dória, Carlos Silveira, Roldão de Barros e Lourenço Filho (NERY, 2009, p. 44).

A atuação da Sociedade em sua segunda fase não mudou muito em relação à primeira, pelo menos em relação aos eixos temáticos, conferências realizadas por médicos, sanitaristas, psicólogos permaneciam ainda frequentes na entidade. Um acontecimento importante que envolveu essa etapa da Sociedade foi a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação em Curitiba em 1927 capitaneada pela ABE. A organização ficou sob responsabilidade de Lysímaco Ferreira da Costa, diretor geral de Instrução Pública do Estado do Paraná. Curiosamente Lysímaco, no mês de novembro desse mesmo ano, foi convidado para compor o corpo de membros da Sociedade de Educação de São Paulo como sócio correspondente. Segundo Nery (2009, p. 44), essa relação estreita entre a Sociedade e o diretor geral paranaense foi importante para a aproximação da Associação Brasileira de Educação (ABE) com a entidade paulista, o que facilitou o seu convite para realizar a Terceira Conferência Nacional de Educação a ser realizada em 1929, em São Paulo. Em novembro de 1927, Lourenço Filho foi solicitado para representar a Sociedade de Educação de São Paulo em um Congresso Pedagógico no Paraná.

Nery (2009, p. 45), assinala a baixa quantidade de reuniões realizadas no ano de 1928, apenas uma. Para a pesquisadora, esse foi o ano mais difícil dessa segunda fase da Sociedade de Educação de São Paulo. As cartas enviadas de Renato Jardim para Fernando Azevedo foi um indício das dificuldades que a entidade passava durante o ano. Nelas, Jardim afirmava que para o “recreio, ocupo-me com a Sociedade de Educação. Mas parece planta de galho em tempo de pouca chuva. Está custando a pegar. Não eu. A Sociedade. É São Paulo...” (JARDIM, 1924-1930 apud NERY, 2009, p.45). Pelo relato de Renato Jardim, a situação da Sociedade não era das melhores, não havia continuidade das reuniões do grupo. A inconstância de encontros entre os membros do grupo, segundo Jardim, era o principal empecilho na consolidação da Sociedade como instituição reconhecida em São Paulo. Para ele, a questão da pouca adesão à entidade não era ele, tampouco a Sociedade, mas São Paulo. Numa outra carta Jardim lamenta que “um pequeno grupo forceja por levantar a Sociedade de Educação. Trabalho um pouco penoso e pouquíssimo rendoso” (JARDIM, set/1928, apud NERY, 2009, p. 46).

A boa fase da Sociedade retorna no ano seguinte, em finais de 1929 e início de 1930, estampada nas páginas do jornal O Estado de São Paulo sobre conferências promovidas pela Sociedade de Educação, essa reaproximação significava um avanço importante no restabelecimento dos contatos entre a associação e o jornal. Segundo Nery, as relações entre o jornal e a entidade ficaram estremecidas desde o embate entre Renato Jardim e Sid Mennucci em torno do tema A Escola Paulista. Renato Jardim ao se comunicar com Fernando Azevedo por meio de cartas afirma a boa fase que a Sociedade retomou e que, afirma ele, “aqui vai-se mal. A nossa Sociedade [de Educação] tonificando-se. O ensino oficial, tendendo cada vez mais a se afastar de nós. O espírito de camarilha, em lenta reação, toma, ou retoma ‘ledessus’...” (JARDIM, 1924-1930, apud NERY, 2009, p. 49).

Pela análise de Nery, Jardim sinalizava em sua carta o afastamento da influência do poder público sobre o ensino paulista. Desse modo, a Diretoria Geral de Instrução Pública não estava deixando de existir, no entanto, a influência da Sociedade de Educação de São Paulo estava gradualmente se apoderando da estrutura fornecida pelo estado, ao mesmo tempo, a partir desse aparelhamento, os membros da instituição privada vislumbravam as condições ideais na difusão de seu ideário em São Paulo, e em outras regiões do país.

As aproximações da entidade paulista com o diretor geral do Paraná, e os desentendimentos ocorridos com a Associação Brasileira de Educação sediada no Rio de Janeiro foram iniciativas que indicam as intenções da Sociedade de Educação de São Paulo em homogeneizar as suas ideias de educação. Assim, o movimento a favor da criação de uma Federação Nacional das Sociedades de Educação defendida pelos membros da Sociedade visava, entre outros objetivos, enfraquecer a entidade fluminense, esvaziando suas conferências e reuniões, ao mesmo tempo em que se atomizaria a nova entidade.

A diretoria que precedeu a gestão de Lourenço Filho organizou algumas ações a fim de se estabelecerem no cenário mais ampliado na conjuntura educacional do país. Nesse sentido o presidente Raul Briquet e Mário de Sousa como vice-presidente viabilizaram várias comissões para tratar de diversos temas relacionados ao ensino, como a quadro abaixo produzida por Nery demonstra:

Figura IX – Comissões de ensino formadas pelos membros da Sociedade de Educação de São Paulo.

1. Ensino primário: Antonio Firmino Proença, Branca Canto e Mello, Hortência Pereira Barreto, José de Azevedo Antunes, Renato Jardim e Zuleika de Barros Pereira.
2. Ensino Normal: Armando Gomes de Araújo, Carlos da Silveira e João Toledo.
3. Ensino Secundário: Almeida Junior, Mário Souza Lima, Ruy de Paula Sousa, Dr. Stewart (C.T.) e Sud Mennucci.
4. Educação Estética: Alexandre Albuquerque, Anhaia Mello, Cymbelino de Freitas, João Gomes Junior e Noemia Nascimento Gama.
5. Ensino Superior e Universitário: Arthur Neiva, Flaminio Favero, Ovidio Pires de Campos, Mario Mazagão, Plínio Barreto, Sampaio Doria, Theodoro Ramos, Clodomiro Pereira, Victor Freire.
6. Educação Física: Álvaro de Lima, Augusto Ribeiro de Carvalho, Edmundo Carvalho, Franklin Moura Campos.
7. Ensino e Orientação Profissional: Benjamin Ribeiro, Noemy Silveira, Ricardo Severo, Octávio Monteiro de Camargo, Roberto Mange.
8. Educação Sanitária: Geraldo de Paula Souza, Borges Vieira, Figueira de Mello, Maria Antonietta de Castro, Mendes Castro e Waldomiro de Oliveira.
9. Psicologia Aplicada: Durval Marcondes, Franco da Rocha, Lourenço Filho, Pedro de Alcântara, Roldão Lopes de Barros.
10. Higiene Mental e Educação dos Anormais: Cantídio Moura Campos, A. C. Pacheco e Silva e José Cassio de Macedo Soares.

Quadro desenvolvido por Nery (2009, p.48)

A ofensiva da Sociedade de Educação de São Paulo, em diversas frentes, aponta para uma estratégia que vislumbrava ultrapassar os limites do estado de São Paulo, o objetivo da entidade paulista era de avançar no território em disputa com a

ABE em âmbito nacional. Assim, a formação das comissões demonstrava um programa ambicioso dos escolanovistas na corrida para hegemonização das mentes da sociedade paulista e do país. Além das comissões, a nova diretoria intensificou os trabalhos sociais ao mesmo passo da continuidade das realizações de conferências e cursos. A Sociedade aliava ao programa das comissões mobilizando todos os seus membros, como prossegue em oferecer as conferências na arregimentação de um grupo seletivo de profissionais de diversas áreas.

O término das atividades da Sociedade de Educação de São Paulo, segundo Nery, se deu nos fins de 1930 com o advento do governo provisório no mês de outubro, pois, até o último número da revista Educação ainda era apresentado a colaboração entre a entidade paulista privada e o órgão público. No entanto, ao analisar um livro de autoria de Renato Jardim, Nery verificou que o autor menciona a continuidade das atividades depois dos acontecimentos políticos nos finais de 1930. Aponta também que Lourenço Filho permaneceu como presidente da Sociedade de Educação após assumir o comando da Diretoria Geral de Instrução Pública em outubro do mesmo ano, quando iniciou na direção e edição da Revista Escola Nova.

2.3. O embate entre a Sociedade de Educação de São Paulo e a Associação Brasileira de Educação: a exterioridade da disputa em busca da hegemonia.

No retorno das atividades da Sociedade de Educação de São Paulo em 26 de agosto de 1927 quando convocou-se uma sessão extraordinária com o objetivo de reestruturar a entidade para reiniciar rapidamente a atuação da entidade paulista no circuito político-educacional do país. Apesar dos seus membros, no período de inatividade, não atuarem individualmente para se manter com alguma relevância no cenário educacional. As pressões em torno da Diretoria Geral de Instrução Pública, no período de interrupção forçada das atividades, foram utilizadas como estratégias por alguns membros da Sociedade de Educação, como Lourenço Filho, uma vez que os indícios apontam para uma relação de dependência material da entidade privada do órgão público.

Nesse período de retomada das atividades entidade paulista, a Associação Brasileira de Educação com sede no Distrito Federal entrou em funcionamento a partir de 1925, a criação da entidade trazia como propósito o ideário dos idealizadores que enxergava na associação um espaço para disseminar e cristalizar a “opinião das

classes cultas” criando instrumentos a serem mobilizados para conduzir as políticas educacionais do país.

Algo semelhante entre os projetos da ABE e a Sociedade de Educação de São Paulo, dentre outras, era de se estabelecer como um aparato do Estado. Segundo Carvalho (1998, p.328), essas intenções da ABE foram desveladas na Primeira Conferência quando Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, proferiu um discurso apontando o papel da associação junto ao governo federal, caráter que não era explícito em seu projeto inicial. No caso da entidade paulista ficou manifesto a função que a Sociedade de Educação exercia na atuação de seus membros no interior da Diretoria Geral de Instrução Pública.

A intenção nesse momento do trabalho não é se aprofundar pormenorizadamente no desenvolvimento de cada Conferência realizada pela ABE, quais as discussões travadas em suas assembleias e os temas tratados no decorrer dos encontros. Três trabalhos realizaram, de forma acurada, a tarefa de destrinchar os bastidores das conferências, no qual esse trabalho é tributário devido ao grau de profundidade dos textos, a saber: *Molde Nacional e Fôrma Cívica* de Marta Maria Chagas de Carvalho, *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)* de Ana Clara Bortoleto Nery, e também a pesquisa cujo título é *a Urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos Bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: A Gestão Lourenço Filho (1938-1946)* de Andrea Maria Lopes Dantas. A partir desses trabalhos foram extraídas as principais informações a respeito das relações desenvolvidas entre os agentes das instituições educacionais que surgiram em meio à crise do sistema oligárquico paulista. A intenção aqui não é rerepresentar as ideias das autoras, mas aliá-las à construção da análise que foi desenvolvido sobre a seção *Através das Revistas e Jornais*.

A partir da perspectiva de Carvalho (1998), foi possível apreender que o eixo central para o funcionamento da ABE visando a consolidação de seu projeto se baseou na realização de Conferências, por meio delas, a associação, cuja sede era no Rio de Janeiro, sustentaria e promoveria o seu ideário a respeito da educação e de sociedade. Verificou-se nos trabalhos de Carvalho (1998) e de Nery (2009), nas análises sobre as Conferências elaboradas pela ABE, o caráter nacionalista e centralizador como temas primordiais das Conferências. Carvalho constatou essas características por meio do exame dos encontros instituídos por Fernando Magalhães, um dos grandes idealizadores das conferências, que também criou e presidiu uma

comissão com a função de estruturar a Primeira Conferência, permanecendo nesta função durante as demais realizações.

Dantas (2001, p. 45) corroborando com Carvalho, afirma que as Conferências realizadas pela ABE se configuraram como um dos instrumentos basilares na tentativa de efetivação e disseminação do seu ideário, a partir delas se promoveria as atuações de seus agentes durante a realização da conferência, e também se formularia um plano de ação, resultado dos debates e discussões decorrentes das conferências, na tentativa de viabilização junto ao poder oficial, Dantas aponta ainda que:

Nessas condições, a presença dos educadores no processo de constituição do aparato de gestão da educação nacional e os dispositivos que utilizavam para apresentar suas proposições devem ser lidos na perspectiva de que tais propostas fazem parte de um conjunto de interesses comuns, compartilhado por educadores e pelos representantes do governo, e que pode ser representado pelo desejo dos dois grupos em criar um sistema de educação em bases nacionais. As estratégias por uns e outros dependerão da possibilidade de intervenção de que dispõem na defesa de seus projetos (DANTAS, 2001, p. 45).

A Conferência que abriu a série de reuniões aconteceu em Curitiba em dezembro de 1927. A querela estabelecida entre a Sociedade de Educação de São Paulo e ABE teve participação decisiva de Fernando Magalhães nos desdobramentos da Terceira Conferência ocorridos em setembro de 1929. A filiação da entidade paulista a ABE se deu apenas em 1928, baseadas nas mudanças que foram submetidos os seus regimentos, nos quais previam a constituição da Sociedade de Educação de São Paulo como um departamento estadual da Associação Brasileira de Educação (NERY, 2009, p. 183).

A partir dessas transformações externas e internas da entidade paulista, as ideias de descentralização político-educacional defendidas pelos seus membros com a criação de uma federação na qual congregasse as demais associações espalhadas pelo território nacional foram levadas aos debates da Segunda Conferência, realizada em Belo Horizonte, em 1928, tema que avançaria para a Conferência seguinte, caso não tivesse ocorrido a exoneração da diretoria da Sociedade de Educação de São Paulo da Terceira Conferência (NERY, 2009, p.183).

Ainda na Conferência de 1928, Lourenço Filho, como representante da Sociedade de Educação de São Paulo, realizou uma explanação atacando o projeto de centralização que a seção carioca da ABE defendia. O educador paulista afirmava que para se construir a “unificação do espírito de civismo” no interior da escola normal não seria por meio da “centralização administrativa” (CARVALHO, 1998, p. 343). Na

concepção de Filho, as novas rotinas no ensino normal seriam impostas pelas “leis e regulamentos federais” e não seria mais um esforço dos estados em acompanhar o melhor modelo de educação implantado por algum ente federativo.

Nessa direção, podem-se inferir pelo menos dois aspectos da contestação de Lourenço Filho em relação à centralização do ensino defendida pela ABE. Um deles é que o governo central passaria a formular as normas e as leis do ensino normal, isto ocorrendo, o estado de São Paulo perderia definitivamente sua influência na política educacional do país, o segundo ponto é que se a proposta de ensino da Sociedade de Educação saísse com forte apoio, o projeto de nação por meio da educação defendida pela entidade paulista ganharia sobrevida na tentativa de se legitimar no campo, posto que a crise oligárquica se intensificava nos finais da década de 20. Não que a ideia de sociedade defendida pela ABE fosse muito diferente da entidade paulista, muito pelo contrário, como aponta Carvalho, entre os dois projetos nacionais de sociedade havia mais semelhanças do que diferenças. Todavia, o que os repeliu, em alguns momentos, como ficou mais explícito nos casos da Segunda e Terceiras Conferências, foi a disputa na proeminência na condução da sociedade para o progresso conquistado nos ditos países desenvolvidos.

Não se deve conceber a Associação Brasileira de Educação como uma entidade homogênea, sem atritos entre seus membros. Ainda no início da sua formação no Conselho Diretor da instituição algumas questões expunham as diferenças no modo como o ideário da Associação seria viabilizado. Temas como qual seria o papel do Estado no regramento do ensino, a dicotomia entre regionalização e uniformização do ensino e a orientação religiosa ou leiga do ensino (CARVALHO, 1998, p. 212).

Carvalho assinala um quarto objeto de discussão dentro do conselho que girava em torno do fim da escola dual sendo substituída pela escola única em que trabalho e cultura fizessem parte do mesmo sistema de ensino. Segundo Carvalho tal matéria não foi capaz de desenvolver força “para deslocar a repartição dual que delineava o campo de debate” (CARVALHO, 1998, p. 212).

No levantamento realizado por Carvalho se estabeleceu pelo menos três grupos que divergiam entre si quanto ao programa a ser defendido para a disseminação das ideias da ABE. Havia o grupo de Fernando Magalhães, o agente por trás das conferências, o outro grupo tinha como expoente Fernando Labouriau e, finalmente, o grupo sob o comando das figuras de Edgard Sussekind de Mendonça,

Francisco Venâncio Filho e Armanda Álvaro Alberto que, pela pesquisa de Carvalho, “embora nunca tenham ocupado a presidência da Associação nos anos 20, nela tiveram importante atuação no Conselho Diretor, permanecendo na ABE depois de 1932, ano que marcou o êxodo definitivo do grupo de Fernando Magalhães” (CARVALHO, 1998, p. 213). Assim, Carvalho assinala então que

as diferenças existentes entre esses grupos não significaram total antagonismo e nem implicaram a abolição de pontos consensuais. A situação era de união de forças, de fortalecimento da ABE e da campanha educacional. Programaticamente, as divergências não eram evidenciadas, o que fazia com que fossem relativizadas. Explicitá-las é operação que, além de encontrar seus limites no laconismo das atas do Conselho Diretor, esbarra na insistência com que os integrantes da Associação a constituíram como bloco homogêneo, “dedicado à causa educacional” (CARVALHO, 1998, p. 213).

Cabe aqui salientar que essas conferências não eram utilizadas apenas para a divulgação das ações da ABE e demonstrar qual era o caminho “ideal” para a educação nacional, serviam também, partindo de falsos antagonismos, para a consolidação de seus membros como autoridades no campo educacional, mas serviam também para que as autoridades públicas e privadas de outras regiões do país, como foram os casos da própria ABE e da Sociedade de Educação de São Paulo, “exibissem as realizações e as excelências dos Estados de que provinham e que, em muitos casos, representavam como delegados oficiais do governo” (CARVALHO, 1998, p. 362).

A partir dessa perspectiva se construiu um amálgama entre os interesses do poder público e estatal e as intenções dos agentes das entidades privadas, se valendo da crise no cenário político, e de transformações culturais que a década de 20 apresentava, esses personagens da educação, em destaque nesse período ou ainda em plena construção de suas carreiras, se movimentavam no sentido de fornecer suporte às medidas oficiais implementadas pelos governos e, ao mesmo tempo, asseguravam que algumas de suas iniciativas fossem acolhidas até mesmo oficialmente. Como face da mesma moeda, também era considerado pelas mesmas entidades o forte papel do Estado em salvaguardar os princípios que para ele eram essenciais para a sistematização do ensino nacional. Desse modo, se desenvolvia o concerto entre esses interesses por meio dos quais, muitas vezes, se exigia cooperação dos seus agentes, em outros casos, em razão da disputa pela hegemonização do Estado ocorriam o afastamento entre eles.

Assim, ao trazer para a discussão os problemas da descentralização e enfatizar as benesses da criação de uma federação que preservasse as especificidades de cada região e, principalmente, a “autonomia” de cada estado em decidir qual o melhor de ensino a adotar, Lourenço Filho apresentou a estratégia da Sociedade de Educação de São Paulo na qual se tentava esvaziar a influência da ABE nas associações similares em outros estados, valorizando a pseudo autonomia que cada governo teria na administração do seu ensino. No entanto, como é sabido, o objetivo da entidade paulista era obter a supremacia nas decisões políticas e educacionais em âmbito nacional.

A ABE se posicionava como um obstáculo desafiador para as intenções da Sociedade de Educação, as aproximações que foram sendo forjadas durante toda a década de 20, como aquele com Lysímaco Ferreira diretor geral do Paraná, apontava para essa direção. Mas as debilidades financeiras, estruturais e até mesmo políticas, dado que a crise do sistema oligárquico se agravava no decorrer dos anos vinte, dificultavam a consolidação da entidade em limites fora do estado de São Paulo. Desse modo, seus agentes mobilizavam individualmente para levar o ideário de educação e sociedade da associação paulista para as outras regiões do país. As conferências que apareciam como a unificação cultural defendida pela ABE, especialmente pela ala católica da seção carioca, também era uma oportunidade da Sociedade de Educação de São Paulo de discutir e se legitimar no campo educacional e se consolidar como autoridade.

Nesse sentido, a Segunda Conferência foi palco de um debate em torno do projeto unificador e centralizador apresentado por Barbosa Oliveira, tese aprovada ainda na Primeira Conferência e levada à comissão da Segunda Conferência que era presidida por Lourenço Filho. Ao se opor às premissas da tese, o dirigente paulista elaborou um parecer no qual suscitou reações inflamadas tanto de Oliveira como de Fernando Magalhães, o primeiro afirmou que não via no parecer de Lourenço Filho “uma solução de ordem prática”. Na análise desse episódio, Carvalho (2009, p. 341) apontou que a Assembleia da Conferência reagiu negativamente à posição de Oliveira, o que fez Magalhães a declarar que o parecer de Filho defendia “a doutrina do desagregamento nacional” cuja Conferência foi criada para “aproximar todas as unidades brasileiras na formação na pátria comum”. A assembleia se posicionou favoravelmente às posições de Lourenço Filho. Na tentativa de persuadir as pessoas que estavam na Conferência Oliveira argumentou que

para alcançar a unidade escolar criadora da alma nacional, a União-avocando a organização do Ensino Normal e adotando as sábias prescrições do método ativo – formará os mestres, destinados a educar os brasileiros na escola do trabalho consciente e no espírito da solidariedade fraternal, dupla garantia da grandeza da Pátria (OLIVEIRA, 1928 apud CARVALHO, 1998, p. 342).

O embate em torno do tema da centralização foi um episódio que a Sociedade de Educação de São Paulo conseguiu aproveitar como uma estratégia para a consolidação de seu nome junto aos presentes na Segunda Conferência. Na realização da Terceira Conferência, o assunto veio à tona novamente. O palco dessa nova edição das Conferências era a cidade de São Paulo o que trazia certo constrangimento a seção carioca da ABE, visto que a razão da polêmica quanto a centralização do ensino foi catalisada pela entidade paulista.

A terceira edição da conferência nem havia se efetivado e trazia uma nova polêmica quanto a sua organização. O que deflagrou o desentendimento foi uma entrevista de Fernando Magalhães, derrotado na conferência anterior, concedida ao periódico *O Imparcial*. As declarações de Magalhães apresentavam, na visão dos dirigentes paulistas, o caráter secundário da atuação da Sociedade de Educação de São Paulo na realização da Conferência (CARVALHO, 1998, p. 355).

Renato Jardim, membro da comissão organizadora dessa conferência, foi um dos primeiros a contestar a postura de Magalhães, escrevendo uma carta a Isabel Jacobina Lacombe, presidenta do Conselho Diretor do Departamento carioca da Conferência, o texto de Jardim questionava quais eram as atribuições da comissão de São Paulo, posto que, segundo a entrevista do dirigente da instituição carioca, fazia supor que estava tudo estabelecido. Foi questionado também o programa anunciado no jornal que, na visão de Jardim, colocava em dúvidas o sucesso da conferência (CARVALHO, 1998, p. 355).

Nery (2009, p.188) lembra que a insatisfação de Jardim a respeito da postura da ABE quanto à organização da Terceira Conferência se justificava porque o dirigente paulista foi um dos que viabilizaram as modificações no regimento da Sociedade de Educação de São Paulo para efetivar a filiação da entidade à Associação Brasileira de Educação. No entanto, como alerta Nery, a posição de Renato Jardim reflete mais a posição da entidade paulista do que a sua própria opinião, dado que ele era presidente da organização (NERY, 2009, p.185).

Na resposta da presidenta do Conselho Diretor, Lacombe declarou total apoio a entidade prava da paulista e que os seus membros fariam parte da Comissão

Executiva da Conferência, tendo como função a os convites oficiais aos governos estaduais e instituições. Segundo a dirigente carioca, o que foi levado à imprensa não passava de mera sugestão apresentada por Fernando Magalhães, algo que poderia ser modificada caso assim o desejasse.

No entanto, devido às tratativas sobre a realização da Terceira Conferência que ocorreram em março de 1929 entre Fernando Magalhães e Amadeu Mendes, então diretor geral de instrução pública de São Paulo, foi precipitada a demissão e retirada de todos os dirigentes da Sociedade de Educação de São Paulo. Por se sentir preterida em relação ao órgão público de ensino de São Paulo desde janeiro de 1929, como foi verificada pela análise de Nery (2009, p. 185) sobre as correspondências redigidas por Renato Jardim e Lourenço Filho, e endereçadas ao Fernando de Azevedo, a entidade paulista abandonou a ABE para demarcar sua posição em relação a ABE e apresentar suas credencias na luta pela hegemonização do ensino nacional por meio de sua realização em todas as fases da Conferência. Nesse sentido, o pensamento de não seguir com a recente parceria junto à associação carioca já estava presente no horizonte da Sociedade de Educação de São Paulo.

A aproximação entre a Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo e a ABE provavelmente aconteceu devido aos interesses de Júlio Prestes, então presidente de São Paulo, a se tornar o novo ocupante da cadeira presidencial do país. Segundo Carvalho, ao organizar a Terceira Conferência de Educação, Prestes intencionou trazer grande visibilidade ao alardeado “progresso paulista”, além de também servir como palco para a divulgação das questões em torno do “combate ao analfabetismo na zona rural, à disseminação das escolas primárias e à organização e função da educação sanitária gravitava principalmente em torno das realizações paulistas nesses campos” (CARVALHO, 1998, p. 359).

Vale lembrar que para a ABE também interessava o afastamento da Sociedade de Educação de São Paulo da organização do evento devido aos embates que ocorreram ainda na Segunda Conferência, dessa forma, a entidade paulista ao não figurar como a instituição organizadora da conferência alçaria a ABE como a principal entidade do ensino nacional. Ao se oferecer como o organizador do evento, o interesse de Amadeu Mendes, diretor geral de instrução pública à época, era de assegurar a realização da conferência e, principalmente, viabilizar a propaganda eleitoral do presidente de São Paulo, Júlio Prestes, ao cargo de presidência da república.

As nuances das disputas entre as diversas instituições que envolviam o ensino e seus respectivos agentes possibilitam identificar as diferenças entre eles, e apreender as pautas o que os aproximaram, pois, o modo de pensar a sociedade se mantinha no mesmo campo ideológico, embora houvesse embates como verificado durante toda a pesquisa. Nesse sentido, as questões em volta da Terceira Conferência expuseram o ambiente tenso que os últimos anos da República Oligárquica apresentavam.

Ao não protagonizar a Terceira Conferência, os dirigentes da entidade paulista não consideravam relevante apenas participar, sem organizar o evento, mesmo sendo um momento importante de se colocar como contraponto em relação a ABE quanto à corrente pedagógica a ser adotada ou até mesmo em dar prosseguimento à polêmica sobre a descentralização do ensino normal, já que na Segunda Conferência, essa proposta, como mencionado, conquistou a maior parte dos conferencistas em assembleia reunida no ano de 1928.

No entanto, Renato Jardim permaneceu como agente organizador da Terceira Conferência, participando de todas as polêmicas suscitadas nas reuniões que aconteciam durante a realização da Conferência. Como Nery (2009, p. 223) assinala, Jardim não se manifestou pessoalmente contra o diretor de instrução pública de São Paulo à época, Amadeu Mendes, quando este, atendendo ao pedido do presidente do estado concordou em apresentar a Diretoria Geral como organizadora da Terceira Conferência de Educação. Curiosamente, Renato Jardim sinalizou positivamente à manobra realizada por Mendes junto a Júlio Prestes em apresentar São Paulo com o anfitrião do evento educacional de 1929, desse modo, o membro da Sociedade de Educação de São Paulo colaborou com Amadeu Mendes em cooperar “em todos os trabalhos” da Conferência. Nery relata em uma carta endereçada para Fernando de Azevedo a empolgação de Renato Jardim com a chegada de Amadeu Mendes à Diretoria Geral de Instrução Pública:

Ainda não estão bem assentadas as bases da reforma que com relação ao ensino, quer o Júlio Prestes. Estamos cuidando em assentá-las para esboçar o projeto. Digo “estamos”, porque fui convidado a colaborar neste. O mundo agora é outro aqui. Estamos confabulando sobre o assunto Amadeu (Mendes), (Sampaio) Doria, Lourencinho (Filho), João Toledo, (A. Firmino) Proença, Cymbelino (Freitas) e eu. Não sinto grande entusiasmo. Anseio por tomar parte, por prazer, pois que em pontos importantes as ideias do Presidente não são as minhas. Talvez um pouco também por ter tido aí oportunidade, tão recentemente, de brincar em mais largo mar de ideias (JARDIM, 1927 apud NERY, 2009, p. 124).

Assim, as movimentações realizadas por Jardim em marcar presença na Terceira Conferência organizada pelo órgão público de São Paulo sob comando de Amadeu Mendes não devem causar estranhamento. Renato Jardim não participou do evento como mero espectador, mas desempenhou um papel importante nas discussões e embates que movimentaram a conferência, especialmente, referente ao tema sobre a escola ativa, assunto revisitado no próximo capítulo quando será analisado de forma aprofundada a seção *Através das Revistas e Jornais*.

Ao capítulo foi reservado a apresentação das relações forjadas interna e externamente entre os membros da Sociedade de Educação de São Paulo. Procuramos também analisar aspectos e minúcias de como foram pautados os conchavos e as aproximações dos agentes da entidade, em alguns períodos, o distanciamento entre alguns deles, jamais comprometendo o ideário que fazia a instituição manter a sua identidade.

Nesse sentido, ainda no auge dos desentendimentos com a ABE, Renato Jardim faz menção em um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo em setembro de 1929 sobre a criação de uma federação para o ensino nacional, algo que era cogitado desde o início do funcionamento da Sociedade de Educação no início dos anos 20. A descentralização do ensino, pivô dos embates acalorados da Terceira Conferência, começou a se tornar realidade, embora, como foi verificado por Nery (2009, p. 194), a ABE se posicionasse contra a criação da FNSE. O posicionamento da ABE ficou explícito quando o Conselho Diretor da entidade carioca resolveu organizar, em plena Terceira Conferência, uma reunião entre os departamentos estaduais de educação. Mesmo com a oposição da ABE, em julho de 1929, com total suporte da entidade paulista, foi inaugurada a Federação Nacional das Sociedades de Educação.

Um momento, mais uma vez, na qual a Sociedade de Educação de São Paulo encontrou em demarcar o território em relação a ABE foi na cerimônia de posse da nova diretoria da entidade na qual ficou marcada pela presença das entidades filiadas à FNSE que, preferiram estar no evento da entidade paulista a participar do encontro promovido pelo Conselho Diretor da ABE.

Na visão de Nery (2009, p. 194), essa debandada das sociedades de educação de outros estados demonstra a queda de prestígio que atingia a ABE nos finais da década de 20. Contudo, o início dos anos 30 estabeleceu um acirramento das tensões políticas, no seu bojo se dinamiza o rearranjo das forças políticas regionais na

hegemonização do Estado, os agentes educacionais também se mobilizaram para a viabilização do projeto que retirasse a sociedade do “atraso” no qual insistia em permanecer.

Segundo Dantas (2001, p. 62) os eventos ocorridos em 1930 que levaram ao poder Getúlio Vargas, dando início ao governo provisório, trazem ares de revigoração a ABE. Neste cenário, desembarcaram no Distrito Federal novos agentes da educação para ocupar cargos criados na nova administração na qual encarnava o considerado o “novo”, com isso o Conselho Diretor da entidade carioca se sentiu compelido a realizar mudanças internas. Um fato importante ocorrido em 1931 que reorientou os rumos da ABE foi o suicídio de um dos opositores de Fernando de Magalhães, Vicente Licínio Cardoso, que demarcou sua posição a favor de um sistema federativo de ensino.

A partir dessas transformações, as relações entre Estado e a ABE se tornaram mais estreitas, o anseio era de fazer com que ABE se tornasse um “órgão oficial” do governo provisório, ou pelo menos um braço do Ministério da Educação, cuja criação era um dos objetivos da nova administração.

Lembrando que atuação da ABE, para Fernando Magalhães, desde o seu início, era no sentido de tornar hegemônicas as políticas nacionais, embora a realização das conferências tivesse, na teoria, várias perspectivas, e o principal delas de congregar os departamentos estaduais de educação, na prática, como foi analisado por Carvalho (1998), se estabeleceu disputas entre as instâncias estaduais e as autoridades representantes de governo em as enxergavam como um instrumento de publicização dos seus feitos e realizações. Para Vicente Licínio Cardoso e seu grupo, a realização de conferências se revelavam insuficientes no estabelecimento de dispositivos que fornecessem o suporte para os demais departamentos estaduais de educação e, desse modo, a tão almejada consolidação da ABE como condutora do movimento educacional ficava comprometida, daí a importância da criação de uma federação que agilizasse as decisões ali deliberadas defendidas por Vicente Licínio Cardoso (CARVALHO, 1998, p. 67).

Após sua chegada à presidência, Getúlio Vargas tratou logo de apresentar sua plataforma de governo na qual identificava os três maiores problemas para o progresso do país calcados na educação, a instrução e o saneamento. A urgência de tornar viável a criação de um Ministério da Educação facilitaria a resolução dessas questões elencadas, pois centralizaria em apenas um órgão as decisões a serem

implementadas e, principalmente, se homogeneizaria o ensino e o apelo ao nacionalismo. Pela perspectiva de Dantas (2001) todo o frenesi que as transformações suscitavam estavam ocorrendo para a criação de um ministério que organizasse a educação no sentido de tornar o órgão como coordenador das iniciativas apresentadas pelos estados.

O novo órgão funcionaria como organizador, incentivador e colaborador das ações dos entes federativos favorecendo quem mais se compatibilizasse com o projeto unificador do governo que se instalava. Desse modo, por meio de convênios, o ministério da educação e os presidentes dos estados conjugariam esforços para canalizar recursos financeiros se assim manifestassem necessidade. Ademais, seria de competência do ministério da educação a construção de um sistema e a modernização dos serviços de educação junto aos três entes da federação. Para Dantas, a partir dessas transformações, o novo governo apresentava as credenciais do que pretendia em relação à educação do país, e assim, ABE se movimentou para demonstrar que o seu projeto político-educacional era o mais adequado, e que se alinhava melhor aos anseios do novo governo (DANTAS, 2001, p. 50).

Nota-se que devido à confluência dos interesses dos agentes privados da educação que, muitos deles, orbitavam ao redor do aparelho estatal, se estabeleceu os canais para atuação desses educadores na mobilização de dispositivos que tornasse visível e viável o seu ideário sobre a educação. Dessa forma, como foram os casos das conferências e dos periódicos educacionais, se construiu uma rede compartilhamento de interesses desses agentes na criação de um sistema de educação nacional que catapultasse, pelo governo que estivesse no poder no momento, a proposta defendida por cada grupo. Dantas (2001, p. 45) lembra que “as estratégias utilizadas por uns e outros dependerão da possibilidade de intervenção de que dispõem na defesa de seus projetos.”

Nesse sentido, com as transformações que a década de 30 apresentava, Lourenço Filho chegou à Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo com obstáculos desafiadores para a sua carreira, tanto no cenário interno visto que São Paulo havia perdido o poder no cenário político nacional e, desse modo, no âmbito político-educacional, novas estratégias deveriam ser mobilizadas para a retomada de sua influência. Como também internamente, pois, como foi relatado nesse capítulo, as instituições escolares haviam sido tomadas pelos combatentes invasores durante o período de conflito bélico que levou Vargas à presidência, muitos professores foram

delatados como contrarrevolucionários e exonerados, outros professores chegavam para substituir os demitidos, estudantes do ensino secundário requeriam aprovação por meio de decreto, ou seja, a situação que Lourenço Filho encontrou a Diretoria de Ensino não era confortável.

Nery (2009, p. 51) afirma que, em sua análise do livro de Renato Jardim, Lourenço Filho ocupou também o posto de presidente da Sociedade de Educação de São Paulo, quando foi eleito, possivelmente, no final de 1930. Segundo Nery, essa hipótese pode ser levantada dado que Lourenço Filho dirigia as reuniões, algo que era sempre realizado pelo presidente da entidade. Outro cargo que Lourenço Filho passou a comandar foi a chefia da revista Escola Nova, dessa forma, o periódico já não estamparia em sua capa a coprodução da Sociedade de Educação de São Paulo, mesmo que haja indícios da entidade privada estar em funcionamento nesse período.

Pela pesquisa de Nery não se sabe exatamente quando a entidade paulista chegou ao seu fim, na própria pesquisa dela foi analisada uma carta de Renato Jardim fazendo alusão da continuidade das atividades da Sociedade mesmo depois da saída de Lourenço Filho da Diretoria Geral Instrução Pública em 1931. Contudo, no período da gestão de Lourenço Filho nas três instituições, houve um intenso trabalho na tentativa de recuperar o “lugar” de São Paulo na reconfiguração político-educacional do país, dessa forma, mobilizar os dispositivos por meio dos quais estabelecessem estratégias na disputa pela hegemonização do programa educacional mais adequado se tornou fundamental nas movimentações realizadas por Lourenço Filho. A mudança de nome de Diretoria Geral de Instrução Pública para Diretoria Geral de Ensino era um reflexo das transformações que chegavam com o novo governo federal. Lourenço Filho, por outro lado, iniciou também algumas mudanças significativas principalmente na produção editorial do órgão público, a revista Educação passa a ser denominada de Escola Nova em outubro de 1930. Esse periódico da Diretoria Geral de Ensino será um dos principais veículos para a mobilização e divulgação dos feitos realizados por São Paulo.

A Parte II do estudo se concentrou na análise da seção *Através das Revistas e Jornais* atendo-se nessas polêmicas e divergências que ocorreram, muitas vezes, à revelia da revista, mas eram repercutidas por ela. Outras vezes eram suscitadas pelo próprio impresso e ecoadas pela, assim chamada, grande imprensa. Os sujeitos envolvidos, as entidades por trás e os teores das discussões dos embates e polêmicas serão analisados nos próximos capítulos.

PARTE II

***Através das Revistas e Jornais: uma seção de polêmicas e disputas
político-educacionais***

Capítulo III

Através das Revistas e Jornais: o projeto Escola Nova e a arregimentação da sua linha de frente, o professorado.

No decorrer dos capítulos anteriores tratamos de apresentar as revistas pedagógicas produzidas pela Sociedade de Educação de São Paulo, por vezes, sem a participação direta da entidade privada, dado que, mesmo no período de sua inatividade, os membros da Sociedade transitaram ou orbitaram em torno da Diretoria Geral de Instrução Pública do estado de São Paulo, órgão público de ensino. Assim como foi revisitada também, numa análise breve, a trajetória da atividade da Sociedade de Educação durante a década de 20, período de sua maior atuação no cenário político educacional paulista e, de algum modo, nacional.

O objetivo da realização desse histórico dos periódicos e da entidade privada foi baseado no papel que ambos tiveram na luta do estado de São Paulo para permanecer com um ente federativo importante no contexto político nacional durante a década de 20. Para o estado de São Paulo esses impressos adquirem outras atribuições, foram acrescentados outros elementos e são aplicadas novas finalidades, diferentemente de outros estados do país que, desde o início da república, foram apartados do “jogo” político no contexto nacional, portanto, não se beneficiavam da estrutura política sedimentada durante os primeiros anos de república, casos do estado de São Paulo e de Minas Gerais. Assim, devido à nova conjuntura política que se apresentava pouco animadora aos paulistas, o surgimento desses periódicos aparece como instrumento para de disputa dos paulistas para a manutenção, como protagonistas, no cenário político que se desvelava, para eles, em crise.

Nessa direção, parte da elite paulista se reorganizava menos com propósito de transformar radicalmente as estruturas consideradas caducas da sociedade, reunindo todos os esforços para influir, de alguma maneira, no poder político, sobretudo, federal. O surgimento da Sociedade de Educação de São Paulo e os próprios periódicos produzidos pela entidade foram reflexos desse esforço de uma parcela da intelectualidade paulista envolvida com a questão educacional. Imerso num ideário pouco envolvido com as transformações sociais, comprometido desde o início como o poder e, se aparecesse a oportunidade, ampliar o seu espaço de atuação.

O projeto político da Sociedade de Educação de São Paulo elegia a educação e a sua principal instituição, a escola, como meios fundamentais para a obtenção de visibilidade e alcançar o êxito na execução do seu ideário. A persuasão do

professorado, o seu público alvo, na propagação do pensamento sobre o ensino e sociedade, tornava-se fundamental para a consolidação do objetivo de se legitimar perante os docentes como autoridade no assunto. Outro propósito das revistas era de tornar hegemônico o discurso do grupo que as produzia e, nesse sentido, conquistar prestígio e, a partir disso, obter alguma influência em relação ao grupo que ocupava o poder federal se mostrava relevante. Por isso se estabelecia como necessário a manutenção da estrutura política que garantisse, pelo menos, o revezamento entre os estados de Minas Gerais e São Paulo na presidência da república, rodízio que ainda estava em vigência, não sem crise, na década de 20.

Às revistas foram atribuídas algumas funções das quais veiculavam as diretrizes do projeto pedagógico que o grupo, em sua direção, determinava com propósito de tornar hegemônico o seu ideário. Intencionava-se também estabelecer um modelo de sociedade na qual a educação surgia, especialmente na década referida, como uma das grandes responsáveis para a retirada do país da estagnação “civilizatória”.

Para os membros da Sociedade de Educação de São Paulo manter a primazia dos paulistas no controle da condução do país, revezando com Minas Gerais a cadeira da presidência, sequência quebrada poucas vezes no decorrer da Primeira, seria um obstáculo a menos para ser ultrapassado. Dessa forma, a direção do projeto de um sistema educacional seria conduzida pelo seu grupo, ou no mínimo poderia influenciar as políticas educacionais do governo de plantão. Conforme assinalamos, no entanto, a trajetória da Sociedade de Educação de São Paulo, de suas publicações de revistas e de sua relação com a Diretoria Geral de Instrução Pública não foram construídas de forma linear, tampouco sem conflitos interna e externamente.

Quanto ao seu ideário quase não havia divergência entre os diversos grupos que orbitavam as entidades privadas ou até mesmo as instituições públicas, quando surgiam discordâncias, não colocavam em risco o cerne ideológico. No entanto o que os faziam rivalizar, na maior parte das vezes, estava relacionado primordialmente ao direcionamento das propostas, uma vez que uma delas fosse adotada pelo governo de plantão.

A Associação Brasileira de Educação do Rio de Janeiro, entidade privada de educação, surgia com o propósito de organizar as difusas entidades e grupos que surgiram em torno de uma educação de caráter modernizador em constante discussão durante as décadas de 10 e, principalmente, no decênio de 20. A causa da entidade

carioca visava a regeneração da sociedade por meio da nacionalidade instrumentalizando a instituição escolar como o espaço privilegiado para se constituir um país rumo ao “progresso civilizatório”. A ABE aparece em um momento em que a Sociedade de Educação de São Paulo estava em inatividade, dessa forma, ainda num cenário de incertezas para os paulistas, o surgimento de uma instituição na conjuntura de intensa disputa pela hegemonia da política-educacional se apresentava, para os membros da Sociedade, como mais um obstáculo para o controle do aparelho escolar.

No entanto, os embates que ocorreram nas Conferências II e III, eventos promovidos pela ABE, fortaleceram o papel da Sociedade de Educação de São Paulo em âmbito nacional. Na Segunda Conferência a entidade privada paulista conquistou a maior parte da plateia por defender a criação de uma federação que congregasse as demais sociedades ou departamentos de educação de outros estados que funcionavam como satélites da ABE do Distrito Federal. O projeto de fundar uma federação se concretizou no ano seguinte em pleno andamento da Terceira Conferência. Esse evento foi realizado em São Paulo pela Diretoria Geral de Instrução Pública, à revelia da Sociedade de Educação de São Paulo que pleiteava a organização do encontro educacional.

A entrevista de Fernando Magalhães, presidente da ABE carioca, ganhou alguns jornais da imprensa tradicional, trazendo alguns aspectos da programação da Conferência, algo que desagradou alguns membros da entidade paulista, causando um forte abalo nas relações entre as duas entidades. Antes mesmo da demissão do corpo diretivo dos paulistas da ABE, o então presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes, ciente da crise entre as duas entidades, convenceu o diretor de instrução pública de São Paulo, Amadeu Mendes, a oferecer o órgão público como organizador da Terceira Conferência. Esse episódio precipitou a desfiliação da Sociedade de Educação de Educação da ABE. A criação da Federação Nacional das Sociedades de Educação (FNSE) foi reflexo dessa relação conflituosa, que levou a filiação de outras sociedades ao órgão, o que esvaziou, por algum tempo, a importância da ABE em atomizar a direção das principais discussões em torno da educação.

O aprofundamento da crise do sistema oligárquico ganhou contornos tensos no período em que o presidente da república, Washington Luís, emplacou outro paulista, Júlio Prestes, para a sucessão da cadeira presidencial. Seus opositores consideraram essa manobra como traição, pois, segundo as regras do jogo estabelecido pela elite oligárquica, os paulistas deveriam apoiar um presidenciável mineiro. A situação em

1930 ficou insustentável para o presidente Washington Luís, outros estados se mobilizaram para isolar ainda mais o estado de São Paulo das decisões políticas. O presidente, desse modo, também via a sua situação tornar cada vez mais delicada. Getúlio Vargas e seus aliados na segunda metade do mesmo ano, por meio de uma guerra civil, destituem o presidente do estado de São Paulo do seu posto e instaura um novo governo.

As iniciativas dos agentes da Sociedade de Educação de São Paulo, pelo menos por parte desse grupo, foram mais assertivas, a partir das transformações políticas ocorridas no início da década 30. Os bons ventos que sopravam pelos lados dos paulistas até esse momento passaram a ventar sobre o Distrito Federal. Desse modo, a ABE se aproxima de forma efetiva em direção ao governo provisório que, num mesmo movimento, estabelece relações estreitas com a entidade de educação carioca.

Lourenço Filho, diretor geral de instrução pública de São Paulo e agente político atuante no cenário político, envolvido intensamente com os assuntos educacionais desde o início de sua carreira, acena positivamente ao primeiros atos do governo provisório, recrudescendo as estratégias em relação aos instrumentos a serem mobilizados para reconquistar a hegemonia perdida. O estado de São Paulo saiu como o grande derrotado da crise política que se avolumou durante toda a década de 20. Os esforços das autoridades políticas e de parte da elite de diversas áreas do conhecimento do estado de São Paulo para impedir a perda de espaço na configuração política não foram suficientes para evitar as mudanças no âmbito federal do poder na virada das décadas de 20 para 30. O cenário de transformações políticas e de revigoração da ABE impuseram a Lourenço Filho que iniciasse a publicação de um periódico educacional que estampasse logo na capa qual era a corrente pedagógica a ser defendida nessa nova etapa da política nacional, qual seja, a Escola Nova.

Ao escancarar o viés pedagógico em sua nova revista, o diretor geral de São Paulo entendia que o campo educacional ainda estava em disputa e que declarar apoio ao novo governo poderia render algum espaço na tentativa de recuperação política. Vale lembrar que a ABE não era uma entidade composta por um grupo homogêneo, ao contrário, havia muitos embates entre os seus membros como a já mencionada viabilização de uma federação que dinamizasse e respeitasse as peculiaridades de cada região, e que mantivesse certa autonomia dos estados em

promover as mudanças e reformas necessárias ao seu ensino. Essa medida beneficiaria ao grupo político que se conservou no poder com o sistema oligárquico, já que a manutenção do modelo federativo dificultaria a ingerência do governo federal nas ações desses grupos.

Manter o plano ideológico incólume foi de grande importância, pois de modo geral o ideário “civilizatório” girava ao redor da formação do caráter do brasileiro e da correção do comportamento em que a escola era o espaço primordial na construção dessa nova nação, essa concepção fazia muitos desses agentes se aproximarem. Por outro lado, havia distanciamentos entre grupos e membros de entidades que percebiam diferenças quanto à preponderância no direcionamento das propostas da educação e, dessa maneira, criaram formas e utilizaram instrumentos para demarcar a sua posição. Assim, Lourenço Filho, ao criar a revista Escola Nova, não acenava apenas ao governo provisório que poderia contar com o periódico na defesa das iniciativas de Getúlio Vargas e, caso precisasse de profissionais para a execução do projeto educacional saberia onde encontrar. Além disso, tentava-se mostrar também, principalmente para certa ala da ABE, que na produção do impresso, trabalhavam os agentes educacionais mais competentes e preparados. Por essa perspectiva, estreitava relações com a ala que convergia para os seus interesses, e isolava o grupo que, nessa altura, rivalizava na tentativa de obter sua supremacia junto ao governo provisório. Nesse sentido, era importante aos escolanovistas paulistas e para Lourenço Filho pessoalmente se apoiarem em quem compartilhava da mesma plataforma de proposições, mesmo sendo membro da ABE, instituição que disputava a hegemonia pelo controle da educação com a Sociedade de Educação de São Paulo. Movimentando-se não apenas para se afastar do grupo opositor, mas para evidenciar a incongruência do projeto em relação aos anseios do novo governo e da sociedade.

As modificações que Lourenço Filho realizou na publicação da revista da diretoria indicam essa movimentação. Aliás, o caso da circular, mencionada nesta dissertação, que o diretor geral distribuiu para buscar informações de qual docente participou nas “fileiras da contrarrevolução” é indício dessa posição dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo. Lembrando que as primeiras medidas tomadas por Lourenço Filho foi de exonerar professores denunciados por traição ao movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da república, contratando outros profissionais com um passado “limpo” (NERY, 2009, p. 109). A favor dessa reestruturação o diretor geral e editor da revista afirma que:

As providencias de emergência, tomadas pela Directoria da Instrução, produziram o effeito previsto e desejado. **Com um mínimo de deslocação de pessoal e sem demissão alguma**²⁴, por ora, todas as escolas do interior e as da capital (com excepção apenas de oito grupos, ainda occupados por tropas) estão funcctionando regularmente. Temos hoje informações minuciosas e precisas da situação de todos os funcctionarios do ensino. O resultado obtido, em 15 dias, é deveras animador. **E diga-se, desde já, que o professorado comprehendeu perfeitamente a delicadeza do momento, e está cumprindo o seu dever.**²⁵

Ao mesmo tempo que providenciávamos para esse resultado,estávamos tratandosem descanso de dar um balanço à situação encontrada e de preparar a reforma administrativa e technica. **Como ninguém ignora, a Instrução estava entregue à mais desenfreada politicagem. Os papeis da Comissão Directora eram informados, processados e despachados sem atenção aos interesses do serviço público e dos funcionários do ensino, mas só visando negócios partidários**²⁶. Basta dizer-lhe que, na Directoria Geral, havia funcctionarios especialmente encarregados disso e um protocollo especial, curiosíssimo. Tudo isso está perfeitamente documentado (Revista Escola Nova, vol. I, n. I, out./1930, p. 5-6).

É importante ressaltar que a data de publicação da primeira edição da Escola Nova é de 30 de outubro, e a data da circular com a realização da “devassa” entre os professores é do dia 1º de novembro. Lourenço Filho assume a direção da Instrução Geral em 27 de outubro. Quando ele afirma, no excerto acima, que os dados coletados da situação do ensino em São Paulo foram resultados de 15 dias de intensos trabalhos, Lourenço Filho não havia assumido o cargo, e o diretor geral ainda era Amadeu Mendes.

Desta feita, pode-se considerar que Amadeu Mendes iniciou a realização das mudanças que deram os resultados positivos tão valorizados por Lourenço Filho na quinzena final do mês de outubro, já que pelo texto do diretor geral afirmou-se que as medidas emergenciais foram iniciativas da própria Diretoria Geral de Instrução Pública, não mencionando o nome de Amadeu Mendes. Outra possibilidade é que ao ser convidado para ocupar o posto de diretor da Diretoria Geral, e considerando a instabilidade que estava em São Paulo, Lourenço Filho realizou as modificações por conta própria antes mesmo de ocupar oficialmente o cargo. Ainda assim, as questões formuladas na circular giravam em torno do papel do diretor e dos funcionários no período do conflito armado de 1930 e, especialmente, no item 6 as questões eram: “Como e por quem está constituído agora o governo municipal da localidade? Há no mesmo algum elemento do magistério público?”, e mais, “Anote diante de cada nome a sua filiação política e a profissão de cada membro da junta governativa” (NERY,

²⁴ Grifo nosso.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

2009, p. 101). Lourenço Filho deixa explícito que toda essa “força tarefa” visava o desmantelamento dos “negócios partidários” e que até as mudanças a Diretoria Geral de Instrução “estava entregue a mais desenfreada politicagem”, fato que “ninguém ignora”. Se considerarmos o excerto e as questões da circular, mesmo não admitindo que houvesse demissões de profissionais envolvidos nas “tropas inimigas”, a intenção de Lourenço Filho era de associar à gestão anterior os dados negativos coletados sobre a diretoria. Assim, imediatamente, produziria o “velho” atrelado à politicagem e aos conchavos políticos, por outro lado se construiria o “novo” relacionando-o à técnica, à reforma e às transformações que o novo governo traria.

Vale assinalar que a gestão anterior foi de Amadeu Mendes, o mesmo que acatou as orientações de Júlio Prestes para realizar a III Conferência no lugar da Sociedade de Educação de São Paulo, não demonstrando solidariedade, segundo os próprios agentes da sociedade, por parte do antigo diretor em relação ao racha entre a ABE e a entidade privada paulista, mesmo sendo membro em sua segunda fase. Dessa maneira, pode-se supor que as ofensivas realizadas por Lourenço Filho e relatadas na Escola Nova foram elaboradas também para atingir Amadeu Mendes e o grupo que ele, de alguma forma, representava, pois era aliado de Júlio Prestes e Washington Luís, o primeiro não chegou a tomar posse e o último foi destituído do cargo.

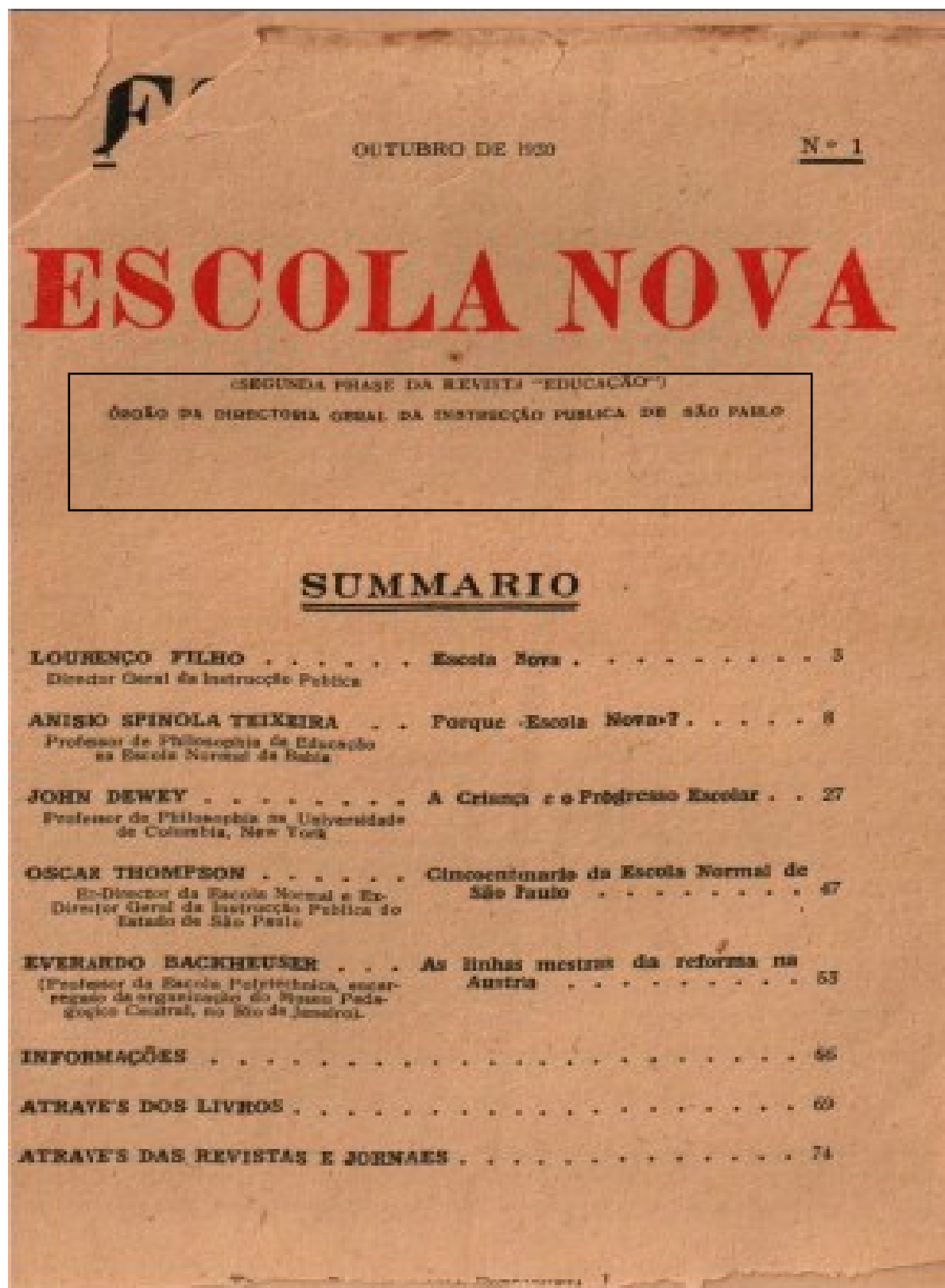
Ao reservar a gestão de Mendes como uma administração movida por “politicagem”, Lourenço Filho, demonstra uma posição contundente de distanciamento e isolamento de alguns membros da Sociedade de Educação que se punham em posições políticas contrárias ou que não agradavam o novo diretor geral de instrução pública. A seção *Através das Revistas e Jornais*, a propósito, se estabelece como uma parte da revista privilegiada em repercutir as iniciativas, ações e atuações de muitos desses agentes envolvidos com a educação. Nela podemos analisar as movimentações de seu editor, Lourenço Filho, em um momento de profundas transformações políticas em que novas figuras aparecem postulando espaço na cena política, assim como velhos sujeitos que não tinham participado do sistema oligárquico implantado desde o início da república.

À seção também foi reservada como um repositório de veiculação das polêmicas que aconteceram e que aconteciam no período. Algumas dessas polêmicas foram incitadas pelo periódico, outras eram trazidas para dentro da seção dos jornais de grande circulação. Dessa forma, o editor selecionava os temas, assuntos, veículos

e articulistas que chegariam as páginas da seção. Nesse sentido, o capítulo três se propôs em discutir a seção *Através das Revistas e Jornais* por meio da análise das questões: O que é a seção? Como ela é apresentada? Que tipos de artigos são publicados? Por que existem autores apócrifos? Qual é a sua relação com o restante da revista? Como a seção pode ser identificada como um canal de divulgação do projeto pedagógico do impresso? Não necessariamente nessa ordem, são questionamentos centrais que balisam nossa discussão. O terceiro capítulo se comprometeu em analisar como a referida seção veiculava as polêmicas e divergências impressas em suas páginas. A atenção dedicada na Parte II é de demonstrar os resultados do levantamento realizado sobre a seção *Através das Revistas e Jornais*, diluídos no decorrer dos dois últimos capítulos da dissertação para a identificação do lugar de poder de seus articulistas, e quais divergências e embates foram apresentados na seção da revista Escola Nova e, finalmente, qual foi o projeto defendido pelo grupo dos escolanovistas.

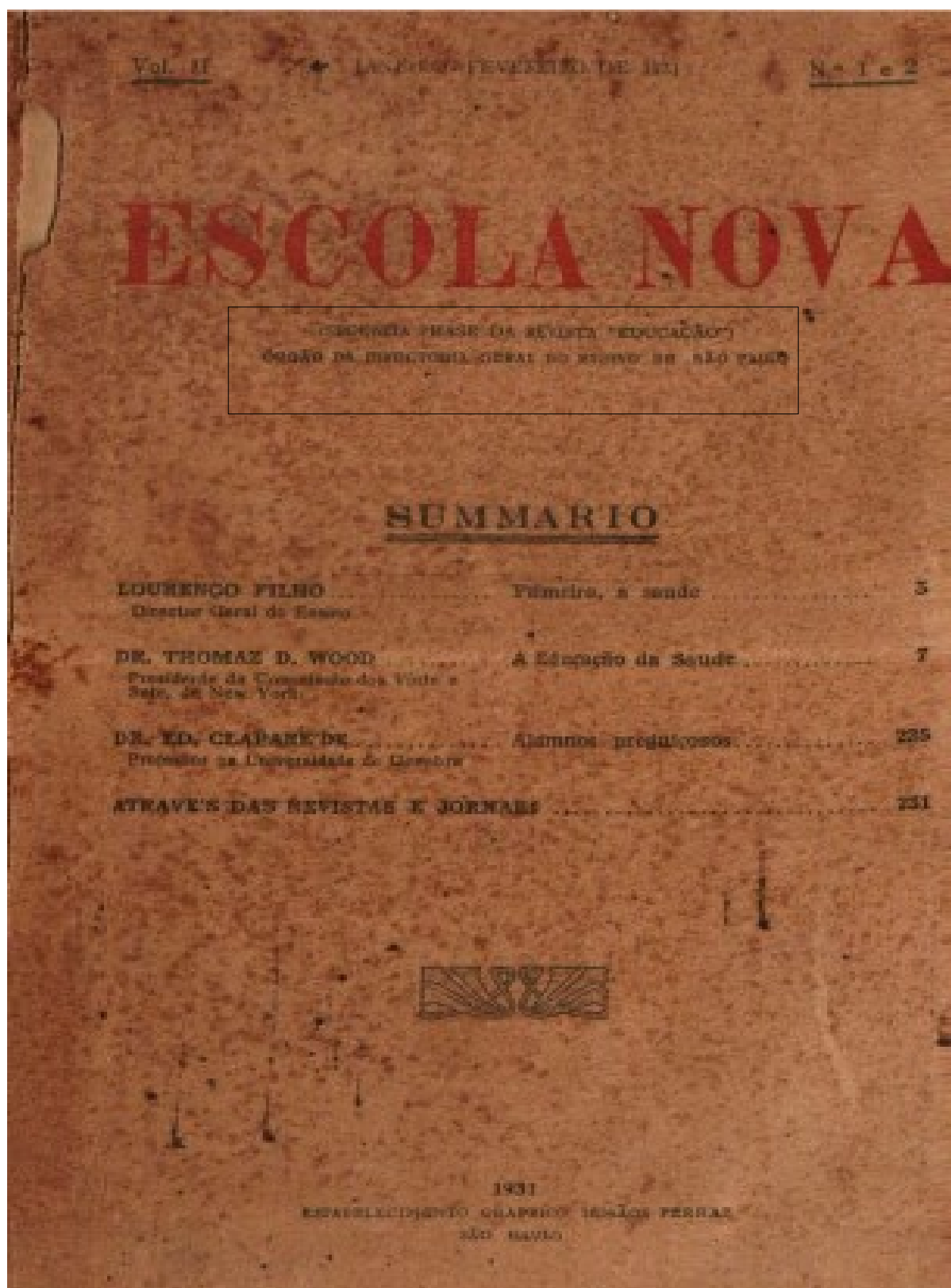
O enfoque do capítulo três se ateve nas duas primeiras edições da Escola Nova em que se dedicaram em explicitar o projeto da revista para a educação e sociedade, convocando e reponsabilizando o seu público-leitor, o professorado, para a “missão patriótica” de reorganizar a nação por meio da implementação das reformas administrativas. Por outro Lado, o capítulo quatro dedicou-se na apresentação das demais edições como parte da força tarefa na mobilização de instrumentos com a finalidade de viabilizar o projeto do grupo que comandava a revista Escola Nova. Nesse sentido, além do serviço da autonomia didática, temas como a saúde física associada à moralidade, a aplicação de testes, a orientação vocacional e o cinema educativo foram instrumentalizados a serviço do controle do seu público para a efetivação do ideário.

Essa mobilização foi favorecida pelas transformações políticas que o Brasil atravessava nos íduos da década de 1930, chegando de forma rigorosa ao periódico do ógão público paulista encarregado de organizar a educação do estado. A revista Escola Nova surge como uma publicação de iniciativa da Diretoria Geral de Instrução Pública que havia mudado de nome para Diretoria Geral de Ensino, sendo uma das primeiras deliberações realizada pela incipiente administração de Lourenço Filho como diretor geral como pode ser verificado nas capas a seguir:

Figura X²⁷

Revista Escola Nova, vol. I, nº I, out./1930, capa.

²⁷A demarcação realizada pelo autor na FIGURA X realça a inscrição na capa da revista Escola Nova, a saber: Segunda Phase da Revista "Educação" – Órgão da Directoria Geral de Instrução Publica de São Paulo.

Figura XI²⁸

Revista Escola Nova, vol .II, nº II e III, jan-fev./1931, capa.

²⁸ A demarcação realizada pelo autor na FIGURA XI realça a inscrição na capa da revista Escola Nova, a saber: Segunda Phase da Revista "Educação" – Órgão da Directoria Geral do Ensino de São Paulo, sublinhando a mudança no nome órgão público.

Além dessa alteração outras mais atingiram a capa do periódico como pode ser verificado no capítulo anterior. Não se sabe ao certo se a mudança foi iniciativa de Lourenço Filho ou uma imposição do governo federal. No entanto, a retirada das inscrições *Instrução e Pública* e a inclusão de *Ensino* indicam mudanças significativas com a intenção de efetivar o pensamento do grupo que chegava ao poder. Lourenço Filho defendia os princípios da Escola Nova cujo foco se fixava na formação integral do indivíduo, se opondo ao que era considerada uma pedagogia antimoderna, atribuída à pedagogia tradicional contra qual parte dos membros da Sociedade de Educação se posicionava. Segundo os adeptos do escolanovismo o ensino tradicional tratava apenas da instrução, a sua finalidade era, apenas, fazer o aluno ler, escrever e contar. Desse modo a manutenção da palavra Instrução possivelmente a identificaria como a gestão anterior e com o passado pedagógico ultrapassado, assim a sua exclusão em contraposição a ênfase que se atribuiu ao nome da revista com o nome da pedagogia defendida, Escola Nova, por sua vez aparecia inscrita em vermelho.

Também pode-se considerar que o diretor geral Lourenço Filho ao adotar ou acatar essas mudanças, intencionava levar ao público a identificação automática com o governo que iniciava a gestão. Era mais uma maneira de se desvencilhar do passado no qual estava envolvido durante toda a década de 20 que, nesse momento político do país e, mais particularmente no caso do estado de São Paulo, deveria ser considerado “velho” e, portanto, quando mencionado, deveria ser lembrado como exemplo a não ser seguido. Outra possibilidade, agora envolvendo a palavra *Ensino* e a exclusão da palavra Pública mudança ocorrida, provavelmente, para transparecer o apoio e incentivo às escolas particulares e, assim, a Diretoria Geral, embora fosse um órgão público, não seria um obstáculo às iniciativas privadas de ensino.

Todo o rescaldo ou balanço realizado pela “nova” administração de Lourenço Filho se empenhava em produzir resultados que demonstrasse, ao mesmo tempo, o trabalho e esforço da nova gestão e os erros da administração anterior. Era a primeira vez que Lourenço Filho ocupava a cadeira da Diretoria Geral de Ensino e, por esse viés, a gestão do diretor era nova. Não era inédita a atuação da ala política que Lourenço Filho pertencia dentro da Sociedade de Educação de São Paulo, durante todo o decênio de 20 manteve-se orbitando em torno do órgão público. No único período em que não havia colocado um membro da Sociedade de Educação de São Paulo, a pressão imposta sobre a administração de Pedro Voss, que não participou

em nenhuma das duas fases da entidade paulista, tornou sua permanência no órgão público insustentável.

O movimento realizado por Lourenço Filho era de, em todo momento, desconstruir e construir, construir e desconstruir um passado recente e, dessa maneira, efetivar em discurso um futuro já no presente que estava se forjando. Assim, ao propalar o “novo” ele precisa contrapor o “velho”, e nesse sentido, para expor como seria realizada a reforma técnica, Lourenço Filho menciona a “politicagem” que permeava a antiga administração. O apagamento do passado para valorizar o presente por meio do futuro “renovador” percorre a maior parte da revista *Escola Nova* e atinge a seção *Através de Revistas e Jornais*.

A seção onde se detém a nossa atenção nesse capítulo se preocupava em realizar uma espécie de resumo de artigos de jornais e revistas de grande circulação no período, sendo eles nacionais ou internacionais. O processo de escolha e de seleção dos veículos, dos articulistas e dos artigos pinçados da grande imprensa para serem estampados nas assinaturas da seção fornecem o ideário pedagógico e de sociedade defendido não apenas pelo grupo que comanda a revista, mas o papel que os articulistas e os veículos da imprensa desempenhavam na construção de legitimidade veiculada na revista.

Dessa maneira, o papel que a seção desempenhava no conjunto da revista, funcionando como o fechamento do periódico, pois era a última seção, congregava todo o ideário defendido na revista com “especialistas” prioritariamente de fora do impresso. Nesse sentido, o tema escolhido pelo editor e, a forma como ele disponibilizou as seções dentro do periódico, referendado por outros agentes que contribuíam na concepção do ideário revista, tinha a função de levar ao leitor “credibilidade” ao assunto abordado pelo periódico. A intenção do editor era de oferecer segurança ao leitor em relação às informações veiculadas na seção e, para isso, as assinaturas dos artigos acompanhadas do órgão de imprensa que a veiculava tornavam-se fundamental.

3.1. O episódio do método analítico e a autonomia didática na seção *Através das Revistas e Jornais*: a liberdade concedida e a responsabilidade exigida.

O episódio dos conflitos em torno da III Conferência, a discussão entre Sud Mennucci e Renato Jardim, ambos da Sociedade de Educação de São Paulo, sobre a nacionalização ou não da escola ativa adotada pelas escolas do estado de São

Paulo foi um momento de maior tensão do evento. Nesse embate, Renato Jardim se colocava como provocador, criticando ferrenhamente Mennucci por usar a expressão “nacionalização da escola ativa”. A partir disso, as discussões só se avolumaram. Mennucci havia escrito alguns artigos no jornal O Estado de São Paulo sobre as peculiaridades dos métodos da escola ativa aplicados pelos professores paulistas. Afirmava também que o método analítico era originário de países europeus e não dos Estados Unidos como sublinhava, segundo Mennucci, Renato Jardim. Sud Mennucci elogiando, no artigo, a iniciativa do professorado paulista em adaptar o método à realidade e às necessidades das escolas do estado de São Paulo. Mas o que aprofundou o embate entre os dois membros da Sociedade Educação de São Paulo foi Renato Jardim pensar que o método analítico não estabelecia relação como a “escola ativa” (NERY, 2009, p.209).

Em seus artigos no jornal, Mennucci tentava demonstrar como o método analítico era aplicado na escola ativa, ainda mais nas escolas de São Paulo que, como mencionado, passava por sérias contenções financeiras e, por isso, exigia a adaptação do método conforme a realidade se apresentava. Assim, como aconteceu nos países que aplicavam o método analítico, os obstáculos se resumiam em dois aspectos. O primeiro dizia a respeito à mentalidade do professorado que, segundo Mennucci, havia sido superado tanto fora como em São Paulo. Já a segunda barreira estava relacionada às condições econômicas que atingiam todos os países que tentaram adotar o método. No entanto, para o debatedor de Jardim, nenhum país conseguiu vencer as intempéries financeiras, com São Paulo não foi diferente. Por outro lado, Renato Jardim via os métodos aplicados nas escolas paulistas muito longe de serem ativos, e que em São Paulo praticava as diretrizes da escola clássica, onde “o aluno permanece em posição passiva, com um recipiente vazio a ser preenchido pelo professor” (Revista Educação, v.X, n.III, mar./30, p. 324 apud NERY, 2009, p. 206).

Mennucci aproveitava a ocasião das discussões com Renato Jardim para atingir a ala da Sociedade de Educação simpatizante ao ideário escolanovista, sabendo que Jardim era muito próximo de Lourenço Filho e Fernando Azevedo, adeptos das ideias “renovadoras”, entretanto, Jardim se mostrava reticente em relação à pedagogia da Escola Nova. Durante as provocações, Mennucci deixava escapar, propositalmente, referências com certo cunho pejorativo, se dirigindo aos “renovadores” como “defensores” do ensino baseado nos princípios da Escola Nova

e “ativistas” que lançavam mão de leituras “alienígenas” com a intenção de reprovar os alunos, sem considerar as suas especificidades (NERY, 2009, p.210). Embora Sud Mennucci não fosse seguidor do ideário da “pedagogia renovada”, ele entendia que às premissas da Escola Nova visava uma formação acelerada do aluno, especialmente na leitura. Renato Jardim, por outro lado, identificava a escola paulista à pedagogia tradicional, porém, não cumpria a sua função primeira que era a instrução, ou seja, ler, escrever e contar, base de sustentação do ensino considerado clássico.

Como mencionado nesta dissertação, o método analítico foi um tema de grande relevância no início das atividades da Sociedade de Educação de São Paulo, causando grande polêmica. Naquele momento o assunto foi abordado também por Renato Jardim que questionou se o que estava sendo aplicado nas escolas paulistas na primeira metade da década de 20 deveria ser considerado como método analítico. Vale ressaltar que a gestão de Sampaio Dória na Diretoria Geral de Instrução Pública havia realizado recentemente uma reforma e, em conferências de ensino que serviam para esclarecer o principais pontos da medida, se posicionava contrário à imposição do método analítico, não pelo método em si, mas por ser imposto pelo Estado, retirando toda autonomia didática do professor. Nesse sentido, Doria afirmou que:

Não há dúvida ser “o método analítico, no ensino de leitura, a verdade científica, o único que corresponde às leis da percepção infantil. Mas, não estando os professores devidamente aparelhados para manejá-lo, as consequências têm sido e estão sendo desastrosas. Não farei revelação sensacional, se vos disser que catedráticos há de pedagogia, que excomungam da sua cátedra o método analítico. Como hão de os estudantes, ao sair de tais escolas, realizar um método, contra o qual ouvem dizer cobras e lagartos? O que se observa, com tristeza, é haver, apenas, um ou outro convicto. Aqui e ali um apóstolo, um Benedicto Tolosa, um Theodoro de Moraes, e, contra eles, a massa dos descrentes, os blocos do que não aprenderam, em grita cerrada. Obrigar esta gente a só ensinar pelo método analítico é tentar o impossível (A REFORMA, CORREIO PAULISTANO, 1920, p. 4 apud MATHIESON, 2017, p. 190/191).

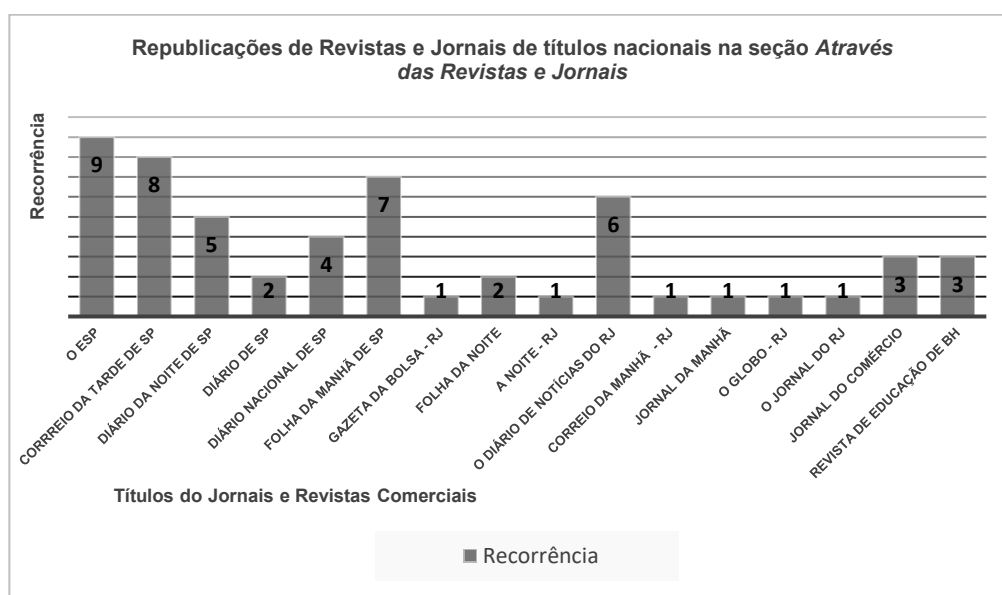
Em sua reforma de 1920 defendia categoricamente a autonomia didática, no entanto era a favor do rigor científico do método, ele sublinhava que era fundamental que o professor seguisse as “leis científicas”. Dória argumentava, por outro lado, que ao propor mais autonomia o professor teria as condições necessárias para medir o resultado do seu trabalho e, conseqüentemente, aumentaria a responsabilidade e a cobrança por melhores desempenhos sobre o professorado. Os jornais como O Correio Paulistano, O Estado de São Paulo, O Jornal do Comércio e A Gazeta se colocaram contra a autonomia didática (MATHIESON, 2017, p. 187). A participação

da imprensa comercial como porta voz das discussões e embates sobre temas caros da educação e de alguns membros da Sociedade da Educação de São Paulo é um episódio que merece ser assinalado, mesmo que brevemente.

3.2 Os jornais da imprensa tradicional e a seção *Através das Revistas e Jornais* unidos na construção de uma “nova” sociedade.

Observar a frequência que um jornal do porte d'O Estado de São Paulo ou do Diário Nacional ocupava na referida seção é uma fonte de análise pujante para a apreensão de como era associado o ideário do grupo que comandava a revista Escola Nova e o de como a grande imprensa do período se aproximava ou se distanciava do pensamento da revista. O propósito nesse momento é de discutir como o editor da revista veiculava ou projetava os jornais da grande imprensa no período e, de alguma forma, demarcar aproximações ou distanciamentos em relação às concepções de sociedade e de educação do órgão de imprensa. A intenção aqui não é de analisar as minúcias do pensamento desses jornais e revistas, mas de verificar, na medida do possível, as nuances da seleção dos mesmos para a seção *Através de Revista e Jornais*. O gráfico abaixo apresenta a recorrência dos jornais brasileiros na seção das seis edições da revista Escola Nova:

Gráfico 1



*Fonte: Levantamento e gráfico produzidos pelo autor por meio da consulta da revista Escola Nova.

O estreitamento das relações entre o órgão de imprensa e as entidades privada e pública se intensificaram no período em que Amadeu Mendes ocupou a cadeira da

Diretoria Geral de Instrução Pública em maio de 1927. Mendes imprimiu uma mudança importante ao fundir as revistas Sociedade de Educação de São Paulo e a Escolar, dando origem a revista Educação. Esse episódio marcou também a parceria entre o órgão público e a entidade privada. Segundo Nery (2009, p. 105), “os jornais locais, como O Estado de São Paulo, Correio Paulistano, Diário de São Paulo e Diário da Noite, estavam em constante contato com a Diretoria Geral”, e, para intensificar as relações, foi criado um Departamento de Publicidade. A explicação “técnica” da implantação desse setor dentro da Diretoria era de facilitar a comunicação com os centros educacionais estrangeiros e, a partir dele, se propagaria os métodos “inovadores” que estavam em práticas nos países do centro do capitalismo, para manter-se atualizado, se tornava fundamental, para Mendes, o aprofundamento das relações com a grande imprensa por meio do departamento.

Vale apontar, porém, com o auxílio dos estudos de Maria Helena Capelato, que os jornais, ou pelo menos alguns que pudemos aferir, não compartilhavam da mesma posição política partidária, embora partilhasse do mesmo campo ideológico. Alguns impressos, como foram os casos d'O Estado de São Paulo e Diário de São Paulo, tomavam parte por um ou outro membro da Sociedade de Educação.

Por essa perspectiva, o curioso foi a posição que os jornais O Estado de São Paulo e Diário de São Paulo adotaram nessa discussão. O último, cujo dono era Assis Chateaubriand, foi o responsável pela divulgação dos artigos de Renato Jardim. O ESP chegou a publicar alguns trechos do artigo de Jardim referente à discussão, mas segundo ele próprio, em algumas partes do texto, o jornal de Júlio de Mesquita Filho impunha dificuldades para a publicação, por isso, Jardim privilegiou o Diário de São Paulo. Merece destacar que ambos os jornais compunham a ala oposicionista ao governo federal que, nos finais da década de 20, estava sob o comando do paulista Washington Luís do Partido Republicano Paulista.

Segundo Capelato (1989, p.31), durante todo decênio de 20, o governo do sistema oligárquico contava como apoio dos Jornais Correio Paulistano, A Gazeta, O Jornal do Comércio, O Combate, O São Paulo Jornal e A Plateia. No entanto, devido a gradual transformação no cenário político essa base de sustentação foi se alterando. As Folhas que faziam parte do grupo opositor ao governo iniciam uma guinada de defesa ao governo de Washington Luís, principalmente depois da mudança de donos do órgão de imprensa. Desse modo, os jornais que se opunham ao governo no final da década de 20 eram O Estado de São Paulo, Diário Nacional, Diário da Noite e

Diário de São Paulo. As Folhas da Noite e da Manhã se posicionaram contra o governo federal até 1929. Os jornais da imprensa paulista que apoiaram o levante da Aliança Liberal tiveram sérias dificuldades em manter as atividades em funcionamento.

Ainda no período de convulsão política em 1930, o Diário Nacional ficou por um tempo com os trabalhos interrompidos devido à censura imposta pelo interventor de São Paulo. Por ser considerado um impresso oficial do Partido Democrático depois da invasão de sua redação e da demarcação de posição do Partido Democrático como oposição, quando afirmou o seu apoio à Aliança Liberal, partido opositor ao PRP ao qual pertencia Washington Luís e Júlio Prestes (CAPELATO, 1989, p.33). A mesma autora assinala que a maior parte dos jornais desse período possuía natureza fortemente política e, muitas vezes, partidária. Como era o caso do Diário Nacional de nítida característica política, a sua atuação se ampliava no campo partidário dado que o seu surgimento se deu para “conquistar eleitores para o Partido Democrático”. Essa ideia de utilização de jornais para demarcação política era comum nesse período de rearranjos e reposicionamentos políticos.

Nesse sentido, parte dos agentes políticos do Partido Democrático considerou a ideia de instrumentalizar o jornal de Júlio de Mesquita, O Estado de São Paulo, em proveito dos “democráticos”, no entanto, os próprios correligionários do partido chegaram a conclusão que o impresso dos Mesquita tinha alcance junto à parcela mais abastada da população paulista e esta, por sua vez, segundo a avaliação de alguns os membros do partido, possuía uma “cultura elevada” em relação ao restante dos cidadãos, por isso houve o abandono da ideia de torná-lo um jornal político-partidário. A adesão e atuação do jornal como veículo político-partidário, segundo a autora, não esteve em discussão pelos proprietários do impresso (CAPELATO, 1989, p. 33)

Nos estudos que realizou sobre a imprensa na primeira metade do século XX, Capelato aponta os aspectos político-ideológicos dos grandes jornais que predominava as concepções dos discursos de suas redações. Alguns, como o caso do Diário Nacional, foram criados com o explícito propósito partidário. Nesse sentido, terem estampados os nomes dos jornais na revista Escola Nova, especialmente na seção *Através das Revistas e Jornais*, adquiria uma função importante na aceitação do público-leitor. O Estado de São Paulo, por exemplo, alcançava o maior índice de vendas entre os paulistas, algumas vezes conseguia atingir o primeiro lugar em vendas no âmbito nacional. Os Diários, cujo proprietário era Assis Chateaubriand,

tentavam competir com o impresso de Júlio de Mesquita Filho, no entanto, não conseguia alcançá-lo. Apenas o Diário Nacional conseguiu ultrapassar o Estado de São Paulo no auge dos conflitos de 1930 e no início do governo provisório, já que pertencia ao Partido Democrático, dando apoio, em partes, às iniciativas de luta armada da Aliança Liberal base partidária de Getúlio Vargas.

Capelato (2009, p. 16) ressalta as relações dos proprietários dos jornais com o capital financeiro. O caso mais emblemático é de Assis Chateaubriand que estabelecia estreitos laços com O Banco do Brasil, Banco Comercial e o Banco da Lavoura, instituições financeiras que contribuíram com um aporte financeiro substancial para o financiamento dos jornais de Chateaubriand. São Paulo, para o dono dos Diários, recebia atenção especial, pois ele a considerava o centro da indústria e dos capitais, sendo que boa parte da sua fortuna provinha do estado. Na criação do Diário de São Paulo em 1929 o intuito era atribuir ao novo impresso um viés prioritariamente político em apoio aberto à Aliança Liberal, sendo decisivo na consolidação econômica dos Diários Associados.

3.3 A organização dos artigos e textos sobre autonomia didática na seção *Através das Revistas e Jornais*.

Os jornais da grande imprensa adquiriram uma função importante na divulgação do projeto dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo. Claro que não era sem interesse que os veículos da imprensa empresarial, pois, muitos comungava do ideário de sociedade e educação da entidade paulista. Os embates provocados pelos membros da entidade paulista fortaleciam o ideário tanto dos jornais comerciais como da Sociedade de Educação de São Paulo. Ao que parece, os episódios de confrontação entre alguns membros dada entidade paulista se distanciavam de uma preocupação efetiva com a educação, embora utilizem argumentos consistentes em defesa de suas ideias, no decorrer da discussão, principalmente na virada da década de 20 para 30, estabeleceu-se um processo de construção e desconstrução do discurso em torno do método da pedagogia a ser adotado. De certo, eram oportunidades de se marcar posição com novas ideias ou resgatar outras que havia caído no esquecimento para, dessa forma, se manterem atuantes no quadro do ensino de São Paulo, vislumbrando ambições nacionais. No caso dos dois polemistas, Mennucci e Jardim, a intenção de ambos era a obtenção de proeminência em relação ao que estava sendo discutido. O recuo ou admissão de

um ou outro estar correto ou com o argumento parcialmente plausível quanto ao que defendia, pelo o que foi analisado, não estava em cogitação no horizonte de nenhum deles.

O desenvolvimento da discussão de 1924 e de 1929 não era sobre a imposição do método analítico, argumento utilizado por Dória nas conferências que realizava e um dos aspectos da própria reforma que implantou, dando ênfase à autonomia didática e se colocando contra o modo como o método estava sendo adotado nas escolas paulistas, retirando a autonomia dos professores. A discussão constituída nos dois momentos sobre o método analítico girava em torno se o que estava sendo praticado era realmente o propalado método. Desse modo, estabelecia-se a disputa entre os membros da entidade paulista de quem deveria liderar a implantação das mudanças necessárias ao ensino paulista para servir de exemplo ao país. Tanto Sampaio Dória como Renato Jardim foram membros e participaram ativamente da Sociedade de Educação nas duas fases.

Em 1929, Renato Jardim ocupou a presidência da entidade, num momento de afirmação e autoafirmação tanto da entidade quanto do próprio Jardim em um cargo de liderança na Sociedade de Educação de São Paulo. A postura adotada por Jardim nos episódios da III Conferência Nacional de Educação e no embate sobre o método analítico demonstrou a tentativa do professor em transformar os dois acontecimentos numa oportunidade de torná-lo proeminente nas duas querelas. Sud Mennucci também aparece no quadro de sócio da entidade apenas na sua segunda fase, embora Jardim deixasse pairar dúvidas se Mennucci continuaria como membro da entidade depois dos confrontos discursivos:

Para desde logo afastar dos artigos que pretendemos escrever, todo assunto de natureza “pessoal”, digamos neste intróito que não tem razão de ser estranheza manifestada pelo prezado amigo sr. Sud Mennucci, quanto a nossa “preferência” em levar ao seio da Sociedade de Educação o nosso comentário sobre o seu artigo, “quando somos – diz s.s. – acatado colaborador do “Estado”, onde para um público mais largo poderia esse comentário aparecer, e aparecendo nas mesmas colunas onde aparecera o artigo criticado”. Não houve “preferência”. Parece-nos o assunto – “escola dinâmica” – objeto apropriado para debate no seio de técnicos. **Daí o ser levado para aludida Sociedade, que, aliás, pensamos – e com motivos para isso – tem a honra, ou tinha, de contar o ilustre professor no número dos seus sócios**²⁹. Acresce que as sessões dessa Sociedade são francas a quantos queiram honrar com a sua presença, além de que, a “O Estado de São Paulo”, que nos honra em admitir como colaboradores e de cuja redação faz parte o sr. Sud Mennucci, o signatário destas linhas, ele próprio pediu para noticiar que faria ele em sessão da Sociedade, em determinado dia, uma palestra sobre “A Escola Paulista e a sua classificação

²⁹ Grifo nosso.

como categoria pedagógica”. Dar disso comunicação direta e especial as sr. Sud Mennucci, poderia ser tomado a conta de impertinência (REVISTA EDUCAÇÃO, v. 10, n. 2, fev/30, p. 210 apud NERY, 2009, p. 204).

Não se sabe ao certo se Sud Mennucci permaneceu na entidade paulista, pois o seu nome constava como sócio até pelo menos o encerramento da entidade na década de 1930. Mas o que fica explícito no excerto acima é que no mínimo havia uma pressão imposta sobre Mennucci por Jardim em deixar a entidade ou forçar o seu ostracismo. Um indício importante que corrobora com essa manobra discursiva de Jardim foi a sua tentativa de relacionar interesse de Mennucci em estabelecer laços estreitos do poder público paulista:

Nenhum interesse pessoal temos em jogo na discussão de tais assuntos. **Nada pretendemos, nem podemos pretender da administração do ensino público, ou na administração do ensino publico. Externamo-nos sobre coisas da nossa escola pelo desejo de dizer o que pensamos – e não o que outros pensam, - e isso muito justamente, porque essa liberdade, em assunto técnico, com grave dano para o ensino, não é concedida ao nosso professor**³⁰ (REVISTA EDUCAÇÃO, v. XI, n. I, abr/30, p. 99 apud NERY, 2009, p. 219).

Vale relembrar que parte dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo orbitou em torno da Diretoria Geral de Instrução Pública. Assinalando, mais uma vez, da possível pressão que o grupo adepto da “renovação pedagógica” realizou sobre a gestão de Pedro Voss quando foi Diretor Geral na década de 20, Voss não constava como sócio da Sociedade de Educação em nenhuma de suas fases. Realmente, Sud Mennucci havia sido cogitado para ocupar a Diretoria Geral em 1927, no entanto foi preterido em relação ao Amadeu Mendes. O mesmo diretor que aceitou realizar a III Conferência Nacional de Educação à revelia da posição da Sociedade de Educação que se posicionou contra o evento nos moldes que estava sendo proposto. Renato Jardim nada fez em relação a manobra de Mendes nesse episódio, já que era membro da entidade paulista e o seu presidente, colaborando com a realização da Conferência pela Diretoria Geral. A visibilidade ao que o estado de São Paulo produzia em matéria de ensino e, principalmente, às realizações que o grupo de Renato Jardim fazia parte se tornava, nesse momento, mais importante e, claro, “sufocar” quem se posicionava contra, como foi o caso de Sud Mennucci.

Ao mesmo tempo, no mesmo excerto, em que Jardim tentava aproximar a figura de Mennucci ao poder público, ele defendia uma maior “liberdade” do professor para exercer sua profissão, valorizando o teor técnico de tal medida. Algo que já era

³⁰ Idem.

realizado por Sampaio Dória quando emplacou a sua reforma, criticando a lei que impunha a aplicação do método analítico e a defesa da autonomia didática, ressaltando a contradição de tal regra.

Nesse sentido, a revista Escola Nova inicia a sua publicação em defesa da autonomia didática dos professores como algo primordial no conjunto de transformações que tomava o país a partir de outubro de 1930, pelo menos é o que editorial se esforçava em passar ao leitor. O método intuitivo, muito discutido, na década de 20, praticamente desapareceu nas páginas da Escola Nova. Ao requestrar a ideia de “liberdade” dos professores, já defendido no período da Reforma de 1920, sem mencionar a reforma tampouco o seu idealizador, Sampaio Dória, o editor do periódico desenvolvia o seu pensamento como se fosse uma novidade, trazida pelas novas administrações. Assim, no seu primeiro editorial, no tópico 6 em molde de artigo, Lourenço Filho assinala que:

6.A obra da educação é, antes de tudo uma obra de **liberdade**. Sem Ella, não há professor capaz. Mas entendamo-nos. **Liberdade** esclarecida pelo conhecimento, não embrutecida pela superstição e pela rotina. **Liberdade** para criar num sentido positivo, dominada por um ideal social supervisor. Não será outra a **liberdade** que o professorado de São Paulo espera, e não será outra a que elle terá. **A assistência tecnica**, sem **imposição** alguma de systemas, mas capaz de estimular cada professor a criar o seu systema, attenderá a este ponto, de maneira efficiente, dentro de muito pouco tempo. Será ridículo suppor-se que a transformação dos velhos moldes se possa fazer, de vez, como num passe de mágica...Será trabalho para annos, mas que podemos começar já. Si é difficil fazer, mais uma razão para não perdermos tempo. Mas, de vagar. De vagar, porque queremos andar depressa...Queremos a renovação, jamais a confusão. O que desde já se pede é que os mestres, que haviam abandonado os livros, recomecem a estudar, recomecem a pensar volvam o pensamento para a experiência adquirida, retomem a consciência do bem que devem fazer pelo bem que podem fazer (ESCOLA NOVA, vol. I, nº I, out/1930, p. 6/7).

Apenas nas primeiras linhas a palavra liberdade aparece quatro vezes, reiterando de forma incessante que a concederá aos professores. Nesse excerto, Lourenço Filho elabora sua reflexão e apresenta seu entendimento e concepção sobre o conceito de liberdade. A partir daí, o diretor geral afirma que a liberdade será uma das principais características das transformações que se iniciavam com o novo governo, mas segundo a sua concepção do que era liberdade, para ele, sem o conhecimento não seria possível alcançá-la. É nesse momento que aparece a questão da responsabilização do professor, pois a busca do conhecimento fica a cargo de cada docente. Isto é, caso houvesse fracasso na aplicação da autonomia didática, possivelmente, o seu ônus ficaria para o professor. No final do tópico 6 ele constata que os professores “havia abandonado os livros” e, que os mesmos, deveriam

retornar aos estudos e voltassem a pensar. O editor da revista deixa explícito que para se obter a liberdade necessariamente tem de desenvolver a responsabilidade do professor, mais do que isso, deveria se realizar a cobrança sobre os resultados de sua responsabilidade e, para isso, a assistência técnica realizaria a função de estimular cada professor a elaborar um sistema de ensino. Segundo Lourenço Filho, “sem imposição alguma de sistemas”.

3.4. Primeira parte da seção: preparação do público-leitor para o tema principal.

Dentre os 7 tópicos, os de número 2, 5, 6 e 7 abordaram o tema da “liberdade” dos professores, mais precisamente, sobre a autonomia didática. No entanto, ficou reservado à seção *Através de Revistas e Jornais* o detalhamento, as minúcias e a defesa da autonomia didática.

De acordo com o levantamento realizado pode-se aferir que o segundo número da revista foi dedicado quase na sua totalidade a tratar do tema autonomia didática. O quadro a seguir permite a apreensão mais detalhada dos dados fornecidos pelo periódico e a seção analisada. O quadro 2 foi elaborado com o propósito de clarificar e organizar as informações e, desse modo, facilitar a análise dos dados apresentados pela revista *Escola Nova* e seção *Através das Revistas e Jornais*, conforme pode ser observado a seguir:

Quadro 2 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* da edição de nov-dez/1930 da revista Escola Nova.

Parte I

Data da revista	Nº páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº de autores	Tema da revista	Jornais e Revistas republicados	Título dos artigos	Subtítulos	Data da matéria	Assunto
Nov-Dez/1930	28	15	14	Programas Escolares	Revista Escola Nova	A Reforma da Diretoria de Ensino	O sr. Dr. de ensino expõe aos representantes da imprensa as minúcias dessa reforma	Sem data	Reforma de Ensino
							Uma reforma que não é ideal		
							Descriminação do ensino		
							O museu da Criança		
							Problemas técnicos a serem atacados imediatamente		
							A reforma administrativa		
							A inspeção escolar		
							Outras notas		

*Fonte: Quadro realizado pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

Por esse caminho, apesar do segundo número da revista tenha se dedicado prioritariamente ao tema autonomia didática, Lourenço Filho abre a seção, conforme pode ser verificado na coluna do *Título do Artigo* sob o título *Reforma da Diretoria de Ensino*³¹, apontando as transformações que, segundo ele, estava ocorrendo no âmbito do órgão público no qual dirigia³². Esse artigo é dividido em oito partes representado no quadro pela coluna *Subtítulos*³³. *O sr. dr. de ensino expõe aos representantes da imprensa as minúcias dessa reforma* é o primeiro texto que inicia a apresentação dizendo:

Publicado o decreto que reorganiza a Directoria Geral do Ensino, o Dr. Lourenço Filho, a quem está commetida a chefia do importante departamento da administração, lembrou-se de convidar os representantes dos jornaes desta capital para uma exposição das minúcias da reforma contida no decreto (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez1930, p.278).

Por se tratar de um artigo com a função de abrir a seção, o texto se apresenta de forma curta, os outros artigos são maiores, pois, se pretendia abordar com um pouco mais de profundidade, porém nem tanto assim, as ações da Diretoria Geral. É importante salientar que o texto está em terceira pessoa o que pode levar o leitor a pensar que texto foi redigido por outra pessoa que estava na exposição do decreto da reforma realizada por Lourenço Filho. No texto não consta também a assinatura no seu final. Ressalta-se nesse momento o tom ameno, até amigável do diretor em relação à imprensa, ao contrário do que aconteceu no primeiro número da revista que praticamente “intimou” a imprensa a colaborar com o novo governo.

O recado que Lourenço Filho e o novo governo queriam passar, na edição primeira da revista Escola Nova, estava nítido, os jornais que contribuíram com a oposição política da Aliança Liberal não teriam espaço no novo cenário político que se apresentava e, muito possivelmente, sofreriam perseguições e até mesmo empastelamento de suas redações. Nesse sentido, o “pente fino” realizado pelas novas gestões nos contratos firmados com a imprensa da diretoria anterior, ressaltado por Lourenço Filho, foram um dos alvos principais da reforma administrativa aventada pelo diretor geral nas edições da revista. Baseado nesse discurso reformista, um jornal teve o seu nome estampado na seção em análise. O Correio Paulistano foi um desses jornais que ganhou destaque na seção *Através das Revistas e Jornais*, aparecendo, nos documentos encontrados pela Secretaria do Interior, com irregularidades em seus

³¹ Conferir a coluna *Título do Artigo* no quadro 2.

³² No quadro, a coluna *Assunto* apresenta, de forma geral, o assunto do(s) artigo(s).

³³ Conferir a coluna *Subtítulo* no quadro 2.

pagamentos (ESCOLA NOVA, vol. I, nº I, out/1930, p.75). Outras empresas e mesmo pessoas físicas aparecem nessa relação de “inadimplentes”. No entanto, o fato de aparecer o jornal Correio Paulistano, levanta sério indício de perseguição política, pois o impresso, segundo Capelato, era “órgão oficial” do PRP (Partido Republicano Paulista), o mesmo partido de Washington Luís e Júlio Prestes, o primeiro destituído pela Aliança Liberal e o segundo nem chegou a tomar posse para assumir a presidência, apesar de ter vencido o pleito de 1930.

A ideia, ao que parece, era se distanciar o mais rápido possível das empresas e das instituições que contribuíram para o levante contra as tropas de Getúlio Vargas. A reforma era um pretexto para a viabilização da eliminação dos expurgos políticos. Ao mesmo tempo a reforma de ensino propalada no segundo número da revista na seção *Através de Revistas e Jornais* faz um alerta no texto *Uma reforma que não é ideal*³⁴, tentando não levar muita empolgação, e até evitar cobranças precipitadas por resultados imediatos, o editor afirma que:

O sr. Director do ensino começou por salientar que a reforma do aparelho central de fiscalização e coordenação do ensino não é uma reforma ideal ou theorica. Para isso, seria facilimo copiar o existente em paizes de mais adiantada cultura. Mas o governo provisório, procurando o senso de nossas realidades, ao invés desse caminho, sem perder de vista o plano ideal, e desejando aproximar-se delle, decidiu pôr uma solução intermediaria, aquella que nos permitissem as possibilidades do momento.

Note-se, porém, que, com ser um plano orgânico, isto é, capaz de ser acrescido, de futuro, para maior desenvolvimento, mas sem perder a sua estrutura actual. Essa estrutura tem duas linhas mestras: a separação do serviço administrativo, ou mais propriamente burocrático, do serviço propriamente technico.

Em poucas palavras, e servindo-se de graphics adrede desenhados, mostrou o sr. director do ensino a situação encontrada de não discriminação desses serviços, e o plano de reforma, de perfeita discriminação. A necessidade de um serviço technico era de há muito sentida, e eis a razão por que se criaram cargos de inspectores geraes e de inspectores especializados. Mas as funções não perfeitamente definidas acabaram por confundir-se lamentavelmente. Assim, para exemplificar, o dr. Lourenço Filho declarou que dois dos inspectores geraes se ocupavam em serviços puramente burocráticos, como fossem os de thesourarias e de inspecção de prédios escolares: e um inspector especializado estava destacado para o serviço de compras do almoxarifado (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.279)

Nessa exposição, o editor da revista expõe aos representantes da imprensa e aos leitores do impresso que o governo provisório entende a situação por qual passava o país e as suas instituições, tentando transmitir uma imagem de governo compreensivo e paciente. O governo Vargas, segundo o texto, “permite” que se

³⁴Conferir na coluna *Subtítulo* da quadro 2.

utilizasse a estrutura da diretoria para, aos poucos, conquistar as mudanças que levasse à estrutura ideal. A fiscalização e a coordenação eram apresentadas como “aparelho central” da reforma, tem-se, desse modo, que a prioridade da reforma se daria num controle intenso da e sobre a Diretoria Geral de Ensino. Para isso, deveria se iniciar a “separação do serviço burocrático do serviço técnico”, com a intenção de propiciar uma maior eficiência à tecnicidade no interior do órgão público.

Sublinha-se, novamente, a demarcação da gestão anterior em relação a atual, destacando o estado que a Diretoria Geral se apresentava quando chegou para ocupar a sua direção em outubro de 1930. Segundo o novo diretor, a diretoria foi encontrada sem a devida valorização “técnica”, o trabalho burocrático e técnico, na gestão anterior, era um serviço único, e que a nova diretoria faria as mudanças necessárias, começando com a criação de inspetores gerais e inspetores especializados. O editor da revista pormenoriza nos artigos o que seria a reforma administrativa sob o aspecto técnico.

Em *Discriminação do ensino*³⁵, Lourenço Filho descreve, brevemente, do que se tratava a divisão do serviço administrativo e técnico. Nesse artigo, é exposto, mesmo que sucintamente, as premissas do pensamento tecnicista que permeou não somente parte das mentes do grupo da Sociedade de Educação como de alguns agentes de outras vertentes envolvidos com a educação. Acreditava-se que poderia se aplicar no serviço público no âmbito da Diretoria Geral a propalada neutralidade científica, buscando incessantemente, como sublinhado, a eficiência do serviço. Por essa perspectiva, a racionalização também era um princípio que deveria embasar a reforma, transbordando ao processo educativo. Nesse sentido, defendia-se que:

A Idea central da reforma, por esse aspecto, é fazer da directoria, ao invés de um órgão estático, somente capaz de dar execução a um determinado systema educativo, um orgamdynamico, susceptível de acompanhar a evolução pedagógica mundial, adaptando ao nosso meio, ás nossas necessidades e possibilidades, os meios da educação baseada na sciencia(ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez1930, p.278-279).

Por esse aspecto, com a preocupação de se mostrar moderno e atualizado com a tendência educacional contemporânea ocidental, ressalta-se que a reforma se compromete com a ciência. A Sociedade de Educação de São Paulo era o reflexo do que os seus membros pensavam, embora, fosse também um espaço de disputa entre seus sócios. A educação, nesse momento, segundo o ideário da entidade, deve ser

³⁵ Idem.

valorizada, pois, vai preparar o aluno para o que era um dos pilares da sua base de sustentação, o trabalho. Portanto, a objetividade, produtividade e a eficiência das fábricas tayloristas seriam emuladas às escolas paulistas, servindo de exemplo para o país, a saúde e a moral complementariam os outros dois pilares fechando o tripé de sustentação da educação. Ao implantar essa reforma com o propósito de alcançar, cada vez mais, racionalidade e eficiência no ensino, se efetivaria, desde cedo, a disciplinarização e a “domesticação” de comportamentos da população por meio da escola, o papel da educação no controle social era de suma importância para muitos quem estava no comando da revista.

Essa parte da revista pretendia transmitir, mais enfaticamente, um projeto pedagógico que vinha ganhando força no decorrer de 1920, muitas vezes, com ensaios de viabilização, em outras, sendo posto em prática por meio de reformas e finalmente em outras oportunidades tendo a sua efetivação frustrada definitivamente ou pelo menos naquele momento. O cenário político-educacional que se apresentava no início da década 30, abriu possibilidades às autoridades políticas e agentes privados envolvidos com a educação de se rearranjarem com a chegada de novas figuras na disputa pelo poder, assim se desvela mais uma oportunidade de se implementar o ideário do grupo desvelava-se.

Por meio dos artigos publicados, a seção *Através das Revistas e Jornais* se apresentava como articulador de um movimento, pelo menos era a pretensão do grupo que estava a frente do impresso, que estava ocorrendo em todo país. O que se pretendia transmitir era que toda a sociedade estava se empenhando para a sua transformação com a chegada das novas administrações, assim o leitor deveria também fazer a sua parte para o alcance do “progresso” rumo à “civilização”. Por isso, o empenho em se mostrar moderno e dinâmico, mesmo reelaborando e até mesmo requeitando ideias e projetos que vinham sendo discutidos e implantados no passado.

A reforma baseada na tecnicidade objetivava, entre outras considerações, efetivar uma escola que propiciasse ao alunado uma oportunidade de pensar a sociedade e, desse modo, ser sujeito dela, já que defendiam uma educação integral. Era necessária também a reeducação dos corpos e dos comportamentos, e o aumento do gerenciamento sobre professores tomava essa direção de formatação também dos docentes, mesmo que a defesa seja de liberdade e autonomia. O serviço de assistência técnica surgia, dessa maneira, como uma das realizações relevantes

da administração de Lourenço Filho, alegando sua cientificidade e neutralidade, o professor passava a ter o seu trabalho cada vez mais controlado.

Na tentativa de eliminar as contradições em suas propostas se veicularia em demasia as ideias de tecnicidade, de autonomia didática e do método intuitivo (método científico) discutidos por vezes na Sociedade de Educação de São Paulo. Essas ideias foram apresentadas de forma mais avolumada na seção *Através das Revistas e Jornais*. O editor da revista fornece uma prévia da articulação entre a cientificidade e autonomia didática assinalando que:

Sendo a autonomia didactica um dos pontos capitães da actualadministração do ensino, urgia fosse criado um núcleo de incentivo ao estudo pedagógico por parte dos professores. Esse núcleo é a assistência tecnica, inovação pela primeira vez tentada no Brasil. O corpo de assistentes technicos, que será representado por pessoas de reconhecida competência, em cada especialidade, tem como aparelhos de extensão o serviço de publicidade, a bibliotheca pedagógica central e as pequenas que serão estabelecidas em todos os grupos escolares do Estado. Como o centro de documentação e coordenação dos trabalhos, será organizado o Museu da Criança (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p. 279).

O caráter técnico da reforma se mantém como uma busca incansável com a intenção de alcançar todas as áreas do ensino. O assunto sobre a autonomia didática foi introduzido como algo central do ensino. Entretanto, ao mesmo tempo em que afirmava a criação de um centro pedagógico, com a iniciativa dos professores, desestimulava o envolvimento dos mesmos, já que as decisões são tomadas de forma vertical, sem a participação de quem Lourenço Filho indicava no texto. Assim, a assistência técnica entra em contradição com a autonomia didática, algo que já acontecia com Sampaio Doria no início da década de 20 em sua tão contestada reforma. Lourenço Filho, em seguida, responde a pergunta realizada por um dos jornalistas presentes na exposição se a assistência técnica já não estava presente com os antigos inspetores especializados, assim responde o diretor geral:

- Parece-me que não. O inspetor especializado, segundo se póde ver das publicações officiaes, sobre o assumpto, impunha determinadas práticas de ensino. O assistente técnico vae fornecer elementos de reflexão pedagógica, vae expor. Impôr, expor...Adiferença é de uma syllaba apenas, mas de alcance pratico inestimável. Porque o ensino é uma arte, e, como tal, não póde prescindir nunca do coeeficiente pessoal do mestre. Os assistentes technicos vão procurar dar aos professores públicos, de uma forma resumida, clara e acessível, o que de melhor se pratica lá fora, em matéria de ensino. E mais do que isso: vão habilitar os mestres a julgar de próprio trabalho (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.279).

A estratégia de Lourenço Filho, ao que parece, era transmitir, incessantemente, ao leitor, o caráter “técnico” de suas iniciativas e, por conseguinte, a suposta

“neutralidade” e “objetividade” da reforma. Por outro lado, deixa para a gestão antecessora as mazelas e atrasos do ensino herdado por sua administração, reservando aos antigos administradores a ineficiência, a estagnação e caduquice no ensino, e os novos apresentavam a eficiência, o progresso. A assistência técnica acabaria com a confusão da gestão anterior em deixar os serviços técnicos e os burocráticos juntos, medida que seria realizada pelo novo diretor geral. No jogo de palavras, Lourenço Filho assinalava que o trabalho a ser realizado pelos técnicos vai acontecer de forma “natural”, já que o professor “nasce” com essa “arte”, pois, para ele a docência é vocação, necessitando apenas de um suporte técnico, privilegiava-se, assim, as práticas estrangeiras. No entanto, esse aparato supostamente “neutro e científico” também funcionaria como um parâmetro para o próprio professor “medir” o seu desempenho. Desse modo, os “tests”, pedra de toque de parte dos simpatizantes da Escola Nova, forneceria “exatamente” a medida do trabalho do professor, e, sabendo como estaria se desenvolvendo o seu trabalho, se formulariam soluções e maneiras para resolver eventuais falhas. O artigo é finalizado assim:

a assistência técnica na revista Escola Nova, órgão oficial da directoria do ensino, passará a publicar números especializados por assumptos. Assim, o que está a sair, tratará exclusivamente de “programmas escolares”. Desse modo, o professorado irá tendo, por baixo preço, uma collecção de monographias aprofundado de cada assumpto (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.279).

Lourenço Filho orienta aos seus leitores que as demais edições da revista seguiriam a mesma estratégia adotada na edição número 2, e que a assistência técnica permearia as edições futuras. Demonstrando a sua importância no empenho para conformar os professores ao projeto do ideário escolanovista.

O artigo *O Museu da Criança*³⁶, ressaltou a importância da criação de um centro que servisse como “repositório de documentação para o estudo objetivo da criança brasileira, e especialmente paulista”, cujo propósito seria demonstrar o caráter “objetivo” da nova instituição, reforçando o viés de racionalização do projeto de reforma em todas as instâncias da educação. Em seguida, para enfatizar esse discurso, o editor da revista apresenta o empreendimento seria realizado sem muito custo ao Estado, “menos de dez contos anuaes, pos se organizará com os resultados de pesquisas da inspecção médico-escolar” e, claro, da “assistência técnica”, a eficiência também era um mote relevante para as autoridades, ao demonstrar por

³⁶ Idem.

meio da “neutralidade” dos resultados da pesquisa e da “tecnicidade” que é possível atingir a eficiência tão exigida do Estado. Ao mesmo tempo, ele atribui à gestão anterior a ineficiência e a falta de parcialidade nas decisões da Diretoria Geral. Invariavelmente, as estratégias que o editor mobilizava percorriam na direção de coordenar, incentivar, subsidiar, informar e atualizar os seus públicos-alvo, o aluno e o professor. O museu da criança se localizava nesse escopo o serviço de assistência técnica fornecendo o “suporte” necessário.

Nesse artigo, deve ser sublinhado que as experiências e as atividades desenvolvidas pelos sujeitos da educação deveriam ser recenseadas, mensuradas e rastreadas pelo mesmo corpo técnico instituído pela nova diretoria. O texto apresenta áreas do conhecimento como “antropometria e psicometria” para serem instaladas nesse novo espaço da educação paulista. E termina o artigo reforçando o viés objetivo do museu e que o mesmo não iria funcionar como “centro de documentação e coordenação de trabalhos, mas contribuiria para a fomentação de novas pesquisas”(ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.280).

Os três próximos artigos não fugiram do intenso enfoque na assistência técnica, como garantia Lourenço Filho em seus textos. No artigo *Problemas técnicos a serem atacados imediatamente*³⁷, o diretor geral ressalta o caráter pedagógico da reforma, apresentando-a como maior detalhe. A leitura, aparentemente, é o foco do artigo, e a assistência técnica também contribuiria para sanar os problemas nessa área. A atenção seria canalizada à chamada “leitura silenciosa” que tomaria o lugar da “leitura expressiva”, a caligrafia também teria a dedicação da nova administração, nesse sentido, ele declara que “aconselhará, **sem imposição**³⁸, o abandono do typo vertical, de há muito desprezado em paizes onde teve voga outrora. A letra oblíqua permite o cunho pessoal de cada alumno, e é de factura mais rápida e elegante” (p. 280). Sem entrar no mérito do caráter técnico-pedagógico da proposta porque exigiria um conhecimento específico da área, o propósito de Lourenço Filho reiteradamente é de tentar demonstrar ao leitor que as medidas tomadas eram de plena aceitação de todos os envolvidos na reforma, inclusive dos professores. É importante destacar que as discussões entre Sud Mennucci e Renato Jardim sobre o método analítico, em algum

³⁷ Idem.

³⁸ Grifo nosso.

aspecto, se deteve no âmbito da leitura. No entanto, como foi verificado, as discussões transbordam às discussões técnico-pedagógicas.

Quando o diretor geral se refere às mudanças adotadas pela diretoria, destaca que elas são realizadas sem imposição e, reforça ao mesmo tempo, o viés científico da medida, porque quem fosse contra as “propostas inovadoras” seria contra a “verdade da ciência”, portanto o que está sendo aventado é que existe apenas uma via para as transformações defendidas. Essas medidas colocariam o professor num verdadeiro dilema, pois, se não concordasse com as medidas, automaticamente, sua posição seria contra a ciência, que é alternativa técnica e isenta para as mudanças, e, por essa perspectiva, toda inovação técnica, segundo Lourenço Filho:

Será lenta, levando o professorado ao estudo próprio de cada questão. Particularmente, s.s. tem convicções arraigadas, quanto à necessidade de novas praticas educativas, mais consentâneas com a philosophia de nosso tempo e com as necessidadessociaes criadas pela vida contemporânea. Como professor ou como publicista, s.s. bate-se convictamente por essas ideas. Mas como chefe de serviço, o que deseja incentivar o estudo dos problemas educativos entre os nossos professores, e não trocar um dogma por outros (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.280).

Mesmo afirmando que à diretoria caberia incentivar os estudos e fornecer o suporte ao professor, por outro lado, a responsabilidade também passaria a ser do professorado, já que ele se dedicaria ao próprio estudo, a cobrança recairia sobre o professor. O que existia anteriormente era “dogma”, como a nova gestão incentivaria a “liberdade” do professor, portanto, não era o caso da troca de um pelo outro, ao docente seria permitido a apresentação do seu programa de ensino, mesmo sendo o modelo antigo, e então seriam promovidos os ajustes “técnicos” necessários.

O artigo seguinte, cujo título é *A reforma administrativa*³⁹, teve o seu espaço cedido ao diretor geral, o destaque era dispensada a importância da reforma técnica, embora a administrativa não era menos relevante. Assim, deveria ser realizada a delimitação das funções da Secretaria do Interior e da Diretoria de Ensino, algo ausente na gestão anterior, o que sobrecarregava o órgão público de ensino em serviços que seriam realizados pela secretaria referida. Ou seja, o trabalho administrativo, segundo Lourenço Filho, deveria ser realizado por um órgão técnico, função da Diretoria de Ensino. Esse órgão acumulava trabalhos administrativos e técnicos, isso teria fim com a reforma administrativa, cada órgão teria de volta a sua função de origem. Nesse sentido, o diretor geral destaca que:

³⁹Conferir na coluna subtítulo do quadro 2.

A princípio “inspectorial geral”, orgam tão somente technico, foi a pouco e pouco tornando-se uma repartição administrativa. E, a tal ponto, que todo os serviços de notas, informações e registos era feiro por ella, antes de o ser na Secretaria doInterior.

Ora, em tal estado de cousas importa em despedicio de material e de tempo, e em despesa inútil. Uma comunicação de exercício de professor é feita primeiramente à directoria, ahi registada, e enviada à Secretaria do Interior. Esta a regista novamente e, por sua vez, comunica à Fazenda (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.280).

Em *Inspecção Escolar*⁴⁰ Lourenço Filho aponta as primeiras iniciativas de sua gestão, enfatizando o “enxugamento” que estava ocorrendo junto aos inspetores escolares. As novas medidas criariam 10 delegacias regionais, diminuindo para 65 o número de 80 inspetores distritais da administração anterior. Para Lourenço Filho as “vantagens são claras”, pois as despesas com os telegramas e circulares para 80 funcionários eram altas, despesas herdadas pelo novo governo. As diárias a cada convocação para a reunião dos mesmos, segundo Lourenço Filho, oneravam os cofres públicos.

A atenção nesse momento se deteve na contenção de gastos, destacando a eficiência do Estado. Desse modo, com a redução de pessoal, ao mesmo tempo que se alcançaria resultados melhores que os anteriores, os gastos se manteriam no mesmo patamar ou até menores do que acontecia na administração anterior. No discurso de Lourenço Filho estabelecia-se que as transformações que beneficiariam a “todos”, com o empenho do novo governo em implantá-las, suplantando a incompetência e a ineficácia das gestões anteriores pela competência técnica que os novos ares traziam.

Finalmente em *Outras Notas*⁴¹ Lourenço Filho expõe com algum detalhe como estava sendo realizada a análise dos pedidos diversos dos profissionais, e que as pretensões seriam tratadas de acordo com o tempo de serviço. Mas a atenção seria despendida também aos casos de familiares para não os separar. E finaliza destacando que:

Uma reforma de educação importa em reforma de mentalidade e de costumes. Tem que ser uma obra de larga cooperação, em que o papel da imprensa é imprescindível. Appellava, pois, para os jornaes ali representados, pedindo a sua critica, suas sugestões, o exame de cada questão e de cada acto. A directoria do ensino está sempre aberta aos jornalistas que queiram colaborar com patriotismo na grande obra do governo provisório. Ventilandoas questões de educação, ameudadamente, a imprensa concorrerá para criar uma opinião publica esclarecida a respeito de assumpto de tanto interesse, e a que o governo e, em especial, pela natureza de suas

⁴⁰Idem.

⁴¹Idem.

funções, o sr. Secretário do Interior, estão dedicando a melhor de suas atenções (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.280).

No trecho anterior fica explícito o ideário não somente de parte dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo, mas o pensamento hegemônico que vigorava nas mentes de autoridades políticas e intelectuais. Nas primeiras décadas da República. As mudanças da mentalidade e dos costumes eram a base para se alcançar um novo modelo de sociedade e de nação. Os professores deveriam aderir a esse projeto, a mentalidade a ser transformada era a do docente. O comportamento que deveria ser reformado, disciplinado, conformado era dos alunos. Assim, para atingir ao sucesso do empreendimento, se conclamava a todos para se empenharem na implantação do projeto, inclusive os jornalistas que representavam a grande imprensa na exposição de Lourenço Filho sobre a reforma. Para a colaboração da obra de patriotismo que, segundo Lourenço Filho, começava a ser posta em prática pelo governo provisório, atribuiu-se à imprensa o papel de formar uma “opinião pública” que defendesse as propostas oficiais. As páginas da seção *Através das Revistas e Jornais* têm essa função de monitorar e repercutir os temas educacionais que os principais veículos da imprensa veiculavam.

Os artigos que abriram a seção desse segundo número da revista, pelo menos até aquele momento, não foram publicados em nenhum jornal de grande circulação do período, o espaço foi utilizado por Lourenço Filho para apresentar as ações da Diretoria Geral. A maior parte dos artigos trouxe a assistência técnica como uma das grandes realizações a serem perseguidas pela nova gestão. A estratégia seguia em demonstrar ao leitor que uma reforma baseada na ciência, priorizando a racionalização, eficiência e objetividade das medidas, contrapondo-as à gestão anterior. Nesse sentido, apresentava-se, como foi verificado, um modelo enviesado da administração passada construída em relações “promíscuas” com empresas e órgãos da imprensa.

Vale ressaltar que Renato Jardim utilizou da mesma estratégia no episódio do método analítico quando insinuou que Sud Mennucci estava mais interessado em se manter próximo ao poder público do que discutir as minúcias do método. O propósito do editor da revista era apresentar um projeto de educação e sociedade que primasse pela neutralidade. Assim, tentava-se fechar questão em torno do ideário escolanovista, pois, já que o que estava em defesa naquele momento era ciência e objetividade das medidas que estavam sendo implantadas. A autonomia didática não

recebeu a atenção do editor, os artigos se dedicaram em esmiuçar o que se entendia sobre assistência técnica, mencionando ou dando a entender que a autonomia didática ou a liberdade do professor também receberia a devida atenção. Demonstrando, ainda que, timidamente, a assistência técnica e a autonomia didática não se opunham, mas se complementavam.

Ao apresentar os pormenores da reforma na Diretoria de Ensino aos jornalistas, Lourenço Filho realiza um movimento favorável à imprensa, deixando explícito que quem não contribuísse com o projeto escolanovista e mesmo do governo provisório, estaria contra o progresso do país, como foi o caso do jornal *O Correio Paulistano*, veículo do P.R.P opositor à Aliança Liberal e ao governo Getúlio Vargas. O editor da revista *Escola Nova* se aproxima do novo governo dando a entender que a nova administração federal apoiava o ideário defendido pelo impresso. A intenção era deixar o professor, o seu público-alvo, sem a liberdade de reflexão em relação a aderência ao projeto, pois, na *Escola Nova* apresentava-se uma falsa hegemonia em torno do que defendia a revista. Para conferir força à construção discursiva desenvolvida foi mobilizado, na segunda parte da seção da edição de nov-dez/1930, exemplos internacionais de aplicação de métodos pedagógicos considerados “renovadores”, como ocorreu com outros números da revista, porém, nessa edição ocorreu de forma mais acentuada. Assim, iniciativas individuais como também medidas educacionais implantadas por governos de outros países, nem sempre do centro capitalismo, foram prioridades nas páginas da seção nesse bloco.

3.5. Segunda parte da seção: a busca da legitimação em torno de exemplos internacionais.

A seguir será apresentado o quadro dando sequência aos artigos da edição do último bimestre da revista. Nesse momento, verifica-se que a seção *Através das Revistas e Jornais* sai um pouco do enfoque da reforma técnica e se direciona ao que estava acontecendo em alguns lugares ao redor do mundo em relação a implantação da “pedagogia renovadora”.

O quadro adiante prossegue com a apresentação da sequência dos artigos da edição de nov-dez/1930 do impresso. O que importava para o grupo no comando da revista nesse momento era a divulgação e veiculação de ações pedagógicas internacionais que alavancassem as propostas que o periódico defendia.

Quadro 3 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção Através das Revistas e Jornais da edição de nov-dez/1930 da revista Escola Nova.

Parte II – Edição de nov-dez/1930

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Autora ou Autor	Data da matéria	Assuntos
Nov-Dez/1930	28	15	14	Programas Escolares	Revista Internacional do Cinema Recreativo - Roma	A película escolar na Áustria	Sem autor	Sem data	Cinema
					O Estado de São Paulo	As Repúblicas Escolares - Todos os anos, durante uma semana, as crianças governam a Turquia	Sem autor	09/08/1920	"Autonomia"
						O Sentimento de inferioridade da criança	O editor do jornal publica o texto de Edouard Claparède	Sem data	Psicologia
						Bakule e a Escola Nova	Paul Fauconnet	07/1929	Pedagogia
					Sem fonte	A filosofia dos programas escolares	William Kilpatrick	Sem data	"Autonomia"

*Fonte: Quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*

Na explícita tentativa de demonstrar ao leitor que as medidas adotadas asseguravam resultados positivos, e os países que seguiram os princípios de uma educação “renovadora” alcançavam avanços na educação com reflexos positivos incontestáveis em toda sociedade.

A questão do cinema educativo é um tema caro à revista *Escola Nova*, a última edição da revista, a de julho, é dedicada totalmente ao tema. Mas já na segunda edição o tema aparece, apresentando ao leitor que a indústria do cinema também deve ser mobilizada pela escola na missão de “civilização” da população. O quadro 3 que é continuidade do quadro 2, apresenta uma mudança significativa. Se fez por bem retirar a coluna *Subtítulos*, já que os artigos mantiveram os seus títulos sem mudança, e inseriu-se a coluna *Autores*, pois, nesse momento, os articulistas aparecem assinando os seus textos, no entanto, nem todos foram assinados. O artigo intitulado *A película escolar na Áustria*⁴² é um desses textos que não consta autoria, o que pode levar o leitor a acreditar que quem escreveu foi o editor da revista, e é bem possível que tenha ocorrido isso mesmo. Os textos que não estão assinados, geralmente, aparecem sem a fonte. Provavelmente os textos foram produzidos pelo próprio editor da revista.

Em relação ao texto, o curioso é que o editor defende as medidas adotadas pelo país europeu quanto ao projeto de cinematografia escolar que já fazia parte da realidade austríaca. Embora no decorrer de 3 páginas o autor do artigo sublinhe os benefícios de se filiar a um movimento desses, como expõe nesse trecho:

Finalmente para que seu fim essencial – a adopção oficial da película como meio de ensino – se lograsse mais facilmente, os partidários do cinematographo escolar fundaram em 1926 a Liga Cinematographica Escolar que, graças à adesão de todas as salas de projecção das escolas públicas, da “Wien e Urania” e da “WienerVolksbildugsverein”, foi logo uma das maiores organizações que attrahiram o interesse do publico para cinematographo educativo, interesse que durante a guerra e nos anos subsequentes diminuiu (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.283).

No trecho citado fica claro que as primeiras ações foram tomadas por uma entidade privada que despertou a atenção do poder público daquele país. Tal iniciativa corroborava com a mobilização desempenhada pela Sociedade de Educação de São Paulo durante a década de 1920. As investidas da entidade paulista foram pautar as políticas-educacionais da Diretoria Geral de Ensino e, por conseguinte, virar vitrine

⁴²Conferir na coluna *Títulos* do quadro 3.

para o restante das regiões do país. No início dos anos 30, devido a nova configuração política que se apresentava no país, as estratégias do grupo que passou a comandar a revista produzida pela Diretoria Geral ficaram mais intensas e em maior número. Ao veicular o que estava ocorrendo na Europa em relação a educação, e favorecendo a visibilidade às interferências privadas no público das iniciativas. “Naturalizava-se”, desse modo, os interesses privados sobre o público. Em todo artigo não se mencionou a filiação dessa iniciativa das escolas públicas da Áustria com o movimento de “renovação pedagógica”.

É importante lembrar que durante o embate entre Mennucci e Jardim em torno do método analítico, uma das controvérsias ficou reservada à provocação de Mennucci, rebatendo ao questionamento de Jardim sobre uma certa dificuldade entre os professores paulistas em adotar o aspecto integral da escola nova. Essa dificuldade, segundo Mennucci, era bastante compreensível, pois, a escola nova estava na “fase da obra de arte, muito mais no campo da beleza que no da utilidade” (REVISTA EDUCAÇÃO, v.11, n.3, jun./30, p. 389 apud NERY, 2009, p. 211). Mennucci prossegue com a rebatida ao criticar Jardim em seu artigo no Diário de São Paulo, ao afirmar que havia ocorrido na Áustria uma reforma educacional com baixa adesão do professorado, no que Mennucci retrucou dizendo que a reforma aconteceu apenas em Viena e não em todo estado austríaco. E termina esclarecendo, para evitar uma nova confusão de Renato Jardim, que a reforma implementada em Minas Gerais não deveria ser relacionada com o ideário da escola nova (NERY, 2009, p. 213).

É importante frisar que a confusão proposital realizada por Jardim em 1929 foi retomada por Lourenço Filho nesse artigo publicado na revista Escola Nova, mesmo não relacionando as iniciativas de cinema escolar na Áustria às ideias da escola nova, apenas por levá-las às páginas da seção e ao conhecimento do leitor. A intenção é levar o professorado a pensar que o “movimento” escola nova abarca tudo que é inovador, em matéria de educação, ao redor do mundo, mesmo não fazendo parte do programa escolanovista. Em relação a responsabilizar o professorado quanto ao insucesso ou a demora da adesão do ideário, o artigo também enfatiza a responsabilidade do professor no êxito do empreendimento. Assim,

O funcionamento permanente dos cinematógrafos escolares impoz aos professores a difícil tarefa de aprender a distinguir as películas de real valor instructivo e de resolver um problema ainda mais difícil: o meio de procural-as [...] Então, os professores que se interessavam pelo cinema escolar formaram, em 1923, a “Film und Bild sarbeitsgemeinschat” (União

Photographica e Cinematographica de professores) (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.283).

A incorporação de medidas como a criação de um cinema educativo não era algo novo no ideário escolanovista. Como foi lembrado, desde os primeiros anos da década 20, período de profusão de reformas, tais iniciativas eram ensaiadas pelos reformadores. Caso de Fernando de Azevedo que contemplou o cinema educativo como item importante para a consolidação de uma educação “renovadora”. O que se pretendia com o cinema educativo, assim como a criação de uma estação radiofônica, entre outras estratégias, era de instrumentalizá-los pedagogicamente na disciplinarização dos costumes das hordas da população “incivilizadas”.

Outro aspecto relevante era o seu papel na construção do patriotismo e nacionalismo tanto ventilados por parte dos membros da entidade privada paulista, ganhando novo fôlego no início dos anos 1930. A ideia era a criação de um sistema de educação que abrangesse todas as regiões do país, do cinema educativo também se esperava que integrasse a população na consolidação e um processo “civilizador-nacional”. Lourenço Filho ao mesmo tempo que alardeava nas páginas da seção o cinema educativo austríaco mostrando como os professores se envolviam no projeto, apresenta também como a sua gestão está empenhada na construção, junto com o governo provisório, de uma “nova” nação.

O artigo seguinte, *As Repúblicas Escolares – Todos os anos, durante uma semana, as crianças governam a Turquia*⁴³, retoma uma ideia defendida por Sampaio Doria em sua reforma de 1920. Nas conferências realizadas por Doria para esclarecer como se aplicaria a reforma, um dos temas que gerou discussões acaloradas foi em torno do tema das repúblicas escolares. O objetivo das repúblicas escolares, segundo Doria, era de estimular a organização política dos alunos politicamente, incorporando-a à cadeira de Educação Cívica. As intenções de Doria na criação de repúblicas escolares foram expostas em conferências assinalando que:

Nos grupos escolares, nas escolas normais, nos ginásios, nas escolas profissionais, nas academias por uma organização de sociedades internas, adequadas, espécie de república em miniatura, podem os moços adquirir hábitos de moral cívica, compreendendo e praticando os mandamentos da pátria. Estas Sociedades internas, cuja ampliação é a sociedade lá fora, devem ter as linhas gerais de sua organização determinadas em lei. A sua constituição deve ficar sob o olho vigilante do diretor da casa. No seio delas os estudantes desenvolvem o seu espírito de iniciativa ; defendem-lhe o bom nome, são escoteiros, treinam-se os torneios de jogos olímpicos, contribuem com parte da taxa escola, para o sustento delas; criam e renovam , por

⁴³Idem.

eleições, o seu governo, censuram, julgam infratores do dever comum; habituam-se ao respeito das autoridades, que, constituem; empenham-se por que seja mantida a lei; adestram-se no manejo da língua tersa e elegante; e, no convívio a que são obrigados, vão polindo, pouco a pouco, o espírito. (...) Só por esta forma podem os moços preparar-se para a vida, que os espera, de cidadãos da democracia brasileira (DORIA, 1919, p. 257/258 apud MATHIESSON, 2017, p. 123)

Ao instituir as repúblicas escolares, a intenção de Doria era formar o cidadão nos ditames do que ele entendia o que era o civismo. Assim, para o Brasil ingressar no grupo dos países civilizados era necessário que a população desde cedo entendesse como se deveria construir e constituir uma república. Os estudantes simulariam um sistema político próprio seguindo as diretrizes da federação e do presidencialismo, que, praticando incessantemente a vida republicana, diminuiria os seus erros ao criar o hábito. No artigo da seção da revista Escola Nova Lourenço Filho aponta que:

Não se trata, porém de uma simples parodia. Os poderes que as crianças exercem são efectivos durante esse período, curto, mas de grande efficacia educativa para os cidadãos de amanhã. Trata-se de uma iniciação logica, de uma introdução à vida social. Constitue por isso mesmo uma profunda lição para todos os cidadãos que frequentemente esquecem com demasiada facilidade seus deveres, quando não mesmo os seus direitos (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.284/285).

Naquele momento, Dória sofreu ataques dos jornais da grande imprensa, o Jornal do Commercio, por exemplo, chamou a medida de “repúblicas de comédia” e que nelas não se estudaria mais, “só se faria política, os alunos saíam delas não como professores, mas como cabos eleitorais diplomados com selo do Estado” (JORNAL DO COMMERCIO, 1921, p. 4 apud MATHIESON, 2017, p.201). Sem entrar em maiores detalhes quanto as discussões afloradas no início da década de 20, especialmente com reforma de Sampaio Doria. Lourenço Filho reatualiza, na década de 30, no interior da revista Escola Nova, os princípios das repúblicas escolares que estavam sendo introduzidas na Turquia, algumas experiências foram ensaiadas durante os anos 20, mas que não viveu as “glórias” das repúblicas escolares turcas, como pode ser verificado no excerto abaixo:

Os meninos turcos entram assim na grande escola da vida. A sua organização deixa a perder de vista as nossas já esquecidas Republicas Escolares, que tiveram o seu dia de popularidade, mas que não chegaram a viver, a ser um vago arremedo da vida (O Estado de São Paulo, 1920 apud ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.286).

Em tom de lamento Lourenço Filho assinala que a experiência das repúblicas escolares já havia sido implantada nas escolas brasileiras com algum êxito, ao mesmo

tempo, deixa para o passado o motivo do fracasso, e que o sucesso estaria na retomada desse projeto em sua gestão. Vale salientar que o projeto de república escolares vislumbrado pelo Sampaio Dória não chegou a ser efetivado, já que se demitiu antes da regulamentação da reforma. Lourenço Filho junto a outros membros da Sociedade de Educação de São Paulo, inclusive Sampaio Doria, adotou o projeto de república escolares no Lyceu Rio Branco⁴⁴, instituição de ensino que ajudou a fundar. Mas pelo que Lourenço Filho deixa a entender as escolas públicas tentaram implantar as repúblicas escolares anteriormente, dado que:

Há alguns anos, foram criadas republicas de crianças em nossas escolas. Essas ephemeras organizações não visavam colocar a criança diante da vida do paiz, associando-as às dificuldades da boa administração. A sua pratica, quando muito, teria criado funcionários dóceis, inauguradores de retratos, etc. A idea parecia ser muito boa e se fosse bem aproveitada poderia ter prestado ao paiz os melhores serviços. Prova disso é o que se faz actualmente na Turquia, onde uma organização mais profunda e real do que a nossa adestra e mocidade das suas escolas para os dias do futuro (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 284).

Os chamados “reformadores” da década de 1920 enxergavam na inspeção escolar, no cinema educativo, na autonomia didática, na faculdade de educação, na educação cívica e, finalmente, nas repúblicas escolares, dispositivos que contribuiriam na estratégia para a mudança de hábitos e comportamentos. A seção *Através de Revistas e Jornais* retratara bem algumas dessas medidas pedagógicas ou técnico-pedagógicas. Essas iniciativas já despontavam no horizonte de muitos agentes envolvidos com a educação naquele momento. Lourenço Filho, por outro lado, remobiliza esses instrumentos, e na análise da seção *Através de Jornais e Revistas* pode ser verificado com mais acuidade como o diretor geral maneja esses dispositivos.

O movimento realizado por Lourenço Filho em trazer às páginas da revista as ideias construídas por anos, em um momento de transformações políticas-educacionais, atribui novos significados ao projeto do diretor geral e seu grupo. Assim, por mais que o objetivo de parte dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo não tivesse sofrido transformações drásticas e, embora a intensidade tenha aumentado substancialmente, o novo cenário político-educacional abriu novas

⁴⁴Em 25 de setembro de 1926, na casa de Savério Cristóforo com um grupo de amigos, decidiu-se criar o Lyceu nacional Rio Branco. No grupo fundador constavam Antonio Sampaio Doria, Roldão Lopes de Barros, Almeida Júnior, Lourenço Filho, Guilherme Merbach e outros. Localizava-se na cidade de São Paulo, a instituição reuniu entre alunos, os próprios filhos dos fundadores da instituição, filhos de seus parentes e colegas de profissão, bem como os filhos de uma parcela da elite política e econômica da cidade de São Paulo (MATHIESON, 2017, p. 274).

possibilidades de ações do grupo, como também fecharam outras que se apresentaram inviáveis naquele momento.

A defesa da pedagogia nova logo na capa da revista da Diretoria Geral de São Paulo foi uma dessas possibilidades que Lourenço Filho enxergou como oportuna em 1930. Sampaio Dória em 1920 sofreu muitos ataques dos jornais da época em relação alguns aspectos de sua reforma, além de ter sido pressionado politicamente pelo próprio órgão público em abandonar algumas ideias reformistas, o que o levou a deixar o cargo de diretor geral.

É sintomático Lourenço Filho não atribuir crédito das iniciativas que a reforma de 1920 à Sampaio Dória, o seu professor e padrinho político. Ao se referir às experiências de repúblicas escolares ensaiadas nas escolas públicas paulistas, Lourenço Filho assinala que a ideia era boa, no entanto tinha sido mal aproveitada. Em sua gestão, segundo ele, portanto, todas as boas ideias seriam aproveitadas, pois seriam bem executadas.

Os dois próximos artigos priorizam as áreas da psicologia e pedagogia, conhecimento muito valorizados nesse período. Lourenço Filho era adepto na aplicação desses conhecimentos no âmbito educacional, já que havia exercido o cargo de professor de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da Pça. da República. As suas proposições relacionadas à educação perpassavam, invariavelmente, por seus anos de estudos e de atuação nas duas cadeiras. Tal empreendimento já era realizado na Europa, como pode ser verificado no artigo *O Sentimento de Inferioridade da Criança*⁴⁵. A seção, aparentemente, valoriza uma publicação de uma revista Suíça de Edouard Claparède sobre os danos que podem causar relação desigual entre o adulto e a criança. No entanto, o redator do jornal, por algumas vezes, se refere ao autor do texto como A., somente mais adiante, se revela que o autor referido é Adler. Assim, o jornal realiza análise do texto de Adler e não de Claparède. No início do texto o autor aponta o estudo minucioso realizado pelo autor suíço, porém, comenta o artigo de outro autor.

O problema do sentimento de inferioridade da criança, segundo o autor, não era a questão, pois, a criança, por imitação, vai tentar se desvencilhar desse sentimento, o problema surge quando a criança não consegue “vencer” esse sentimento e fica preso nele. O texto da seção é uma espécie de análise do artigo de

⁴⁵ Idem.

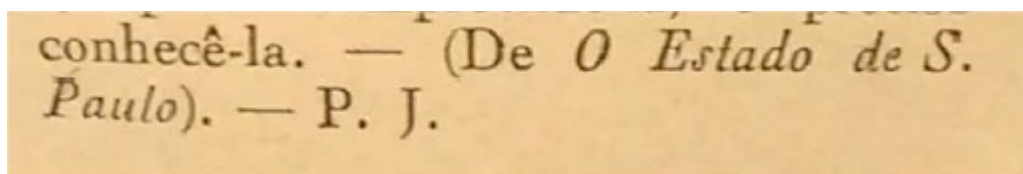
Adler publicado no jornal O Estado de São Paulo, sem datação. O autor, em quatro páginas, expõe alguns níveis do problema que não vem ao caso trata-lo aqui. No entanto, o que chama atenção novamente é o professor tornar-se, na visão do autor, um agente fundamental na identificação do problema, nesse sentido afirma-se que:

Importante para a scienciapsychologica, essa questão não o é menos para a arte da educação. Mostra-nos que as responsabilidades do educador ainda são maiores do que imaginamos: os erros cometidos por este, por falta de conhecimentos suficientes, podem ser irremediavelmente fataes à formação intelectual e moral de numerosas crianças (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.286).

Coadunando com o que defendia Lourenço Filho, a análise realizada sobre o texto de Adler atribui aos professores a responsabilidade de identificar e perceber a questão do sentimento de inferioridade da criança, algo que já era realizado pela ciência psicológica. Nesse sentido, apontou-se os erros cometidos pelo professor por não possuir o conhecimento na área. Mais uma vez, o diretor geral não só volta a sua atenção às “inovações” pedagógicas produzidas em países do exterior para legitimar o seu pensamento e do grupo que representava, mas também de criar uma sensação de unanimidade em relação à assistência técnica, pois foi reservado aos inspetores técnicos a função de oferecer o suporte para o professorado na aquisição do conhecimento exigido.

O trecho acima mostra também que os esforços eram canalizados para a transformação dos comportamentos dos alunos, desse modo, a falta de conhecimento do professorado em identificar o problema poderia comprometer a “formação moral” da criança. Por conseguinte, a falta de preparo do professor comprometeria todo o projeto que a nova diretoria geral e o novo governo realizavam a partir do momento que ocuparam o poder. A reforma que estava em curso auxiliaria os docentes, evitando os erros cometidos no passado. Outra questão curiosa é o que no final do artigo não aparece o nome do autor do texto, mas a sigla PJ depois da citação da fonte do artigo, como pode ser verificado a seguir:

Figura XII - Fonte da original republicado na seção da revista Escola Nova



ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.290.

Ao que parece a escolha do jornal foi de assumir o artigo como a opinião do impresso, por isso o uso do P. J., dando a entender que foi assinada como pessoa jurídica d'O Estado de São Paulo.

*Bakule e a Escola Nova*⁴⁶ percorre o trajeto do professor tcheco e os seus feitos para colocar de pé o seu projeto de escola e de ensino⁴⁷. O que deve ser salientado nesse artigo é a valorização dada pelo editor da revista às iniciativas de Bakule. Embora o texto tenha sido escrito pelo professor francês Fauconnet, um nome muito frequente nas reuniões e conferências da Sociedade de Educação de São Paulo, o que vale destaque é a habilidade do editor em posicionar o artigo numa seção que se preocupou em abordar em profusão e, prioritariamente, a assistência técnica e a autonomia didática. Nesse exercício de edição, tanto no artigo *O Sentimento de Inferioridade da Criança como no Bakule e a Escola Nova*, o editor da revista enfatiza, de forma menos direta no primeiro texto, qual era o papel que o professor deveria desempenhar no projeto.

Lourenço Filho, por meio do texto de Fauconnet, promoveu uma apresentação de como o professor deve se comprometer com as reformas que estavam sendo realizadas, dando a entender que a Diretoria Geral dispenderia todo o suporte necessário para que os esforços dos professores obtivessem êxito. O peso da responsabilidade recairia totalmente sobre o desempenho do professor na execução da sua função, já que o órgão público estava fazendo a sua parte.

Um dado curioso é que a seção *Através das Revistas e Jornais* publicava artigos com diferentes datas de publicação na fonte de origem, como foram os casos dos artigos *As Repúblicas Escolares* e *Bakule e a Escola Nova*, o primeiro texto é do início da década de 1920, em pleno debate sobre a Reforma de Sampaio Dória. Já o segundo texto foi publicado no final da mesma década quando foi retomada os embates sobre o método analítico e autonomia didática, ambos os textos foram retirados do jornal O Estado de São Paulo. É importante frisar o intervalo de quase uma década entre um artigo e outro, publicados em cenários diferentes do embate político-educacional, e republicados em um outro momento de intensas transformações no contexto político, surgindo novos agentes na disputa por espaço na configuração político-educacional que se descortinava no início da década de 30 no país. Nesse sentido, os artigos reaparecem na seção para contribuírem na nova

⁴⁶Idem.

⁴⁷Sobre o artigo mencionado foi abordado com mais detalhes no capítulo II dessa dissertação.

regência que Lourenço Filho imprimia na Diretoria Geral de Ensino, e transmitida às páginas da revista *Escola Nova*.

Diferentemente do que ocorreu na edição de abertura da revista *Escola Nova* cuja seção, como em toda revista em geral, se preocupou em propagandear as premissas da *Escola Nova*, publicando uma entrevista de Lourenço Filho sobre as primeiras medidas do diretor geral, perpassando pelo que foi a herança deixada pela gestão anterior, interferindo no dia a dia do professorado ao descrever como deveria ser realizado uma simples excursão. A intenção era de demonstrar que as transformações atingiriam todas as áreas do ensino, partindo da cúpula da diretoria geral chegando até o cotidiano da escola. Sublinha-se também que a primeira edição da revista não publicou nenhum artigo a respeito das iniciativas pedagógicas estrangeiras, nenhum texto foi publicado ou republicado cuja assinatura fosse de um articulista do exterior.

A segunda edição da revista em sua seção *Através das Revistas e Jornais* se dedicou, em alguns artigos mais em outros menos, em atribuir responsabilidade da execução do projeto e da reforma em andamento aos professores, enfatizando como o trabalho deixou de ser realizado em gestões anteriores e como a sua execução deveria proceder a partir de então. Ao mesmo tempo em que se concedia liberdade para a criação de programas escolares, com o devido suporte da assistência técnica para corrigir a rota, caso o professor tenha saído do rumo orientado pelos técnicos. É a partir desta edição que se inicia a veiculação de nomes estrangeiros na tentativa de construir legitimação em torno do discurso que estava sendo defendido. Lourenço Filho, desse modo, preparou o leitor para sequência de artigos sobre a autonomia didática que viria, pois iniciou a seção abordando os benefícios da assistência técnica e em seguida os feitos dos professores estrangeiros em seus respectivos países. Dos 5 artigos que o quadro 3 apresenta todos são de algum feito realizado por especialistas estrangeiros em seus países de origem.

Em *A Filosofia dos Programas Escolares* artigo que fecha o quadro 3 foi escrito pelo professor William Kilpatrick, da Universidade de Columbia nos Estados Unidos. Na publicação que fecha a sequência de artigos estrangeiros, Kilpatrick entra de forma contundente no tema autonomia didática⁴⁸, descrevendo que a escola dever ser compromissada com o futuro, algo que não acontecia com o ensino até aquele

⁴⁸Decidimos em deixar o artigo de William Kilpatrick no quadro 3, pois, embora o seu artigo se dedique à autonomia didática, o título do texto não sugere de imediato em seu conteúdo.

momento, ressalta-se que o texto aparece sem datação. Kilpatrick apresenta os princípios filosóficos dos programas escolares e como a escola deve ter o futuro em seu horizonte, pontuando que:

Os programas devem, pois, ter em consideração os pensamento (sic) e emoções que os alunos associam aos seus trabalhos...Se damos uma certa tarefa a uma criança, não devemos supor que ella vae aprender só isso. Enquanto um alumno aprende um poema, por exemplo, êleconstrue (enão pode impedir-se de o fazer) uma attitude favorável ou desfavorável para com este poema, para com o mestre, para com as maneiras de agir deste mestre, para com a escola, para com toda a sua educação futura e as questões intellectuais em geral (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p.293).

A partir desse texto Lourenço Filho sugere o que os programas escolares deveriam considerar filosoficamente o que o aluno tem a oferecer para a escola, e um programa escolar bem elaborado contempla o repertório do aluno, pois ele relacionaria o conhecimento externo adquirido com o que é aprendido dentro da escola. Assim caberia ao professor, por meio do programa escolar e da assistência técnica, saber relacionar os dois conhecimentos. Dessa maneira:

- O trabalho escolar deveria ser dirigido de tal maneira que animasse tanto a atividade e a cultura dos professores como dos alunos. O que os experientes preparam para os professores deveria tender a aumentar (e não a diminuir) as ocasiões de pensar e de agir de forma constructiva.
- O fim da educação não será pois adaptar a criança a um “status quo”(sic), mas torna-la cada vez mais capaz de pensar inteligentemente por ella própria, afim de agir em harmonia com a sua intellingencia (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III , nov/dez 1930, p.293).

Assim, o editor da revista apresenta o que os programas escolares devem conter para balizar o trabalho do professor. E que a educação construída nos moldes da “pedagogia nova” contribuiria não apenas para o aluno alcançar a sua autonomia, mas auxiliaria na construção e no progresso do conhecimento do próprio professor, pois, o trabalho na escola contribuiria para essa construção.

O texto de Kilpatrick serve como uma convocação para o professorado se envolver no projeto que o editor da revista fazia a defesa. Lourenço Filho publica o artigo do professor da Universidade de Columbia e as premissas filosóficas dos programas escolares coma intenção de imergir o seu público-leitor na missão de levar o projeto escolanovista adiante. Com esse artigo Lourenço Filho realizava uma introdução dos textos posteriores que trataram da autonomia didática, preparando o seu público alvo para melhor aceitação de suas propostas em relação a “liberdade” do professor.

3.6. A autonomia didática e a busca do controle da liberdade na seção *Através das Revistas e Jornais*.

A autonomia didática foi estabelecida como o eixo central da segunda edição da revista Escola Nova. Esse número do impresso faz parte de um conjunto de edições que tem a finalidade de, mais do que orientar, doutrinar o seu público-alvo. Desse modo, uma das estratégias da Diretoria Geral de Ensino era de capilarizar pelas edições os princípios da pedagogia da Escola Nova e, desse modo, introjetar nas mentes de seu leitor o ideário veiculado. Assim, o primeiro número se dedicou, de modo geral, a abordar e explicar as premissas da pedagogia escolanovista. A edição de nov-dez de 1930 se preocupou em detalhar aspectos nebulosos principalmente sobre autonomia didática, e toda operação apresentada nesse momento pela revista era de demonstrar que a Diretoria de Ensino estava dispensando todo o esforço necessário para se atingir a “liberdade” do professor com a introdução, por exemplo, da assistência técnica.

A abordagem do terceiro número se ateve na questão da saúde, tema muito caro ao grupo que comandava a revista naquele momento. Na edição seguinte a atenção foi canalizada à outra pedra de toque dos “escolanovistas”, os testes. As edições de maio-junho e de julho foram concentradas aos temas *Orientação Vocacional ou Profissional* e *Cinema Educativo*, respectivamente. Esses temas serão apresentados e discutidos com maior detalhe no decorrer deste capítulo.

Lourenço Filho além de utilizar os números do periódico pedagógico como instrumentos de doutrinação, instrumentaliza o impresso também como um meio político para divulgação dos seus feitos atrelando-os às iniciativas de cunho nacional. As transformações aventadas em torno da educação de São Paulo no início do governo provisório, publicadas pelo editor no periódico pedagógico, visava operar junto ao professorado a construção da unidade em torno da mobilização das autoridades políticas e educacionais. Desse modo, tenta-se passar aos professores a ideia de que o movimento era único e alcançava a todos, transformando as edições da Escola Nova em um instrumento de convocatória para o seu público se envolver no projeto defendido por Lourenço Filho e pelo seu grupo no comando da Diretoria Geral de Ensino e do impresso de sua responsabilidade.

Os temas selecionados pelos números da revista seguiam, uns menos outros mais, na direção de pontuar a responsabilidade do professor pelo êxito e, principalmente, pelo fracasso da implantação do projeto. Por esse viés, a segunda

edição da Escola Nova, ao tratar prioritariamente da autonomia do professorado, tenta inculcar, ao mesmo tempo, uma pseudoliberalidade aos docentes, mas também atrelá-la à responsabilidade na formação de uma sociedade “nova”. Os artigos dessa edição, dessa maneira, mantêm a estratégia de apresentar especialistas em defesa das propostas com o propósito de conferir força ao discurso que estava sendo veiculado na seção.

O quadro a seguir apresenta a terceira parte da edição de novembro-dezembro de 1930 dedicada à autonomia didática, demonstrando como se construiu o discurso sobre o tema na revista, dado que os artigos complementavam os anteriores que discutiram a assistência técnica e o controle do trabalho do professor, associando-os aos exemplos internacionais. Os seis artigos que abordam de forma objetiva o tema central da revista são: *A Autonomia Didáctica*, *Os Automatos*, *Em torno da “Autonomia Didáctica”*, mais uma vez, *Em torno da “Autonomia Didáctica”*, *Pela Autonomia Didáctica* e, finalmente, *Autonomia Didáctica*.

Do Quadro 4 foi retirado a coluna das datas das publicações de suas fontes originais, pois, nos artigos apresentados nessa parte da revista, em nenhum deles, vieram acompanhados por datas, portanto não foi possível aferir quando foram publicados os textos. Por outro lado, a preferência foi de retornar com a coluna *Subtítulo* que fornece, mesmo minimamente, o percurso da abordagem sobre a autonomia didática dos articulistas e do editor da revista. Como pode ser verificado a seguir:

Quadro 4 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de nov-dez/1930 da revista Escola Nova.

Parte III – Edição de nov-dez/1930

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Subtítulo	Autora ou Autor	Assuntos
Nov-Dez/1930	28	15	14	Programas Escolares	Revista Escola Nova	A Autonomia Didactica	Qual a sua atitude em face da autonomia didactica?	Romeu A. Camargo	Autonomia do professor
					Correio da Tarde	Os Autômatos	As respostas do diretor geral de instrução pública	Lourenço Filho	
							A autonomia do professorado tem de se amoldar às ideias da “Escola Nova”		
						Em torno da “Autonomia Didactica”	A autonomia Didactica e as dificuldades do ensino	Entrevista com Vicentina de Carvalho	
							A fiscalização do ensino		
							A transferência dos alunos		
						Em torno da “Autonomia Didactica”	A liberdade de escolher	Entrevista com D. Branca Mello Canto	
							Fiscalização de que?		
							Não há variedade de processos		
					Diário da Noite	Pela Autonomia Didactica	O methodo Decroly	D. Haydee Bueno de Carvalho	
							O centro de interesses		
							“Os meios de transporte”		
							O programma actual		
					Correio da Tarde	Autonomia Didactica	As dificuldades do Ensino	Romeu Pinho	
							A fiscalização		
							A transferência de alunos		

*Fonte: Quadro realizado pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

Ressalta-se que Lourenço Filho recuperou nas páginas de todas as edições da revista algumas ideias do período da implantação da reforma de Sampaio Doria no início da década de 1920, a autonomia didática foi uma delas. Como foi lembrado anteriormente, Dória não foi apenas professor de Lourenço Filho, mas, praticamente o iniciou na carreira política, como na sua curta, porém marcante, passagem pelo Ceará com a implementação de reformas no estado nordestino, indicado por seu padrinho político para assumir a cadeira da direção geral naquele estado.

A recuperação, mesmo que breve, dessa relação entre Lourenço Filho e Sampaio Doria se torna relevante nesse momento, pois, no primeiro momento, pode causar estranhamento ao leitor desavisado a estratégia utilizada pelo editor da revista em omitir o nome de Sampaio Doria, e mesmo em não mencionar que tais iniciativas já tinham sido cogitadas ou consideradas. Algumas delas havia sido ensaiadas, até mesmo implantadas na reforma de 1920, levantando, no período, discussões, debates e mesmo combatida por alguns setores da sociedade civil, por exemplo, alguns jornais da grande imprensa à época. Repúblicas escolares, inspeção escolar e autonomia didática foram algumas medidas que a reforma de Doria contemplava.

A obra de Carvalho que analisa o livro *Educação Moral e Educação Econômica* de Sampaio Doria contribui para elucidar a estratégia utilizada por Lourenço Filho para a compreensão do processo de “silenciamento” e “esquecimento” da voz e do nome de Doria nas páginas da revista Escola Nova. Nessa análise, Carvalho percebe que Lourenço Filho realizou uma operação habilidosa na tentativa de relacionar a obra de seu “mestre” na coleção da Biblioteca de Educação organizada pelo ex-aluno. Ademais, foi identificado pela autora a posição ambígua que Lourenço Filho se coloca ao prefaciá-lo livro de Doria, pois, ao mesmo tempo em que se coloca como grande admirador da obra de seu professor, não o considerava entre os grandes expoentes da “renovação” pedagógica paulista e nacional. Assim, segundo Carvalho, o lugar que Lourenço Filho reservou a Sampaio Doria não foi de um professor que contribuiu na construção e efetivação do projeto da Escola Nova, mas como um grande “pedagogo social” (CARVALHO, 2011b apud MATHIESSON, 2017, p. 28).

Por essa perspectiva, a seção *Através das Revistas e Jornais* apresentou no projeto de educação defendido pelo grupo que esteve na direção da revista a proposta de autonomia didática totalmente desvinculada da iniciativa do seu propositor original. Como Lourenço Filho destinou o lugar de Sampaio Doria fora do ideário escolanovista, nada mais pragmático do que o nome de seu professor aparecesse dissociado de

qualquer esforço que tenha dispensado no início da década de 1920 para reformar a educação, mesmo que as propostas se aproximassem com o que era considerado de mais “renovador” naquele momento. Vale mencionar que muito das ideias defendidas estava sendo requeitadas de gestões anteriores, o que explica em parte, a ausência do nome de Sampaio Doria nos artigos da seção das edições analisadas da revista *Escola Nova*, especialmente, os textos que de autoria de Lourenço Filho e da Diretoria Geral de Ensino.

A sequência de artigos e textos abordaram a implantação da autonomia didática como uma das principais propostas que complementava a reforma na educação no início do governo provisório e da gestão de Lourenço Filho. Todos os artigos, de alguma forma, tentavam contemplar e atrelar a assistência técnica à autonomia didática, ao mesmo tempo, transmitia-se a ideia de que todas essas transformações que ocorriam naquele momento eram inéditas ou seriam aplicadas de forma mais eficiente e competente do que as gestões anteriores. Para iniciar a bateria de artigos sobre a autonomia didática a revista usou as suas páginas para veicular algumas impressões do professor Romeu A. Camargo⁴⁹, como pode ser verificado no quadro 4.

Por meio desses títulos Lourenço Filho coloca a revista *Escola Nova* a serviço do projeto Sociedade de Educação de São Paulo e da representação de sociedade e nação do governo provisório, pelo menos, era o que se tentava demonstrar. Para instigar uma sensação de consenso em torno do ideário, nada melhor do que convidar ou convocar professores que partilhavam da mesma ideia de reforma que a revista veiculava. Como exposição do empenho da Diretoria Geral, a revista apresentava a entrevista de Romeu A. Camargo afirmando que:

A Directoria da Instrução Publica, partidária da autonomia didactica, nesta phase de reconstrução por que estão passando os vários ramos de administração já iniciou um trabalho nesse sentido solicitando dos programmas de ensino seus.

Como isso tem sido mal compreendido, por grande parte do magistério, solicitamos ao prof. Romeu A. Camargo, diretor do Grupo Escolar São Joaquim algumas informações sobre o assumpto (*ESCOLA NOVA*, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.294).

Pelo excerto acima pode-se ter uma ideia de como o diretor geral estava se empenhando em construir um discurso hegemônico em torno da autonomia didática e da responsabilidade do professor, já que, segundo o editor da revista, a proposta de

⁴⁹Verificar no quadro 4 a coluna de *Autoras e Autores*.

conceder liberdade “tinha sido mal compreendido” por parte dos docentes. O que pode indicar também uma forma de resistência por parte do professorado às medidas impostas da Diretoria Geral de Ensino. Nesse sentido, transferia-se para o interlocutor, no caso, o docente, a falha na compreensão da medida. Por outro lado, pode ser entendido como um artifício para, caso não houvesse êxito na aplicação da proposta, o responsável já havia sido escolhido. Para desfazer qualquer interpretação equivocada, foi convidado para iniciar essa parte da seção um “especialista” no assunto da própria Sociedade de Educação de São Paulo, um professor considerado de renome pelos seus pares para elucidar o que se tratava os programas escolares.

É dessa forma que Lourenço Filho inicia a veiculação das publicações e republicações sobre a autonomia didática. O professor Romeu A. Camargo surge para reforçar a responsabilidade do professor na implementação da autonomia didática, em *Qual a sua Atitude em face da autonomia didactica?*⁵⁰ ele afirma que:

- “Respeitador da liberdade de consciência e de pensamento, “fonte e condição de todas as liberdades”, na judiciosa expressão de Jules Simon -, não posso conceber “sciência da educação” sem autonomia didactica. Absurdo inconcebível o querer separar a sombra do corpo. Mas, pelo facto de ser absurdo, não se infere que a autonomia didactica haja sido respeitada, no sentido que a vossa pergunta comporta (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.294).

Como resposta a essa possível resistência do professorado, ao trazer em suas páginas algumas impressões do professor Romeu A. Camargo como início do conjunto de artigos sobre a autonomia didática, a revista deixa explícito o propósito de convencimento do que estava sendo exposto nas colunas da seção. O entrevistado, por sua vez, também recorre a especialistas, no caso, Jules Simon, para atribuir legitimidade ao seu discurso veiculado no impresso. Dessa forma, pretendia-se construir uma rede de autoras e autores nacionais e internacionais para serem contemplados no circuito de articulistas, estampando os seus nomes na seção *Através das Revistas e Jornais*.

Embora Lourenço Filho não reconhecesse o papel de Sampaio Doria na construção de uma pedagogia que contribuía com o pensamento escolanovista, o diretor da revista expõe outros nomes que, apesar de não ser possível perceber a participação no ideário da Escola Nova, não obstante, tiveram um papel atuante na Sociedade de Educação de São Paulo. No caso de Romeu A. Camargo o seu nome aparece apenas na primeira fase da entidade privada paulista, não se sabe o motivo

⁵⁰Verificar o quadro 4 na coluna *Subtítulos*.

pelo qual o seu nome não está no ressurgimento da Sociedade de Educação em 1927, depois de um tempo de inatividade. Mas o que parece, as relações entre Lourenço Filho e Romeu não estavam estremecidas e nem abaladas, já que é um nome que reaparece na edição de mar-abr/1931 ao abordar como tema central a aplicação de *Testes* no ensino.

No trecho do texto de Romeu é evocado, mesmo que de forma tangencial, o método analítico que motivou tantas controvérsias e embates durante a década de 1920. O professor do Grupo Escolar São Joaquim enfatizou o viés científico da autonomia didática, algo que já era levantado por Sampaio Doria, e também alvo de tantas controvérsias à época. Doria, como apontado em outro momento da dissertação, embora defendesse de modo contumaz o método analítico, especialmente pelo seu recorte científico, a implantação do método se contrapunha aos princípios da autonomia didática. Isso acontecia não pelos princípios do método, mas porque, para ele, naquele período, o método analítico estava sendo imposto pela Diretoria Geral de Instrução, retirando qualquer tipo de “liberdade” que era necessário para o professor realizar de forma eficiente o seu trabalho. Para Doria era incompatível com as premissas da autonomia didática a imposição de se aplicar não somente o método analítico, mas qualquer outra forma de interferência no trabalho do professor. Para corroborar com o pensamento de Doria, Romeu A. Camargo assinala que:

É um mal que deitou raízes profundas, esse de reconhecer autonomia didáctica somente nas autoridades superiores do ensino. Mesmo nas altas esferas da direção do ensino a chamada “autonomia” não passava de “utopia didáctica”, semelhante aos tratados internacionais, que são firmados no Direito Internacional Público e Privado, e este Direito com fundamento na “soberania” das nações. Assim no campo do magisterio. A falta de autonomia é que tem tornado o professor carecente de estímulo e de entusiasmo. Nada mais humilhante do que a imposição de formulas traçadas pela engenharia rabuleja dos “gabinetes”. Burocratizou-se, há largos anos, a direção do ensino. E vem a calhar este verbo gerado pelo substantivo “burocrata” – “individuo muito compenetrado e vaidoso da importância do seu cargo” – porque outro não tem sido o aspecto assumido pela autocracia didáctica...(ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.294).

Nessa exposição do professor Romeu a autonomia didática deveria ser uma busca incessante das autoridades políticas e educacionais ocupantes do poder no início dos anos 1930. Ao constatar que não houve em momento algum a aplicação da autonomia didática em nenhuma área humana, automaticamente, atribui a responsabilidade às gestões anteriores por não conseguirem aplicar a proposta de “liberdade” ao trabalho docente, criticando as imposições praticadas pelos diretores em adotar os programas. Podava-se, dessa maneira, na visão de Dória, qualquer tipo

de criatividade, entusiasmo, iniciativa e estímulo por parte dos professores. Segundo Romeu, essas obrigações aprofundaram a burocratização do trabalho dentro da sala de aula, assim, mais uma vez, reposicionava-se a responsabilidade às administrações que os antecederam, como pode ser verificado na continuação de sua exposição:

Era necessária esta digressão, que não sáe muito do círculo do assumpto. Infelizmente, quando surgia um administrador versado na sciencia da educação, com excelente programma a executar, de duas uma: ou não encontrava meios e recursos de que necessitava para fazer uma administração de verdade (v. g.: ampla liberdade de acção, recursos financeiros, etc.) e nesse caso mettia o chapéo na cabaça e saía “de pé”, - ou tinha que mimetizar-se, numa transigência incompatível com o apostalado. Regime do comodismo de occasião...(ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 294).

É importante salientar que no auge das discussões entre Sud Mennucci e Renato Jardim em torno do método analítico e da escola ativa levantou a questão dos poucos recursos financeiros que a administração pública destinava à educação, criticando a economia realizada que, segundo Mennucci, tinha sido a regra do poder público. Nesse sentido, para ele, “os professores paulistas realizaram o milagre de tornar as suas lições atraentes e procuradas, queridas e amadas” (Revista Educação, v.11, n.3, jun./30, p. 389 apud NERY, 2010, p. 211). Na visão de Mennucci, apesar de todas as adversidades do ensino paulista, os professores conseguiram superar os obstáculos, questionava-se, ao mesmo tempo, se era necessário a incorporação de métodos estrangeiros, já que, devido as peculiaridades da realidade de cada país, os resultados não seriam animadores, não passando de mera imitação. É importante salientar que, a medida que ele exalta a atuação dos professores em superar os percalços da falta de recursos, a responsabilidade deles também é proporcionalmente maior, não diferindo, por essa perspectiva, da concepção de liberdade defendida na revista. Mennucci apontava que “se devemos nós andar atrás de fórmulas e receitas alheias, quando o nosso caso em nada se parece com o daqueles que pretendemos imitar?” (Revista Educação, v.11, n.3, jun./30, p. 389 apud NERY, 2010, p. 211).

Esse caso foi abordado no capítulo II dessa dissertação e merece ser retomada nesse momento dada sua relevância para redimensionar a força da fala de Romeu A. Camargo no início da administração de Lourenço Filho e do governo provisório. Lembrando que a discussão ocorreu há um pouco mais de um ano, em 1929, provavelmente, os ânimos estavam latentes. As divergências entre os dois membros da Sociedade de Educação de São Paulo ganharam as páginas da antecessora da

revista Escola Nova, a revista Educação, e dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de São Paulo.

O problema da ineficiência dos administradores em colocar em prática os programas escolares e, por conseguinte, a não viabilidade da aplicação da autonomia didática, mesmo imbuído do rigor científico da educação, ocorriam, na visão do autor do artigo, ou por falta de recursos materiais ou era para mimetizar o que se praticava no do exterior. Nesse sentido, a sugestão de Romeu ao administrador público, no primeiro caso, deveria sair do cargo, na outra situação ele considerava como comodismo por parte das autoridades. Assim, o discurso de Romeu se aproximava com o de Mennucci e se distanciava dos argumentos de Renato Jardim. No entanto, o ponto que pode causar alguma confusão em relação aos discursos e o projeto defendido pela revista era que naquele momento, em 1929, Mennucci rechaçava as iniciativas escolanovistas e, embora, Renato Jardim não fosse defensor incondicional da pedagogia renovadora, ele era muito próximo de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo e não se contrapunha contundentemente à corrente pedagógica, o que afasta a hipótese de racha na relação dos três. Mennucci afirmava ainda em 1929 que:

Agora não há escola ativa, porque nem todos os campos em que se divide a atividade didática receberam igual influxo e, portanto, igual impulso renovador e muita coisa continua necessitada de correção, reajustamento e reforma (...) Entretanto, a um aparelhamento escolar que se esforça, apesar de todas as suas dificuldades pecuniárias, de ser atraente e interessante, e o consegue; que adota para o ensino das disciplinas mais pesadas, aquelas que constituem, queiram ou não, as matérias básicas de toda a aprendizagem, leitura, escrita e cálculo, os expedientes didáticos mais consentâneos com o desenvolvimento do espírito infantil, expedientes que a escola nova não ultrapassou nem ofereceu melhores, a um sistema desses eu não poderia dizer que seguia métodos ativos, porque o vocábulo adquiriu, em matéria educativa, um sentido especializado e possivelmente restrito, mas poderia sempre dizer que seguia métodos dinâmicos, isto é, que trazem a agitação a inquietude do educando, que lhe dão, pela suavidade com que aprende, a vontade de aprender mais, movido por um impulso interior em que a disciplina antiga e antiquada nada tem que fazer (Revista Educação, v.11, n.3, jun./30, p. 389 apud NERY, 2010, p. 212).

Mennucci apontava, mais uma vez, sua insatisfação em relação as debilidades estruturais em adotar algo que se aproximasse ao pensamento de ensino ativo com aplicação limitada por fatores econômicos, causando desigualdades nas iniciativas dessa pedagogia nas escolas paulistas e do que se praticava até aquele momento em 1929. Nesta postura, ele tentava pontuar o que era praticado nas escolas paulistas apesar de não se relacionar com as ideias ativas de ensino, entretanto, carregava um dinamismo que se aproximava com o que era considerado mais avançado em matéria

de educação. Por outro lado, estabelecia-se os limites do ensino escolanovista e expunha as falhas dos defensores da pedagogia renovada na tentativa de implantação do ideário escolanovista. Assinalando que Sud Mennucci aparece na relação de sócios da Sociedade de Educação de São Paulo em sua segunda fase, embora Renato Jardim tivesse especulado sobre a saída de Mennucci ainda quando discutia com ele pelos jornais da grande imprensa. Romeu A. Camargo também fez parte da entidade em sua primeira fase.

Ao descartar qualquer tipo de divergência entre Renato Jardim e o grupo da revista *Escola Nova* e, o que tudo indica, não houve nada nesse sentido, pois no início de 1930 Jardim trocava correspondências com Fernando de Azevedo, ratificando os laços estreitos entre eles. Quando se traz o discurso de alguém que aparentemente era opositor do ideário escolanovista, o reatualizando na seção *Através das Revistas e Jornais*, abre-se a possibilidade de entendimento de parte da estratégia e do propósito do grupo que comanda a revista. Assim, nesse momento, o que se pretendia era atribuir centralidade na construção de uma administração que se mostre inovadora e, para isso, era necessário estabelecer o que era “velho”. Para desfazer alguma idiossincrasia ou incoerência, omitia-se os nomes de alguns políticos, educadores ou até mesmo técnicos que haviam atuado em diretorias de ensino e em reformas de ensino que criticavam e se posicionavam contrários às iniciativas de Lourenço Filho.

Romeu A. Camargo, em seu texto, realizou essa tarefa de realocar “cada um em seu lugar”, o “velho” era reservado às administrações anteriores, nomes não eram citados e nem referenciados, pois poderiam, com o seu histórico, comprometer o projeto defendido na revista *Escola Nova*. Com isso, o editor pode se apropriar de iniciativas do passado consideradas arejadas, as requeitando naquele momento, ao mesmo tempo, não comprometia a coerência das medidas que estavam sendo implantadas. Esse processo é adotado em todos os números do periódico. Para lograr sucesso, o grupo que controlava a revista operava com a debilidade da circulação de informação das políticas adotadas no início da década de 20, além de subestimar o seu público-leitor a quem o periódico era destinado.

O próximo artigo é de autoria do próprio Lourenço Filho. *Em Autômatos*⁵¹ o diretor geral expõe as suas impressões sobre a autonomia didática, apresentando qual a sua concepção de “liberdade” e a política desenvolvida em torno da proposta

⁵¹Verificar a coluna *Título* do quadro 4.

de autonomia didática em São Paulo. Por essa perspectiva Lourenço Filho assinala que:

- “O professor tem sido tratado como simples automato, e não se viu ainda autonomia no automatismo. Examine-se o programma; analyse-se o horário; attente-se para a formação das classes; observe-se a distribuição selectiva das classes analfabetas. Ahi não encontrará um resquício sequer, da influencia do respectivo professor – tudo saiu acabadinho dos “gabinetes”. O professor regente, o professor actuante, esse nunca, jamais foi ouvido ou consultado. Opinião? Parecer? Isso era lá com as autoridades “competentes”. Dahi essa série infindável de “reforma da instrucção”, cada qual com o seu cunho verdadeiramente “deformador”, porque as competencias, os valores que honraram o nome de S. Paulo, viviam nas solidões do banimento...

Felizmente chegou o dia das concretizações. O professor é chamado a ocupar o seu lugar, não se lhe pedem contas do “systema” que “deseja” seguir. Agora ouve o professorado aquillo que so podia ouvir em sonhos: “A obra da educação é, antes de tudo, uma obra de liberdade. Sem ella, não há professor capaz. Mas, entendamo-nos. Liberdade esclarecida pelo conhecimento, não embrutecida pela superstição e pela rotina. Liberdade para criar num sentido positivo, dominada por um ideal superior. Não será outra a liberdade que o professorado de São Paulo espera, e não será outra que elle terá. A assistencia técnica, sem imposição alguma de systemas, mas capaz de estimular cada professor a criar o “seu systema”, attenderá a este ponto, de maneira efficiente, dentro de muito pouco tempo”. O que desde já se pede é que os mestres, que é que os mestres, que haviam abandonado os livros, recommencem a estudar, recommencem a pensar, volvam o pensamento para a “experiência adquirida”, retomem a consciência do bem QUE DEVEM FAZER pelo bem QUE PODEM FAZER “Promettemos ao professorado paulista, novas condições de trabalho, num ambiente de estímulo e de incentivo. Não pouparemos esforços neste sentido. E prestamo-lhe a maior homenagem que lhe podemos prestar, declarando, sem vacilações, que confiamos nelle, na sua intelligencia, tantas vezes provada, e em seu patriotismo, jamais desmentido”.

São palavras do director geral, dr. Lourenço Filho, professor cathedratico de Pedagogia e de Pysichologia (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 295).

É importante salientar por essa longa explanação realizada pelo diretor geral a tentativa de construir, inicialmente, uma defesa incondicional da liberdade do professor, expondo as medidas a serem adotadas e o seu grau de amplitude, espraiando-se para a elaboração de programas de ensino, passando pelo o horário das aulas alcançando a escolha de salas e que, até aquele momento, toda a organização da escola se realizava sem a participação e colaboração dos professores. As decisões eram tomadas de cima para baixo, de modo que os maiores afetados, os docentes, não pudessem influir nas políticas públicas da educação e, tampouco, na dinâmica interna da escola. As inúmeras reformas que haviam acontecido até aquele momento apenas serviram para deformar o ensino, relegando os principais artífices que, segundo Lourenço Filho, “honraram” São Paulo, ao isolamento. Ou seja, fazia-se a defesa dos professores que tinham sido entregues à própria sorte e, ao mesmo tempo, em que criticava-se as diretorias que

o anteriores e as suas reformas educacionais anteriores por não valorizarem os docentes, a Reforma de Sampaio Doria de 1920 era uma das reformas mais criticadas.

Tanto Lourenço Filho como Romeu A. Camargo bebem na mesma fonte de Sampaio Doria. As ideias trazidas no excerto reapresentam a forma como Doria entendia a liberdade da atuação dos professores na sala de aula e, mais do que isso, ressalta-se a cientificidade da autonomia didática. A “liberdade esclarecida pelo conhecimento” apenas reforça a responsabilidade do professor na busca do seu próprio aperfeiçoamento, e a assistência técnica ofereceria todo o respaldo “científico” para evitar qualquer tipo de contestação em relação ao que estava sendo aplicado. Quando Doria propôs na Reforma de 1920 a autonomia do professorado em desenvolver o seu programa de ensino e também de ter algum poder de decisão nas políticas pedagógicas que seriam adotadas, houve uma série de críticas, principalmente de veículos da grande imprensa cuja argumentação era que o professor não era competente tanto profissionalmente como tecnicamente para praticar a “liberdade” que a sua profissão exigia, por essa perspectiva, nada mais prudente que o Estado interviesse no trabalho do professor (MATHIESON, 2017, p. 187).

Nesse momento, Doria questionava qual era a função das Escolas Normais senão a de tornar os docentes aptos para a profissão escolhida. Não muito diferente do que acontecia com o artigo de Lourenço Filho, Doria apareceu com outra objeção se o “Estado desejava um professor autônomo ou autômato, isto é, bonecos e fantoches ou professores críticos “capazes de discernir”? No entanto, tudo deveria ser orientado e regido pelas leis e verdades científicas. Exercendo, de alguma forma, um certo engessamento na atuação do professor. O que se realiza tanto no momento da implantação da Reforma de 1920 quanto nos artigos sobre a autonomia didática é a desconfiança em conceder a plena autonomia ao professor e, em ambos os casos, deveria existir algum tipo de controle na atuação dos docentes, seja pelas leis científicas ou por um departamento ou setor instituído na Diretoria Geral denominado de assistência técnica, não menos legitimado pelo rigor científico, objetividade e neutralidade (MATHIESON, 2012, p. 131).

Dessa maneira, por mais que defendessem a liberdade do professor por meio de artigos, leis e normas, imediatamente em seguida teorizava-se que era o dever do professorado a prática da autonomia no escopo da ciência ou que os inspetores

técnicos forneceria a assessoria necessária na formulação de um adequado programa escolar no rigor científico, efetivando, por sua vez, o aumento do controle e da responsabilidade sobre o mesmo.

No texto de Lourenço Filho se procede a convocação dos professores a retornarem aos livros, ao conhecimento. A tentativa é de demonstrar que o docente também teve sua parcela de responsabilidade na estagnação e até no retrocesso do ensino paulista até aquele momento. Ele reforça que a partir de então as reformas teriam suas energias concentradas para o fornecimento de todo o respaldo e suporte ao professorado, chegando até prometer ao público-alvo da revista que Diretoria se empenharia para ao alcance do objetivo. Desse modo, caso houvesse falhas ou até mesmo fracasso na implantação do projeto, no mínimo haveria uma divisão de responsabilidade, ou seja, parte dos erros cometidos seria também dos professores.

Ao colocar em caixa alta as frases QUE DEVEM FAZER e QUE PODEM FAZER, a estratégia do editor é de ordenar e cobrar uma atitude de pró atividade dos docentes que, para Lourenço Filho, havia abandonado o aperfeiçoamento. A operação engendrada pelo editor da revista era de transmitir a mensagem de que todos os esforços estavam sendo mobilizados pelas autoridades políticas e que os professores tratassem de fazer o que lhes cabia, que era “voltar aos livros, estudar e a pensar”. Isto é, a mesmo tempo que se pedia o envolvimento dos professores em todas as áreas da educação desde elaborar o horário, passando pela formulação das salas, entretanto, o lugar reservado ao professor era debruçar-se sobre o exercício teórico.

No final dessa primeira parte do texto, o diretor geral ao assinalar o “espírito” patriótico que os professores estavam imbuídos, apela para o sentimento cívico de cada docente para colocar o projeto da revista em ação. Assim, ao invocar os afetos do público-leitor, com uma atitude de precaução, se pretendia fomentar uma ação aglutinadora do professorado para a construção de uma “nova” sociedade, caso houvesse alguma discordância em relação às iniciativas da Diretoria Geral e até mesmo do governo provisório, por dever patriótico, os professores como qualquer cidadão deveriam se manter fiel às medidas que estavam sendo adotadas.

A revista Escola Nova além de instigar o “espírito” patriótico no seu leitor, com o propósito de viabilizar as premissas do seu ideário, enxergava nas transformações tão propagadas das reformas nas páginas do periódico uma oportunidade de demonstrar um falso clamor, se não de todos, mas de grande parte do país na

construção de uma nação que valorizava a educação como o eixo transformador da sociedade. Por essa perspectiva, o recado para o leitor da revista era que ele deveria fazer parte também dessa grande mobilização na retirada do país da estagnação.

Na continuidade desse mesmo artigo, mas sob o subtítulo *As Respostas do Director Geral da Instrução Publica*, Lourenço Filho afirma que os professores da escola que era diretor estavam elaborando um projeto-programa das matérias que deveriam ser ensinadas e, segundo ele, lhes eram assegurada a plena “autonomia” e não ignoravam que a “liberdade” tinham o limite do que era “lícito”, entendendo que liberdade tinha o limite na “liberdade alheia”.

Este pensamento sobre a liberdade foi bastante explorado por Herbert Spencer um dos filósofos que contribuíram na construção da reflexão tanto de Sampaio Doria como de Lourenço Filho. Ao que parece, outros membros da Sociedade de Educação também foram influenciados pelas ideias de Spencer. Embora se perceba a concepção de liberdade defendida por Lourenço Filho, por outro lado, não fica claro qual é esse limite do outro e até aonde a liberdade do outro poderia ir. Ao não explicitar o o que pode ou deve ser o limite da liberdade do professor, Lourenço Filho ou a Diretoria Geral na figura da assistência técnica, é quem iria arbitrar e definir os limites do que é liberdade e, dessa maneira, interviria de forma decisiva no trabalho e na participação do professor na educação. Por sua vez, a responsabilidade de usar a liberdade é do indivíduo, no caso, do professor e assim:

Cada professor se empenha por que o seu programma seja feito não para ornamento, mas para ser executado; é ele próprio que responderá pela execução do programma. É, como vê, a libertação do dogmatismo ankylozador a que estava junjada a nobre classe (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p. 295).

O curioso é perceber que o viés autoritário do pensamento de Lourenço Filho e do grupo que comanda a Diretoria Geral de Ensino se revela em meio a tentativa de transparecer democrático. Algumas vezes a operação parece ser bem-sucedida, pois a defesa da liberdade do professor parecer ser uma questão *sine qua non* na construção da educação escolanovista defendida na revista. No entanto, rapidamente, a construção teórica em defesa da liberdade realizada anteriormente é desfeita, desenvolvendo uma outra formulação teórica na tentativa de relativizar a autonomia do professor. Outro dado importante é que por algumas vezes as palavras liberdade e autonomia aparecem com aspas, como foi o caso desse texto de Lourenço Filho publicado no jornal Correio da Tarde. Ao que tudo indica, o autor do

texto pretendia transmitir a ideia de que tanto a autonomia quanto a liberdade com aspas, pelo menos nesse texto, não seriam defendidas incondicionalmente ou sem restrições. As aspas demonstravam ressalvas na prática da autonomia e da liberdade do professor que, por sua vez, deveria exercê-las com parcimônia, moderação e, sobretudo, com responsabilidade. Na continuidade do seu texto cujo subtítulo é *A Autonomia do Professorado tem de se Amoldar às Ideias da “Escola Nova”*⁵²? Lourenço Filho opera com a dubiedade em que ao mesmo tempo convocava o professorado para ação e arcar ao ônus que isso poderia acarretar, por outro lado a Escola Nova aceitaria e congregaria todas as autonomias. No entanto, deveria de conformar ao que os escolanovistas concebiam sobre o que deveria ser a autonomia. Nesse sentido, em um tom enfático, Lourenço Filho defende o caráter participativo e “democrático” da Escola Nova dizendo:

-“Perdoe-me pela resposta: acho que a “escola nova” é como a “nova escola” pregada pelo Chrsto: dentro do círculo da sua doutrina cabem todas as escolas, todas as ideias, todos os princípios, não prevalecendo diferenciação racial, credos religiosos, cores políticas...
Ao meu vêr, a escola nova” é a escola das autonomias. Basta que eu vos diga: a imobilidade é o absurdo dos absurdos no conceito da “escola nova”, ao passo que era a característica da nossa escola tradicional. A “escola nova” é a nova floração do pensamento pedagógico. É o golpe de morte nessa pedagogia de “fachada” – para me servir do feliz neologismo do sr. Macedo Soares. É o que nos afirma a nova orientação que está sendo imprimida ao ensino. Do “Correio da Tarde”, de S. Paulo. (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov/dez 1930, p. 295).

Desse modo, ao afirmar que a escola nova aceitava todas as autonomias o que se admitia ao fim e ao cabo era apenas uma autonomia, a da escola nova. Os professores deveriam elaborar programas escolares que contemplassem as diretrizes defendidas pela escola nova, mas também pela concepção de educação que Lourenço Filho e o grupo que orbitava a Diretoria Geral de Ensino e as edições da revista Escola Nova. Para corroborar com a estratégia adotada pela revista e por Lourenço Filho, convocou-se novamente uma professora da rede, Vicentina de Carvalho, na tentativa, como comentado anteriormente, de atribuir autoridade e legitimidade aos argumentos levantados no decorrer da seção e, principalmente, ao discurso anterior apresentado pelo diretor geral. O artigo de Vicentina de Carvalho vem acompanhado do subtítulo *A autonomia didactica e as dificuldades do ensino*⁵³ cujo título principal é *Em Torno da “Autonomia Didactica”*⁵⁴. Para abrir o texto da

⁵²Idem.

⁵³Idem.

⁵⁴ Verificar a coluna *Títulos* do quadro 4.

professora, o editor da revista aponta as realizações que estavam sendo imprimidas pelo Lourenço Filho logo nos primeiros dias de sua administração, adotando “diversas medidas” para transformar substancialmente os rumos da educação paulista, enfatizando o seu alinhamento com as modernas doutrinas pedagógicas. O editor do impresso admite que o assunto é um tanto quanto controverso, dessa maneira, os argumentos da professora é posicionado dentro da seção com a função de desfazer as divergências em torno do tema. Assim, a questão se a autonomia didática não aumentava as dificuldades do ensino foi respondida pela professora Vicentina de Carvalho, dessa maneira:

- O ensino fundado na autonomia didactica é muito trabalhoso. O professor precisa ter um solido preparo psychologico, methodologico, etc., e ser bastante senhor de sua profissão. Isso importa num estudo continuado e eficiente, de maneira tal que a autonomia possa ser exercida com real competência.

O ensino, pelo systema vigente, é muito comodo para o professor. Verdadeiramente, a sua função é quase a de uma machina; limita-se a receber um programma organizado, onde o ensino é dividido em doses que devem ser ministradas a horas certas, de maneira tão forçada, tão artificial, que leva as crianças a se desinteressarem completamente pelo que devem aprender. (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.295).

Uma profissional que lida cotidianamente com a sala de aula e com as atividades da educação aproximaria das ideias da revista aquele leitor que ainda alimentava alguma dúvida ou contestava algum aspecto da proposta de autonomia didática. E, principalmente, atribuía força ao restante do ideário defendido pela seção e por toda revista.

Vicentina de Carvalho por vivenciar as situações pelas quais boa parte do professorado passava, conferia legitimidade aos argumentos apresentados em seu artigo, aos textos anteriores e também aos que vieram depois, num movimento de complementação. Se até aquele momento ainda persistia algum tipo de dúvida em relação ao que estava sendo exposto sobre o tema, nada melhor do que apresentar os argumentos de alguém que estava no dia a dia da educação, no caso, a professora. Para isso, era pouco relevante se a Vicentina de Cravalho constava como sócia da Sociedade de Educação de São Paulo, ao que parece, para esse artigo em específico, com a intenção de passar credibilidade e isenção, algo que contribuiria para a consolidação seria a veiculação do discurso de uma agente que não tivesse envolvimento com a instituição privada.

A seção *Através das Revistas e Jornais* quando traz em suas páginas uma professora que “culpabiliza” o seu colega pelo comportamento cômodo proporcionado

pelo sistema educacional que vigia naquele momento, as transformações políticas que atingiam o país nos finais de 1930 abriam a possibilidade perscrutar o modo como parte dos agentes envolvidos na educação e o grupo que controlava a revista representava o professorado. A partir da análise da seção se percebe a veiculação não apenas do ideário da revista, mas o desenvolvimento de uma concepção de sociedade e educação que opera com professor como eixo da transformação do país. Para isso, era necessário desenvolver todo um aparato para que esse professor fosse convencido desse seu papel transformador da sociedade. A arregimentação de articulistas, de textos, de especialistas e de professores compunham o esforço dentro da revista para construção e/ou demonstração de um cenário desejado pela Diretoria Geral de Ensino e do governo provisório no qual transmitisse a sensação de que mudanças significativas, se não estava ocorrendo naquele momento, convergiam nesse sentido. Ao eleger a educação como um dos maiores problemas do país escolhia-se também o professor como o responsável principal para a implantação do projeto defendido por Lourenço Filho.

O diretor geral imputou à omissão da elite intelectual e econômica como uma das falhas do início da república. Se fazia necessária a correção de rota para fazer com que o país entrasse no caminho do progresso e integrasse o grupo das nações “civilizadas” do ocidente. As autoridades e os técnicos educacionais envolvidos no projeto escolanovista ocupavam o lugar que lhes cabia, assim, o grupo que estava a frente do processo de regeneração da sociedade deveria aproveitar a oportunidade que surgia no início da década de 1930 originadas pelas transformações políticas.

Dispositivos e instrumentos capazes de assegurar o sucesso do projeto do grupo que estava à frente da editoração da revista Escola Nova foram defendidos nas páginas do impresso pedagógico. Assim, enquanto as duas primeiras edições do final de 1930 se preocuparam em apresentar do que se tratava o projeto político-pedagógico do periódico e quais agentes estariam na linha de frente para a efetivação do ideário, como se sabe, os docentes. No início do ano de 1931 a estratégia foi de demonstrar, por meio de uma diversidade de instrumentos discursivos e aparelhos de controle, a disposição da Diretoria Geral de Ensino e das administrações públicas para viabilização das reformas administrativas veiculadas nas páginas da revista. O próximo capítulo se ateve, principalmente, na mobilização desses instrumentos e aparelhos de controle que compuseram o discurso do grupo que comandava a revista Escola Nova.

Capítulo IV

Através das Revistas e Jornais: as páginas da seção na mobilização do projeto de educação e sociedade da revista Escola Nova.

O capítulo três apresentou como as páginas da seção *Através das Revistas e Jornais* desempenhavam e executavam uma das suas principais funções que era de consolidar e confluir a representação de educação, sociedade, escola, professor e da própria elite tinha sobre si. Assim, essa mesma elite intelectual que controlava a revista Escola Nova se via numa múltipla função, pois, concomitantemente à propagação das maravilhas da pedagogia “renovada” e da “liberdade” de atuação do professor em sua profissão, se defendia a aplicação do método analítico e o seu rigor científico baseado nas formulações de Hebert Spencer e, principalmente, articulava-se à defesa da autonomia didática o recurso da assistência técnica. O controle no interior da escola sobre o trabalho do professorado, dessa maneira, seria organizado pela mesma elite que elegeu a educação como o fator principal do atraso do país, e ao professor como agente fundamental desse projeto era revestido da missão em colocar em funcionamento essa engrenagem proposta pelo grupo de Lourenço Filho. Por outro lado, o ônus de um possível fracasso do projeto recairia na falta de comprometimento ou de incapacidade do professorado, como foi observado no decorrer do capítulo três.

O discurso autoritário defendido pela revista Escola Nova se mostra coerente tanto quanto a articulação da liberdade e do controle, pois quem deveria conduzir o país ao progresso era a mesma elite que havia falhado em sua “missão” no início da república. No capítulo quatro trataremos de discutir e analisar a defesa de instrumentos e instituições realizada pela revista que, segundo o seu discurso, contribuiriam na realização das reformas administrativas, por outro lado, aumentaria o controle e responsabilidade tanto do professorado como dos alunos.

Nesse sentido, Vicentina de Carvalho aparece justamente para realizar esse trabalho de expor a importância do papel do professorado dentro da escola, e que o empenho dele era crucial para o êxito do projeto escolanovista. A excessiva cobrança, demonstrada pelo número artigos em torno do trabalho do docente, servia também para instigá-lo e conscientizá-lo da sua função no grande projeto de sociedade e nação. Ao comentar sobre *A Fiscalização do Ensino*⁵⁵ Vicentina de Carvalho foi

⁵⁵Verificar no quadro 4 a coluna *Subtítulos*.

interpelada a responder sobre se a “liberdade” do professor causaria algum constrangimento ao trabalho de fiscalização dos diretores e dos inspetores, a professora afirmou que “certamente haveria”, sendo que não seria mais possível a “fiscalização de todos os atos do professor”, o foco passaria então para os “resultados”, por essa perspectiva a professora insistia que:

O ensino precisa ser acompanhado mais de perto pelos inspectores, afim de poderem verificar quaes os resultados dos processos de ensino adoptados pelos professores públicos.

A acção maior de fiscalizaçao será exercida pelos directores, os quaes, além de serem orientadores, terão de cuidar da finalidade educativa para que ella seja plenamente satisfeita.

Aqui será preciso muito cuidado para que não fique cerceada a autonomia do professor. (ESCOLA NOVA, vol.I, nº II e III, nov/dez 1930, p.295).

As gestões que antecederam a administração de Lourenço Filho, nos artigos sobre a assistência técnica, foram acusadas de não conseguirem estabelecer a separação entre o trabalho técnico do administrativo, e que o empenho da nova gestão e das mudanças realizadas pela Diretoria Geral de Ensino ocorreriam no sentido de estabelecer esse limite e tornar as funções do Estado e de suas instituições mais eficientes. Ao que parece, com a implantação dessas novas medidas, a fiscalização e controle aumentaria em torno do trabalho do docente, a separação dos serviços administrativos e técnicos que a gestão de Lourenço Filho iniciava seriam aplicados para terem condições ampliadas de supervisão do que seria realizado dentro de sala de aula.

Não é possível saber se o discurso sobre a eficiência era falso até mesmo porque, pelo desenvolvimento da dissertação, percebe-se que a argumentação em defesa da atuação do Estado para ser eficiente permeava as mentes de parte dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo, das autoridades políticas e da considerada elite intelectualizada e econômica do país. O que se sabe, no entanto, é que o mesmo argumento elaborado para defender que o Estado fosse mais eficiente se amoldava ao projeto de implantação da separação do que era considerado técnico do administrativo. Desse modo, as instituições que compunham Estado seriam aparelhadas pelos “técnicos” que trariam eficiência e objetividade ao serviço executado, se viabilizando junto ao corpo burocrático. E, finalmente, as duas instâncias (técnico e administrativo) se articulariam para assegurar o controle e a fiscalização da educação em sala de aula que, por sua vez, garantiria a execução de projeto de sociedade e de nação defendido nas páginas da revista Escola Nova.

Construía-se, dessa maneira, a representação sobre o professor na seção *Através das Revistas e Jornais*. Os artigos que se seguiram foram apresentados a fim de reforçar o que o discurso e a argumentação que os demais textos dessa parte da revista traziam. Alguns articulistas foram sócios da Sociedade de Educação de São Paulo como foram os casos de Romeu A. Camargo, Branca de Mello Canto e o próprio Lourenço Filho, mas também a seção foi ocupada por nomes que, embora não compunham o elenco de sócios da entidade, corroboraram com a tentativa de consolidar o ideário do periódico como ocorreu com Vicentina de Carvalho, Haydeé Bueno de Carvalho e Romeu de Pinho⁵⁶. A pedido do jornal *Correio da Tarde*, Lourenço Filho reiteram as questões aos professores convidados para responder às dúvidas republicadas na revista.

O questionário com as perguntas, pelo apurado, não teve sugestão de professores e nem de assinantes, até mesmo porque não havia espaço na revista para questões e sugestões para os leitores. Tudo indica que o questionário foi formulado pelo próprio diretor geral de ensino, pois, o jornal paulista havia solicitado que Lourenço Filho coletasse as opiniões do “magistério” sobre a autonomia didática. Apresentar o texto em estilo de entrevista foi o modo como o diretor da revista encontrou para questionar os seus professores, desse modo ele deve ter escolhido as questões que achou pertinente em realizar. Afirmando que o propósito da entrevista era para elucidar alguns pontos que eram considerados “fracos” da autonomia didática. Mas, “fraco” pra quem? Para os professores que não conseguiram compreender o objetivo da proposta? Para o jornal *Correio da Tarde* que não se mostrou simpatizante ao tema de concessão da “autonomia” ao professorado? Ou o próprio Lourenço Filho achava que as perguntas realizadas no jornal e republicadas na revista eram os pontos de divergências do corpo docente paulista?

Desse modo, as indagações parecem ter sido elaboradas pelo próprio Lourenço Filho que, na tentativa de dirimir as contradições, estabelecia a assistência técnica como meio de alcançar o sucesso do projeto, ao mesmo tempo em que se incentivava e propagava os benefícios de se executar a autonomia didática na educação paulista, servindo de exemplo ao restante do país, reforçando suas próprias intenções em efetivar as reformas baseadas na assistência técnica e na autonomia didática.

⁵⁶ Conferir a coluna *Autora e Autor* do Quadro.

Operava-se como instrumento discursivo o esforço de demonstrar a compatibilidade entre o “controle” e a “liberdade” para a efetivação do ideário desenvolvido sobre a sociedade. Pensamento no qual não se abriu mão em nenhum momento, nem nas reuniões da Sociedade de Educação de São Paulo, tampouco nas páginas da revista *Escola Nova*, o que tornava “possível” a veiculação e a defesa das formulações que numa análise acurada se contradiziam, mas que dentro das ideias que compunham o pensamento escolanovista fazia todo sentido. Concebida sob aspirações autoritárias, a entidade privada construiu um conjunto de adaptações possibilitando a coexistência, segundo alguns de sus membros, de tudo mais moderno em matéria de pedagogia, e que permitisse a viabilidade do projeto sobre a sociedade e país.

A decisão de abordar um tema específico em cada edição da revista, pelo que foi verificado, era de “esgotar” o assunto naquele número para o professor usá-lo como uma cartilha ou manual. Todas as edições intercambiavam os temas de outros números, o que facilitaria a aceitação e a apreensão dos conceitos abordados em exaustão. Outra possível intenção de Lourenço Filho era de tornar acessível os estudos e a consulta dos professores das edições da revista. Desse modo, ao abordar um tema em cada número, aquele professor que por ventura tinha dúvida sobre algum conceito que a revista tratou, caso havia adquirido a edição, teria facilidade em consultá-la.

Como pode ser verificado no quadro 4 as questões realizadas para as professoras Vicentina de Carvalho, Branca Mello Canto e Romeu Pinho foram as mesmas. As respostas também não diferiam muito uma das outras, com o propósito de transmitir ao leitor que, embora houvesse dúvidas no cômputo geral, entre os professores convocados para as entrevistas não havia dúvidas sequer divergências em relação às questões apresentadas pelo diretor geral. Assim, ao selecionar os “especialistas” para falar no jornal e na revista, se pretendia fechar questão em relação ao tema, subestimando o seu público. O que quebra essa sequência de perguntas semelhantes em relação a autonomia didática foi a entrevista com a professora da Escola Modelo da Pça. da República, Haydeé Bueno de Carvalho. Nessa entrevista, a professora abordou como o cotidiano do professorado, especificamente do terceiro ano, seria afetado. A professora explicou em suas considerações como aconteceria a aplicação do Método Decroly em suas aulas. O Método Decroly foi um dos pontos de ironia realizada por Mennucci sobre as ideias pedagógicas defendidas por Renato

Jardim ainda em meio às discussões sobre o método analítico. Na ocasião Mennucci se manifestou assim:

E a não ser que o seu modo de ver a respeito seja de considerar passivas todas as escolas que não apresentam o ambiente desordenado e inestético das classes do tipo Decroly, será muita vontade de negar deixar de reconhecer que nas escolas de São Paulo não existe absolutamente a passividade. Porque nelas, e muito antes que eu me dedicasse ao magistério, havia e persiste o lema “learning by doing”... (Revista Educação, v.10, n.3, mar./1930, p. 324 apud NERY, 2009, p. 206).

Sud Mennucci afirmou também que o Dr. Decroly colocou em prática algumas diretrizes da escola ativa, a despeito das críticas de Renato Jardim por meio das quais divergiam se o método analítico praticado nas escolas paulistas tinha a ver como um processo pedagógico ativo. Para Mennucci, não cabia o questionamento sobre o que acontecia nas escolas de São Paulo, já que até o próprio Decroly, criador do método que levava o seu nome, havia adotado elementos da escola ativa.

Lourenço Filho sabendo dos embates entre Sud Mennucci e Renato Jardim possivelmente orientou Haydeé para comentar sobre o método que pretendia aplicar em suas aulas, mesmo que na revista da Escola Nova apareça assinalado que a escolha da professora foi realizada pelo diretor João Brito da Escola da Pça. da República. Porém, mesmo sendo iniciativa da professora Haydeé em abordar o tema, a escolha dela para responder as questões não foi aleatória. O diretor geral ciente das discussões e divergências sobre o método analítico, e, tomando parte a favor de Jardim, efetuou dois movimentos ao conceder voz à professora. O primeiro é de reacender, como ocorreu em outras ocasiões, uma discussão promovida em 1929, e dar a última palavra em relação ao assunto, ao mesmo tempo o veicula dentro do tema da autonomia didática, com o propósito de indicar os métodos mais adequados para praticá-la, no caso, era o Método do dr. Decroly. Além de Decroly outros nomes aparecem como os favoritos do impresso produzido pela Diretoria Geral de Ensino, como foram os casos de Kerschensteiner e Ferrière. Ao fornecer os nomes que constam como defensores da pedagogia “renovadora”, a revista delimitou quem eram os autores e o especialistas autorizados para a construção dos programas escolares e da consolidação do discurso da autonomia didática.

Os três últimos textos da seção permaneciam conectados com o eixo temático da revista dedicado aos programas escolares e à autonomia do professorado, porém, de forma abrupta, quebra-se com o enfoque na “liberdade” do professorado, conduzindo o público-leitor aos próximos números do impresso pedagógico. A edição

de jan-fev/1931 se preocupou em destacar um viés moral à questão da saúde das crianças no ensino de São Paulo e dos habitantes do Brasil de forma geral. A partir dessa edição iniciou-se também a mobilização da diversidade de dispositivos que contribuiriam para a arregimentação do professorado na “missão patriótica” e, principalmente, assegurariam, com a implantação de instrumentos de controle, a efetivação do ideário escolanovista, vislumbrando a inauguração de instituições estatais como aparato de garantia de êxito do projeto de educação e sociedade.

4.1. Fechamento da edição de nov-dez/1930: assuntos amenos como estratégia de ratificação do controle da liberdade do professorado.

A revista, inesperadamente, como pode ser observado no quadro a seguir, ao dar prosseguimento aos textos dentro da seção ainda no número da revista de nov-dez de 1930, interrompeu a sequência de artigos sobre a autonomia didática, dedicando as suas colunas para o esclarecimento de outros assuntos, no entanto, pontuava-se a responsabilidade do professorado em relação ao projeto defendido no impresso. Ao rechear a seção com tema autonomia didática e iniciar e finalizar com temas periféricos, o editor fornece sustentação ao tema principal, o editor amarra o discurso em torno da ideia central, ao mesmo tempo em que espraia a argumentação em outros textos em torno da defesa da autonomia didática.

Quadro 5 – Continuação: Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de nov-dez/1930 da revista Escola Nova.

ParteIV

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Autora ou Autor	Assuntos
Nov-Dez/1930	28	15	14	Programas Escolares	Diário de São Paulo	Sobre as Caixas Escolares Paulistas	Sem assinatura	Arrecadação de fundos
					Diário Nacional	A Circular da Diretoria Geral da Instrução	Lourenço Filho	Esclarecimentos sobre a distribuição do Questionário
					O Estado de São Paulo	O Ensino nas Zonas Rurais	Abner de Moura	Ensino no interior

*Fonte: Quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

O editor da revista fecha essa edição com três assuntos que, no primeiro momento, não parece de grande relevância ao que foi proposto inicialmente, que era abordar a autonomia didática. No artigo *Sobre as Caixas Escolares Paulistas*⁵⁷ sem assinatura do autor, mas preservada a fonte original, se defende que as escolas criassem uma espécie de fundo financeiro para as crianças que não possuíam condições materiais para permanecerem estudando nas instituições escolares. Como é exposto no excerto abaixo:

As caixas escolares visam attrahir aos estabelecimentos de ensino as crianças que, por serem pobres, não estão em condições de frequentá-las. Faltando-lhes roupas, faltando-lhes calçado, livros e cadernos e, por vezes, alimentação suficiente, é indispensável que se lhes facultem esses recursos imprescindíveis. Do contrário, a obrigatoriedade escolar, tão necessária e instituída por lei, jamais poderá ser cumprida.

Dir-se-ia: ahi estão as caixas escolares para o fazerem, prestando, dest'arte, inestimável concurso à educação popular, - que continua sedo (sic) o máximo problema paulista, apesar dos progressos registados no ramo, - e até proporcionando meios hygiênicos ao educando. (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.301).

A escola serviria, segundo a ideia exposta no texto, para atenuar as diferenças sociais que acabava refletindo no interior da escola. Assim, a questão da responsabilidade voltava a ser defendido, agora imputando à instituição de ensino o dever de suprir as necessidades mais fundamentais dos alunos. Outro problema que, na visão do autor, também se cumpriria, era em relação à legislação, visto que a escola ao fornecer as condições mínimas para o aluno frequentá-la, não incorreria na transgressão da lei. Ao que tudo indica, a preocupação acontecia mais no âmbito moral do que uma real preocupação social com o atendimento da população de forma geral, além disso, foi exposto nesta declaração que um dos grandes problemas da educação paulista estava relacionado ao ensino popular, atribuindo à criação das caixas escolares a função fundamental de solução sanitária. A educação se dedicaria à obra de saneamento da população, um dos aspectos que compunha a construção do discurso escolanovista.

A iniciativa de viés moral se inseria num contexto em que a educação foi eleita como a principal responsável em posicionar o país no radar das nações “civilizadas”, mas, sobretudo, à escola era reservada o papel de “moldar” os comportamentos da população. A reorganização do ensino paulista por meio das reformas administrativas e técnicas na educação reatualizava o ideário dos membros da Sociedade de

⁵⁷Verificar o quadro 5 na coluna *Título dos Artigos*. A preferência se deu pela retirada da coluna Subtítulos, já que em nenhum dos três artigos trazia esteve acompanhado de subtítulos.

Educação de São Paulo no qual, dentre outros, defendia a erradicação da “vagabundagem” por meio do seu adestramento no seio da escola, preparando o aluno para lidar com as “liberdades autorizadas” por essa elite. Exemplo disso, pode ser verificado nas transformações apresentadas por Lourenço Filho ao assumir a Diretoria Geral adotando, desde o início, as reformas como o “carro chefe”, atingindo, principalmente, os professores na prática de sua profissão. Ao mesmo tempo, tentava-se demonstrar, na revista *Escola Nova*, que se arregimentavam o máximo de condições teóricas e materiais para conquistar adesão dos mesmos para o projeto da revista.

O periódico, no artigo seguinte, sob o título *A Circular da Diretoria Geral de Instrução* se dedicou em tentar justificar a atuação do órgão público na distribuição da circular para as escolas. Esse episódio foi bastante debatido em capítulos anteriores da dissertação, quando foi trazido outros trabalhos para auxiliar na análise do evento. Entretanto, dentro do tema central proposto pela revista para o seu público-alvo e sendo o próximo assunto na sequência, a veiculação da justificativa ou a contra resposta de Lourenço Filho servia como alerta aos professores que, até então, não havia aderido ao projeto propagado pela revista, principalmente para aqueles que participaram contra a Aliança Liberal e as tropas aliadas de Getúlio Vargas. O que se pretendia era deixar o seu público em sobre aviso caso não quisesse aderir ao empreendimento defendido pela seção, ainda que os esclarecimentos tenham ocorrido em direção de que não houve penalidades e exonerações aos professores. No entanto, ocorreram remanejamentos e contratações de docentes nesse período de reestruturação da Diretoria Geral e das escolas paulistas, alguns professores não retornaram ao seu posto de trabalho original. O artigo, por esse aspecto, mais do que esclarecer as questões da circular, pretendia utilizar o episódio como exemplo para os demais docentes, caso não aderissem ao projeto ou, ainda mais grave, caso se opusessem aos esforços que as autoridades estavam empregando para torná-lo viável. O curioso é que a discussão sobre a circular foi pinçada pelo editor para sair na edição que abordou como tema principal a autonomia didática, mesmo Lourenço Filho afirmando que não ocorria “caça às bruxas”, ficava o alerta para os demais que ousassem questionar as medidas a serem implantadas, o propósito era evitar qualquer tipo de mobilização dos professores contra as medidas.

E, finalmente, em *O Ensino nas Zonas Rurais*, último artigo da edição de novembro de 1930, criticou a gestão da Diretoria Geral que antecedeu a de Lourenço Filho.

Amadeu Mendes, o mesmo diretor geral que contribuiu para a realização da III Conferência de Educação no episódio da desistência da Sociedade de Educação em 1929, foi acusado de copiar modelos de escola rurais do estado vizinho, Minas Gerais. Sem entrar no mérito da acusação, o que o artigo de Abner Moura realizava em seu texto foi demonstrar a fragilidade das formulações de Mendes na justificativa de implantar algumas adaptações e mudanças na estrutura do ensino no interior do estado de São Paulo. Para Moura o que foi praticado pela gestão anterior não foi nada mais do que utilizar as instituições de ensino no campo como instrumentos para “politiquice”.

Vale lembrar que dentro da entidade privada paulista criou-se imagens e representações da realidade, mesmo havendo divergências entre os seus membros de como deveria ser operacionado o ideário da entidade, o ponto de convergência era que ao passado ficou estigmatizado como o repositório da estagnação e do retrocesso da nação. Assim, cabia ao presente identificar as mazelas que o passado havia deixado como herança e apontar as soluções para superá-las. As transformações que acometiam o país a partir das condições políticas criadas nos meses finais de 1930 traziam a “esperança” que o futuro, nas mãos desta “elite” consciente de seu papel de direcionar o restante da população, por meio da educação, seria próspero.

Abner de Moura, em seu artigo, expõe um pouco dessa imagem construída sobre a população do campo ao afirmar que:

O mestre da roça sujeita-se ao trato íntimo do caboclo anti-higiênico; come mal, dorme pior, picado de motucas, barbeiros e anófeles assassinos; se foge à canôas pererécas, cavalga matungos trotões; moço, de ordinário, inspirado da juventude que nem a toda hora é a melhor conselheira, vê, à frente, os mucambos do desencantado bandeirante, hoje herdeiro apenas de tendência andeja e da crueldade que caracterizou os pioneiros seiscentistas dos sertões. Surge-lhe o mestiço de beija-rra porcina, capenga, prognata, estrábico, lymphatico, negativo de vida.

Não trago reminiscências de Lobato. Vi o que o escritor não viu. Conheço as zonas ruraes de São Paulo nos aspectos mais característicos, tanto planaltina como da serra abaixo (ESCOLA NOVA, vol. I, nº II e III, nov-dez/1930, p.305).

Apesar de Moura assinalar que as representações desenvolvidas por Monteiro Lobato não influenciaram na construção da imagem da população do campo que ele descreveu, no entanto, o seu testemunho demonstrava que a figura do Jeca Tatu, personagem de Lobato que simbolizava a população brasileira preguiçosa, degenerada, apática, doente e degenerada, possuíam mais semelhanças do que diferenças. Nesse sentido, esse brasileiro que tinha todos os traços do personagem lobatiano e, deixado pelo passado como herança “maldita”, deveria ser transformado

e, dessa maneira, sendo inserido à “civilização”. Operação realizada pela mesma elite que escolheu a educação como o fator fundamental para processo de reconstrução do habitante brasileiro.

Pelo visto, a defesa de criação de escolas oficiais serviria também para conter a chegada da população interiorana às grandes cidades. Moura chegou a defender uma melhoria das condições de trabalho dos docentes do campo para não retornarem à capital muito cedo, a procura de condições adequadas de trabalho. A pretensão aqui não é discutir a variedade de propostas, discursos e representações que foram alimentadas desde o início da República a respeito do habitante da cidade e do campo e que influenciaram, de algum modo, na construção do pensamento e do ideário de autoridades políticas, educacionais e de outras áreas dos conhecimentos. Mas de apresentar, mesmo que brevemente, como as páginas da seção *Através das Revistas e Jornais* foram instrumentalizadas para a propagação de um “tipo” de habitante rural e citadino que seriam transformados pela educação, e, principalmente, de delimitar o passado recente como o repositório do desalento, desencanto e da desilusão, já o presente trazia consigo a superação desse das mazelas, à convocação da revista era necessário que todos se esforçassem para o sucesso do empreendimento.

O professorado foi escolhido como “soldado” para esse esforço “cívico-patriótico” na construção de uma nação em que a elite representada na revista conduziria e determinava a função e a responsabilidade de cada um na reorganização do Estado e da sociedade brasileira para superação do atual estado de coisas que o passado relegou ao presente. Presente esse que por herdar a degeneração do passado reabilitava a mesma “elite” que não cumpriu com a sua “missão” à época, instrumentalizando o passado para se legitimar como redentor do futuro.

A revista Escola Nova apresentava um elenco de autoridades, especialistas e órgãos de imprensa que se autorizavam e autoproclamavam como os condutores do país ao progresso. Dessa maneira, a tentativa era de se legitimar entre o seu público-alvo, se apresentando politicamente como agentes na disputa pela hegemonização do discurso propalado no periódico. Além disso, no caso dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo, a luta era por reconquista do espaço político perdido, esforço que já era realizado durante toda a década de 1920, sendo que no início dos anos 30 se apresentou recrudescido, pois com retirada de Washington Luís da presidência e o impedimento de Júlio Prestes em assumir a mesma cadeira, episódios

emblemáticos que possibilitaram o cenário para as mudanças acentuadas que o impresso da Diretoria Geral de Ensino foi submetido.

4.2. A saúde como instrumento de controle moral.

As edições seguintes da revista *Escola Nova*, como mencionado anteriormente, veicularam temas de relevância nas discussões e debates ocorridos na década de 1920 na Sociedade de Educação de São Paulo. As discussões em torno da saúde, testes, ensino profissional e cinema educativo foram abordados com o propósito de consolidar o pensamento em torno desses eixos temáticos, mas, principalmente, intercambiar as ideias sobre: as reformas administrativas em curso, a introdução da assistência técnica e a aplicação da autonomia didática. Nesse sentido, atribuindo aos textos vieses morais e, por outro lado, desenvolvendo um discurso de tecnicidade das políticas públicas em todos os âmbitos, e no caso do nosso objeto em análise, na área educacional, formando-se, ou pelo menos tentava-se constituir uma base de apoio para o estabelecimento das ideias convenientes para o grupo. Assim, a aproximação com as iniciativas do governo federal se tornava fundamental para obtenção de força nesse momento delicado pelo qual passava, politicamente, entidade paulista. Já que também, a Associação de Brasileira de Educação se beneficiou com as transformações políticas que assolaram o país nos finais da década de 1930, proporcionando relações estreitas entre o governo provisório e a ABE. Para isso, a educação fundamentada nos aspectos morais, sociais e sanitários foram levadas às páginas do periódico da Diretoria Geral de Ensino como elementos de básicos para o ensino que permitia um estreitamento ou a associação com as medidas do governo federal que seguiam nessa mesma direção.

O número de jan-fev/1931 chega às mãos dos leitores com o tema principal *Primeiro, A Saúde!* cujo item 3 do editorial de Lourenço Filho apresenta a importância do estudo da saúde na educação, dizendo que:

4. O esquema comportaria reflexões ainda interessante, como o de maior ou menor oposição entre os lados de triângulo que representassem os aspectos de organização social e moral. Quanto mais fechado fosse o ângulo que formassem entre si, maior progresso social, com menor oposição aos destinos morais de determinada sociedade. Ao contrário, quanto mais aberto, maior oposição entre as instituições sociais e os problemas morais. No caso limite, eles viriam a confundir-se com a base biológica, representando tão só a vida animal. Em qualquer caso, porém, e é isto que convém significar aqui, para o assumpto de que trata este número de *ESCOLA NOVA*, a base biológica é irreductível. Nenhuma preocupação pode haver de melhorar a vida, desde que a vida não exista, ou não ofereça

possibilidades de evolução (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 4).

A Diretoria Geral de Ensino depositava em dois pilares, na política sanitaria e na força moral, a sustentação da educação para que as “instituições sociais” também se desenvolvessem. Ao se referir, metaforicamente, aos ângulos do triângulo, Lourenço Filho resume as questões sociais mais latentes da sociedade brasileira na interligação aos aspectos morais e sanitários. Pela perspectiva dele, quando essa associação entre a saúde, a moral e o social se distanciavam, as possibilidades da nação permanecer na estagnação e a população continuar mergulhada na sua degenerescência aumentavam. À educação, representada em sua principal instituição, a escola, era conferida a responsabilidade de realizar a interligação entre os três pilares, diminuindo o ângulo dos vértices do triângulo, aprofundando o caráter sanitaria e moral na resolução dos problemas sociais do país.

O quadro 6 da edição apresenta como foram dispostos os artigos da seção *Através das Revistas e Jornais* sob o tema Saúde:

Quadro 6 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de jan-fev/1931 da revista Escola Nova.

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Subtítulo	Assuntos	Autora ou Autor
Jan-Fev/1931	21	10	7	Saúde	Folha da Manhã	Traças Pedagógicas No limiar da Escola Nova	—	Pedagogia	Theodoro de Moraes
					Folha da Manhã	No Limiar da Escola Nova	—	Pedagogia	Theodoro de Moraes
					Gazeta da Bolsa	Criação do Instituto Nacional de Educação Física"	Problema da Educação Física	Criação do Ministério da Saúde e Educação	Prof. Pierre Michailowshy
							A cultura Física do homem e da mulher	Gênero/Eugenia	
							Educação Física Feminina	Gênero/Eugenia	
							A nova educação		
					O Estado de São Paulo	A escola de mãezinhas	—	curso	Sem assinatura
					Folha da Noite	O desejo de esclarecer	—	Política institucional	Sem assinatura
					Correio da Tarde	Os nossos rumos dados ao ensino profissional	Os novos rumos	Reorganização pedagógica	Aprígio Gonzaga
							A parte forte da reorganização		
							O ensino vocacional		
					A Noite - RJ	Educação Física e Reforma de Ensino	Fala " A Noite" o professor Ambrósio Torres , da escola Wenceslau Bras e da Associação Brasileira de Educação	Educação Física	Ambrósio Torres
					O Diário de Notícias	A educação física, ramo da educação integral	—	Educação Física	Luiz Furtado Coelho
					O Diário de Notícias	As crianças e as desarmonias ambientais	—	Educação Física	C.M
					O Diário de Notícias	Pediatria	—	Adulto x Infância	dr. Malisson Saboia

*Fonte: Quadro realizado pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

A força do discurso veiculado no editorial do periódico e na seção *Através das Revistas e Jornais* na edição de jan-fev/1931 se espraiava por todas as páginas articulando as reformas e as demais medidas postas em execução com as transformações na Diretoria Geral e no restante do país. A valorização da saúde teria de vir aliada à educação moral adequada, caso as escolas não proporcionassem aos alunos o ensino nos moldes morais que as páginas da revista veiculavam, o projeto escolanovista não seria concluído por completo. A intenção era formatar o pensamento do professorado para que os programas escolares devessem trazer necessariamente o caráter moral da educação para se obter a saúde plena do aluno e, assim, superar os obstáculos sociais da sociedade.

O editor da revista encerrou o número anterior e iniciou o primeiro de 1931 disposto a abordar a “doença” da população que o passado relegou ao país como herança. O propósito da revista era preparar o leitor para a edição seguinte, apresentando as soluções para a superação daquela situação de estagnação e degeneração. O artigo de Abner de Moura diagnosticava a doença e apontava o caminho para as resoluções do problema no interior do país, contudo, a edição se dedicava não somente para o tema da saúde dos habitantes do campo, mas que as soluções chegassem à população citadina que era acometida pela mesma doença. A escola atuaria como a instituição que traria a “cura” às mazelas que atingiam a sociedade brasileira.

Pelo quadro 6 pode-se verificar a publicação em sete jornais diferente de artigos que se referiam ao tema proposto pela revista. A questão da saúde era bastante recorrente naquele momento, não sido debatido apenas pelos jornais tradicionais e pela área da educação, mas também aparecia em discursos de autoridades políticas, empresários industriais, engenheiros e médicos com alguma influência na reestruturação do país no início dos anos 1930. Desse modo, o discurso propagado na seção da revista Escola Nova também servia de eco do que estava sendo debatido entre a “elite” direcionadora da sociedade brasileira, ao mesmo tempo, funcionava como um instrumento de convencimento de seu público-alvo na arregimentação para se levar a cabo o seu projeto.

Nesse momento, a análise não adentrou nos pormenores dos artigos, como foi realizado, principalmente, no número dois da seção. Isso porque o eixo dos embates e das polêmicas se concentrou nas questões sobre o método analítico e a autonomia didática, sobre a circular expedida pela Diretoria Geral de Ensino e na tentativa de

atribuir às gestões anteriores as causas do fracasso da república, polêmicas veiculadas na segunda edição do periódico. O que se tenta enfatizar a partir da edição de jan-fev/1931 é um horizonte promissor das reformas da Diretoria em conjunto de iniciativas realizadas pelo governo provisório, como a criação do Ministério da Educação e Saúde, coadunando os dois projetos de sociedade e de nação. Ficou cada vez mais rareado o apontamento da herança “maldita” deixada pelas autoridades anteriores. No entanto, ainda havia a necessidade de apontar o “fracasso” dos “velhos” republicanos.

*Traças Pedagógicas*⁵⁸ é um desses textos que ainda se remontam ao passado para falar dos avanços que se avizinhavam. As “traças”, às quais autor se refere, estão relacionadas, metaforicamente, ao papel que os estudiosos deveriam desempenhar na educação. Por esta visão, os professores, para se manterem atualizados e se aprimorarem deveriam agir como as traças devorando os livros. O autor Theodoro de Moraes constrói em seu artigo o que havia acontecido com uma professora antes dos acontecimentos de outubro de 1931 e que depositava na gestão atual a reconsideração do caso. Moraes atribuiu o acontecido aos acontecimentos políticos dos últimos meses e afirma que:

É um facto local. Deu-se elle em uma das mais lindas e sossegadas cidades, terra infensa a violências, de gente bôa, pacífica e morigerada, até mesmo nos tempos, em que, por outras bandas, corriam irriquetos e truculentos os manejos e assanhos da politica de campanario.

Porem, como não ha bem que sempre dure e mal que não se acabe, as cousas, por ultimo, tambem se enfezaram na thebaida, a que me refiro. De esporadico tornou-se epidemico o mal da intolerância politica. Espraiou-se. E, nada de admirar, levou de vencida os ultimos reductos, vindo contaminar as terras, que pareciam mais robustas e imunizadas. (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 232-233)

A professora havia sido removida para uma outra escola distante, segundo ele, por aspectos políticos e não apenas administrativos. Apelava-se ao diretor geral a reversão da situação da docente. O fato curioso é que, ao que parece, a circular elaborada por Lourenço Filho que submetia os professores a um vasto questionário no qual havia questões de cunho estritamente político é anterior do texto de Moraes. Assim, estrategicamente, o editor seleciona o artigo na edição imediatamente anterior ao número que abordou o problema da possível “devassa” que o diretor geral pretendia promover. Com a republicação do artigo de Moraes e as suas considerações de viés político a respeito do caso da professora do interior, a operação realizada foi

⁵⁸Verificar no quadro 6 a coluna de *Títulos*.

de legitimizar a justificativa de Lourenço Filho que o questionário não havia sido distribuído com a intenção de exonerar professores que estiveram envolvidos nas “tropas inimigas”, mas fazia parte da reorganização e das reformas iniciadas pela sua gestão. O que se pretendia demonstrar com o artigo era que a nova gestão se comprometeria com uma administração técnica e isenta, despida de parcialidades, embora fossem semelhantes os casos de perseguição política. Não houve repercussão do caso da professora ou de um posicionamento da Diretoria Geral nesse número, no decorrer da análise das outras edições também não ocorreu referência ao episódio.

Como aconteceu nas edições anteriores da revista a seção não é iniciada com o tema específico, mas retoma alguns assuntos tratados anteriormente como a autonomia didática, assistência técnica, as diretrizes da pedagogia Escola Nova e as reformas. Os dois artigos de Theodoro de Moraes seguem nesse sentido, em *Limiar da Escola Nova*⁵⁹ o autor faz sua defesa das premissas da escola nova, e reabre a polêmica da escola ativa. Discussão essa protagonizada por Renato Jardim e Sud Mennucci, algo que já havia acontecido no início da década de 1920 com menos repercussão. Moraes em seu artigo afirma que a escola ativa já era praticada nas escolas paulistas no interior do estado, mas ignorado pela Diretoria de Ensino até o momento da chegada de Lourenço Filho ao órgão público, apontando que:

“Aprender? Sem duvida, mas primeiro viver e aprender pela vida e na vida”, como me acaba de ensinar aquelle digno colega, aquelle precursor ignorado da escola activa, como os seus caipirinhas activos e productores, muito antes que eu tivesse lido o lindo, o verdadeiro, o humano credo pedagógico de John Dewey. (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 233).

Segundo Moraes, a escola ativa era aquela que ele testemunhou nas escolas do interior cujo professor se utilizava das condições fornecidas pela realidade do campo para tornar aluno ativo e prepará-lo para aquela realidade. Entretanto, o que fica patente é a corroboração com a argumentação de Renato Jardim no qual enfatizava que as escolas paulistas não eram redutos de escola ativa, contrariando o seu interlocutor, Sud Mennucci. As poucas experiências que existiam pelos rincões do interior paulista testemunhadas pelo autor, na visão dele, não havia sido promovida pelas administrações anteriores, mas eram iniciativas individuais. Além disso, Moraes ironizou a importação de ideias estrangeiras para fundamentar as diretrizes educacionais, visto que muitos professores já realizavam tal método sem saber. Mais

⁵⁹Idem.

adiante, no mesmo texto, ele afirma que as iniciativas de autonomia didática foram tomadas de cima para baixo, sem a participação dos professores, por “decreto”, o que se pretendia a partir das transformações que se anunciavam era o professor atuando com “liberdade”, lembrando que essa autonomia seria limitada pela assistência técnica.

Os artigos seguintes da edição de jan-fev/1931 adentra no tema específico proposto pela revista, a saúde. Dessa vez, quase toda seção publicou artigos relacionados ao tema, com exceção de um que foi dedicado ao esclarecimento de uma denúncia contra a Diretoria. Os artigos vinham carregados de elementos eugênicos e estereotipados em relação à população e ao gênero, são recorrentes expressões como “boa saúde e aperfeiçoamento eugênico do povo” ou “o alto ideal eugênico e patriótico para cada paiz de melhorar, aperfeiçoar a futura geração da raça...” e ainda “...que visa o aperfeiçoamento eugênico da nossa futura geração.” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 231-252).

Em relação ao gênero as manifestações discursivas que expressavam parte da mentalidade da época apontava para essa direção: “... correspondendo à natureza própria de sus organismos e de seus papéis na educação, que são essencialmente diferentes.”, ou ainda “...que o homem é o elemento gerador da força e do intelecto, e a mulher é o da esthesia e fecundidade da espécie...” mais adiante afirma-se: “Assim, é preciso distinguir-se claramente a cultura *physica* “masculina” e a “feminina”, adaptada à diferença natural e cultural que existe entre o homem e a mulher.” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 231-252). É importante destacar que o discurso sobre a saúde, higiene e o corpo físico aliava-se ao condicionamento do comportamento dos alunos, a disciplinarização do corpo e da mente viabilizaria a construção de novos habitantes com hábitos previamente estabelecidos e predeterminados pelo grupo que comandava a revista, facilitando o seu controle.

Vale mais uma vez lembrar que a “doença” que afligia os brasileiros atingia tanto os habitantes do campo quanto da cidade, por isso a importância de se espalhar nas instituições de ensino em todo canto e região de São Paulo e do país a adaptação e readaptação da população aos anseios da “modernidade”. Nesse sentido, alguns artigos já apontavam para colocar em pauta o ensino profissional como um mote para a doutrinação do operariado. Para contribuir com esse discurso Aprígio Gonzaga, sócio da Sociedade de Educação de São Paulo e, considerado, pela revista, referência em matéria de ensino profissionalizante, assinala em seu artigo que a

“renovação do espírito pedagógico” tornava viável que nenhum jovem fosse recusado nas escolas profissionalizantes e, que tal possibilidade, era típica de nações democráticas, o trabalho traria liberdade a todo jovem do país e era a ocasião de “infundir hábitos” ao trabalhador que chegava às fábricas. Nada mais plausível que esse artigo tratasse do ensino profissional, visto que na edição de jan-fev /1931 o tema principal era a saúde com o viés eugenista, com a intenção de transmitir ao leitor a importância de corpos saudáveis e higiênicos, de ratificar as diferenças físicas e culturais entre os gêneros, cujo o discurso era que cada um tinha o seu lugar, preparando a pessoa certa para o lugar certo. Assim o professor Gonzaga apontava que:

Será o aproveitamento intensivo e extensivo do ensino profissional para preparar, senão criar, no mínimo do tempo, um grande operariado brasileiro, forte, competente, apto e orientado segundo as necessidades brasileiras, conhecendo a mathematica, desenho, chimica, geografia econômica e industrial, pronunciadamente brasileira, para ocupar cargos desde o contra-mestre, evoluindo sempre com a pratica que obtiver posteriormente em contacto com as grandes industrias .” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 243).

Essa mobilização em torno do ensino profissionalizante deveria envolver crianças a partir da tenra idade, desde muito cedo. Aprígio Gonzaga mirava-se nos exemplos de fora para a aplicação do modelo no Brasil, e que, segundo ele, países como a Alemanha e Estados Unidos da América adotaram essa política educacional ao ensino primário. Assim, a conformação dos comportamentos deveria ser realizado a partir dos primeiros anos de escolarização para que, nas fábricas, os operários já chegassem “prontos” para o trabalho. Gonzaga agradecia, no final de seu texto, a iniciativa do governo provisório em criar a Escola Industrial de São Paulo que contribuiria, em sua visão, para o desenvolvimento das escolas com essa finalidade.

4.3. *Através das Revistas e Jornais felicita a criação do Ministério da Educação e Saúde.*

É importante salientar que a maior parte da seção nessa edição traz felicitações à criação do Ministério da Educação e Saúde. A conjunção, em um mesmo ministério das áreas da educação e saúde, demonstra como parte das autoridades políticas e educacionais pensavam, conferindo aos dois segmentos uma mesma instância pública. Manifestações como “Saudando de toda a alma a criação do novo Ministerio da Educação e Saúde Publica que vae, por fim, uniformizar e nacionalizar a instrução

e a educação do povo ” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 231-252), em um outro ponto da seção exalta-se:

[...] grande atenção e o apoio eficaz do poder publico do Novo Brasil, especialmente do novo Ministerio da Educação e Saude Publica, cuja tarefa primordial é, justamente, a de cuidar da educação completa da juventude, da boa saúde e [...] .” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 231-252).

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública ocorreu em novembro de 1930 ainda no rescaldo dos conflitos políticos que conduziram Getúlio Vargas à presidência. A ideia era de congregar, como mencionado, em um órgão as condições para superação de problemas intrínsecos da sociedade, a saber: a educação, a instrução e o saneamento. Para tanto era fundamental a criação de uma instituição que primasse pela autonomia e tecnicidade com atuação em todas as regiões do país (SILVA, 1934, p. 29 apud DANTAS, 2001, p. 50). Mas, sobretudo, demonstrava que, na visão de Vargas e das autoridades políticas e educacionais que os cercavam, as áreas da educação e saúde eram diretamente relacionadas. As demonstrações de algum entusiasmo com a iniciativa indicavam um esforço de aproximação do grupo que comandava a revista em relação ao governo provisório. Não se sabe se houve correspondência por parte do estafe federal. O que se percebe era a tentativa de aparentar, pelo que se pode apreender da seção, um alinhamento com a medidas que o governo federal implantava. A apresentação do excerto a seguir demonstra essa empolgação do professor Pierre Michailowshy no texto:

A criação do novo ministério da Educação e Saude Publica, com a finalidade de “saneamento moral e physico”da nação, segundo o novo programma do governo revolucionário, exposto pelo nvo Presidente da Republica, Dr. Getulio Vargas, no momento da sua posse, corresponde justamente ao alto fim da nova educação physica [...] .” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 239).

Em outro momento, em seu texto, Michailowshy assinala que a preocupação do novo ministério tem de estar canalizada para a saúde e educação, pois, a entidade “reunia em si, simultaneamente, o problema da saúde e da educação, cuja solução constitui a preocupação essencial do novo Ministério”. Pode-se apontar também que a criação desse novo órgão público destinado a estudar e organizar um sistema de educação em todo território nacional intensificava a disputa dos pela hegemonização em torno da educação, especialmente para o grupo da Sociedade de Educação de São Paulo que via a sua influência como entidade privada cada vez mais distante em relação às instituições públicas.

Assinala-se também a recuperação da imagem, abalada em 1929 pelos acontecimentos da III Conferência de Educação, que a ABE empreendeu no início da década de 1930, se movimentando em favor da construção de uma parceria com o novo governo, assegurando fôlego para se manter atuante nas decisões de políticas educacionais. Provavelmente, a operação realizada por Lourenço Filho em veicular os artigos exaltando a criação do ministério foi de demonstrar seu alinhamento em relação às iniciativas do governo. Aliás, desde o início das publicações da revista, o diretor geral se mostrou não apenas simpatizante, mas adepto das reformas postas em execução pelo governo federal no âmbito educacional, e assim, no caso de Lourenço Filho, permaneceria no páreo da disputa pela hegemonia.

O estranhamento suscitado em relação ao entusiasmo do periódico nesse momento é que o governo de Vargas encontrava na ABE uma grande aliada na colaboração do projeto de sistematização do ensino público brasileiro e, portanto, um aceno do governo à entidade privada paulista se apresentava menos improvável naquela conjuntura. No entanto, um aspecto plausível é que o movimento realizado por Lourenço Filho de demonstrar euforia às iniciativas do governo não carregava consigo a entidade paulista. A entidade paulista, ao que parece, não fazia parte dos planos do diretor geral, o gesto partia apenas de Lourenço Filho e não de toda a entidade paulista. Um indício desse possível distanciamento em relação à Sociedade de Educação foi a participação de membros da entidade havia diminuir acentuadamente da última edição para essa que está sendo analisada, Aprígio Gonzaga é o único da lista de sócios da Sociedade de Educação a escrever nesta última edição.

Um dado curioso dos artigos apresentados na seção desta edição é que no meio dos textos sobre a educação física aparece um texto sem assinatura, mas que provavelmente seria da Diretoria Geral de Ensino, publicado no jornal Folha da Noite. Artigo esse, cujo título é *Desejo Esclarecer*⁶⁰, que será reproduzido na sua integralidade:

O atual governo paulista tem pelo menos, uma virtude: a de demonstrar a boa fé e a sinceridade que o animam, razão que o leva a esclarecer sempre todos os seus actos. Ainda hontem, aqui mesmo, tivemos um exemplo. Como recebêssemos uma denuncia anonyma contra a Directoria de Instrução publica, por um dever de ethica profissional, ao envez de enche-la sem mais exame, tratamos de leva-la, antes, ao conhecimento do professor Lourenço Filho, afim de que o diretor do Ensino nos esclarecesse sobre a sua improcedencia.

⁶⁰Idem.

Immediatamente o professor Lourenço Filho se poz às ordens do nosso representante, respondendo com a clareza a todos os itens da denuncia e fazendo mesmo questões de resolve-los nos seus mínimos detalhes.

Verificamos, assim, que tudo não passava de uma queixa sem fundamento, pois cabaes e definitivas foram as explicações que nos deu o diretor do ensino.

Esse ambiente de franqueza e de sentimento das responsabilidades é sem duvida, um dos melhores serviços que a Revolução tem prestado a S. Paulo. Acaba-se com mysterio que geralmente envolve os negócios públicos, não se arreceiem os nossos administradores de dar explicações de seu actos, todas as vezes que ellas lhe forem pedidas, esse é, aliás, um dos seus principaes deveres, e a administração subirá na estima e, sobretudo, no respeito dos governados. Em casos taes, não é o povo que mais lucra com isso. É o próprio governo. – (Da Folha da Noite) (ESCOLA NOVA, vol. II, nº I e II, jan-fev/1931, p. 239).

O texto foge totalmente do tema proposto pela edição de jan-fev/1931, e se detém na posição da Diretoria Geral de Ensino e, principalmente, sobre como Lourenço Filho supostamente lidou com a situação. Como pode ser verificado no excerto, não foi apresentado o teor da denúncia anônima. O que se percebe desse episódio é o uso oportunista do caso por Lourenço Filho para se autopromover e publicizar suas ações e do órgão público para propalar as benesses que a “revolução” estava promovendo.

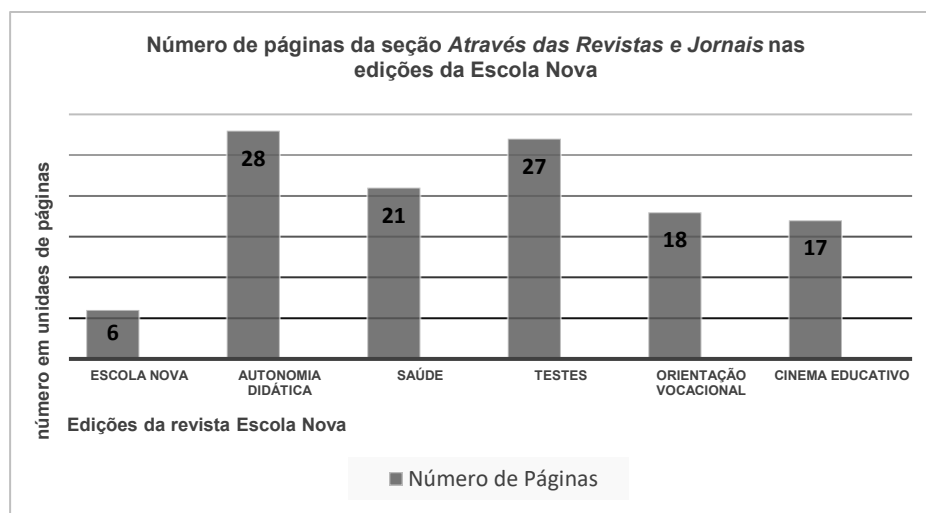
A estratégia de colocar o artigo abruptamente no meio dos demais, operação ocorrida anteriormente com o texto de Lourenço Filho sobre a circular do questionário distribuído para as escolas, naquela ocasião o tema central da revista era autonomia didática. Repentinamente os textos sobre a “liberdade” do professor em elaborar programas escolares eram suspensos para ceder espaço às justificativas e explicações do diretor geral, naquela oportunidade se promovia as iniciativas de sua gestão, divulgando a “liberdade” que concedia ao professorado. Assim, Lourenço Filho tentava transmitir que as transformações pelas quais o país atravessava como contribuição para a construção de um ambiente otimista e próspero, e que as investidas “antipatrióticas” não encontrariam espaço nas páginas da revista. Tanto é que ele não apresentou qual foi a denúncia, pelo contrário, Lourenço Filho ratificava que a sua gestão e do governo federal, haviam contribuído com o supostos avanços e melhorias que se apresentavam em São Paulo.

4.4. A Aplicação de Testes: um meio para a garantia do sucesso do projeto.

A edição bimestral de mar-abr/1931 foi dedicado ao tema *Testes*, esse é o número que ganhou mais atenção, conforme apresenta o gráfico 2, em relação à quantidade de páginas na seção *Através de Revistas e Jornais*, no total são 27,

perdendo apenas por uma página para a segunda edição da revista, que abordou o tema sobre os *Programas Escolares*, evidenciando o papel da autonomia didática na construção do discurso da “renovação” educacional, como pode ser verificado a seguir:

Gráfico 2



*Fonte: Levantamento e gráfico produzidos pelo autor por meio da consulta da revista Escola Nova.

Por meio do gráfico é possível observar como os temas mencionados obtiveram centralidade no discurso da revista. Por outro lado, o número em análise nesse momento apresenta mais republicações de veículos estrangeiros do que todas as outras edições. Conforme o gráfico demonstra, respectivamente a seguir:

Gráfico 3



*Fonte: Levantamento e gráfico produzidos pelo autor por meio da consulta da revista Escola Nova.

Em capítulos anteriores discutiu-se como a aplicação de testes obtinha importância para a consolidação do processo de implantação da assistência técnica e da autonomia didática. Nesta edição o editor da revista transmitia, mais do que nos demais números, como pode ser demonstrado pelo gráfico 2, que a aplicação dos testes no ensino era uma medida adotada com sucesso principalmente nos Estados Unidos. As republicações são originárias daquele país, dessa maneira, a educação tinha de seguir a tendência do mundo “civilizado” de empregar testes nas escolas públicas para conseguir apurar e avaliar o desempenho dos alunos e, de medir a “produção” e a execução do trabalho dos docentes. Nesse sentido, os propósitos do grupo ou, principalmente, os objetivos de Lourenço Filho era, ao mesmo tempo, disseminar os benefícios de verificação objetiva dos resultados da produção das escolas públicas e determinar o trabalho por meio dessas estatísticas. No seu tradicional editorial Lourenço Filho não escondia os verdadeiros fins do emprego dos métodos de medição:

3. A educação devia transformar-se, também, ao influxo fecundo desses princípios da technica moderna. Ao envez do enigma que, dantes, parecia a criança, diversamente resolvido pelo critério de cada mestre ou de cada pae, por avaliação inteiramente subjectiva, começa-se a avaliar nella, de modo muito mais preciso e impessoal, níveis de desenvolvimento, qualidades e aptidões especiaes. Pesquisam-se, já, com êxito mais ou menos acentuado, as causas das variações individuaes de intellingencia, temperamento e capacidades personalíssimas. Diagnosticamos. Referimos esse diagnostico a escalas, que nos permitem situar nelas os indivíduos, sinão classifical-os de modo perfeito. Do diagnostico, passamos ao prognostico, dia a dia, mais seguro. Conhecendo melhor dos elementos humanos, podemos tambem adaptar os processos, com que os queremos modificar, às qualidades e deficiências encontradas. Medimos, por fim, o resultado do trabalho, isto é, verificamos objectivamente si o effeito desejado foi conseguido na qualidade e na quantidade reclamadas. Com esses dados (sujeitos ainda, ninguem o discute, a erro experimental muito grande, mas incomparevelmente menor que o das estimativas subjectivas) podemos falar de uma pedagogia experimental, baseada na sciencia, e cujo desenvolvimentonos nos dois últimos decênios é simplesmente surpreendente. Em resumo, no momento actual , o progresso da technica da educação resulta da aplicação da medida. Medindo, podemos avaliar com segurança do material, do progresso e do effeito (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 254).

O enfoque inicial era apresentar a medida como algo inovador, avançado, e isenta, visto que se aplicaria com a técnica moderna. Mantinha-se a coerência do discurso, pelo menos nesse aspecto, de estar *pari passu* com o que havia de novidade nos países considerados “civilizados”. O professorado da rede, por essa visão, estaria envolvido e submetido a um projeto pedagógico alinhado às principais experiências educacionais. No entanto, se submeteria ao controle cada vez maior de seus programas de ensino e de sua atuação dentro da escola. Os fatores externos que de

alguma forma afetaria o processo de ensino-aprendizagem do aluno, ao que parece, não era objeto de consideração de parte dessa geração de agentes envolvidos com a educação. Lembrando que as reformas em execução dentro e fora de São Paulo intencionavam, dentre outros aspectos, racionalização, eficiência e “neutralidade” das instituições do Estado para aprimorar os seus resultados. Assim, nenhum segmento sobre o qual esse mesmo Estado agia deveria escapar de iniciativas que proporcionassem uma aplicação de instrumentos objetivos, no caso da educação, a utilização de *Testes*.

Termos muito comuns à área médica como diagnóstico e prognóstico, mencionados no trecho do editorial de Lourenço Filho, foram utilizados para transmitir ao público da revista exatidão e precisão na aplicação dos métodos adotados na aferição dos resultados e da execução trabalho do docente realizado. O curioso é que mesmo adotando esses meios para extrair o máximo de cada um, admitiu-se que não eram tão eficientes e rigorosos como desejavam os seus proponentes, mas uma coisa era certa, essas medidas, segundo o editorial da revista, eram menos suscetíveis a “desvios” que o modo subjetivo de se avaliar do passado. Como uma profissão de fé, o importante para a revista era estar em confluência com a cientificidade que a época exigia, pois, dessa forma, o caminho do progresso, algo tão almejado e aventado pelos agentes educacionais que comandavam o periódico da Diretoria Geral de Ensino, seria alcançado. O progresso, como foi apontado no final do texto do diretor geral, seria possível a sua medição.

O que explica a explosão de artigos estrangeiros na edição de mar-abr/1931 foi justamente a “vanguarda” na qual se estabeleciam algumas nações que serviam de exemplos para a revista. Trazer especialistas estrangeiros em suas páginas como estratégia conferiam legitimidade e força ao discurso veiculado no periódico, ou seja, o editor queria demonstrar que não era apenas a revista Escola Nova que defendia medidas inovadoras nas quais possibilitariam um maior rigor na apuração dos resultados desenvolvidos dentro da escola, mas eram experiências pelas quais nações consideradas importantes no cenário pedagógico estavam adotando. É importante sublinhar que os cinco artigos internacionais republicados são de origem estadunidense, o que demonstra, em certa medida, país escolhido como exemplo reconhecido no cenário educacional. O Quadro 7 apresenta a distribuição dos artigos pela seção e como compuseram essa parte da revista, o que abre a possibilidade de dimensionar o peso dado ao tema discutido nesse momento.

Quadro 7 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de mar-abr/1931 da revista Escola Nova.

Parte I

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Instituição de Origem	Título dos artigos	Autora ou Autor	Assuntos
Mar- Abr/ 1931	27	21	14	A iniciação aos Testes	School Journal and Educator – West Virgínia	Economia Resultante do emprego dos Testes	J. H. Patterson de thomas	Benefícios da aplicação dos Testes
					Pittsburgg, Pensilvânia	Classificação em grupos homogêneos	J. Freeman Guy	
					Hamilton County, Chattanooga - Tennessee	Estímulo para o professor e alunos	Cassie B. Webb	
					Warren City School – Warren - Ohio	Os testes são indispensáveis	J. G. Hickox	
					Escolas de Milton - Pensilvânia	A disciplina e os testes	Carl Millward	
					Columbus - Ohio		L. N. Drake	
					Universidade de Illinois	Os pais satisfeitos	C. W. Odell	
					Departamento de Educação – Chicago - Illinois	Despertado o interesse dos professores	E. E. Keener	

*Fonte: Quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

Para melhor compreensão da edição de mar-abr/1931 e para obter uma maior amplitude dos dados analisados, como aconteceu em outra ocasião, foram elaborados dois quadros. O primeiro se deteve em especificar na produção de artigos internacionais, no caso do outro, a preocupação era destacar os demais artigos produzidos pela imprensa doméstica. Foi criada a coluna *Instituição de Origem* somente para identificar a origem das republicações estrangeiras, pois, como só há um artigo de onde se sabe a publicação, acompanhado pela instituição onde o “especialista” trabalha. Os demais aparecem identificados apenas com a instituição na qual o autor do texto atua, foi entendido, para melhor aferição das informações fornecidas pela revista nesse aspecto, a elaboração da coluna.

Não se adentrou nas minúcias dos artigos, visto que o interesse era identificar as questões que promoviam polêmicas ou embates, muitas vezes suscitadas como estratégia para aumentar o raio de alcance do discurso defendido pela revista. A intenção da inclusão, em sequência, de oito artigos de instituições e autores diferentes dos Estados Unidos da América, era de estabelecer que a revista Escola Nova fazia parte de um movimento muito mais amplo, no qual todos os agentes envolvidos com a educação deviam participar, como acontecia com o ensino dos Estados Unidos.

Ao observar a coluna de *Títulos* pode ser verificado que a aplicação de estatísticas na educação beneficiaria não somente os alunos, objeto direto dos testes, mas toda a comunidade escolar refletindo, até mesmo, na economia doméstica das escolas como aponta o professor Patterson ao afirmar que: “a nossa despesa, no anno passado, foi de quarenta dolares por criança. Pode-se dizer que a promoção de 140 alumnos economizou cinco mil e seiscentos dólares” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 375). Demonstrava-se, assim, como era economicamente viável para a escola e ao Estado a aplicação de medições na educação, não escondendo que tais medidas trariam algum tipo de penalidade ao professores, pois “os professores não eram responsáveis pelo resultado desta vez, mas que o seriam na subseqüentes”, já que os testes estavam em fase de experiências, mas já apresentavam “benefícios” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 374-375).

No decorrer dos oito textos se espriam as vantagens das medições, na visão dos professores-autores dos artigos todos ganhavam, além da economia que o Estado se beneficiava, as classes se tornava mais “homogêneas”, pois, as matrículas aconteceriam de acordo com a “inteligência” e “trabalho” de cada aluno, conforme a

aplicação dos testes. A comparação entre as classes da escola faria o trabalho do professor mais estimulante, isso ocorria também entre as cidades, buscando sempre acompanhar os padrões das consideradas melhores, segundo os testes. Os alunos chamados “delinquentes” não deixariam de ter a atenção dos resultados objetivos das estatísticas, os pais deixariam de reclamar de seus filhos por frequentarem salas de aula que não gostavam e, finalmente, os professores conscientes dos resultados das medições se aperfeiçoariam para fazer o seu trabalho em sala de aula mais eficientes.

Os “especialistas” estadunidenses veiculados na edição de mar-abr/1931 exerciam funções na área de estatísticas ou de medição, apenas sobre o professor Patterson não foi possível apurar se tinha alguma especialidade nesse setor, por outro lado, ele defendia com veemência o papel do inspetor. O resultado dos testes apresentava ao docente, segundo Patterson, o desempenho de outras regiões para o alcance da eficiência, isto é, a responsabilidade do trabalho do professorado aumentaria proporcionalmente à pressão pelo baixo desempenho dos alunos, sem considerar outros fatores que poderiam influenciar no dia a dia da sala de aula. Aplicação de métodos objetivos no ensino, pelo ideário desses autores, abririam a possibilidade de mensurar no trabalho realizado o “certo” e “errado”, depois dessa aferição, decisões eram tomadas para a correção e responsabilização dos profissionais envolvidos, no caso os docentes.

Dessa forma se construía o discurso em torno dos especialistas estrangeiros para hegemonizar o que estava sendo veiculado nas páginas da seção, J. Freeman Guy era diretor de pesquisas e medidas do estado da Pensilvânia, Cassie B. Webb e J. G. Hickox trabalhavam como inspetores em seus respectivos estados, Tennessee e Ohio. Carl Millward exercia o cargo de superintendente na universidade de sua cidade na Pensilvânia, já L. N. Drake era especialista em “medidas educacionais” em Columbus no estado de Ohio. C. W. Odell era membro do departamento de pesquisas e educacionais da Univerisdade de Illinois e, por fim, E. E. Keener trabalhava como assistente de Pesquisa Educacional em Chicago. Não havia como duvidar, na visão do diretor da Escola Nova, da aplicação de testes na educação, já que tantos especialistas com incontestável reputação e experiência na área, apresentavam argumentos “irrefutáveis”, traziam diversos exemplos de benefícios para diferentes segmentos envolvido direta e indiretamente com a educação.

Contudo, se houvesse alguém do público-leitor do periódico alimentando algum questionamento ou incerteza a respeito de se adotar as medições para atingir a

máxima eficiência no ensino, outros artigos foram meticulosamente selecionados para contribuir na consolidação do discurso, desta vez foram veiculados textos nacionais com a intenção de corroborar com a argumentação dos autores estrangeiros da primeira parte da seção.

O Quadro 8 apresenta, depois dos artigos de autores dos Estados Unidos, autores nacionais em defesa da aplicação das medições sobre o ensino. Nessa ocasião, a coluna da *Fonte Original*⁶¹ das republicações foi adicionada ao quadro, pois, a maior parte dos textos esteve acompanhada pelos veículos de imprensa que originalmente foram publicados. A Revista de Ensino de Belo Horizonte é o primeiro veículo a romper com as publicações do eixo Rio-SP. O que demonstra, em parte, como os dois estados estavam se empenhando em hegemonizar o ideário que, vale lembrar, não se distanciavam em quase nada. As divergências ficaram restritas em como seriam inseridas as ideias e quem conduziria o projeto. Nesse sentido, a hipótese de que Lourenço Filho se aproximava do grupo da ABE ou, para usar de precisão, de uma das correntes que a entidade carioca em seus quadros se torna plausível. Por essa perspectiva, não é de se estranhar o número de textos republicados da imprensa do distrito federal, de certo pode ser verificado a seguir:

⁶¹ Verificar o quadro 8 a coluna *Fonte Original*.

Quadro 8 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de mar-abr/1931 da revista Escola Nova.

Parte II

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Subtítulo	Assuntos	Autora ou Autor
Mar-Abr/1931	27	22	14	A iniciação aos Testes	Revista de Ensino de Belo Horizonte	Testes	-	Teste/histórico	Maria Luiza Almeida Cunha
					Revista de Ensino de Belo Horizonte	O que se testa?	-	Teste/histórico	Maria Luiza Almeida Cunha
					Diário de Notícias - RJ	Mão e Cérebro	-	Eugenia	Raul Azedo
					Fonte não mencionada	-	Projeto de uma escala para a medição da inteligência dos alunos surdos e mudas	Eugenia	D. Herdesch
					Correio da Manhã - RJ	Os supra-normais	-	Eugenia	Antonio Leão Velloso

*Fonte: Quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*

Esse bloco do quadro 8 da parte II da edição de mar-abr/1931 que vai do artigo de Maria Luiza Almeida até o autor Antonio Leão Velloso⁶², foi dedicado ao tema central da edição, nenhum dos autores compôs o quadro de sócios da Sociedade de Educação de São Paulo, e nenhum dos artigos teve como origem de publicação a imprensa paulista. Foi demonstrado no início da análise dessa edição do periódico

⁶² Verificar a coluna *Autora e Autor* do quadro 8.

que à seção *Através das Revistas e Jornais* foram disponibilizadas 27 páginas para tratar do tema proposto, no entanto, ao verificar os quadros que trataram a edição e os conteúdos dos artigos veiculados, a maioria das 27 páginas foram destinadas realmente aos “testes”, os assuntos gravitavam em torno do tema, um reforçando o outro e, assim, tentava-se conferir força ao discurso veiculado.

Maria Luiza Almeida afirmava, em seu artigo, que não era algo novo a utilização dos testes, desde do século XVIII, aplicava-se métodos para “medir a mentalidade”, ela aponta algumas iniciativas históricas de medição e revisita alguns autores que, em sua visão, eram conceituados, com o objetivo era de legitimar o seu discurso. Os demais textos ao tratar diretamente do tema seguem nesse mesmo sentido, não apresentam nenhum exemplo nacional que tenha obtido êxito, mas percorre por experiências de fora para validar as medidas que estavam sendo adotadas em âmbito doméstico.

Outro elemento que deve ser considerado é a infraestrutura da imprensa que a capital do país à época havia desenvolvido em comparação com outras regiões do país. Talvez São Paulo, devido, entre outros fatores, ao desenvolvimento econômico, era o único estado que concorresse com o distrito federal em relação ao aporte da imprensa empresarial. No entanto, a supremacia nas páginas da seção ainda era da imprensa paulista. Em relação aos textos nacionais desse número da revista se notabilizaram em ratificar as iniciativas veiculadas pelos autores estrangeiros. Ressaltando, invariavelmente, os avanços em aderir aos exemplos que outras nações apresentavam ao aplicar as estatísticas na educação.

Quadro 9 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de mar-abr/1931 da revista Escola Nova.

Parte III

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Subtítulo	Assuntos
Mar- Abr/ 1931	27	22	14	A iniciação aos Testes	Folha da Manhã - SP	O Instituto Pedagógico	-	Pedagogia/alfabetização
					Diário da Noite - SP	A reforma do ensino normal	O Instituto Pedagógico	Pedagogia/alfabetização
							A unificação de ensino	Organização do tempo
							O ensino da ginástica	corpo
							A execução	Reforma de ensino

*Fonte: quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

No conjunto de artigos republicados que compõem os veículos de imprensa Folha da Manhã e Diário da Noite não aparecem assinados, por isso foi decidido, por ora, excluir a coluna da *Autora* e *Autor*. Possivelmente, os textos sem autoria declarada, como apontado anteriormente, foram textos da própria Diretoria Geral de Ensino que acenou aos órgãos de imprensa para divulgar os feitos realizados no ensino paulista. Há mais duas ocasiões que os artigos não aparecem com o nome dos autores, casos dos jornais Diário de Notícias do Rio de Janeiro e Folha da Manhã, um veículo paulista. Lembrando que parte dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo havia construído sólida relação com a imprensa, alguns, como foram os casos de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Renato Jardim frequentaram os corredores das redações de jornais.

No artigo sobre a criação do *Instituto Pedagógico*⁶³, o feito foi apresentado como uma das grandes realizações do coronel João Alberto, interventor do estado de São Paulo escolhido pelo presidente da república Getúlio Vargas. Reforçava-se o rompimento com o passado, por meio da nova instituição seria possível, pois o aperfeiçoamento do magistério de orientação moderna, dando fim aos “métodos

⁶³ Verificar no quadro 8 a coluna *Títulos*.

antiquados e velhos” que serviam de base ao ensino paulista até aquele momento. Divulgava-se a crença na modernidade já que “a orientação moderna e pratica é por si só, garantia do seu rendimento e, pois, de sua utilidade” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 386).

Para o autor do artigo, o assim recém criado Instituto Pedagógico tinha a função não apenas de “combater o analfabetismo” e proliferar instituições de ensino, mas de formar profissionais capacitados para enfrentar as suas “responsabilidades”. Os profissionais, segundo o artigo, não possuíam a formação adequada com a criação do instituto, o professorado ali aprimorados, seriam cobrados na realização do seu trabalho. No artigo seguinte publicou-se mais uma realização, por meio de um decreto, do interventor João Alberto que era a reforma do ensino normal.

Para conferir força à argumentação, o texto afirmava ter ouvido as considerações, a respeito da reforma, de Oscar Thompson, que havia sido, como o próprio artigo afirmava, diretor da Escola Normal de São Paulo. O texto também assinala que Thompson foi o precursor do método analítico no país. Outro ponto de mais uma divergência entre Mennucci e Jardim foi quanto a datação da introdução do método analítico no ensino. O primeiro assinalava que a introdução das primeiras iniciativas do método ocorreu em 1910, por outro lado, Jardim divergia afirmando que o método vinha sendo implantado por Thompson desde 1902 ou 1903. Havia divergência também se o que era realizado tinha a ver mesmo com o método analítico, questionamento levantado por Sampaio Doria em suas conferências para a divulgação da Reforma em 1920 (NERY, 2009, p. 214). Thompson, segundo o texto, havia se afastado “dos assuntos de ensino” para cuidar e se dedicar ao “comércio e à lavoura” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 387). Os demais artigos, que compõe essa parte dos jornais Folha da Manhã e Diário da Noite, sem assinatura, aparecem para ratificar os acertos e benefícios do decreto do interventor e os avanços que as reformas executadas pela gestão de Lourenço Filho alcançariam.

Quadro 10 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de mar-abr/1931 da revista Escola Nova.

Parte IV

Data da Revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Subtítulo	Assuntos	Autora ou Autor
Mar-abr/1931	27	22	14	A iniciação aos Testes	Correio da Tarde	A extinção da cadeira de latim no ensino	-	Reforma de Ensino	Entrevista com Fernando Azevedo
					Diário Nacional - SP	O Movimento da Escola Nova	O valor da imprensa na propaganda da Escola Nova	Imprensa	Entrevista com Anísio Teixeira
							A Escola Nova não é uma agitação passageira	Escola Nova	
							A vida um curso de atividades com um fim em vista	Organização das escolas	
							O caminho seguido pela escola tradicional	Crítica às gestões anteriores	
							Educamos para a vida, compreendida no seu aspecto geral	Escola Nova	
							As dificuldades a vencer	Escola Nova	

*Fonte: quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

O artigo do Correio da Tarde, assim apresentado no quadro acima, foi republicado com uma entrevista de Fernando de Azevedo a convite do próprio jornal, nesse texto ele exalta a iniciativa da Diretoria Geral de Ensino em extinguir a cadeira de latim como uma medida acertada. No entanto, o que chama atenção na entrevista

de Azevedo é sua crítica a Sampaio Doria, ex- diretor de ensino no período do governo de Washington Luís e, foi nessas gestões que se introduz o ensino do latim nas *Escolas Normaes* paulistas. Numa operação de contraposição entre os dois professores e os dois momentos, Fernando de Azevedo apresenta ao leitor como as reformas de Lourenço Filho beneficiavam a todos os agentes envolvidos no empreendimento. Sampaio Dória era apresentado como autor de uma medida ultrapassada ainda naquele período contra qual as reformas educacionais subsequentes tentaram extinguir nas escolas o ensino de latim, decisão tomada em definitivo por Lourenço Filho no início da década de 1930 (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 388).

A entrevista de Anísio Teixeira inicia cumprimentando a imprensa pelo seu envolvimento com a educação, e anuncia que a publicação no Diário Nacional era parte de uma conferência realizada por ele em São Paulo. A convite de Lourenço Filho, Teixeira publicou o seu artigo na revista. Em *A Escola Nova não é uma agitação passageira*⁶⁴, Teixeira faz um alerta ao apontar que a ideias sobre a Escola Nova não deveriam ser tratadas “superficialmente”, mas, aprofundadas e, segundo, o autor, o livro de Lourenço Filho seria um grande instrumento para combater o pensamento “raso” que poderia colocar o projeto em risco. Ao mesmo tempo que servia como propaganda para a publicação do diretor geral, o nome de Lourenço Filho também se credenciava para consolidação como autoridade na área editorial e educacional. O alerta de Teixeira talvez seja justificado porque o seu projeto político e do grupo que pertencia pudesse correr algum risco de efetivação no início de 1931, devido as transformações no cenário nacional e, assim, deveria ser ratificado e aprofundado o ideário para alcançar maior amplitude do discurso. Para isso, além de divulgar a obra de Lourenço Filho, Teixeira realizava a contraposição entre o que deveria ser realizado e o que tinha sido apresentado pelas gestões anteriores, incluindo a gestão de Sampaio Doria no início da década de 1920 (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 387).

Apontava-se o papel fundamental que os programas escolares teriam para as transformações que as reformas indicavam, programas esses que deveriam estar vinculados a “ordem psicológica”, algo não realizado pelas iniciativas anteriores. A formação dos professores, pelo apurado nos textos, era apresentado como um

⁶⁴Idem.

empecilho para a efetivação dos programas escolares, assim como o descaso de outras gestões às questões psicológicas. Vale lembrar que Lourenço Filho construiu sua carreira em torno da cadeira de Psicologia e Pedagogia, desse modo, o livro do diretor geral se tornava como uma obra fundamental para a concretização da proposta de Anísio Teixeira. O artigo de Teixeira foi finalizado dessa maneira:

A idéia já é, em grande parte, vencedora. Tenhamos, somente, o cuidado de não desperdiçar essa victoria inicial com a pressa, tão brasileira, de chegarmos logo ao fim. Marchemos de vagar, mas com o passo seguro e consciente.

Essa é a orientação das reformas que estão fazendo, presentemente em S. Paulo, a que não posso recusar o meu aplauso e o meu louvor. (Do “Diário Nacional”, de São Paulo”) (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 387).

O esforço de apresentar São Paulo como exemplo para o restante do país, embora com menor enfoque em relação ao início das publicações da Escola Nova, permanecia no horizonte de quem comandava a revista, por isso as reformas eram apresentadas como a solução para os problemas da educação e que já poderia ser considerada uma experiência exitosa. Uma das causas do sucesso de São Paulo é que as transformações aconteciam de forma gradativa e segura. Não foi possível aferir se o projeto escolanovista de Lourenço Filho sofria abalos nesse período, o artigo de Teixeira aparece na seção logo em seguida ao texto de Fernando de Azevedo, o que permite supor que o alinhamento mais efetivo com alguns membros da ABE do segmento carioca se cristalizava ainda mais, estabelecendo uma proximidade estreita com o governo federal.

Apesar dessa edição concentrar o segundo maior número de páginas entre todas as edições da revista, na prática, os textos abordaram outros assuntos que não eram menos caros a Lourenço Filho. Nesse próximo quadro houve maior veiculação de artigos da imprensa de São Paulo, provavelmente devido às questões ou ações que estavam sendo executadas no estado ou que beneficiavam os paulistas, utilizadas para serem exemplos ao restante do país. Nessa parte da seção verificou-se a participação apenas de um articulista que foi integrante da Sociedade de Educação de São Paulo.

Quadro 11 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de mar-abr/1931 da revista Escola Nova.

Parte V

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte original	Título dos artigos	Subtítulo	Assuntos	Autora ou Autor
Mar-abr/1931	27	22	14	A iniciação aos Testes	Diário de Notícias - RJ	O Ensino técnico profissional em SP	—	Ensino profissional	Sem assinatura
					Jornal da Manhã - Bauru - SP	A escola renovada e a organização das classes	—	Reforma do ensino	Iracema de Castro Amarante
					Folha da Manhã - SP	A reforma do ensino normal	A gênese da reforma	Reforma de ensino	Sem assinatura
							A unificação do curso normal	Reforma de ensino	
							A análise do curso	Reforma de ensino	
							Assistência técnica ao professorado	Reforma de ensino	
							A aposentadoria compulsória	carreira	
							A função verdadeira das escolas normais	Reforma de ensino	
							Concluindo	Reforma de ensino	
					Folha da Manhã - SP	O Conselho da Educação	—	Reforma de ensino	R. A. Camargo
					Diário Nacional - SP	Um roteiro para os professores	—	Autonomia didática	Abner de Moura
					Diário de São Paulo	Seleção Profissional	—	Reforma de ensino/universitária	Azevedo Amaral

*Fonte: quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

Conforme o quadro acima, o artigo seguinte faz uma prévia do tema central da próxima edição da revista, o ensino vocacional. No texto *O Ensino técnico profissional em SP*⁶⁵ enfatiza o papel fundamental da tecnicidade na educação em detrimento da teoria, dado que o interventor de São Paulo havia transformado a “escola profissional masculina” em Instituto de Ensino Profissional”. Segundo o autor, a educação contemporânea vinha combater a valorização em sobremaneira da teoria, a fim de

⁶⁵Idem.

conseguir tirar o máximo de eficiência do ser humano, o texto se reportou a exemplos de países vizinhos, ressaltando que já haviam abandonado a "obsessão pelo bacharel, pelo pergaminho e o diploma da elite livresca" e que era urgente a transformação da mentalidade dessa mesma elite no país (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 392). Essa exposição fazia parte da formação do pensamento de Lourenço Filho na qual imputava a responsabilidade do atraso ou estagnação do país à inércia da elite em conduzir a população ao caminho da "civilização". Na concepção do diretor geral, o governo provisório abre novas possibilidades dessa elite, da qual fazia parte, em ocupar o seu lugar para direcionar a população no rumo ao "progresso", a educação aliada à técnica seria uma forma de alcançar esse objetivo, o Instituto de Ensino Profissional chegava em boa hora para a consolidação do ideário de Lourenço Filho.

No texto de Iracema de Castro Amarante⁶⁶ acontece um breve retorno ao tema central da revista, o seu texto foi apresentado em um jornal de uma cidade do interior paulista, Bauru. Nele, a autora realizava uma explanação sobre as organizações da sala de aula baseados no "QI" dos alunos e, segundo ela, a partir dessa heterogeneidade dos alunos devido aos seus coeficientes de inteligência se formariam classe mais homogêneas. A reforma iniciada pela diretoria contribuiria para a mais adequada organização das classes (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 393).

Os próximos artigos sobre a Reforma do Ensino Normal publicados na Folha da Manhã e sem assinatura, o que leva a supor que tenha sido encomendados pela Diretoria Geral Ensino como promoção das iniciativas do órgão público, percorrem por alguns aspectos da reestruturação da reforma, apresentando como era a concepção da medida, passando pela atuação do professor em sala e a elaboração de programas escolares, sempre "amparado" pela serviço da assistência técnica, atingindo até mesmo a carreira do professorado e a aposentadoria do docente.

Lourenço Filho apresenta quais foram os pontos positivos da reforma do ensino normal e as lacunas que devem ser preenchidas no decorrer no tempo. O curioso nesses artigos é que o diretor geral demonstrou a sua insatisfação com a saída de Arthur Neiva do secretariado do estado para ocupar o cargo de interventor da Bahia. Em dois momentos Lourenço Filho faz questão de demonstrar o seu desagrado, mas,

⁶⁶ Verificar no quadro 11 a coluna *Autora e Autor*.

ao mesmo tempo, com o propósito de que ele estava acima de qualquer contrariedade política, ele tratou de elogiar que o gesto de Neiva em assinar o decreto da reforma foi acertado e, ressalta, que a reforma teve contribuição do professorado de todo estado de São Paulo e, que apesar de haver problemas, era uma reforma que satisfazia, por ora, os anseios de todos (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 394).

Nos textos seguintes, Lourenço Filho ratifica a importância da assistência técnica e das escolas dos professores (Instituto Pedagógico), ele assinalava que eram medidas ocorridas no Distrito Federal e que o governo provisório estava preocupado em proporcionar o mais eficiente “preparo técnico” aos estudantes e docentes. Ainda que apresentasse o serviço de assistência técnica como um recurso do professorado para fazer sugestões e tirar dúvidas, ele aponta que o objetivo primordial era o aumento da eficiência. Um elemento importante nesta reforma do ensino normal publicado na revista era a obrigação do docente em realizar o curso de férias oferecido pela delegacia regional de ensino como uma demonstração de “investimento” e “respaldo” aos profissionais. A aposentadoria também se tornava compulsória a partir dos trinta anos e, segundo Lourenço Filho, o ensino normal ganharia “cem por cento de eficiência” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 395-396).

No final desses artigos, a Diretoria Geral enalteceu, na reforma, o sistema de exames que possivelmente seria adotado, o aspecto valorizado desse sistema era a promoção dos estudantes nas escolas normais que, segundo o texto, exigiria o “esforço do estudante”. Lourenço Filho se mostrava satisfeito com os rumos das medidas implantadas pelo governo e que, segundo ele, contou com a sua participação. Ressaltava-se ainda a dedicação que o governo provisório conferia à educação, e o patriotismo do professorado naquele “momento difícil que atravessavam” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 397).

Coube ao Romeu A. Camargo assinalar a importância da criação do Conselho Superior de Educação por decisão do próprio diretor geral, Lourenço Filho. Era um órgão consultivo vinculado diretamente à Diretoria geral de Ensino cuja função era de deliberar em “julgamento de sindicâncias e processos disciplinares em que se achem envolvidos funcionários da instrução pública” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 398). O Conselho serviria, segundo Camargo, para garantir a continuidade às transformações do aparelho escolar, algo que não aconteceu com as inúmeras reformas anteriores. E para essa garantia seria necessária a participação

do professorado que, até à última gestão, “não mereceram a atenção dos dirigentes do Estado”, pois, o envolvimento com a política não os permitiu tratar de outros assuntos, até mesmo a educação. Lourenço Filho era quem passaria a realizar tamanha façanha nesse momento de transformações pelas quais atravessavam o país. Ele identificava que já em vinte anos os regulamentos e leis educacionais previam a aplicação da autonomia didática, no entanto, não encontrava uma escola que houvesse adotado a medida. Isso acontecia porque havia choque de atribuições principalmente entre os inspetores, a “função judicial” seria adotada com a finalidade de harmonizar e acabar com qualquer mal-entendido. Segundo Camargo a função do inspetor era garantir ao professorado a liberdade de colocar em prática o “seu” processo no ensino de leitura (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 398).

O curioso é que o pronome *seu* aparece com aspas, como aconteceu com outras palavras, termos e expressões no decorrer da revista. Esse recurso é utilizado, ao que parece, para demonstrar que a liberdade não seria irrestrita, mas acompanhada com o rigor do serviço da assistência técnica, conforme ocorreu algumas vezes com o termo autonomia didática. Nesse mesmo trecho do texto as palavras *direito* e *reforma* também aparecem com aspas. Segundo o autor, alguns inspetores foram questionados se a autonomia didática era praticada em sua escola e diziam, de forma lacônica, que “devia ser assim, mas...” e em seguida afirmavam que “nunca morri de amores pelo methodo analytico, mas não se pode dizer nada contra, porque é o methodo oficial...” (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 399). Essa questão em relação à aplicação do método analítico e da autonomia didática, como apontado anteriormente, foi levantada por Sampaio Doria no início da década de 1920, comentado em um outro momento nessa dissertação. O dilema era se havia a defesa da autonomia didática como poder ser imposto por lei a aplicação do método analítico.

Tanto Sampaio Doria e Lourenço Filho, representado por Romeu A. Camargo, compartilhavam da mesma visão. Ambos defendiam a autonomia didática e o método analítico. A primeira, segundo eles, ofereceria maior liberdade e domínio do processo de ensino ao docente e o outro, em linhas gerais, era baseado no rigor científico, possibilitando um aprendizado integral do aluno, entretanto, não deveria ser imposto, como acontecia com as reformas anteriores, pois, anularia o princípio da autonomia didática. Mais uma vez, Sampaio Doria foi apagado nas linhas da seção,

especialmente nesse episódio, já que como padrinho político e professor contribuiu para a construção do pensamento de Lourenço Filho, especialmente em relação a esse episódio, como mencionado em outro momento nesta dissertação.

O texto que se segue na seção descreve um roteiro de autores de países vizinhos na América do Sul para os docentes se dedicarem em seus estudos, e realiza a crítica a respeito da “pobreza” do mercado de livros do país, e quem conseguisse sobreviver a essa situação encontraria nas prateleiras das livrarias obras francesas. As criações do Instituto Pedagógico e do Conselho contribuiriam, segundo o texto de Abner de Moura, autor que assinou outro artigo em um número anterior da revista, para aumento do conhecimento do professorado brasileiro. No início do texto, Moura assinala as iniciativas inovadoras no ensino do estado de São Paulo e que dois estados tentavam retirar o posto dos paulistas, no entanto, não conseguiam, pois todas as medidas consideradas radicais na área do ensino eram implementadas isoladamente. Por outro lado, o “ensino paulista tendia ao aprendizado ativo”, por isso, parte do trabalho estava realizado (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 399).

E finalmente, a seção encerra a edição de mar-abr/1931 com o texto de Azevedo Amaral, abordando a reforma do ensino no âmbito universitário, mas com ênfase no ensino profissional. Dando uma prévia do tema central da próxima edição de mai-jun/1931. Em seu texto Amaral elogiou o anteprojeto da reforma universitária no qual o objetivo era de tornar mais acessível a entrada de jovens menos abastados. A crítica se dirigia às taxas cobradas para o ingresso em instituições superiores de ensino, excluindo os postulantes pobres. Num tom irônico, Amaral chegou a afirmar que o país produzia mais “homens formados” do que a massa de analfabetos e a multidão de semiletrados” e que a “superprodução de bacharéis e doutores” havia causado mal ao Brasil (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 401). Segundo o autor, a reforma não deveria cometer o mesmo erro das anteriores de impedir o ingresso “dos pobres onde se ministra a educação universitária”. Afirmava que alguns países considerados, na concepção dele, democráticos, promoviam a seleção de estudante da elite, caso da “Alemanha Oriental” que, devido aos acontecimentos na Rússia que possibilitaram a formação de proletários intelectuais, passou a barrar a entrada de estudantes mais pobres. Para ele era incompatível com os valores democráticos esse tipo de iniciativa tomada pelo governo alemão. Havia outras formas para evitar a formação de proletários intelectuais como, por exemplo, o

incentivo ao ensino técnico e profissional, medidas que a reforma contemplava. Em contraposição à iniciativa alemã, Amaral citou o exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra que por meio da assistência pedagógica aplicada desde as tenras idade, ainda no ensino primário a fim selecionar os alunos “superiormente dotados de aptidões intelectuais” mesmo aqueles com poucos recursos materiais (ESCOLA NOVA, vol. II, nº III e IV, mar-abr/1931, p. 402).

O pensamento de tornar o espaço universitário verdadeiramente democrático defendido por Amaral, encontrava um obstáculo considerável, a seleção por meio de um “padrão intelectual e psicológico” dos candidatos. Desse modo, a universidade continuaria fazendo distinção de quem deveria frequentar o ensino superior. Ao estabelecer um padrão de comportamento e de estágio intelectual se intencionava em mudar pouco a estrutura universitária que já era restritiva. O discurso, nessa ocasião, acompanhava às principais nações consideradas desenvolvidas, no entanto, na prática, as instituições de ensino superior continuaria perpetuando a exclusão. Por essa perspectiva, percorre a próxima bimestral da edição de mai-jun/1931 da revista Escola Nova em sua seção *Através das Revistas e Jornais*.

4.5 O ensino profissional: outro modo de colocar cada um em seu lugar.

Depois de encerrar a edição anterior com um artigo sobre a reforma universitária, o número seguinte foi dedicado ao ensino profissional ou vocacional, a pretensão era reforçar a ideia da escola como o local mais adequado para incutir na mente dos alunos o hábito das fábricas. Essa operação deveria ser realizada, como mencionado anteriormente, desde o ensino primário. A transformação da mentalidade do professorado se tornava fundamental para o sucesso de tal empreendimento. As reformas foram apresentadas com um arcabouço de regramentos e normas necessário para que nada saísse do projeto inicialmente idealizado.

O quadro 9 apresentado abaixo sistematiza a disposição dos artigos desse número dedicado *Ao Problema da Orientação Vocacional*.

Quadro 12 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de mai-jun/1931 da revista Escola Nova.

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Fonte de Origem	Título dos artigos	Subtítulo	Assuntos	Autor e Autora
Mai-Jun/1931	18	12	5	O Problema da Orientação Vocacional	O Globo	Pela educação vocacional	—	Educação profissional	Sem assinatura
					O Jornal (RJ)	Ensino Técnico e Profissional	—	Educação profissional	Borges de Medeiros
					Folha da Manhã - SP	A Valorização do Trabalhador Agrícola	As Escolas profissionais	Ensino Técnico	Entrevista com Fausto Ferraz
					Diário Nacional - SP	Instituto de Organização Racional do Trabalho	As vantagens da organização racional do trabalho	Racionalização do Trabalho	Roberto Mange
							Como se pode realizar a organização racional do trabalho?	Racionalização do Trabalho	
							O Instituto de organização racional de trabalho de São Paulo	Racionalização do Trabalho	
					O ESP	A nova Fase do Ensino Profissional	—	Autonomia/descentralização do Ensino	Sem assinatura
					Folha da Manhã - SP	Os novos aspectos educativos da reforma do ensino profissional	—	Reforma do Ensino/gênero	Diretor de escola Horácio Silveira
					Diário da Noite - SP	O ensino superior da Bélgica	—	Reforma Universitária	Sem assinatura
					O ESP	Em prol do ensino rural	—	Escola Rural	Sem assinatura
					O Globo - RJ	Pelo ensino técnico profissional	—	Ensino profissional/universitário	Benevenuto Berna?
					Diário da Noite - SP	Higiene mental e seleção profissional	I – Fins e vantagens da seleção profissional	Educação profissional	Fausto Guerner
							II – Métodos da seleção profissional	Educação Profissional/Testes	
							1ª – Orientação Profissional	Educação Profissional	
							2ª – Adaptação Profissional	Educação Profissional	
							A seleção profissional	Educação Profissional/seleção	
					Jornal do Comércio - RJ	A paisagem e a orientação profissional	—	Clima e desempenho	Sem assinatura
						A orientação profissional e a geopsicologia	—	Clima e desempenho	

*Fonte: Quadro produzido pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*

Transmitia-se ao seu público-leitor, por meio da revista, no início da década de 1930, um clima de movimentação e participação de todos os escalões hierárquicos da educação em prol de um projeto maior de nação. Combinava-se o professor patriótico ciente dos seus deveres cívicos, e o aluno, que desde o processo de ensino-aprendizagem no ensino primário, com os hábitos adaptados para a fábrica, teria o seu destino traçado pelos exames vocacionais e profissionais das instituições superiores, caso isso não fosse possível havia o serviço de assistência técnica, o Instituto Pedagógico, a seleção por aptidão e o Conselho Superior de Educação, oferecendo o suporte, e tomando as decisões adequadas para que nada saísse do previsto.

A penúltima edição do periódico é aberta, como aconteceu em edições anteriores, com Lourenço Filho emitindo sua opinião, isso não quer dizer que não apresentasse o seu ponto de vista no restante da revista, especialmente, na seção *Através das Revistas e Jornais*. Verificou-se em algumas oportunidades publicações e republicações de artigos sem assinatura, esses textos, em sua maioria, expõem as realizações da Diretoria Geral de Ensino e as ações e feitos de seu diretor geral. No editorial desse número da revista, Lourenço Filho assinalou a importância da orientação vocacional desde o ensino primário:

3. Como todos os estudiosos da questão o salientam, a escola tradicional não poderia ter essa preocupação. Ella estava montada para satisfazer a uma determinada classe social, não era ainda a escola popular de nossos dias. O aprendizado literário, que ella fornecia, era já, por assim, dizer, uma profissão, ou um começo de profissão. A creança que se instruía destinava-se, em regra, das profissões liberais ao funcionalismo publico, ao commercio. A escola servia, assim, a uma classe que por ella se perpetuava. Hoje, não. A profunda transformação social por que passamos vem jutamente da disseminação da cultura por todas as classes, sem distincção. Pela escola primaria, ao menos, devem passar todos, tanto os que destinam às carreiras liberais, ao funcionalismo e ao commercio, quando os operários e lavradores. À escola cabe, hoje, função muito mais ampla e profunda. Ella não pode viver à parte, sentindo os reclamos de uma classe, a dos letrados, chamemol-a assim, porque o seu fito primordial é o fazer a todos, pobres e ricos, homens e mulheres, cidadãos letrados. As letras não são mais um fim, em si mesmas: são um meio, um meio para maior desenvolvimento social, seja na ordem politica, seja na ordem polêmica. A escola de nosso tempo precisa reflectir as condições geraes da collectividade concorrendo, por todos os meios ao seu alcance, para a harmonia e equilibrio sociais (ESCOLA NOVA, vol. III, nº I e II, mai-jun 1931, p. 4).

Nesse trecho do editorial, Lourenço Filho traçava o caminho dos paulistas em relação ao mercado de trabalho, devendo iniciar já na escola primária, ainda nessa fase do ensino “identificaria” as tendências e aptidões dos alunos, determinando, futuramente, aonde cada um se dedicaria profissionalmente, ou seja, as demais fases

do ensino serviriam, dentre outras, mas principalmente, para preparar e formatar os alunos para as fábricas, porque, para as “atividades liberais”, isso já ocorria na escola tradicional. As questões sociais, segundo Lourenço Filho, deveriam suplantam os princípios da escola tradicional de privilegiar apenas uma classe social. A escola defendida pelo diretor geral era de uma instituição que colocasse cada um em seu lugar, e por essa direção seguiam os artigos apresentados na seção.

A educação vocacional objetivava formar o aluno para “técnica de um ofício”, segundo as suas próprias aptidões, o papel do Estado era fundamental na efetivação do projeto. Esse dado é importante, pois em nenhum momento na análise dos artigos apresentados da seção foi identificado alguma iniciativa de distanciamento do grupo que comandava o periódico da Diretoria Geral e o Estado. Pelo contrário, a disputa, como foi verificado em relação a atuação da Sociedade de Educação de São Paulo, se forjava em torno das instituições estatais, a formação de entidades privadas também servia para pressionar as autoridades estatais, tornando relevante para a cristalização do projeto de sociedade de seus membros. Não que eles se constituíssem dependentes do Estado, por sinal, muitas delas se organizavam à sua revelia e, assim, fortemente estruturadas, partiam para obter algum tipo de influência sobre as instituições oficiais estatais. Muitos dos componentes dessas entidades privadas já exerciam alguma função no cenário político, como foram os casos de parte dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo, Associação Brasileira de Educação e das Ligas Nacionalistas.

O primeiro artigo dessa edição cujo título é *Pela Educação Vocacional*⁶⁷ defende a atuação do Estado como grande agenciador de concepções de educação e sociedade cristalizadas nas organizações da sociedade civil organizada. Os estados da União e o governo federal não deveriam atrapalhar as ações um do outro, mas colaborarem entre si para que as reformas fossem executadas da melhor maneira possível. Mais do que isso, as estruturas estatais não deveriam ser obstáculos para a implementação do ideário do grupo que o disputava. O artigo aparece sem assinatura, não ocorre o enaltecimento dos feitos da Diretoria Geral de Ensino, o jornal que publicou o texto foi *O Globo* do Rio de Janeiro. O texto seguinte, apresenta o advento da “Segunda República” como uma oportunidade para a implantação das reformas, e que “o ensino técnico profissional seria fundamental para o progresso do país”, o

⁶⁷Verificar no quadro 8 a coluna *Títulos*.

entusiasmo existente é com a indústria e máquina. O texto anterior trazia exemplos de países, principalmente dos Estados Unidos, cujo grande promotor e financiador do ensino eram os governos, tanto federal como estadual. Ao trazer para o âmbito doméstico o que estava sendo discutido no primeiro artigo desta edição, Borges de Medeiros tentava transmitir a ideia de que o país estava no rumo certo, pois no exemplo anterior, nações que eram considerados líderes do “processo civilizatório” realizaram as reformas há algumas décadas, medidas que estavam em início de implantação no Brasil a partir da década de 1930 com a instalação dos novos governos. O ensino deveria se inserir, como ocorria em outras nações, nas novas configurações do trabalho e preparar a população para lidar com o ambiente fabril, e o governo brasileiro deveria ser o grande incentivador e promotor da introdução dos novos trabalhadores que a sociedade “contemporânea exigia” (ESCOLA NOVA, vol. III, nº I e II, mai-jun/1931, p. 125). O mote da entrevista de Borges de Medeiros era incutir no aluno e professorado a ideia de que essas transformações dentro do ensino fazia parte de um projeto superior, que era importante mobilizar ou desenvolver os anseios patrióticos e que o aprimoramento moral para que todos tivessem consciência e imbuídos na “crença” no progresso para que país conseguisse sair dos problemas que persistiam assolar a população.

*Fausto Ferraz*⁶⁸ foi entrevistado pela *Folha da Manhã*, não diferente do que ocorreu nos artigos anteriores dessa seção, também ao Estado era reservado o seu lugar, mas agora em relação o “trabalhador do campo”. Para Ferraz era preciso, a respeito dos trabalhadores rurais, “ensiná-los, educá-los, organizá-los, adestrá-los e discipliná-los, de acordo com as sciencias agrônômicas, organizando um formidável exército de trabalho (p.126-127). É curioso notar que nas escolas rurais o Estado agiria como fiscalizador, não dos aspectos financeiros, mas da “vida moral do aluno”, e promotor de escolas profissionais, as próprias escolas profissionalizantes deveriam se auto sustentar, reinvestido o dinheiro inicial colocado pelo governo”. Nesse sentindo afirmava Ferraz que:

Isto não priva que o governo crie escolas profissionais, dote-as do necessário, mas, em vista da pratica e da experiência, elle deve entregar a sua administração a particulares, estabelecendo, no contracto, condições que o acervo da escola não possa ter outro destino, não podendo ser tomado por divida e, no caso de insolvência, voltar tido ao patrimonio do Estado, para a finalidade para que foi creado (ESCOLA NOVA, vol. III, nº I e II, mai-jun/1931, p. 126).

⁶⁸Verificar no quadro 8 a coluna *Autora e Autor*.

Percebe-se um movimento de atribuir ao Estado apenas algumas funções, cada vez mais restringindo as suas ações, apesar de sublinhar o seu papel importante, ao Estado caberia o papel de facilitador de projetos de agentes privados organizados, assim, também era reservado o seu lugar determinado pela elite, que o conduziria. Algumas funções ainda ficavam a cargo das instituições estatais, a parte administrativa, por exemplo, seria realizada por “particulares”, o objetivo era de propagar que as administrações eram mais bem-sucedidas quando praticadas por agentes privados, por esse aspecto, a cada um também era atribuído um lugar e uma função. Ao Estado cabia fiscalizar e promover as escolas profissionais, por outro lado, a gestão das instituições de ensino ficaria no controle de agentes privados. Deveriam também desenvolver toda a estrutura que envolvia o ambiente rural como “obras manufacturadas, produtos agrícolas e pastoris, enfim, riquezas que cubram despesas e juros do capital” (ESCOLA NOVA, vol. III, nº I e II, mai-jun/1931, p. 125).

Roberto Mange, professor da Escola Politécnica de São Paulo e membro da Sociedade de Educação de São Paulo foi o convidado a conceder uma entrevista para o Diário Nacional. Sob o título *Instituto de Organização Racional do Trabalho* o texto de Mange foi aberto com o anúncio de mais uma instituição a ser criada, que receberia o mesmo nome do título do artigo. A criação desse instituto visava a centralização das decisões e investigações para diminuir, o máximo possível, os custos e avaliar com precisão os resultados, não foi detalhado como seriam realizadas essas tarefas (p. 128). Desse modo, foi realizado um verdadeiro manifesto à racionalização do trabalho, preconizando a sua organização desde os primeiros anos do aluno na escola, mostrava-se os benefícios de se retirar o “máximo de eficiência da atividade humana” (p. 127). Não é por caso a recorrência de expressões como “menor tempo possível”, “mais alta soma de trabalho” e “sem maior fadiga”, enfatizando, invariavelmente, o lucro, com o “tempo ganho ou com o trabalho produzido a mais” (p. 127). Ressaltava-se também o salto de qualidade no trabalho e na vida de todos com a aplicação da racionalização do trabalho, tendo como consequência “maior bem-estar social”. Segundo Mange eram três os aspectos que deveriam ser valorizados na organização racional do trabalho, a saber: Orientação e seleção profissional, educação e formação profissional e, finalmente, a organização do trabalho. A organização racional do trabalho recebia a chancela da psicologia moderna, portanto, pela perspectiva do autor, não haveria de pairar nenhuma dúvida em adotar essa prática.

O artigo seguinte volta a celebrar algumas medidas realizadas em São Paulo. Dessa vez, dois membros da Sociedade de Educação de São Paulo, Arthur Neiva e Macedo Soares foram citados como os promotores dos feitos. Ambos ocuparam a cadeira na Secretaria do Interior concedendo, segundo o artigo, maior autonomia à Diretoria de Ensino, que colhia os seus primeiros resultados. O artigo descreve quais foram esses benefícios, direcionados à educação profissional. A cartilha do aprendiz de marceneiro produzida por Aprígio Gonzaga foi uma dessas iniciativas que a autonomia proporcionou. Segundo o texto, esse material trazia lições ilustradas de “espírito de iniciativa, ensinando como se produzia uma cadeira, uma cama, um banco, um armário”. A criação de uma biblioteca para atender outras profissões não estava fora de cogitação, pois, para o autor do artigo a biblioteca supriria mais a necessidade da economia do Estado de São Paulo do que as “dissertações retóricas” que não saíam da teoria (p. 128). A execução das reformas era resultado da parceria entre o governo provisório e a Diretoria Geral de Ensino que marcava uma “nova fase” para o ensino profissional de São Paulo.

O texto sobre *Os novos aspectos educativos da reforma do ensino profissional*⁶⁹ frisava a mudança do nome de Escola Profissional Carlos de Campos para Escola Normal de Artes e Ofícios. Isso acontecia, na visão do professor Horácio Silveira, autor do texto, para ressaltar o viés “altamente” educativo da instituição. Pois, antes, a preocupação era menos com a parte educacional do que em formar “obreiras e mestras fabris” (p. 130). O Instituto de Organização Racional do Trabalho traria uma igual atenção à vocação, sublinhando o lugar que cada um deveria ocupar na sociedade, explicitando uma vez mais um dos aspectos do ideário da revista. Essa edição se preocupou, como ocorreu na edição de mar-abr/1931, em delimitar qual era o lugar de cada gênero na sociedade, principalmente do feminino. No caso da Escola Feminina as atividades profissionais pela escola eram direcionadas às especialidades de “desenho, confecções, bordados, flores, chapéus, etc.”. Por meio desses cursos a estudante reuniria condições suficientes para poder escolher a sua vocação.

O dado curioso é que os cursos normais, aqueles destinados à docência, formariam professoras das “artes profissionais femininas” podendo ser nomeadas para ocupar cargos no Estado, mas, sobretudo, possibilitaria reunir “recursos para dirigir curso particular de habilitação profissional”, já que, pela perspectiva do autor do

⁶⁹ Verificar no quadro 7 a coluna *Título*.

artigo, facilitaria a atuação da profissional em instituições particulares, pois, em muitas vezes, não seria fácil em encontrar vagas em cargos oferecidos pelo Estado (p.129). Em seguida foi realizado uma comparação entre a Argentina e São Paulo em relação aos números do ensino profissional feminino, tentando transmitir a ideia que, em pouco tempo, os números nacionais já eram bastante consideráveis para execução recente das reformas, devendo acompanhar o ritmo do progresso de São Paulo.

Dando sequência nos artigos da seção, o texto *O ensino superior da Bélgica* apresentou como funcionava a distribuição de vagas da educação profissional e superior daquele país. A atuação do Estado para sistematização do ensino, segundo o artigo sem autoria assinada, se mostrava fundamental. A pressão da revista Escola Nova se direcionava também aos agentes estatais em promover um sistema de ensino que organizasse a educação em todo território nacional. No Brasil quem defendia essa iniciativa era a ABE, como assinalado anteriormente, a entidade carioca havia largado à frente no início do governo provisório em relação à Sociedade de Educação de São Paulo. Com um movimento de aproximação das duas partes, uma ala da ABE também via com simpatia um sistema capaz de organizar, sob sua tutela, todas as fases do ensino, chegando ao recôndito mais remoto do país, especialmente pelo viés moral e comportamental, como pronunciava os primeiros gestos do governo federal.

O texto *Em prol do ensino rural* as questões se formaram em torno da casa da escola e a casa do professor, os inspetores e delegados escolares garantiriam o suporte adequado para assegurar que o esforço da Diretoria Geral não fosse desperdiçado (p. 133/134). Em *Pelo ensino tecnico-profissional*, Benevenuto Berna professor e presidente do Centro Carioca⁷⁰, uma espécie de associação de amigos da cidade que não diferia muito de outras entidades do período agindo para influenciar, no caso, a câmara municipal do Rio de Janeiro (SILVA, 2003, p. 115). O artigo reproduz o manifesto da entidade privada manifestando o seu apelo ao presidente Getúlio Vargas a necessidade da criação de uma Universidade do Trabalho, pois, o país necessitava de produzir técnicos para resolver o problema da defasagem nessa área. Apesar do presidente do Centro Carioca afirmar que não era a intenção de influenciar nas diretrizes da universidade, assinala-se que a entidade carioca também se aproximava do governo federal, ao pleitear a criação de uma nova instituição. Ao

⁷⁰Sobre o papel do Centro Carioca na vida política do Distrito Federal verificar a obra de: SILVA, Lucia Helena Pereira da. História do Urbanismo no RJ – Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

mesmo tempo, se candidatava como a principal entidade para fornecer os melhores nomes nesse campo. Berna volta a apresentar o ensino profissional belga como um dos melhores junto com o dos Estados Unidos, o artigo anterior sublinhou a sistematização da educação superior da Bélgica.

Fausto Guerner em um texto de mais fôlego descreve de uma forma mais detalhada a função da aplicação da Higiene Mental, afirmando que a finalidade era “indicar o melhor meio e este é a escolha de uma profissão” (p. 136). Esse processo teria início, como mencionado em um outro momento, no ensino primário. Nesse texto, como aconteceu em outros nessa mesma edição, apresenta, de maneira pormenorizada, quais eram as finalidades e vantagens da higiene mental e da seleção profissional e os métodos utilizados e adequados para a seleção profissional, seguindo as diretrizes da racionalização da organização do trabalho. Embora afirme que não seria imposta a carreira aos alunos pelos docentes e pais, na prática, com aplicação dos métodos precisos e exatos, deixaria pouca margem de autonomia para os alunos escolherem a sua profissão (p.136). A instituição escolar, durante a vida escolar da criança e do adolescente, realizaria a seleção, destinando o lugar que cada um deveria ocupar, contribuindo para a “diminuição dos estazados, dos párias, dos descontentes, dos incapazes, em um palavra: dos inúteis a si mesmos e à sociedade, que constituem uma das grandes fontes de psycopathias” (p. 138).

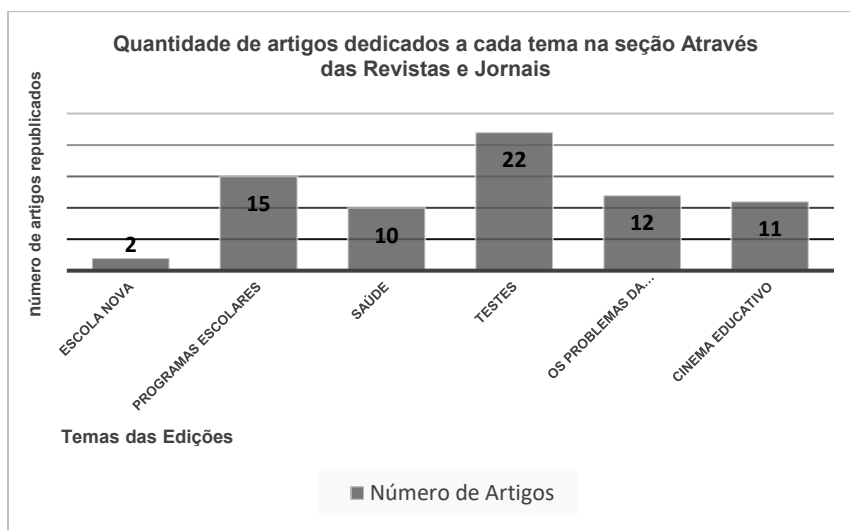
E, finalmente, os dois últimos artigos *A paisagem e a orientação profissional* e *A orientação profissional e a geopsicologia* assinalam a importância do estudo do “meio geográfico” para estabelecer, com maior rigor, as “predileções e predisposições” dos estudantes (p. 138). Desse modo, o desenvolvimento do discurso foi realizado no sentido de maximizar o controle nos processos de seleção dos estudantes e trabalhadores, e, entender que o clima de cada região se tornava mais um conhecimento em prol de levar a resignação à população em relação ao discurso propalado, visto que aumentava a introdução de instrumentos avaliativos no ensino baseados em rigores científicos que, por sua vez, como uma crença, não caberia duvidar sobre os seus resultados. Segundo o artigo, os elementos climáticos como as estações do ano, a temperatura, a incidência da luz natural, as variações meteorológicas, entre outros elementos, afetavam o rendimento da população seja no ensino ou no trabalho. Assim, as questões psíquicas, em parte, sofriam influência do clima, da paisagem e até mesmo interferia nos humores dos habitantes de cada região (p. 139).

Esquadrinhar, mapear, detalhar como esses elementos agem possibilitariam aprimorar as condições de direcionamento da sociedade no rumo “incontornável ao progresso”. Mesmo que as pessoas estejam acondicionadas a sua região, se faltarem as condições para o desenvolvimento das aptidões, não seriam obrigadas a permanecer onde nasceram, poderiam procurar o melhor lugar para desenvolvê-las. Dessa maneira, finalizava o último texto da seção, se fazia necessário a criação de um gabinete de pesquisas para adaptar essa “área de conhecimento” desenvolvido e em execução na Europa e Estados Unidos à realidade do Brasil (p. 140).

4.6. O Cinema Educativo: entretenimento como um instrumento de controle de hábitos.

A última edição da revista Escola Nova apresenta como tema central *O Cinema Educativo*. O número de artigos é um dos menores em quantidades conforme apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 4



*Fonte: Levantamento e gráfico produzidos pelo autor por meio da consulta da revista Escola Nova

A quantidade de páginas também é uma das menores, apenas 17. Como consequência a quantidade de autores de artigos republicados também sofreu um acentuado declínio. Para uma melhor visualização e análise da revista, como aconteceu com as demais edições, o número de julho de 1931 foi apresentado em forma de quadro:

Quadro 13 – Temas e assuntos tratados na seção *Através das Revistas e Jornais* do número de julho da revista Escola Nova.

Data da revista	Nº de páginas da seção	Nº de artigos da seção	Nº total de autores na seção	Tema da revista	Instituição de Origem	Título dos artigos	Subtítulo	Autora ou Autor	Assuntos
JUL/ 1931	17	11	5	O Cinema Educativo	Jornal do Comércio - RJ	Cinema	-	Angenor de Roure	Ensino Estadunidense
					-	Protegendo os menores contra a influência do cinema		Sem assinatura	Filme comercial impróprio
					O ESP	Cinema para as crianças		P.	Problema do cinema comercial
					Jornal do Comércio - RJ	A indústria cinematográfica		Sem assinatura	Balanço sobre a indústria de cinema no mundo
					Diário da Noite - SP	O cinema educativo nas escolas educativas	A necessidade do cinema nas escolas	Entrevista com Valencio de Barros	Cinema e escola
							Os filmes que se devem tirar		Filme para a criança
					Diário de Notícias - RJ	O ensino pelo cinema falado	-	Publicação de uma revista dos Estados Unidos	Cinema e escola
					O ESP	A exposição preparatória do cinema educativo		Sem autoria	Cinema e educação
					Correio da Tarde - SP	Cinema, fator de educação		Lazy	Cinema e educação
					Folha da Noite - SP	Cinema educativo		Giullio Santinni	Cinema e Didática
					La Nacion - Aegentina	Cinematografia nacional- Películas Culturais		Arturo S. Mom – Trad. J.B.D.P.	Cinema falado
					Correio da Tarde - SP	O segredo dos desenhos animados		Sem assinatura	Cinema e desenho animado

*Fonte: Quadro realizado pelo autor - Dados coletados na revista Escola Nova e a seção *Através das Revistas e Jornais*.

A diminuição de artigos, de páginas dedicadas à seção e da própria revista, além da redução de articulistas que se dedicaram à seção, todos esses elementos poderiam ser um indício de mudança de estratégia de Lourenço Filho e do grupo que comandava o periódico, até mesmo porque essa foi a última edição do impresso que trazia em seu nome o alinhamento pedagógico de seus idealizadores. No último editorial das edições, Lourenço Filho apresenta qual é a contribuição que o cinema tinha a oferecer sendo mais um instrumento para a construção de uma sociedade baseada no “espírito cívico, moral” e voltado às exigências do mundo do trabalho, desse modo, a utilização da sétima arte em sala de aula seria um suporte ao docente no processo de aculturação e remodelagem dos comportamentos. Dessa maneira, o diretor geral assinalava que:

4. *ESCOLA NOVA* imaginava vir, com este numero, auxiliar o início de uma campanha, que a Directoria do Ensino entregou, em boa hora, a uma comissão composta dos srs. dr. Valencio de Barros, e professores Galaor de Araujo e J. de Oliveira Orlandi. Ella vem, no entanto, dois mezes apenas, depois de iniciados os trabalhos, para commemorar a esplendida victoria já conseguida com a rápida introdução do cinema educativo nas escolas. Mal Lançada a idéa, cincoenta estabelecimentos de ensino adquirem seus pares. A filmotheca central desta Directoria, em adeantada organização, conta já com dezenas de películas, das mais interessantes e proveitosas para o ensino primario e normal. Ao mesmo tempo, produzem-se as primeiras fitas educativas em São Paulo e já se estuda, com probabilidades de êxito, a organização do “Instituto Paulista de Cinematographia Educativa”. O registro destas primeiras victorias não significa que devamos ter como resolvido o problema. Deve demonstrar, apenas, que a semente foi lançada em terreno propicio, e com a oportunidade, razão porque devemos continuar. A obra a realizar-se é enorme. E si ella tem sido possível em dezenas de outros paizes, por que não será no Brasil? (*ESCOLA NOVA*, vol. III, nº III, jul 1931, p. 143).

Lourenço Filho disponibilizou as páginas do periódico produzido pela Diretoria Geral como estratégia de mobilização para uma campanha a favor da introdução do cinema nas escolas. O editorial é instrumentalizado também para, além de convocar o professorado para aplicar o método em suas aulas, divulgar que o projeto já estava em execução, não sem sucesso, em algumas escolas, e que filmes educativos eram produzidos no estado de São Paulo. Não era qualquer filme que deveria servir de suporte para o ensino, mas deveria ser devidamente selecionado para servir de auxílio ao professor, para isso, o cinema educativo era o mais adequado para se incutir nos alunos o melhor modelo de sociedade. Os artigos da seção *Através das Revista e Jornais* foram utilizados também para “informar” ao professorado qual era a melhor maneira de se adotar e para que deveria ser utilizado, por outro lado, de alguma maneira, era mais um limitador da aplicação da autonomia didática que já era restritiva.

No editorial, Lourenço Filho dizia que outros países já haviam adotado o cinema educativo em suas escolas, servindo como o principal incentivo para o Brasil efetivar o projeto. A criação de mais um instituto, que forneceria um suporte para a orientação e aperfeiçoamento dos docentes, estava no horizonte da Diretoria geral. O Instituto Paulista de Cinematographia Educativa seria um órgão público para a acomodação de seus técnicos. Assim, o grupo de Lourenço Filho encontraria mais um espaço para efetivar o seu ideário de regeneração da sociedade.

O primeiro artigo dessa última edição do impresso oficial da Diretoria de Ensino, invariavelmente, seguia a direção da redenção da sociedade. O autor do texto, Angenor de Roure, descreve um panorama do cinema ocidental, especificamente, o estadunidense. O problema que ele aponta está na forma como os filmes hollywoodianos retratam o Brasil, muitas vezes, apresentando “paisagens” que não pertenciam à fauna e flora brasileiras. Sugeriu que se montasse um estúdio em terras nacionais para evitar esse equívoco, além de incentivar que se estruturasse as condições para o país montar a própria indústria cinematográfica. O ministério da agricultura, segundo Roure, realizava, com poucas condições, por meio do Museu Comercial, filmes com a finalidade de divulgar o Brasil aos brasileiros. E principalmente, a preocupação do cinema deveria ser direcionada para:

“os ensinamentos de filosofia e de psicologia; leva a todos os cantos da terra as belezas naturaes, de cada paiz; ensina, pelo exemplo, premiando os bons e castigando os maus; mostra os perigos do vicio e a vantagens da virtude; prega a religião do dever e incita à coragem e à abnegação; dá realce às qualidades de bondade de justiça, tempera carácter, indica caminho de honra, porque nas luctas entre o bem e o mal o cinema norte-americano e qualquer outro nunca deixa de conter ensinamentos uteis; e, mesmo quando sobrsahir os defeitos, vícios, desregramentos ou futilidades da vida social, é para tirar ods (sic) acontecimentos uma lição de moral (ESCOLA NOVA, vol. III, nº III, jul 1931, p. 219).

Por essa perspectiva, o cinema, de uma forma geral, cumpria o papel de moldar os comportamentos do público, por isso, a defesa em introduzir o cinema no ensino público no Brasil se revestia de um caráter de dever cívico. A educação encontrava mais um aliado para a construção de uma sociedade regenerada, afeita ao trabalho, onde cada indivíduo saberia da sua responsabilidade e de sua função dentro do projeto de nação.

Como foi assinalado, não era qualquer filme que poderia ser utilizado para auxiliar o professorado como agente importante na transmissão de novos hábitos aos frequentadores da instituição escolar. Nesse sentido, foram publicados alguns textos que alertavam o leitor da revista para a influência do cinema de maneira negativa. Em

texto sem fonte original e assinatura, foram publicados os artigos de um projeto de lei argentino que visava, segundo o texto, a proteção “dos menores” em relação ao cinema. Sem entrar no mérito de cada artigo, o texto apresenta a iniciativa do país vizinho em regulamentar a exibição dos filmes comerciais e, como era um assunto, na visão do autor, bastante “debatido na imprensa e de interesse para a sociedade”, a publicação do projeto servia para trazer mais elementos ao público-leitor (p. 220).

O texto seguinte é de título *Cinema para as crianças* em cujo local de assinatura aparece P., fonte de publicação *O Estado de São Paulo*. A apresentação vai na mesma direção do anterior, comentando uma notícia que saiu em um jornal de Paris sobre a abertura das salas de cinema para as crianças todas às quintas naquela capital. Na sequência, o mesmo texto, tratou de explicar um inquérito suíço realizado pela Repartição do Trabalho daquele país. Por meio de um questionário sobre o cinema formulado para os alunos das “melhores escolas da Suíça” responderem e, desse inquérito, provavelmente sairia alguma medida para incentivar o cinema educativo ou visando o ensinamento das crianças por meio do cinema. O curioso é que o questionário foi elaborado por uma instituição estatal responsável por organizar o trabalho no país, e não associado à educação, indicando que lá como cá, o papel fundamental do ensino era de formar o aluno para o trabalho. No entanto, era um instrumento também de formação da moral, como confirma a resposta de um dos alunos assinalando que “os dramas modificam o caráter, póde a gente se tornar ladrão, assassino degenerado”, o que leva o jornalista da imprensa de Paris complementar “que é preciso dar à criança o cinema que lhe convenha” (p. 221).

O artigo do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, sem assinatura da autoria do texto, realizou uma análise da situação, naquele momento, da indústria de cinema pelo mundo, ressaltando que na América do Sul e, principalmente, no Brasil, essa indústria se iniciava, despontando em cidades como no “Distrito Federal, São Paulo, Goitacazes, Porto Alegre e Recife” (p. 221-223).

Valencio de Barros foi entrevistado pelo Diário da Noite de São Paulo para falar da proposta da Diretoria Geral de Ensino que o havia convidado para a compor uma comissão para elaborar um projeto de cinema educativo nas escolas paulistas. Entre outras coisas, ele ratificou a importância de se adotar filmes em disciplinas como, por exemplo, História. Barros prossegue em seu artigo dizendo que havia instalado em sua residência uma minissala de cinema educativo que servia para ensinar aos seus filhos os acontecimentos históricos. Pois, segundo Barros, não existia em São Paulo

salas de cinema ou sessões exclusivamente destinadas às crianças, por isso tomou essa iniciativa de instalar projetores em sua casa. Os técnicos de cinema que trabalhavam em jornais poderiam ser aproveitados se o cinema educativo fosse realidade das escolas de São Paulo. Além disso, quando isso acontecesse, esses técnicos poderiam produzir filmes que retratassem “os grandes fatos da vida nacional”, e o fator econômico, segundo Barros, não deveria ser um empecilho para a aplicação do cinema educativo no ensino, pois, se adotaria recursos de baixo custo (p. 224).

O ensino pelo cinema falado é o artigo do Diário de Notícias do Rio de Janeiro que defende a aplicação do cinema falado para a educação. Nesse texto, retirado de uma revista estadunidense, divulgando uma reunião do Departamento de Superintendência da Associação de Educação Nacional que apresentou como seria executado o plano em adotar o cinema falado como um instrumento que, segundo o autor do texto, auxiliaria o aluno e o professor no ensino. Nesse artigo é descrito os procedimentos necessários para implantação desse projeto, o que texto tenta demonstrar ao seu leitor reiterada vezes é que tal medida não substituiria o professor em sala de aula, e que o cinema falado facilitaria trabalho do docente, pois, de alguma forma, contribuiria para o aperfeiçoamento do professorado (p. 224 - 225).

A demonstração de que a Diretoria Geral estava se empenhando para a implantação do cinema educativo na educação paulista foi registrada na publicação do artigo *A exposição preparatória do cinema educativo*, texto publicado originalmente no jornal O Estado de São Paulo. A iniciativa de realizar a exposição foi do próprio Lourenço Filho que visava apresentar como seria implantado o projeto de execução do cinema educativo no ensino de São Paulo, assim como foi realizado nos Estados Unidos a respeito do cinema falado, mencionado no artigo anterior. Alguns “especialistas” envolvidos no projeto tomaram a palavra para detalhar as medidas de execução do plano e agradecer a dedicação do diretor geral, embora o artigo venha ressaltar o esforço de Lourenço Filho na empreitada, houve contribuição financeira de alunos para ajudar na efetivação do cinema educativo (p. 225 - 227).

Os dois próximos artigos recebem com entusiasmo a introdução do cinema educativo como um método eficiente na educação. Tanto em *Cinema, fator de educação* como *Cinema Educativo* trazem para as colunas da seção as realizações de países, principalmente, os europeus e os Estado Unidos em torno dos benefícios e dos avanços alcançados depois de ter adotado filmes como dispositivo auxiliar nas salas de aula. Enquanto o primeiro texto atesta as “maravilhas” em poder acompanhar

a trajetória e vida dos “grandes personagens” da História, e aproximar o público de países que jamais pensou em visitá-los, ao mesmo tempo, abria-se a possibilidade, proporcionada pela grande tela, de presenciar as apresentações das orquestras mais famosas do mundo. O segundo texto se dedicou em ressaltar o suporte que o cinema educativo prestaria ao professor, fazendo, até mesmo, a “substituição do docente e do livro didático”, mas a preocupação do autor era de evidenciar a “mágica” que os filmes propiciavam em promover o ensino e as possibilidades que o cinema permitia explorar, diferentemente das limitações que o livro didático apresentava. O texto percorre pelas iniciativas ocorridas em muitos países, dentre eles, Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Suécia, Itália. Em relação a esse último país, o autor do artigo, Giulio Santini, se mostrava empolgado com Benito Mussolini em tomar à frente do plano de implantação de cinema nas escolas italianas que em 1924 já havia criado a L.U.C.E., uma instituição destinada a organizar o cinema educativo no país (p. 228-230).

*Arturo S. Mom*⁷¹ em seu texto publicado no jornal *La Nacion*⁷² da Argentina realizou uma análise de como estava a situação do cinema falado destinado à educação no país vizinho. Estabelece comparações com as medidas adotadas em países europeus e nos Estados Unidos. Ressaltou a importância do Estado em conduzir políticas que criassem e facilitassem o desenvolvimento de uma indústria cinematográfica e, por conseguinte, a introdução do cinema educativo em seu país. Apesar de existir uma indústria destinada ao cinema, estava muito distante da sistematização, organização e difusão da cultura que outros países haviam construído (p. 230-231).

O último texto cujo título é *O segredo dos desenhos animados* foi traduzido de uma revista estadunidense não referenciada, republicada no Correio da Tarde de São Paulo. O autor, também não mencionado, descreve tecnicamente como se produz uma animação no cinema. Não será reproduzido aqui as minúcias do texto, pois, o artigo não estabelece relação do desenho animado com o cinema em educação, essa tarefa é realizada por Lourenço Filho visto que, embora não referencie diretamente, a veiculação desse artigo fechando a última edição da revista Escola Nova demonstrava como alguns países estrangeiros, especialmente os Estados Unidos, se cristalizavam no cenário da indústria cinematográfica. A intenção do editor do

⁷¹Conferir no quadro a coluna *Títulos*.

⁷²Conferir no quadro a coluna *Fonte de Origem*.

periódico, ao que parece, era arregimentar os envolvidos com a educação e cinema na mobilização de todos os instrumentos possíveis para viabilizar o projeto. O desenho animado deveria ser revestido desse propósito, dado que a conformação das mentes e comportamentos se iniciava desde os primeiros anos da escola, no ensino primário. A edição de julho de 1931 apresentou de uma forma aprofundada como o cinema deveria servir, mais do que um suporte do professorado, como um instrumento de auxílio na transformação da sociedade na construção de uma “nova” nação, incutindo nos agentes envolvidos na educação, além da mudança de mentalidade e controle dos comportamentos, o espírito de patriótico na população.

Essa edição não apresentou nenhum membro da Sociedade de Educação de São Paulo no corpo de articulistas da seção *Através das Revistas e Jornais*. O que pode indicar um afastamento acentuado de sua influência na Diretoria Geral de Ensino, embora permanecesse como diretor geral até novembro de 1931, pode apontar também o papel desempenhado por Lourenço Filho em inibir ou evitar que a entidade privada paulista atuasse de forma mais ampliada, já que o diretor geral e ainda presidente da Sociedade de Educação de São Paulo se aproximava de uma ala da Associação Brasileira de Educação, se aproveitando das relações cada vez mais estreitas da ABE com o governo provisório no início da década de 1930.

Segundo Nery (2009, p. 83), apesar de o último número ter a data de julho de 1931, provavelmente, a sua publicação pode ter ocorrido posteriormente, dado que a saída de Lourenço Filho do órgão público ocorreu apenas em novembro, mas não foi encontrado documentação que confirme essa hipótese.

É importante assinalar que no decorrer das análises da revista Escola Nova por meio da seção *Através das Revistas e Jornais* foram apresentadas a possibilidade de verificar a atuação política-educacional de Lourenço Filho e o seu grupo pertencente à Sociedade de Educação de São Paulo. Mais do que isso, propiciaram perceber também os embates internos da Sociedade de Educação de São Paulo que, quanto ao ideário, transitavam no mesmo campo, no entanto, em relação a sua direção havia sérias divergências. Em um cenário nacional no qual os paulistas perdiam influência política, as edições da revista Escola Nova surgiam como instrumento fundamental como demonstração de força do grupo de Lourenço Filho, tanto interna como externamente à entidade privada. Assim, as páginas do periódico oficial da Diretoria Geral de Ensino apareciam nos idos da década 1930 como um veículo para

reconquistar o espaço perdido pelo estado de São Paulo em âmbito nacional, ao mesmo tempo em que se disputava a preponderância dentro da entidade.

Cada número da *Escola Nova* apresentava, no bojo das reformas, um novo dispositivo a ser implantado nas escolas para transmitir ao seu público alvo, o professorado, o esforço das autoridades públicas em demonstrar que as transformações iniciadas pela Diretoria Geral faziam parte de um projeto nacional, cujos apelos ao patriotismo, aliado a mudança e controle de comportamentos eram fatores fundamentais para retirar o país do atraso “civilizatório”. Na visão de Lourenço Filho, ao “diagnosticar” o que impedia o progresso da sociedade brasileira, a “elite” intelectual e econômica deveria organizar todas as áreas da sociedade, sendo uma delas fundamental, a escola. A instituição escolar, desse modo, se tornou a principal instituição para iniciar as transformações tão necessárias ao país.

Ao mesmo tempo que o governo provisório surgia como a concretização da perda de influência nos moldes do sistema oligárquico, por outro lado, na tentativa de demonstrar sobrevida, a revista *Escola Nova* aparece de forma contundente no cenário da imprensa pedagógica. O grupo que comandava o periódico percebendo a nova conjuntura política instalada, tratou de apresentar as suas estratégias para se aproximar do governo de Getúlio Vargas. Apoiando todas iniciativas federais e estampando na seção as medidas das novas gestões, na República e na Diretoria Geral de Ensino, a operação se dava em conciliar as duas administrações e mostrar ao professorado que fazia parte dessa jornada. As seis edições da revista construíram um cenário paulista e nacional de “canteiro de obras” discursivo, vinculando os esforços oficiais à arregimentação do professorado.

Considerações Finais

Res.so.ar v.{mod.1} int. **1** soar com força; retumbar t.d. **2** fazer ressoar <o relógio ressoou as badaladas> t.d. e int. **3** repetir (um som) refletindo-o ou vibrando a partir de suas vibrações, repercutir, ecoar <o beco ressoava seus passos> <o berro ressoou no corredor> (HOUAISS, 2001, p. 651).

[...] Representação não pode ser reduzida a sombra, eco, reflexo. Não contém menos do que é representado, mas mais (exceto empobrecimento através da reflexão). Não é definido como duplo (na consciência) do objeto. Ele acentua, torna intenso, ligando-o aos afetos (LEFEBVRE, 1983, p. 98).

Po.lê.mi.ca s.f. **1** discussão sobre questão que suscita divergências, controvérsia **2** fig. Debate de ideias ~ **polêmico** adj. (HOUAISS, 2001, p. 586).

A revista Escola Nova contou com um tempo de duração exíguo, de outubro de 1930 a julho de 1931 foi o seu período de atividade. No entanto, o papel que desempenhou no período citado foi bastante significativo, ecoando até hoje em dissertações e teses de historiadores da educação, pedagogos e cientistas sociais. O periódico da Diretoria Geral de Ensino, órgão responsável pela produção da revista, tinha a missão de publicizar as realizações e feitos da instituição pública, papel desempenhado à exaustão. Coube ao impresso ser um instrumento de mobilização de dispositivos para reconfiguração política e educacional do grupo que o comandava, Lourenço Filho aparecia com proeminência nesse contexto. A utilização de periódicos oficiais para a divulgação das atividades e obras de gestores era algo comum na década de 1920, como foram os casos das revista Educação e Escolar que contaram com o interferência importante dos membros da Sociedade de Educação de São Paulo, sabendo do papel que o impresso pedagógico exercia, produziu o seu próprio periódico para veicular o que acontecia na entidade privada paulista.

A Sociedade de Educação de São Paulo reuniu em 1920 agentes ativos no cenário da política-educacional de São Paulo e alguns deles com expressão em território nacional. Por meio da entidade paulista, seus membros construíram certa ascendência sobre o órgão público cuja função era organizar o ensino no estado de São Paulo. O esforço era manter o estado como o condutor político e educacional do país, dado que os abalos sofridos pelo sistema oligárquico que favorecia a permanência de São Paulo como um dos maiores beneficiados ao lado de Minas Gerais desse “acordo” político, deixava a disputa mais acirrada em torno do aparelho político-educacional estatal.

As inconstâncias financeiras da entidade fizeram interromper suas atividades em meados da mesma década, seus principais sócios permaneceram atuando junto à Diretoria Geral de Instrução Pública, pressionando quem estivesse no órgão público para levar a cabo o projeto de educação e sociedade de parte dos membros da entidade. As discussões, divergências e mesmo as polêmicas levantadas pelos seus associados não eram suficientes para colocar em risco o ideário da entidade. Por outro lado, os embates serviam para alavancar e projetar tanto a entidade como os seus membros no contexto educacional. Os confrontos discursivos eram fervorosos e muitos atingiam os jornais da grande imprensa, atribuindo uma função estratégica para a divulgação das atividades dos membros, ressoando também nas revistas de produção da Diretoria Geral. Dessa maneira, se procurava legitimar e conferir autoridade aos nomes que transitavam nas páginas dos jornais e periódicos educativos e, assim, vincular e consolidar as suas imagens como especialistas no assunto.

A seção *Através das Revistas e Jornais* exercia uma posição estratégica na organização da revista, sendo a última seção do periódico, parte dedicada em veicular, em grande medida, o que os principais jornais da imprensa comentavam sobre as ações educacionais oficiais, mas também divulgar as realizações pedagógicas de países estrangeiros, especialmente das nações do centrais do capitalismo. O editor da revista pinçava os artigos dos jornais comerciais para compor, junto aos textos da própria Diretoria e dos seus dirigentes, o discurso defendido pela revista. É importante frisar que a escolha de textos da grande mídia era um modo da imprensa obter algum tipo de influência nas decisões político-educacionais. Visto que, conhecedor do papel do órgão de imprensa como um ator político importante, muitas vezes as discussões iniciavam nos jornais comerciais e somente depois as colunas da seção iriam repercutir e fomentar o debate. Uma das intenções era a construção de um consenso em torno de uma educação regeneradora e patriótica direcionando os destinos das alunas e alunos para a vida do trabalho, para isso, era necessário que o trabalhador viesse da escola “pronto” para a eficiência que as fábricas exigiam, retirando o máximo possível da produção de cada operário.

Não bastava veicular os jornais da mídia tradicional na seção, para atribuir mais força ao projeto defendido, era importante associar também o discurso a especialistas e autores, considerados de renome em matéria de educação e na aplicação de instrumentos para a obtenção do maior controle possível do professorado e do futuro

trabalhador. Argumentos enfatizando a importância da autonomia didática, método analítico, aplicação de testes, serviço de assistência técnica e a criação de institutos com o propósito de transmitir ao professorado a ideia de que se o Brasil quisesse entrar de forma definitiva no rol das nações “civilizadas”, era fundamental que cada um construísse a consciência de sua função para ocupar o seu lugar devido na sociedade. A escola era a instituição principal para incutir nas mentes e corações o ideário do grupo que comandava a revista Escola Nova. Por outro lado, a criação desses suportes serviria para diminuir a possibilidade de falha na implementação das medidas.

O periódico também foi o espaço de construções e desconstruções do passado e do presente. Sampaio Doria, um dos idealizadores da reforma educacional de 1920, foi apagado nas colunas da seção, o início da carreira de Lourenço Filho foi diretamente influenciado pela atuação na vida política-educacional de São Paulo de Doria. Parte do discurso de Lourenço Filho nas colunas da seção traz como novidades as iniciativas de sua gestão, sendo que eram medidas já aventadas no início da década de 1920, a intenção era tentar silenciar a influência de Sampaio Doria. Ao mesmo tempo em que se apresentava como novo a medida ser adotada e expor a incapacidade das gestões anteriores que não tiveram êxito em implemente-a-las. Dessa maneira, de uma forma ou de outra, o novo se estabelecia ou pelo ineditismo da medida ou pela nova forma de administrar o aparelho público, consduzindo o leitor ao entendimento que a falta de força da reforma de 1920 em se consolidar foi resultado da inabilidade do gestor.

Os quadros e gráficos dos seis números da revista apresentam alguns artigos republicados sem assinatura. Geralmente eles vinham sem o nome do autor, pois se tratava de textos produzidos, muitas vezes, encomendados pela própria Diretoria geral para a divulgação de suas obras. Contudo, também foram textos que se prestavam a elucidar questionamentos realizados por veículos da grande imprensa ou mesmo denúncias feitas por funcionários. Foram os casos do questionário distribuído às escolas ainda no início da gestão de Lourenço Filho e do governo provisório e da denúncia realizada por um funcionário, esses dois episódios foram utilizados pela Diretoria Geral de Ensino para divulgar que a postura e a posição das gestões era de incentivar a prática da democracia e da liberdade de seus funcionários. No primeiro caso, a resposta de Lourenço Filho aparece estrategicamente na edição dedicada à autonomia didática, dessa forma, tentava-se passar ao professorado que as medidas

em vias de serem implantadas iam na contramão dessa acusação do Diário Nacional de São Paulo. A Diretoria Geral estava se empenhando para melhorar a vida profissional de seus funcionários e não dificultá-las, portanto, não seria compatível aos esforços da “nova” administrações. O episódio de denúncia contra Lourenço Filho foi pouco esclarecedor quanto ao seu teor, mas o diretor geral utilizou-se da ocasião para ratificar a sua disposição em defesa da liberdade de seus funcionários.

A indicação é que aconteceram algumas exonerações assim que Lourenço Filho ocupou a cadeira da Diretoria Geral, demissões realizadas contra funcionários que participaram das tropas consideradas “contrarrevolucionárias”, ou se era filiado ao partido opositor à Aliança Liberal que contribuiu para ascensão de Getúlio Vargas à cadeira da presidência. A criação do Conselho Superior de Educação, notícia veiculada na quarta edição, em 1931, surgia para aumentar o aparato da Diretoria em controlar a vida política de seus funcionários, visto que era um órgão deliberativo e de julgamento.

A dissertação percorreu pelas revistas pedagógicas que a Diretoria Geral de Ensino produzida pela Sociedade de Educação de São Paulo, ambas reconhecendo a força que o material adquiria para a divulgação de elementos educacionais para o docente, mas, sobretudo, instrumentalizando-os. A Escola Nova se mostrou no início de 1930 um veículo fundamental para a arregimentação de dispositivos para viabilizar o discurso do grupo que a comandava. Assim, sem explicar o motivo da mudança, a revista Educação passou a herança das publicações oficiais para a “nova” revista, inaugurava também um outro modo de apresentar o projeto educacional e de sociedade. Percebendo as mudanças e permanências, tanto no aspecto da materialidade da revista quanto ao seu caráter discursivo em relação às produções oficiais anteriores, a análise se ateve, principalmente, às rupturas, o que as faz diferente das suas antecessoras.

As transformações ocorridas pelo impresso pedagógico se deram com a chegada de Lourenço Filho para ocupar a cadeira da Diretoria Geral, portanto. Não é, desse modo, possível dissociar a sua gestão e sua interferência habitual nas páginas da revista, mas perceber que interessava ao interventor do estado e, por conseguinte, ao governo provisório a presença de Lourenço Filho na administração da educação de São Paulo. Revelando em parte, a incondicional defesa da revista das iniciativas de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo, esse movimento contribuía à operação de aproximação cada vez maior de Lourenço Filho com o governo federal, talvez isso

explique a baixa participação de membros da Sociedade de Educação de São Paulo na seção, chegando a não haver nenhum um nome vinculado à entidade privada na última parte da revista.

Quanto ao suporte material, a publicação da Diretoria Geral sofreu mudanças sensíveis, desde o próprio nome da revista que prenunciava a sua corrente pedagógica, a retirada da inscrição da coprodução da Sociedade de Educação de São Paulo de sua capa, mesmo a troca do nome de Diretoria Geral de Instrução Pública para Diretoria Geral de Ensino demonstrava qual era a disposição de seus membros na reconquista pelo espaço perdido.

Quando foi realizado no primeiro capítulo um breve histórico das revistas da Diretoria Geral na década de 1920 percebeu-se o tom ameno e orientador que eram atribuídos às publicações do órgão público no proceder pedagógico, embora já pudesse verificar a corrente pedagógica, ainda no cenário político de incerteza que crise do sistema oligárquico deixava pairar. A produção da Escola Nova deixou para trás as emenidades, construindo um discurso contundente, indicando mudanças na forma de como o projeto Escola Nova deveria chegar ao público-leitor. Ao mesmo tempo que tentava apresentar-se como autoridade no assunto em relação aos seus concorrentes e, principalmente, ao novo governo.

Ao que tudo indica, a urgência do momento exigia essa ação de maior combatividade e um tanto categórico, por outro lado, demonstrava a disposição autoritária do grupo de Lourenço Filho e do grupo que comandava o impresso pedagógico, coadunando-se com o projeto político no âmbito nacional. Ciente da predileção que ABE adquiriu do governo federal no início de 1930, Lourenço Filho estreitava cada vez mais laços que não eram nada frouxos em relação a entidade carioca, num movimento oposto ocorria o afastamento da Sociedade de Educação de São Paulo observado na seção *Através da Revistas e Jornais*.

A principal implicação do estudo ficou a cargo do mapeamento, esquadrinhamento e levantamento das edições das revistas. O número de páginas dedicadas para cada tema, a quantidade de artigos nessa parte da revista, autoras e a autores que escreveram, os assuntos dentro do tema central e a participação dos componentes da Sociedade de Educação de São Paulo na seção possibilitaram um entrecruzamento de informações e dados, propiciando uma análise acurada de cada artigo e das edições da revista. Permitiram, também, a abordagem dos embates e disputas em torno do aparelho educacional, pois, a instituição escolar tornou-se o eixo

de mobilização para transformações do país. As batalhas discursivas chegavam às páginas do periódico como consenso ideológico, no entanto, em dissenso como deveriam ser direcionados os projetos do grupo.

Como foi apresentado, a cada edição da revista publicava-se um tema específico muito caro ao projeto defendido. O número inaugural chegava às mãos dos leitores com os princípios da Escola Nova. Abria-se, por meio da revista, o processo de tentativa de conformação do professorado e o controle dos comportamentos. Algumas vezes, encoberto pela defesa da “autonomia” didática e “liberdade” do professor e, em outras ocasiões, não se prestavam ao trabalho de tentar ocultar o viés autoritário do projeto. Vislumbra-se a regeneração da sociedade por meio da educação e para o trabalho, daí resultaria o “homem novo”, semelhante ao discurso do processo embranquecimento da população no qual com a introdução do homem branco no Brasil, com o tempo, a população ficaria branca e, desse modo, se alcançaria o estágio “civilizatório” tão almejado.

O propósito do ideário defendido na Escola Nova como missão de regeneração da sociedade, ocorreria com a mudança de mentalidade da população desde o seu ingresso no ensino primário, com um processo de seleção eficiente. Nessa fase se estabeleceria o lugar de cada um na sociedade e no trabalho, desse modo, a população que vivia e sobrevivia de uma maneira “amorfa” e sem direção suplantaria esse estado de degenerescência, tornando-se sadia física e moralmente, reunindo, dessa maneira, condições para levar o país ao patamar dos países “civilizados”.

A partir daí ao discurso seria incrementado por instrumentos que contribuiriam para a efetivação do projeto. A edição de nov-dez/1930 enfatizou a aplicação da autonomia didática para melhor atuação do professorado na sala de aula. Com o argumento no qual os docentes, até então, não participavam das principais decisões da escola, a seção defendia os programas escolares como uma iniciativa relevante na execução da autonomia. No entanto, no seu bojo, estava a aplicação do serviço de assistência técnica que, pelo discurso, serviria de suporte ao professor, contudo, não obstante, o corpo de funcionários técnicos, nas funções dos inspetores, garantiria o cumprimento de controle do docente.

O trabalho de Carvalho (2005) evidenciou as dissonâncias entre os componentes dos grupos que concorriam pela educação, enfatizando principalmente o fator de convergência entre eles, e como as transformações políticas intensificadas na virada da década de 20 para 30, recrudesceram a disputa. Mate (2010) percebeu

também que a operação realizada dentro da revista, de modo geral, seguia na direção em transmitir ao público-leitor fechamento em questão ao alinhamento ideológico que, de algum modo, ocorria. Por outro lado, muitas vezes, servia para ocultar os conflitos e tensões. Por conta das disputas internas e externas, as discussões e divergências se propunham, intencionalmente, para projetar e consolidar os nomes dos seus autores no cenário político-educacional paulista e nacional.

As discussões em torno da autonomia didática e o método analítico, dois assuntos caros aos membros da Sociedade de Educação de São Paulo, aconteciam desde a sua inauguração, portanto, não era algo novo. Sampaio Doria foi um desses membros adeptos a implantação das duas medidas no ensino. Todavia entrariam em choque, caso uma delas fossem impostas. Lourenço Filho reatualizou nas páginas da seção, as benesses da autonomia didática, mas sem contrapô-la ao método analítico, tampouco, fez alusão às discussões do passado de Sud Mennucci, o propósito era a obtenção da última palavra sobre a questão.

É importante frisar que ao defender a autonomia didática assinalava-se em exaustivamente a responsabilidade do professorado. Isto é, com o discurso de concessão de maior “liberdade”, os docentes teriam uma cobrança maior sobre os resultados do processo de ensino-aprendizagem. Esses resultados estavam atrelados à conformação dos hábitos dos alunos e, para se atingir o comportamento desejável sobre eles, a edição de jan-fev/1931 orientava o professorado a respeito da higiene adequada ou esperada das crianças da escola. Nesse sentido, aspectos atitudinais eram evidenciados como um dos grandes problemas da educação, as orientações recaíam sobre os pais das crianças e os próprios professores, já que o propósito, como de forma geral da seção, era direcionar e modelar a responsabilidade dos hábitos e das atitudes ao indivíduo.

Os aparatos e suportes fornecidos pelas novas gestões reforçavam ainda mais a transferência ou o aumento da responsabilidade dos indivíduos que integravam a comunidade escolar, segundo a argumentação dos artigos da seção, o novo governo assim como a nova direção geral de ensino realizavam as reformas e introduziam inovações, mesmo sendo medidas requeitadas de gestões anteriores. Passava-se, dessa maneira, o recado que a administração pública estava realizando a sua parte no projeto cívico-patriótico, do qual todos deveriam colaborar e participar, em que cada qual em seu lugar com a profissão ou função adequada na sociedade, devendo executar a sua tarefa da melhor forma possível e com a máxima eficiência. A execução

das tarefas começaria com o exemplo do Estado em realizá-las com eficiência. Os agentes estatais tratariam de realizar as reformas com a participação mínima do erário público, porém, com a máxima eficiência, por isso, a defesa da pessoa certa no lugar adequado, partindo de seus funcionários, de cima para baixo, serviria de exemplo para os demais para fazer parte da reorganização do serviço público.

Eficiência também era uma das buscas da implantação dos testes na educação, eixo temático da edição de fev-mar/1931. Os artigos traziam termos como medição, estatísticas, precisão, exatidão, diagnóstico e prognóstico. A ideia era reportar à escola o ambiente das indústrias, tentar levar ao cotidiano o máximo de objetividade, contribuindo com o processo organizativo do trabalho desde de cedo por meio de tabulações, mapeamentos e dados para quando os novos funcionários adentrassem à vida de operários. Perceba que, por um lado, principalmente na edição que abordou os programas escolares e autonomia didática, enfatizando a responsabilidade do docente ao mesmo tempo que concedia mais liberdade, retirava da alçada do professorado a competência de decidir qual a melhor maneira de intervir no processo de desenvolvimento do aluno. Os inspetores técnicos atuavam com os resultados dos testes possibilitando fazer das salas mais homogêneas e, assim, tornar o trabalho do docente mais eficiente. Se mesmo desse modo a eficiência não fosse alcançada, a responsabilidade dos maus resultados cairia sobre o professorado.

A aplicação dos testes também era uma forma de garantir que projeto defendido pela revista seria executado, assim, ao adotar a técnica na qual privilegiava a estatística, a medição e o controle, seria mensurado o quanto do ideário estava sendo implantado e, caso fosse necessário, a rota seria corrigida. Desse modo, a crença na cientificidade se espalhava por todas as áreas, chegando no ensino público, ao atingir a padronização da educação, se alcançaria a objetividade e racionalização tão almejados para o alcance da realização do projeto.

Vale lembrar que o sucesso das reformas dependia do êxito da aplicação dessas medidas de austeridade financeira e do aumento de controle sobre o corpo de funcionários, principalmente do trabalho realizado em sala de aula. No entanto, em nenhuma das edições da revista foi identificado que esses instrumentos de aferição de resultados seriam adotados para medir o rendimento do auto escalão que comandava as várias instâncias da hierarquia educacional, o que demonstra a condução da “elite” política em relação ao restante da população. Lourenço Filho afirmava que uma das causas da estagnação e até mesmo do atraso do país era a

omissão da elite em ocupar o papel de condutor da sociedade. Por essa perspectiva, ao assumir o lugar que lhe cabia, essa mesma elite se autorizava a organizar o restante da população atribuindo suas funções, responsabilidades e tarefas, da mesma maneira que seriam medidas, mensuradas e controladas com o objetivo de determinar qual o lugar de cada um e, assim, efetivar o projeto.

A recorrência a exemplos de países considerados “civilizados” foram estratégias que tinham a intenção de transmitir ao leitor a adesão de “grandes” nações como Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica, Estados Unidos, Japão, Itália e até mesmo o vizinho sul americano como a Argentina à educação voltada para o trabalho. Não as relacionava diretamente ao projeto ecolanovista, no entanto, apresentava-se transformações importantes ocorridas no sistema de ensino dos países citados. Desse modo, as reformas executadas ou em início de implementação eram fundamentais para atingir ao patamar desses países que frequentemente apareciam nas páginas da seção. A edição do bimestre de mai-jun/1931 foi um dos números que mais evocou as “inovações” educacionais para legitimar o discurso veiculado na *Através das Revistas e Jornais*. O *Problema da Orientação Vocacional* foi o tema que guiou os demais assuntos, como um dos propósitos do ideário ecolanovista era organizar o trabalho nacional por meio da educação, usar como referências países que já haviam passado por esse processo e, na visão do autores dos artigos e do editor da revista, com algum êxito, tornava-se parte relevante em introjetar nas mentes do público-leitor que o Brasil estava traçando a trajetória correta para alcançar o “progresso”.

O reforço principal da argumentação direcionava-se na racionalização do trabalho, organizando cada pessoa em seu lugar, e cada gênero executando a tarefa que a “natureza” designou. Assim, a escola e o espaço das fábricas tinham a função também de demarcar os papéis de gênero pré-determinados pela sociedade. As edições de mar-abr e mai-jun/1931 se complementavam, dentre outros aspectos, na questão sexual do trabalho, porque, enquanto o número que abordava a aplicação de testes na escola e discutia em seus textos da seção as características físico-anatômicas do corpo feminino e masculino, acentuando as diferenças entre os gêneros para ratificar o lugar que cada um e/ou uma ocupava na sociedade, sublinhando o forte viés eugênico das explicações. Por outro lado, na edição seguinte os textos sobre a orientação vocacional apresentavam o processo de seleção vocacional como um instrumento que complementava a utilização das medições no ensino colaborando na distribuição também dos gêneros e dos trabalhadores e

trabalhadoras aptas à tarefa que assim foi destinada, diminuindo a chance de equívoco.

A mobilização de variados instrumentos para demonstrar ao público-leitor e ao grupo concorrente que disputava o espaço político na condução da implantação de um sistema político, que não se tratava de aventureiros, mas de técnicos com vasto conhecimento no cenário educacional, com capilaridade em outras áreas do conhecimento. Lourenço Filho é um desses exemplos, não o único, de livre trânsito em algumas áreas que não se relacionavam diretamente à educação, porém sofria influência. A ênfase no viés psicopedagógico assinalado na seção remete-se ao seu início de carreira, quando ocupou a cadeira de Psicologia e Pedagogia no ensino de São Paulo, que o acompanhou até pelo menos o início dos anos 30, que é o limite temporal dessa dissertação.

A última edição da revista apresenta o *Cinema Educativo* como tema principal, o que demonstra a versatilidade de Lourenço Filho em colocar o máximo de dispositivos possíveis para alcançar o sucesso do ideário. Assim, até algo que era relacionado ao lazer, como alguns autores sublinhavam, apontando o viés de divertimento e entretenimento do cinema, deveria ser utilizado para o sistema de ensino. Exemplos de fora novamente foram apresentados como experiências de sucesso, o cinema educativo surgia como mais um suporte para conformação de hábitos e controle de comportamentos. Nesse sentido, assim como o cinema poderia ser um instrumento para reforçar aspectos degenerativos da sociedade, cabia à escola a missão de selecionar o filme adequado para as crianças e, a partir disso, com a orientação do professorado, se incutiria as noções mínimas de combate à vadiagem, ao alcoolismo, a proliferação de moléstias entre outras problemas que assolavam a população brasileira. Por mais que não admitisse de forma categórica, a análise dos artigos indicava a diminuição intencional do controle do docente no desenvolvimento do ensino-aprendizagem da criança passando para a supervisão dos inspetores técnicos.

A análise sobre a seção *Através de Revistas e Jornais* além de possibilitar as divergências e polêmicas em torno de temas caros ao grupo que comandava a revista Escola Nova e lançar os artífices do embate a um possível reconhecimento no cenário educacional, a seção tinha a função, como acontecia em outros periódicos, de fechar a revista. Ao trazer publicações metodicamente selecionadas da grande imprensa e muitas vezes, ao que parece, encomendadas pela Diretoria Geral de Ensino,

intencionando apresentar um clamor da sociedade para a implementação das reformas, tentava-se demonstrar diversidade de opiniões quando publicavam discussões que repercutiram fora da revista, sendo reconstituídas em suas páginas para ressaltar os feitos e realizações de Lourenço Filho. A seção também era utilizada pela grande imprensa para cristalizar o ideário em comum com o diretor do periódico.

A seção ressoava e repercutia os temas que contribuíam para a consolidação do pensamento sobre a educação e sociedade, tornando o discurso cada vez mais potente, pelo menos esse era o propósito, quase não permitindo espaço para o contraditório e questionamento. A visão autoritária construída sobre o agente diretamente envolvido com o ensinar, o professor, era acentuada e intensificada a cada edição e artigo do impresso pedagógico, e por cada veículo da imprensa comercial que estampava a sua marca na seção. Dessa forma, a polêmica surgia como algo para ratificar, em meio às discussões e embates, a objetividade, racionalização, eficiência, medições, estatísticas e outros métodos que serviam para prever e precaver qualquer risco ao projeto defendido pela revista. Era uma estratégia de risco calculado, pelo menos no campo da ideologia, pois mesmo que a polêmica suscitasse divergências e contestações, contribuía para a propagação do ideário defendido pela revista *Escola Nova*.

O estudo sobre a seção *Através das Revistas e Jornais* levada a termo nessa pesquisa abriu a possibilidade para a compreensão de como se desenvolveu o projeto do grupo de Lourenço Filho no início de 1930 que comandava a publicação do órgão público. Percebeu-se também que a materialidade da revista, como a disposição dos artigos em colunas, fazia parte da estratégia que compunha os instrumentos de discursos, impondo, junto aos demais dispositivos como jornais comerciais, articulistas, uma determinada representação sobre a sociedade de quem estava no poder para iniciar a condução do Brasil à “civilização”. Entendemos, por fim, que a continuidade das análises em futuras pesquisas sobre a seção *Através das Revistas e Jornais* e similares em outros periódicos pedagógicos com a ampliação do escopo temporal permitirá aos historiadores e demais pesquisadores uma apreensão de mais fôlego de como se desenvolveu o exercício e as estratégias de poder, assim como também se configurou a apropriação dos leitores dessas seções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. M.; XAVIER, Libânia, CARVALHO, M. M. C., MORAIS, M. A. C., PAIVA, M. M., STAMATTO, M. I. S.- Intelectuais, Estado e Educação. Natal: Editora da UFRN, 2006, v.1. p.196

ALMEIDA NETO, Antonio Simplício de; SILVA, Diana Mendes Machado da. Escola Sem Partido ou sem autonomia. In: MACHADO, André Roberto de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs). Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina dos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez: ANPUH SP – Associação Nacional de História – Seção São Paulo, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Pátria, Civilização e Trabalho: O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BICCAS, Maurilane de Souza e CARVALHO, M. M. C. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino. In: CARVALHO, M. M. C., VIDAL, D. G. (orgs.) Biblioteca e formação docente: percursos de leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BONEMY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: Os renovadores e a política educacional. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; ASSIS, Raquel Martins de; LOURENÇO, Érika. Lourenço Filho, a escola nova e a psicologia. In: Introdução ao estudo da Escola Nova – bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. Práticas de educação libertária no Brasil: a experiência da escola moderna em São Paulo (dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 2004.

CARRETERO, Mario. (org) Ensino da história e memória coletiva. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Escola, Memória, Historiografia: a produção do vazio. Revista São Paulo em Perspectiva, 7 (1): p. 10-15, janeiro/março, 1993.

_____. Usos escolares do impresso: questões de historiografia. Cadernos de História & Filosofia da Educação, 2000.

_____. Reformas da Instrução Pública na década de 1920 In: FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E.M.T.; VEIGA, C.G. 500 anos de Educação no Brasil. 1a ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 225-252, 2000.

_____.; VIDAL, D. G. Biblioteca e formação docente. Belo Horizonte: Autêntica/Centro de Memória da Educação FEUSP/FINEP, v. 1. p. 91, 2000.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: Pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia S. Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. A escola nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 65-86, 2001.

_____. A Escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. O Manifesto e a Liga Internacional pela Escola Nova In: XAVIER, M. C.(ed.). Um legado educacional em debate. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ed.Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. Estratégias editoriais e territorialização do campo pedagógico: um livro de Sampaio Dória sob a pena do editor da Biblioteca de Educação. Hist. Educ. [online]. 2013, vol.17, n.39, pp.39-56. ISSN 2236-3459. <http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592013000100004>.

_____. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. Revista do Centro de Educação da UFSM, Santa Maria, [online], vol. 30, n. 2, p.87-104 jul./dez. 2005. ISSN:1984-6444. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3740/2144> Acesso em: 21/07/2018.

CATANI, Denice B. Educadores à Meia-Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919). São Paulo, FEUSP, 1989, tese de doutorado.

_____. Imprensa Periódica Educacional: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo – Catálogos de exposição do campo educacional (1907-1937) Pesquisa iniciada pelo CNPq (1994-1996). Concluída.

_____. Estudos da história da profissão docente. In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (org). 500 anos de educação no Brasil. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. A invenção do cotidiano. 3ª ed, Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. Estudos Avançados. São Paulo,

v.5, n.11, jan./abr.,1991.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (org.) A Nova História Cultural. Trad. Jefferson L. Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1994.

_____. Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In.: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). Roger Chartier, a força das representações: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras: Revista de História da UFGD, [online], v.13, n. 24, p.15-29, 2011. ISSN: 2175-0742 Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/issue/view/74/showToc>> Acesso:21/07/2018.

FIGUEIRA, Patrícia Ferreira Fernandes. Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil: estudo sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho. 2010, 97f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Humanas e Letras da UNESP. Araraquara

LEFEBVRE, Henry. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LUFTI, Eulina Pacheco, SOCHACZEWSKI, Suzanna e JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações do possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec.1996.

MATE, C. Hanna. Didática e História: Encontros possíveis. 2010, 173 p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação da USP. São Paulo.

_____. Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação no Brasil. Bauru: Edusc; Brasília: Inep, 2002.

MATHIESON, Louisa Campbell. O militante e o pedagogo Antonio Sampaio Doria: a formação do cidadão republicano. 2012. 181 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24012013-160437/pt-br.php>. Acessado em: 06 jan. 2019.

_____. Vozes impressas: a Reforma de 1920 em pauta da imprensa paulista. 2017. 246 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: s. n., 2017. Acessado em: 12 dez. 2018.

MEDEIROS, Valéria Antonia. Antonio de Sampaio Doria e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. 2005. 336 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Acessado em: 21dez. 2018.

MONARCHA, Carlos. Lourenço Filho. Recife: Massangana, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. História do Urbanismo no RJ – Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Inovação pedagógica, formação do professor e circulação do impresso: o caso da biblioteca da educação. Revista Memoria, Conocimiento y Utopya, 5 – Publicación semestral de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación – México – n. 5, p. 93 – 115, 2008.

_____. O ensino médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma. In: MACHADO, André Roberto de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs). Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina dos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez: ANPUH SP – Associação Nacional de História – Seção São Paulo, 2017.

VILELA, Marize Carvalho. Discursos, Cursos e Recursos: autores da revista Educação (1927-1961). 2000, s.n. Tese de Doutorado – PUCSP - Programa: Educação: História e Filosofia da Educação, São Paulo.